

Juliana Soledade  
Natal Almeida Simões Neto  
Organizadores

nomes  
próprios  
abordagens  
linguísticas



*Nomes próprios: abordagens linguísticas* é uma coletânea voltada para a Onomástica, área da Linguística que investiga os nomes próprios de pessoas ou de lugares. Esta obra é composta por 14 textos, de pesquisadores de oito universidades brasileiras. Nos textos, discutem-se aspectos diversos dos nomes próprios, a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, o que ressalta o caráter interdisciplinar da área. Encontram-se interfaces com a Linguística Histórica, Linguística Cognitiva, Sociolinguística, Morfologia, Etimologia, Lexicografia, Semântica, Sintaxe, Filologia, Etnolinguística e Ecolinguística.

**nomes**  
proprios

abordagens  
linguísticas

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

João Carlos Salles Pires da Silva

VICE-REITOR

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

ASSESSOR DO REITOR

Paulo Costa Lima



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Juliana Soledade  
Natal Almeida Simões Neto  
Organizadores

# nomes proprios

abordagens  
linguísticas

Salvador | Edufba | 2021

2021, autores.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal.

*Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.*

PROJETO GRÁFICO

Gabriela Nascimento

REVISÃO

Alana Oliveira da Silva

NORMALIZAÇÃO

Kátia de Oliveira Rodrigues

Sistemas de Bibliotecas SIBI/ UFBA

---

Nomes próprios: abordagens linguísticas / Juliana Soledade, Natival Almeida Simões Neto, organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2021.

324 p.

ISBN: 978-65-5630-182-2

1. Onomástica. 2. Antroponímia. 3. Nomes pessoais – Brasil. 4. Neologia. I. Soledade, Juliana. II. Simões Neto, Natival Almeida. III. Título.

CDD 410

---

Elaborada por Sandra Batista de Jesus – CRB-5: BA-001914/O

Editora filiada à:



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n Campus de Ondina

Salvador – Bahia CEP 40170-115 Tel: +55 (71) 3283-6164

[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)

[edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| Apresentação • UM CONVITE À ONOMÁSTICA<br>Juliana Soledade<br>Natal Almeida Simões Neto  | 7   |
| Capítulo 1 • ANTROPÔNIMOS, USO E COGNIÇÃO<br>Juliana Soledade  | 17  |
| Capítulo 2 • NOMES DE VELHOS, NOMES DE JOVENS: PROTÓTIPOS<br>E MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS NA ANTROPONÍMIA BRASILEIRA<br>Natal Almeida Simões Neto            | 51  |
| Capítulo 3 • ANTROPONÍMIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE<br>NEOLOGIA A PARTIR DO MODELO BITEMÁTICO GERMÂNICO<br>Letícia Santos Rodrigues<br>Mário Eduardo Viaro | 75  |
| Capítulo 4 • O CRUZAMENTO VOCABULAR NA FORMAÇÃO DE NOMES<br>DE BATISMO<br>Vitória Benfca da Silva<br>Carlos Alexandre Gonçalves                                  | 99  |
| Capítulo 5 • A FORMAÇÃO DE NOMES COMPOSTOS COM O PRENOME<br>MARIA NA LISTA DO VESTIBULAR FUVEST 2001<br>Yasmim Conceição Borges<br>Antonia Vieira dos Santos     | 119 |
| Capítulo 6 • A TRANSPARÊNCIA SEMÂNTICA DOS PRENOMES COM<br>ORIGEM NA COSMOGONIA E ENTES DA NATUREZA<br>Victoria Regina Italiano Alves                            | 131 |
| Capítulo 7 • A INFLUÊNCIA DOS QUADRINHOS NA ESCOLHA<br>DE NOMES NO BRASIL<br>Matheus Calci Ferreira Gomes  | 149 |

|  |     |
|--|-----|
| Capítulo 8 • ANTROPÔNIMOS NO BRASIL: ASPECTOS CULTURAIS ENVOLVENDO A MOTIVAÇÃO   | 171 |
| Juliana Soledade<br>Ivani Coutinho   |     |
| Capítulo 9 • OS NOMES PRÓPRIOS NO <i>DICTIONARIUM EX LUSITANICO IN LATINUM SERMONEM</i> (1562/1563), DE JERÓNIMO CARDOSO                           | 201 |
| Mário Eduardo Viaro  |     |
| Capítulo 10 • A COMBINAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO COM ANTROPÔNIMO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: NOTAS SOBRE UMA DOCUMENTAÇÃO EPISTOLAR NO INTERIOR DA BAHIA | 225 |
| Rosana Carvalho Brito<br>Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda<br>Zenaide de Oliveira Novais Carneiro   |     |
| Capítulo 11 • O LÉXICO DAS LÍNGUAS DE SANTO NOS TOPÔNIMOS DO LOTEAMENTO JARDIM SUCUPIRA (BA)   | 241 |
| Natália Oliveira Nascimento<br>Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz   |     |
| Capítulo 12 • CANTOS E ENCANTOS DE FEIRA DE SANTANA (BA): ESTUDO BILÍNGUE (PORTUGUÊS/LIBRAS) NA TOPONÍMIA FEIRENSE                                 | 259 |
| Liliane Lemos Santana Barreiros<br>Maria Cândida Trindade Costa de Seabra  |     |
| Capítulo 13 • A ANTROPOTOPONÍMIA NA NOMEAÇÃO DOS BAIRROS DE IRECÊ (BA)   | 275 |
| Safira Novaes Alecrim Oliveira<br>Eliéte Oliveira Santos   |     |
| Capítulo 14 • A ETNOTOPONÍMIA DOS NOMES DOS DISTRITOS DAS PROVÍNCIAS DE GAZA E MAPUTO: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE ECOLINGUÍSTICA                    | 297 |
| Alexandre António Timbane  |     |
| Sobre os autores   | 321 |

# APRESENTAÇÃO: UM CONVITE À ONOMÁSTICA

Na rotina acadêmica, é comum que a apresentação de um livro comece com a menção ao seu título, seguida de um detalhamento dos capítulos integrantes, este é o percurso mais pragmático. Nesta introdução da obra *Nomes próprios: abordagens linguísticas*, faremos uma abordagem diferente: iniciaremos com uma reflexão, um convite para a onomástica, área dos estudos linguísticos que se encarregou do estudo dos nomes próprios. (ULLMANN, 1967) Essa disciplina de nome difícil e exótico é ainda desconhecida de muitos estudantes de letras no Brasil, o que revela a pouca atenção que tem sido dada à área, principalmente se comparada à atenção que têm recebido outros ramos da linguística.

Quando se explica a alguém que a onomástica é a disciplina que estuda os nomes próprios, as reações mais comuns são: (i) querer saber a origem, etimologia ou significado de nomes; (ii) fazer alguma narrativa acerca dos sobrenomes; (iii) mencionar a existência de um nome excêntrico ou incomum. O primeiro impulso diante do conhecimento acerca da onomástica, então, é o de falar sobre os nomes de pessoas, o que é relativamente curioso, considerando que, no Brasil, a maioria dos estudos onomásticos têm apontado para outro horizonte.

A onomástica é tradicionalmente dividida em dois grandes grupos: a antroponímia, que se volta para os nomes de pessoas, e a toponímia, voltada para os nomes de lugares. No território brasileiro, é a toponímia que tem recebido maior atenção dos estudiosos da área, que, em sua grande maioria, orienta-se pelos ensinamentos da professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick da Universidade de São Paulo (USP), principal idealizadora do Atlas Toponímico do Brasil (ATB), projeto iniciado em 1989 que tem como objetivo fazer um mapeamento dos topônimos brasileiros, considerando aspectos lexicais, morfológicos, semânticos, etimológicos, sociolinguísticos e etnolinguísticos. (DICK, 1992)

Marcia Sipavicius Seide (2013), ao apresentar os paradigmas das pesquisas toponímicas e antroponímicas no Brasil, ressalta o caráter incipiente dos estudos de nomes de pessoas, sobretudo pela ausência de um projeto que se equipare à complexidade do ATB. Mesmo com a relativa defasagem, a autora aponta algumas iniciativas independentes nesse âmbito.

A lacuna de estudos antroponímicos vem sendo preenchida pelo projeto *Dicionário de nomes do Brasil*, encabeçado por Juliana Soledade da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade de Brasília (UnB), Patrícia Vieira Gomes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Antonia Vieira dos Santos da UFBA. A culminância desse projeto é fornecer um compêndio lexicográfico que dê conta tanto dos nomes tradicionais quanto das inovações antroponímicas em território brasileiro.

O *Dicionário de nomes do Brasil* pretende atualizar e incrementar as informações obtidas nos dicionários de Nascentes (1952) e Machado (1981), principais obras lexicográficas de nomes próprios de língua portuguesa. Essas obras, que incluem topônimos e antropônimos, no que se refere aos nomes de pessoas, mostram-se incompletas e desatualizadas, pois há um foco maior na antroponímia lusitana tradicional, desconsiderando a criatividade brasileira e o fato de haver nomes que entraram em desuso ou que nunca foram usados no Brasil.

O interesse pelos nomes próprios não é recente, em se tratando da história de língua portuguesa. Os primeiros vocabulários e dicionários, entre os quais os de Jerónimo Cardoso (1562-1563), dedicaram-se à listagem de antropônimos e topônimos do português. Esse comportamento também foi visto no vocabulário de Raphael Bluteau (1721). Apesar dessas iniciativas antigas, não se delimitava uma disciplina específica nesses contextos.

Ainda no que toca ao português, a publicação de *Antroponímia portuguesa* (1928), de José Leite de Vasconcelos, mostra-se como um dos marcos inaugurais dos estudos onomásticos da língua. É com essa obra que começa a se desenhar a disciplina da forma como se conhece hoje. Mesmo passados mais de 90 anos, *Antroponímia portuguesa* segue fundamental para a investigação antroponímica na língua, porque faz conexões

com outras áreas dos estudos da linguagem, a saber: filologia, etimologia, morfologia, semântica.

Obras e projetos, hoje, consagrados, como os empreendidos por José Leite de Vasconcelos e Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, ressaltam o caráter interdisciplinar dos estudos onomásticos, desde sempre, conectados com variadas áreas do conhecimento humano. O estudo dos nomes próprios demanda, na maioria dos casos, uma abordagem interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar.

É fundamental esclarecer que, embora a onomástica tenha se conceituado como uma área dos estudos da linguagem, os nomes próprios podem ser objeto de observação de outras áreas, como psicologia (RABINOVICH et al., 1993), filosofia (BRITO, 2003), história (HÉBRARD, 2000), sociologia (BENTO, 2014), literatura (GOMES, 2012) e direito (VIEIRA, 2008).

Em meio a esse arsenal de possibilidades, apresenta-se *Nomes próprios: abordagens linguísticas*, obra que recebe esse título para deixar bastante especificado que se trata de uma perspectiva da linguística, mas, como será possível perceber, não se trata de uma perspectiva exclusivista.

*Nomes próprios: abordagens linguísticas* é uma coletânea composta por 14 capítulos escritos por 20 pesquisadores atuantes em oito universidades brasileiras. Os textos apresentam interfaces com a linguística histórica, linguística cognitiva, sociolinguística, morfologia, etimologia, lexicografia, semântica, sintaxe, filologia, etnolinguística, ecolinguística, entre outras áreas dos estudos da linguagem.

Desse modo, nasce uma obra de natureza interdisciplinar que traz para uma posição de destaque os estudos onomásticos, reconhecidamente, um primo pobre da linguística. Entretanto, essa condição não pode ser sustentada por muito mais tempo, uma vez que evidências científicas têm demonstrado o quanto a investigação dos nomes próprios pode elucidar o funcionamento das línguas, seja em uma perspectiva voltada para uso, seja em uma perspectiva voltada para a sua inserção na gramática ou ainda, em uma perspectiva voltada para as operações/associações desses tipos de substantivos na mente humana.

O primeiro capítulo é “Antropônimos, uso e cognição”, de autoria de Juliana Soledade. Esse texto se divide em dois momentos. Em um

primeiro, a autora reflete sobre os aspectos cognitivos relacionados aos nomes próprios, a partir de evidências de diversos psicólogos, linguistas e neurocientistas que trabalharam conjuntamente para a compreensão do funcionamento dos nomes próprios na mente humana. No segundo momento do texto, a autora se compromete com o quadro teórico da linguística cognitiva, sobretudo da morfologia construcional, no intuito de mostrar que os mecanismos cognitivos e construcionais vistos em nomes comuns podem ser também vistos em nomes próprios.

Em “Nomes de velhos, nomes de jovens: protótipos e modelos cognitivos idealizados na antroponímia brasileira”, segundo capítulo, Nival Almeida Simões Neto faz um estudo sociolinguístico-cognitivo a respeito da categorização dos antropônimos brasileiros, a partir de protótipos e modelos cognitivos idealizados. O *corpus* analisado foi obtido em obituários brasileiros, com destaque para os nomes vistos em pessoas jovens – o a 30 anos – e pessoas idosas – a partir de 70 anos. O autor mostra registros de frequência desses antropônimos e categoriza-os como “em uso, em desuso, com tendência ao desuso”. Os dados de frequência são elucidativos para entender a categorização que os falantes comuns têm feito de “nomes de jovens” e “nomes de velhos”. Em suma, o autor contribui para o debate da construção de protótipos, ressaltando que a frequência é um fator importante a ser considerado.

Letícia Santos Rodrigues e Mário Eduardo Viaro, em “Antroponímia brasileira: considerações sobre neologia a partir do modelo bitemático germânico”, terceiro capítulo, expõem algumas considerações atinentes ao quadro antroponímico brasileiro e ao seu suposto comportamento neológico, que teria como principal influência a antroponímia tradicional de origem germânica, herdada de Portugal. Em uma abordagem que aciona também conhecimentos de etimologia, morfologia e linguística cognitiva, os autores, ao longo desse terceiro capítulo, defendem a hipótese de que a neologia antroponímica no Brasil se apoia, em larga escala, no modelo linguístico básico de estruturas bitemáticas dos antropônimos germânicos, principalmente por fazer uso recorrente de seus formativos.

“O cruzamento vocabular na formação de nomes de batismo” é de autoria de Vitória Benfica da Silva e Carlos Alexandre Gonçalves. Nesse

quarto capítulo, discute-se a formação de *blends* em antropônimos, fenômeno bastante produtivo na antroponímia brasileira, como se pode ver em dados, como: *Bremila* (Breno+Samila), *Claudionor* (Cláudio+Leonor), *Francinanda* (Francisco + Fernanda), *Juliarcio* (Juliana + Márcio), *Paucela* (Paulo + Marcela) e *Ziraldo* (Zizinha + Geraldo). Essa mistura de nomes, segundo os autores, segue padrões similares aos que são vistos com os nomes comuns, o que contribui para evidenciar a aproximação entre o léxico comum e o léxico onomástico.

A combinação de nomes na antroponímia brasileira é debatida também por Yasmim Conceição Borges e Antonia Vieira dos Santos, em “A formação de nomes compostos com o prenome Maria na lista do vestibular Fuvest 2001”. Nesse quinto capítulo, as autoras analisam nomes duplos encabeçados por *Maria*, um dos mais frequentes nesse tipo de combinação. Alguns nomes analisados pela autora são *Maria Clara*, *Maria Fernanda*, *Maria Paula*, *Maria Cristina*, *Maria do Carmo*, *Maria das Graças*, *Maria de Lourdes*. A análise das autoras mostra que há uma convergência de padrões compositivos entre o léxico comum e o onomástico, ressaltando, mais uma vez, o caráter aproximativo.

No sexto capítulo, “A transparência semântica dos prenomes com origem na cosmogonia e entes da natureza”, Victoria Regina Italiano Alves discute a questão da opacidade e transparência semântica na atribuição de nomes de pessoas, recorrendo aos nomes que migram do léxico comum para o léxico onomástico. Com base nos dados encontrados, a autora apresenta cinco campos semânticos mais produtivos nessa migração, são eles: a) céu, estrelas e corpos celestes (*Júpiter e Terra*); b) flores, frutos e plantas (*Pétala, Liz*); c) pedras preciosas (*Jady*); d) fenômenos da natureza (*Brisa*); e) mar, rios e lagos (*Marina*).

Matheus Calci Ferreira Gomes é autor de “A influência dos quadrinhos na escolha de nomes no Brasil”. Nesse sétimo capítulo, o autor mostra como a imagem de super-heróis e outros personagens de quadrinhos influenciam, em alguma medida, a antroponímia brasileira. Isso acontece tanto com personagens nacionais quanto estrangeiros. Segundo o autor, essa influência se mostra mais evidente em nomes de origem estrangeira ou quando se trata de uma criação própria dos autores das histórias em

quadrinho (HQ). Além disso, destaca que o crescimento da popularidade, em muitos casos, está relacionado à introdução dos personagens dos quadrinhos em outras mídias, como cinema e TV, o que não tira o mérito da influência, uma vez que essas versões televisivas e cinematográficas partem dos HQ.

O oitavo capítulo é “Antropônimos no Brasil: aspectos culturais envolvendo a motivação”, de autoria de Juliana Soledade e Ivani Coutinho. A partir de respostas vistas em uma publicação no Facebook, as autoras mostram que a homenagem a parentes, amigos ou figura pública se mostra a motivação mais produtiva no Brasil. Entre os outros mecanismos de atribuição, destacam-se os papéis: (a) da Mídia, por meio de telenovelas; (b) das expressões artísticas, sobretudo por meio de nomes de cantores ou nomes advindos de letras de músicas; (c) das sugestões, a exemplo de irmãos mais velhos sugerindo nomes para os mais novos; (d) da religião, com destaque para a tradição judaico-cristã.

O nono capítulo, “Os nomes próprios no *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (1562-1563), de Jerônimo Cardoso”, é de Mário Eduardo Viaro. Trata-se de uma investigação acerca da primeira obra lexicográfica de língua portuguesa. Nesse trabalho, o autor analisa os antropônimos e topônimos nela existentes, destacando que antroponímia foi menos abordada que a toponímia. Mesmo com as limitações que se impõem aos trabalhos em linguística histórica, os resultados apontam, além de dados linguísticos de uma sincronia pretérita específica, os aspectos cognitivos dos fatos linguísticos envolvidos, permitindo discutir como esses são relevantes para a análise diacrônica e a compreensão da mudança linguística.

“A combinação do artigo definido com antropônimo no português brasileiro: notas sobre uma documentação epistolar no interior da Bahia” é o décimo capítulo, de autoria de Rosana Carvalho Brito, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. Nesse texto, discute-se a realização facultativa dos artigos definidos diante de antropônimos no português do Brasil, com base em um *corpus* constituído de cartas pessoais, redigidas, ao longo do século XX, por sertanejos baianos estacionados em fases iniciais de aquisição da escrita. As autoras comparam o uso de artigos diante de antropônimos com o de uso de artigos

diante de possessivos, pois há trabalhos anteriores que defendem que essas variações são faces de um mesmo fenômeno.

“O léxico das línguas de santo nos topônimos do Loteamento Jardim Sucupira (BA)” é o décimo primeiro capítulo de autoria de Natália Oliveira Nascimento e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. Nesse texto, as autoras discutem a influência africana na matriz toponímica do Brasil, por meio das línguas africanas *iorubá*, *bantas* e *fon*, encontradas em 15 nomes de ruas do Loteamento Jardim Sucupira, em Feira de Santana (BA). A partir desse *corpus*, é feita uma classificação das línguas africanas encontradas, abordando questões sociohistóricas das pessoas escravizadas no Brasil e na Bahia.

A toponímia de Feira de Santana (BA) é também tema do décimo segundo capítulo. Em “Cantos e encantos de Feira de Santana (BA): estudo bilíngue (Português/Libras) na toponímia feirense”, Liliane Lemos Santana Barreiros e Maria Cândida Trindade Costa de Seabra apresentam resultados preliminares de um projeto que intenta cotejar a motivação na criação de topônimos do português com a criação de sinais em Libras para se referir aos mesmos topônimos. Para atender a esse objetivo, as autoras catalogam, classificam, descrevem e analisam os nomes atribuídos a acidentes geográficos físicos e humanos do município de Feira de Santana, dentro de uma perspectiva bilíngue (Português/Libras).

O décimo terceiro capítulo se volta para a toponímia da cidade de Irecê (BA) e é de autoria de Eliéte Oliveira Santos e Safira Novaes Alecrim Oliveira. Em “A antroponímia na nomeação dos bairros de Irecê (BA)”, as autoras analisam a interface entre topônimos e antropônimos na referida cidade. O intuito é resgatar parte da memória social ireceense, por meio de registros confiáveis. O trabalho contribui significativamente para a organização da própria cidade de Irecê (BA), pois não tem havido muito interesse por parte da administração pública em preservar documentações relacionadas à história sociocultural da localidade. O trabalho torna conhecido um dos impactos sociais das pesquisas em onomástica.

Encerra a coletânea *Nomes próprios: abordagens linguísticas*, o décimo quarto capítulo de Alexandre Ant3nio Timbane. Em “A etnotoponímia dos nomes dos distritos das províncias de Gaza e Maputo: uma análise

da identidade ecolinguística”, o autor questiona quais os processos ecolinguísticos e etnotoponímicos que estariam ligados à atribuição de nomes no grupo linguístico tswa-ronga, que diz respeito a um conjunto de línguas do grupo bantu que são intimamente relacionadas, sendo faladas principalmente na África Meridional, onde se situa Moçambique. A intenção de Timbane é conhecer e explicar quais as influências que operam na atribuição dos nomes de sete distritos de Maputo e 14 de Gaza, províncias moçambicanas. O texto mostra como os topônimos, em sua maioria, ligam-se à cultura e ao meio ambiente. Entre as conclusões do autor, está a de que os topônimos analisados funcionam como evidências da identidade ecolinguística, uma vez que carregam traços da cultura e do meio ambiente da comunidade e fazem referência ao respeito, aos fenômenos naturais, ao poder do chefe dominante.

Feito o detalhamento das propostas dos textos que integram esta coletânea, fica evidente o que já foi dito anteriormente: o livro *Nomes próprios: abordagens linguísticas*, mesmo introduzindo uma perspectiva da linguística para os estudos dos nomes de pessoas e lugares, está longe de ser uma obra uniforme. O livro nasce histórico, uma vez que há poucas obras, na produção acadêmica brasileira, que apresente as investigações acerca dos nomes próprios com tanta diversidade teórico-metodológica e, ao mesmo tempo, tanta coesão, uma vez que os textos conseguem, em maior ou menor medida, dialogar entre si.

É preciso ressaltar que, mesmo com essa vitrine plural, há um mundo de possibilidades e investigações que podem ou poderão ser feitas no âmbito dos estudos onomásticos. Esperamos que a *Nomes próprios: abordagens linguísticas* atinja não só os interessados pela onomástica, mas também os estudiosos de outras áreas da linguagem, como sociolinguística, lexicografia, morfologia, linguística histórica, filosofia da linguagem, linguística cognitiva, psicolinguística, entre outras.

Ao fim, podemos dizer que o conjunto de trabalhos apresentados em *Nomes próprios: abordagens linguísticas* oferece relevantes contribuições para o estudo de nomes próprios que, por demasiado tempo, permaneceu subdesenvolvido em círculos e publicações linguísticas. Os nomes próprios para além de serem signos linguístico de real valor para

a compreensão de como funcionam as línguas, são também capazes de revelar aspectos socioculturais que perpassam as sociedades que os usam, através da forma como os usam e das escolhas que os motivam.

*Juliana Soledade  
Natal Almeida Simões Neto*

## **Referências**

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez, e latino* [...]. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1721. [vol. 8 T-Z].

BRITO, A. N. de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2003.

CARDOSO, J. *Hieronimi Cardosi Lamacensis dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. Lisboa: Ex officina Ioannis Aluari typographi Regij, 1562-1563.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

GOMES, D. O. Sobre a consideração foucaultiana de nome próprio. *Uniletras*, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 11-24, 2012.

HÉBRARD, J. *Escravidão e dominação: imposição e apropriação de um nome entre os escravos da Bahia no século XIX*. Tradução de Tânia Conceição Freire Lobo e Sônia Borba Costa. Salvador, 2000. Não publicado.

MACHADO, J. P. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte/Confluência, 1981. 3 v.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. t. II.

RABINOVICH, E. P. *et al.* Atribuição dos nomes próprios e seu papel no desenvolvimento segundo o relato dos nomeados. *Boletim de Psicologia*, v. 3, n. 2, p. 119-142, 1993.

SEIDE, M. S. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 165-184, 2013.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de Mateus e J. A. Osorio. 2. ed. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1967.

VASCONCELOS, J. L. de. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VIEIRA, T. R. *Nome e sexo: mudanças no registro civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

# ANTROPÔNIMOS, USO E COGNIÇÃO

*Juliana Soledade*

## Introdução

A onomástica, ciência que estuda os nomes próprios, nunca recebeu um estudo aprofundado em nenhuma das correntes teóricas desenvolvidas por estudiosos das línguas, de modo que o interesse por nomes próprios, do ponto de vista teórico, sempre foi relegado a um segundo plano pelos linguistas. Segundo Van Langendonk:

Os linguistas teóricos costumam tratar nomes próprios como o primo pobre de outras categorias gramaticais. Isso mudou recentemente, como refletido na declaração de Gary-Prieur (1994: 247): ‘os nomes próprios possuem pleno direito de uma análise linguística’ ou seja, nomes próprios com razão merecem uma análise linguística (compare Harweg 1983; 1997; 1998). (VAN LANGENDONK, 2007, p. 3, tradução nossa)<sup>1</sup>

Em grande medida, o desprestígio dos estudos dos nomes próprios está relacionado ao fato de que essa categoria sempre pareceu demandar todo um arcabouço teórico específico destacado da teoria dos nomes comuns. Carvalhinhos (2001, p. 302) afirma que “para dissertar sobre como

---

1 “Theoretical linguists have often treated proper names as the poor cousin of other grammatical categories.<sup>2</sup> This has changed recently, as reflected in Gary-Prieur’s (1994: 247) statement: ‘le nom propre releve de plein droit d’une analyse linguistique’, i.e. proper names rightly deserve a linguistic analysis (compare Harweg 1983; 1997; 1998)”. (VAN LANGENDONK, 2007, p.3)

se aplica a teoria dos signos na onomástica, é preciso discorrer um pouco sobre o próprio objeto de estudo e suas especificidades [...]”. É evidente que a lexicologia tradicional delimitou um campo de estudos designado como onomástica, porque compreendeu que havia um objeto observacional diferenciado. A nosso ver, isso se deve, em grande medida, às complexas relações dos nomes próprios com a semântica, uma vez que, pelo viés da semântica tradicional, permitiu-se defender que o léxico onomástico se diferencia do léxico comum, por serem, aqueles, opacos de significado ou de um conceito. (MILL, 1973; ULLMANN, 1964)

Abordagens de nomes próprios de cunho teórico, em grande medida, centram-se nos aspectos que diferenciam nomes comuns e próprios, sem deixar entrever as suas similaridades. Isso é particularmente complexo se desejamos observar a questão dos nomes próprios a partir de uma perspectiva teórica embasada na Linguística Cognitiva (LC), uma vez que muitos de seus pressupostos basilares – pareamento entre forma e significado,<sup>2</sup> iconicidade/motivação, contínuos entre categorias linguísticas, redes esquemáticas que organizam o léxico, esquemas e instanciações, prototipicidade, entre outros – acabam por referendar uma maior necessidade de estudo do comportamento de nomes comuns e próprios, considerando o uso como ponto de partida para observação do fenômeno, bem como as evidências trazidas por estudos no âmbito das ciências neurais.

Torna-se ainda mais complexo, se consideramos que nomes próprios fazem parte do sistema de linguagens naturais. “É bastante aceita entre linguistas e antropólogos (BROWN, 1991; HOCKETT, 1958) a tese de que os nomes próprios são uma categoria linguística universal”. (VAN LANGENDONK, 2007, p. 2, tradução nossa) Não é, portanto, uma coincidência que pesquisas feitas por neurocientistas, neurolinguistas e

---

2 Quando se trata do pareamento/unificação entre a face formal e a face semântica das construções linguísticas, podemos notar que o uso do termo “significado”, nos estudos cognitivistas, varia bastante, às vezes ele é usado ao lado de função – pareamento entre forma e significado/função –, por vezes é usado apenas o termo significado – pareamento entre forma e significado –, sendo este entendido como representativo de qualquer tipo de valor linguístico – seja de caráter lexical, gramatical ou mesmo pragmático – por exemplo, quando um “não” é usado ironicamente e passa a assumir o sentido exatamente o oposto, “sim”. Aqui adotaremos essa segunda postura.

neuropsicólogos tenham se voltado para a investigação do funcionamento dos nomes próprios, como veremos mais adiante.

A fim de discutir alguns aspectos da teoria dos nomes próprios postulados pela onomástica tradicional e de refletir acerca de algumas de suas proposições à luz das ciências cognitivas, vamos dividir esse capítulo em duas seções: a primeira, voltada para a questão da natureza do nome próprio, especificamente dos antropônimos, inflectindo sobre a reflexão de aspectos relacionados à categorização dos nomes próprios com base em aspectos pragmáticos e evidências neurolinguísticas; e a segunda, voltada para a proximidade que há entre os processos genolexicais aplicados ao léxico comum e próprio, buscando respostas acerca do papel dos esquemas construcionais na organização hierárquica e esquemática do léxico.

## **Antropônimos, categorizações e cognição**

Desde a antiguidade, o debate acerca dos nomes próprios se vê centrado sobre a questão da referência, especialmente, se aos nomes próprios podem ser atribuídos qualquer significado ou sentido e, em caso afirmativo, que tipos de significados estariam envolvidos.

Por outro lado, ao apresentarem a classe dos substantivos, os estudos tradicionais de gramática e, portanto, também o ensino dessa nas escolas, são bem enfáticos acerca da subdivisão entre nomes comuns e nomes próprios, sem, contudo, aprofundarem-se nos aspectos linguísticos em que baseiam tal proposta de dicotomização. E, muito embora não seja investido interesse na distinção entre substantivos próprios e comuns no ensino tradicional, qualquer falante de língua portuguesa está ciente de certas diferenças entre os dois tipos de nomes.

Essas diferenças foram tratadas teoricamente por filósofos da linguagem, por estudiosos da onomástica e por linguistas de várias maneiras e em diferentes perspectivas teóricas, principalmente, como dito anterioremente, centrando-se na discussão acerca do aspecto semântico, sendo generalizada a compreensão de que nomes comuns são portadores de conteúdo semântico de natureza lexical e, portanto, capazes de comportar uma denotação, entendida por Lyons (1978, p. 158) como

“[...] a relação que existe entre esse lexema e pessoas, coisas, lugares, propriedades, processos e atividades externas ao sistema de linguagem.”, e entendida por Mattoso Câmara Júnior (1997) como a significação externa, relacionada ao mundo biopsicossocial; enquanto, por sua vez, os nomes próprios seriam termos opacizados semanticamente.

Mais recentemente, com base nas teorias cognitivistas, o debate tem sido revisitado, a fim de acrescentar à categorização dos nomes, além dos aspectos morfosintáticos usualmente tratados, as propriedades semânticas e, sobretudo, pragmáticas das categorias nominais. Na LC, essa busca por diferenças tangíveis e definitivas entre os elementos que compõem a classe dos nomes tem levado à proposição de diferenças graduais, entendendo a classe dos substantivos como aquela que pode incluir desde os membros mais prototípicos até elementos mais periféricos. Saber qual a posição dos nomes próprios nesse espectro gradiente é a tarefa que se coloca aos cognitivistas.

Nenhuma teoria linguística baseada no uso pode partir do pressuposto de que as categorias gramaticais sejam definidas de forma estanque, sem flexibilidade e sem contiguidade. A fluidez categorial demonstrada pelos elementos linguísticos, manifestada no uso, torna premente uma análise linguística que busque integrar diferentes aspectos do funcionamento das entidades linguísticas para a definição das chamadas classes gramaticais, abandonando a ideia, confortável, mas certamente errônea, de que existem fronteiras rígidas entre classes de palavras presentes nas línguas naturais.

Tem-se afirmado, ao longo da história dos estudos linguísticos que nomes próprios são substantivos – ou frases nominais, se consideramos algumas instanciações mais elaboradas de nomes próprios. Por sua vez, a classe dos substantivos – que, em tempos um pouco mais antigos, era conhecida como classe dos nomes, incorporando aí também os adjetivos –, pode ser entendida, pelo ponto de vista do funcionamento morfosintático, como sendo composta de três conjuntos de substantivos: 1) o conjunto dos substantivos comuns, 2) o conjunto dos substantivos próprios e 3) o conjunto dos pronomes substantivos.

Perini, em sua *Gramática descritiva do português* (1999), propôs uma classificação mais flexível da classe dos substantivos, considerando, sobretudo, sua relação de fronteira com a classe dos adjetivos. Longe de ser uma proposta definitiva e pacificamente aceita, o fato é que, nesse estudo, encontramos um ensaio para uma compreensão gradiente das categorias gramaticais. Perini define que, segundo um conjunto de oito características morfossintáticas, seria possível estabelecer sete grupos de palavras no fluxo categorial substantivos-adjetivos. Dentre esses grupos, haveria um dedicado especificamente aos nomes próprios, cujos aspectos destacados são: 1) ser núcleo do sintagma nominal [+NSN] - *Ana é feliz*; 2) possibilidade de ocorrer com outro termo no SN [T,SN] - *A minha Ana é feliz*; 3) poder exercer sozinho a função de complemento do predicado [+CP] - *Ela parece Ana*; 4) não poder funcionar como modificador [-MOD] - *\*Ela é uma garota Ana*; 5) não poder ser precedidos de intensificador [-Int] - *\*Ela é bem Ana*; 6) não poder funcionar como pré-núcleo de outro nome [-PN] - *\*A Ana garota é feliz*; 7) não poder receber o sufixo -íssimo(a) [-íssimo] - *\*Aníssima*; e 8) não poder funcionar como predicativos [-Pv] - *\*Esse vestido é Ana*. Note-se, que desse conjunto de traços, segundo Perini (1999), há um único aspecto que distinguiria nomes próprios e pronomes substantivos: o fato de poderem ou não ser acompanhados de um termo dentro do SN, sendo os pronomes [-T,SN]: *\*o ele/\*esse ele/\*meu ele* e os nomes próprios [+T,SN]: *A Ana, essa Ana, minha Ana*.

Em que pese a contribuição para o avanço do estado da questão, muitas das pressuposições de Perini não se sustentam quando observamos a língua em uso. Na verdade, os critérios impeditivos, ou seja, aqueles que verificam o que o nome próprio não pode realizar morfossintaticamente, podem todos ser questionados. Observemos os exemplos a seguir:

- (1) Essa é uma blusa Ana.
- (2) Você está bem Ana hoje.
- (3) Maria é Ana toda.
- (4) Marianíssima, que bom te ver!
- (5) Ana menina é muito mais inteligente que Ana mãe.

Exemplos que encontramos no dia a dia da língua demonstram que, sim, nomes próprios podem funcionar como modificadores quando objetivamos dizer que alguém se parece, tem características ou se comporta como outrem (1) e que, nesses casos, obviamente, podem ser precedidos de intensificadores (2). Em (3), vemos o uso de nomes próprios como predicativos. É importante notar que, em (1) (2) e (3), há uma orientação semântica comum, no sentido de que o nome Ana é tomado como referência, modelo de comparação – que se parece com Ana, que atende ao gosto de Ana, que se comporta como Ana etc. Já em (4), temos um exemplo muito empregado na linguagem cotidiana de comunidade de jovens e Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), aí observamos ser quebrada a regra impeditiva de acréscimo do *-íssimo* sem maiores traumas para língua e usuários. Por fim, notamos que nomes próprios também podem funcionar como pré-núcleo de outros nomes como se vê em (5).

Ainda destacamos algumas características não abordadas por Perini, mas que também podem ser consideradas em relação à classificação dos nomes próprios. Quando observados prototipicamente, os nomes próprios são considerados como substantivos invariáveis, contáveis, específicos – não genéricos – e concretos. Novamente, o uso irá demonstrar que nomes próprios podem ser variáveis (*Anas e Marias, ocupem essa fila!*) e genéricos (*Estou farta de me deparar com esses Pedros da vida!*).

Em suma, os falantes costumam, através de empegos diversos, fazer usos de nomes próprios e de nomes comuns em contextos similares; destarte, em grande medida, esses critérios muito pouco produzem acerca do conhecimento do que sejam nomes próprios e de como eles se diferenciam dos comuns. O fato de esses aspectos não terem sido relevantemente tratados nos estudos linguísticos parece estar atrelada à desconsideração da dimensão pragmática das línguas e à análise dos nomes próprios apenas a partir de seu comportamento mais prototípico – singular, contável, não genérico e concreto –, ligado à denominação de entidades particulares e unitárias. Do ponto de vista semântico, o que o substantivo prototípico *casa* nomeia é um conjunto de propriedades, que se atualiza e se configura funcionalmente a cada uso, partindo de um sentido prototípico que oferece imensas potencialidades em termos de amplificação de significado.

Aristóteles definiu a categoria nome como “convencional”, e para ele, entre o “conceito, o nome e a coisa”, há sempre correspondência, mas não necessariamente congruência. O nome revela a relação conceitual e, por meio dela, revela a “coisa”, mas entre a coisa e o nome não há relação de semelhança, e não há, pois, uma relação “natural”. (NEVES, 2005) Por isso mesmo, o argumento de que os nomes não são os mesmos para todas as línguas já era então usado.

Assim, a significação é algo resultante de uma convenção social. Em relação aos nomes próprios, essa convencionalização é bem mais complexa. Podemos dizer acerca da categorização que João é um nome próprio de indivíduo do sexo masculino. Mas, essa convencionalização só é válida no âmbito da generalidade do nome, já que cada sujeito designado João aciona, em particular, outra miríade de conceitos a depender do contexto pragmático em que se insere no discurso e no seu estar no mundo. Podemos dizer que o *frame* de João – um indivíduo em particular – será bem mais complexo do que o seu sentido genérico – pessoa do sexo masculino. Além disso, as relações associativas disparadas por João em cada pessoa do discurso serão necessariamente diferentes, pois depende das experiências de mundo dos sujeitos.

Com o aporte teórico da LC, passamos a entender que nenhuma construção linguística é desprovida de significação – e/ou função – e que, portanto, nomes próprios poderiam ser analisados, sob essa perspectiva, como passíveis de comportar o pareamento entre forma e significado. Langacker (1991) expressa a opinião de que nomes próprios incorporam uma especificação de tipo, por exemplo, o indivíduo designado por Stan Smith é um homem humano. Isso é mais ou menos equivalente à tese de que os nomes próprios têm apenas um significado categórico. É importante lembrar aqui que esse significado deve ser entendido como um significado de nível básico, ou seja, uma espécie de sentido simples adquirido cedo por crianças.

Esse novo modo de pensar os nomes próprios vai entrar em confronto direto com o que propôs Mill, ao dizer que um indivíduo é chamado João por uma livre escolha de seus pais que assim resolveram chamá-lo, para distingui-lo das demais pessoas e que, em princípio, o indivíduo nomeado poderia receber qualquer outro nome sem prejuízo de sua própria

natureza, pois o nome João não nos informaria nada acerca de sua natureza. Além disso, o autor não nega possíveis motivações para atribuição dos nomes próprios:

um homem pode se chamar João porque esse era o nome de seu pai; uma vila pode se chamar Dartmouth porque está situada na embocadura do rio Dart. Não há, porém, nada na significação da palavra João que implique que o pai do indivíduo assim chamado também possua esse nome; nem, tampouco, na palavra Dartmouth que esta vila esteja situada na desembocadura do rio Dart. Se a areia viesse a obstruir a desembocadura do rio [...], nem por isso nome da vila mudaria necessariamente. (MILL, 1973, p. 5)

O olhar cognitivista sobre os pressupostos millianos será no sentido de confrontá-los em três aspectos centrais. Primeiro, ao atribuímos, no Brasil, a alguém o nome João, ou ao dizermos que conhecemos um João, é muito pouco provável que alguém imagine que se trate de uma pessoa do sexo feminino, portanto, João possui o atributo de informar alguma coisa sobre a natureza do ser nomeado, além disso, considerando o cenário em termos mais complexos, sociológica e psicologicamente, receber outro nome qualquer, pode sim afetar a natureza do nomeado. Imagine-se, por exemplo, o caso de nomes vexatórios, como Bucetildes, Cornildo, Restos Mortais de Catarina, Maria Privada de Jesus.

Segundo, os nomes próprios estão intimamente entranhados no aspecto pragmático da linguagem, ao se referir a João, no discurso, o enunciador e, muito provavelmente, o(s) interlocutor(es) possuem um conjunto bastante extenso de informações sobre o indivíduo nomeado, isso porque, na cena em que se processa o discurso, ao ser enunciado João é ativada toda uma complexa rede de conhecimento armazenado sobre o sujeito João, que podemos denominar de *frames*. Esses *frames* provavelmente não serão idênticos na mente de diferentes sujeitos, no *frame* da mãe de João estará uma série de conhecimentos complexos que serão em grande medida distintos dos conhecimentos que o *frame* da esposa de sujeito João aciona.

Por fim, a questão da motivação: muitos nomes próprios, sobretudo os topônimos, estão relacionados com projeções metonímicas – como o

caso de Dartmouth – ou metafóricas – como prenomes como Linda, Brisa, Sol, Rosa etc. Nesses casos, embora os objetos da nomeação não sejam capazes de reproduzir objetivamente os atributos dos referentes com que se relacionam, jamais poderão se descolar absolutamente do significado destes. Trocadilhos do tipo: *apareceu Aparecida; uma rosa para Rosa; eu corto árvores, o Tony, Ramos* deixam claro que os falantes são capazes de recuperar e relacionar os sentidos dos nomes comuns aos próprios, e como veremos adiante as evidências neurolinguísticas atestam essa tese.

Em suma, retomando os aspectos pragmáticos levantados anteriormente, podemos dizer que nomes próprios podem se referir a uma pessoa de gênero identificado ou não, a uma categoria de pessoas, a características próprias de uma pessoa. O significado original pode ou não ser recuperado, seja na motivação para atribuição do nome, seja em contextos específicos de uso, quando o valor semântico primitivo do nome pode ser recuperado no discurso. Assim, nomes próprios não possuem significado léxico declarado, mas exibem significados pressupicionais de vários tipos: categórico (nível), sentidos associativos/referenciais – introduzidos através do nome do portador ou através do nome –, sentidos emotivos e significados gramaticais.

Do ponto de vista da organização hierárquica do léxico na mente humana, estudos de neurocientistas têm trazido importantes contribuições para a compreensão dos nomes próprios nesse aspecto. Van Langendonk (2007, p. 107-116) apresenta três casos de evidências neurolinguísticas relacionadas aos nomes próprios. O primeiro caso refere-se a um estudo realizado com um paciente de 62 anos, afásico, em face de um dano cerebral. Semenza e Zettin (1988) relatam a incapacidade desse paciente de acessar vários tipos de nomes próprios. Além disso, diferentemente da maioria dos casos em neuropsicologia, a dissociação ocorreu, no caso desse sujeito, praticamente, de um modo *tudo ou nada*. O próprio paciente relatou uma queixa grave de que ele seria incapaz de recuperar nomes próprios, exceto os seus. Por sua vez, a acessibilidade de nomes comuns permaneceu totalmente intacta. Em testes de confrontação visual, o paciente nunca demonstrou qualquer dificuldade em associar a imagem de objetos a suas nomeações, porém a sua performance em nomes próprios foi completamente oposta. Quando lhe foi apresentada fotos de pessoas

famosas, seu desempenho foi de 0/20, ou seja, ele não foi capaz de recuperar nenhum nome sequer.

No entanto, ele foi capaz de fornecer uma quantidade razoável de informações acerca dessas personalidades, oferecendo, em todos os casos, detalhes corretos sobre a vida das pessoas – por exemplo, *Primeiro Ministro, ele é o primeiro socialista a assumir essa posição em nosso país* ou *poeta muito famoso, considerado o pai da nossa literatura*. (SEMENZA; ZETTIN, 1988) Neste tipo de teste, o paciente também não conseguiu recuperar nenhum topônimo. Mais uma vez ele foi capaz de fornecer uma vasta quantidade de informações sobre todos lugares apresentados nas imagens.

No teste em que lhe foi pedido para nomear a partir da definição – por exemplo, *O que é um meio de transporte com duas rodas?* –, o desempenho do paciente foi novamente extremamente pobre para nomes de pessoas e nomes de lugares, mas sem falhas para outros substantivos, indicando objetos inanimados, animais, frutas e legumes, partes do corpo, cores e entidades abstratas, bem como acessava facilmente adjetivos, verbos e alguns números.

Houve um contudo em relação aos nomes próprios: caso eles fossem homônimos – ou semelhantes – a nomes comuns, o paciente apresentou significativa capacidade de recuperação, por exemplo quando lhe foi perguntado *“Qual é o nome do compositor de Aida e Traviata? Seu nome nos lembra uma cor”*. Ele foi capaz de acessar o nome *Verdi* - *Verdi* significa *Verde* em italiano. No entanto, em quatro dos oito casos, ele também precisou de algum auxílio fonético, como a indicação da primeira letra do nome, uma estratégia que não ajudou em todos os outros testes com nomes próprios. (SEMENZA; ZETTIN, 1988, p. 717)

Os autores concluíram que os dados de sua pesquisa revelam que os nomes próprios se referem apenas a entidades, não fornecem qualquer descrição e carecem de qualquer ligação com redes conceituais. Eles adicionam o exemplo: Ronald Reagan refere-se apenas ao portador deste nome e não o faz fornecer qualquer outra informação. No entanto, algo semelhante poderia ser dito de pronomes pessoais e demonstrativos. Porém, o paciente em questão não apresentou qualquer dificuldade com pronomes.

Os resultados neurolinguísticos de Semenza e Zettin (1988) não corroboram a tese de que nomes próprios possuem um significado categórico – por exemplo: pessoa do sexo masculino, acidente geográfico, cidade, país etc. Por outro lado, os dados proporcionam a alegação de que nomes próprios podem exibir algumas associações semânticas em relação ao referente – por exemplo: *poetisa muito famosa* – ou associações com a forma fonética – por exemplo: *Verdi*.

O segundo caso, um estudo empreendido por Bayer (1991), revela, entretanto, que nem todos os afásicos que têm dificuldades com nomes próprios reagem da mesma maneira, aparentemente porque a natureza do distúrbio pode variar. Os dados apresentados pelo autor provêm de um paciente alemão que sofre de dislexia profunda. O termo “dislexia” refere-se à dificuldade de leitura sem que o paciente apresente qualquer outra limitação ou alteração das capacidades cognitivas. Por sua vez, a dislexia profunda ou fonológica caracteriza-se pela ocorrência dos chamados erros semânticos, por exemplo, a pessoa lê *carro* em lugar de *roda*. Isso significa que o paciente pode ler textos escritos através de uma rota exclusivamente semântica e não por meio de uma transmissão de grafemas ao fonema. Algumas consequências dessa patologia são: (a) regularmente, paralexias são usadas, (b) embora, graficamente plausíveis, palavras sem sentido não podem ser lidas, e (c) palavras com um significado abstrato e palavras ou morfemas gramaticais são identificadas com muito maior dificuldade do que palavras com um significado concreto.

A paralexia semântica ocorre quando o sujeito, ao invés de ler a palavra escrita, produz uma palavra diferente, mas com um significado relacionado com a que está grafada. Nesse tipo de distúrbio, os substantivos comuns dão origem a paralexias como: diante da palavra escrita *filha*, é possível que o paciente leia a palavra *irmã*, ao ver grafada a palavra *martelo* o paciente reconhece/lê *machado*, *solo* pode ser lido como *terra*, *aço* como *ferro*. Isso significa que o paciente analisa a palavra visualmente e, após esse estágio de processamento, acessa diretamente seu repertório semântico.

No caso de nomes próprios o que acontece, em princípio, é que o paciente se torna incapaz de ler os nomes próprios em voz alta, e isso vale

para os prenomes, sobrenomes, nomes de cidades, de pessoas famosas, enfim, todos os nomes que integram o campo onomástico. E diferentemente do que ocorre com nomes comuns não há acessibilidade semântica via paralexias. O paciente se vê incapacitado de transformar o que é lido em uma saída pronunciável. Porém, no caso de um antropônimo, por exemplo, um prenome, o paciente é capaz de reconhecer que se trata de um primeiro nome e qual é o gênero do portador nome. As relações paradigmáticas que permitiriam a associação semântica, gerando o acesso através de uma paralexia, são praticamente impossíveis, haja vista a extensão do paradigma. O recurso ao gênero não fornece uma rede suficiente limitada de associações que permitisse que uma substituição lexical fosse feita.

Por sua vez, sobrenomes geram uma maior capacidade de leitura através de paralexias, uma vez que muitos deles são homônimos de nomes comuns – Pereira, Oliveira, Lobo, Costa, Coelho, Carneiro etc. Esse estudo levou Bayer (1991) a concluir que, quanto aos nomes próprios, o sistema semântico parece estar vazio.

No entanto, em contraste com o paciente de Semenza e Zettin (1988), o disléxico profundo foi capaz de especificar características genéricas como pessoa, masculino, feminino, cidade ou país. Com base nesse argumento, Bayer (1991) enfatiza que a análise teórica dos nomes próprios deve reconhecer que, no caso de nomes próprios, existe algo como um sentido categórico lexical mínimo especificando nomes de pessoas, nomes de cidades, nomes de países e similares, nesse caso, sempre acessando termos de nível básico, por exemplo: Amazonas/rio, Evereste/montanha, Tukson/carro.

O fato de Semenza e Zettin (1988) não terem encontrado o significado categórico de nomes próprios em seu paciente se deve provavelmente à natureza do seu dano neurológico, uma vez que estudos com outros pacientes afásicos, com testes usando figuras de pessoas e lugares ou descrições, levaram ao acesso automático a termos/significados do nível básico.

O estudo de Bayer (1991) sobre dislexia profunda, assim como a investigação de Semenza e Zettin (1988) sobre afasia, revelou que o paciente ainda pode fazer certas associações com nomes que se referem principalmente a pessoas ou lugares conhecidos, por exemplo, ao ler nomes

próprios como Vietnã, Austrália, José, Veneza, Madona, respostas como *não acredito em guerra, longe... cangurus, meu pai, já estivemos lá nas férias, gosto de música*, são respectivamente alguns exemplos de associações encontradas. Essas reações não são paralexias, mas são comentários que levam diretamente a um referente. Van Langendonk (2007) chama essas respostas de significado associativo ligado ao referente.

O terceiro caso diz respeito a um estudo desenvolvido por Miceli e demais autores (2000) em um paciente com lesão do lobo temporal esquerdo, devido a um traumatismo craniano. O paciente relatou que, depois de dois anos após o trauma, a única queixa era acerca de uma grande dificuldade em acessar nomes de pessoas. Os nomes utilizados nos experimentos com esse paciente foram de personalidades históricas e celebridades contemporâneas. O paciente teve um desempenho significativamente menor aqui do que com substantivos comuns. Outros testes revelaram que isso se deveu à perda de conhecimento sobre as pessoas. Para Van Langendonk (2007), isso significa que o significado associativo ligado ao referente pode constituir uma característica importante de nomes próprios, pelo menos em relação aos antropônimos; no entanto, isso não necessariamente implica que esse sentido associativo determina a referência do nome.

Seguindo as conclusões de Van Langendonk acerca dessas evidências neurolinguísticas disponibilizadas por esses estudos, podemos inferir que substantivos próprios, de fato, não possuem significado lexical semelhante a dos substantivos comuns, lembrando as definições tomadas de Lyons (1978) e Mattoso Câmara Júnior (1997).

Os resultados também corroboram o caráter referencial dos nomes próprios, uma vez que é um substantivo que denota uma entidade única no nível da convenção linguística estabelecida para torná-lo psicossocialmente saliente dentro de uma dada categoria de nível básico – homens, mulheres, montanhas, rios, cidades, países. Acerca dos nomes próprios de pessoas, antropônimos, os estudos ressaltam a evidência de que a marca de gênero é relevante, pois ser pessoa do sexo masculino ou feminino foi uma categorização encontrada entre disléxicos profundos. Em relação aos nomes próprios de lugar, o gênero não parece ser uma informação

relevante para sua categorização. Isso nos parece bastante óbvio uma vez que o gênero masculino e feminino é uma categorização central da espécie humana, enquanto que, nos topônimos, a incidência do gênero – nas línguas em que há – é uma categorização no nível da gramática e não inerente à natureza dos referentes.

Outra conclusão a que podemos chegar é a de que se confirma a existência de um significado associativo em nomes próprios, tanto do tipo fonético (*Verdi/Verde*), quanto do tipo referencial (*Vietnã/guerra*). Para Van Langendonk (2007), existe uma diferença entre as associações do tipo referencial e as do tipo de nível básico – homem, mulher, cidade, país – e, para ele, isso deve a uma distinção entre dois tipos de memórias estabelecidas por Tulving (1972 apud VAN LANGENDONK, 2007): 1) a memória semântica, na qual se assentam as informações acerca dos nomes comuns e também os significados categóricos de nível básico, sendo essa de caráter atemporal e convencional, portanto compartilhada por outros falantes; e 2) a memória episódica, relacionada às experiências pessoais dos indivíduos, tendo, portanto, limites temporais em relação ao estoque de memórias de eventos.

A memória episódica, sendo autobiográfica é, destarte, diferente de indivíduo para indivíduo, o nome Renée pode ser associado à *mãe* ou à *avó*, por um filho e por um neto respectivamente. Pode-se então dizer que essa associação referencial está relacionada ao uso da língua e ao contexto pragmático em que se dá a inserção dos nomes próprios. Assim, concordamos com Van Langendonk (2007), quando diz que as associações que alguém pode fazer com um determinado nome próprio pertencem ao uso da língua, uma vez que diferem de uma situação de fala para outro. Assim, podemos concluir que todas as associações de um nome próprio, excetuando-se as categóricas, pertencem à memória episódica.

Nesses estudos, fica evidenciada a fundamental discrepância encontrada acerca do acesso a nomes comuns e nomes próprios em nossa memória, o que sugere fortemente que o significado categórico, que seria um tipo de significado compartilhado por ambos os tipos de substantivos – comuns e próprios –, não pode ser o significado que defina e baste para categorizarmos nomes próprios. Contudo, não se pode ignorar que,

de fato, há certa aproximação, no sentido de que ambos podem acessar a memória semântica, ainda que, no caso dos nomes próprios, esse acesso traga um tipo de informação de nível básico que não supre as necessidades comunicativas e operacionais desse tipo de substantivo no seu uso.

## **Antropônimos, esquemas e cognição**

Na seção anterior, pudemos entender que substantivos comuns e substantivos próprios estão estocados em nossa mente de maneira distinta e que possuem diferentes rotas de acesso às memórias semântica e episódica. Nesta seção, buscaremos mostrar que, apesar das diferenças entre substantivos comuns e próprios, evidenciadas pelos estudos de casos de distúrbios neurológicos que afetam particularmente os nomes próprios, também estão armazenados, na nossa memória, esquemas construcionais, que permitem a geração de novas palavras, e que esses esquemas ou modelos de esquemas são compartilhados por ambos os grupos de substantivos. Tentaremos entender por que esses esquemas podem ser compartilhados.

Com base no que se sabe acerca da aquisição da linguagem, Booij (2012, p. 4, tradução nossa) afirma que “esquemas morfológicos são adquiridos com base em um conjunto de palavras complexas memorizadas, isto é, palavras complexas totalmente especificadas”. Assim, o falante do português primeiro adquire nomes individuais em *-ismo* como *socialismo*, *imperialismo*, *arcadismo* e, após uma exposição suficiente a um conjunto de palavras com semelhante formação, o esquema de nomes em *-ismo* pode ser apreendido, o que dará ao falante a capacidade de compreender e gerar novos nomes instanciados por esse esquema.

O mesmo se dá com nomes próprios de pessoas: o falante do português primeiro adquire nomes individuais e, após uma exposição suficiente a um conjunto de palavras com semelhante formação, o esquema de nomes pode ser apreendido. Desse modo, após a incorporação de nomes como *Adalberto*, *Alberto*, *Roberto*, *Aguinaldo*, *Arnaldo*, *Geraldo*, *Edgar*, *Edmar*, *Edmundo* ao seu léxico antroponímico, os falantes do português

brasileiro teriam generalizado esquemas que permitiram a construção de nomes próprios neológicos como *Rosibeto*, *Rosualdo*, *Edrose*.<sup>3</sup>

Esquemas construcionais podem ser descritos como capazes de especificar as informações previsíveis acerca das classes de itens lexicais complexos totalmente enquadrados no esquema, e especificar como novas palavras complexas podem ser cunhadas. Esse modelo, adotado por Booij (2010, 2012, 2017) para o desenvolvimento do que designa de Morfologia Construcional (MC), leva em consideração o fato de que o conhecimento de esquemas morfológicos abstratos depende do conhecimento e armazenamento mental de um conjunto de palavras complexas que instanciam esses padrões. Assim, esquemas morfológicos não devem ser vistos como mecanismos formais para alcançar representações lexicais maximamente particularizadas – por exemplo, lexicalizações idiosincráticas. Em vez disso, têm duas outras funções: por um lado, motivam a existência de um conjunto relevante de palavras complexas e, por outro, preveem como esse conjunto pode ser estendido. A função motivadora de esquemas tem o efeito de reduzir o grau de arbitrariedade das relações forma-significado no léxico. Desse modo, esquemas também estruturam o léxico em nossa memória.

Por exemplo, o esquema para o português de substantivos em *-ismo* define uma família de palavras que compartilham propriedades comuns, e, portanto, fornece uma estrutura parcial ao léxico da língua. Esquemas morfológicos, além de terem a função de especificar como novas palavras complexas podem ser formadas, reduzem a demanda de memória para armazenamento do léxico, uma vez que, como já foi dito, minimizam o grau de arbitrariedade no conjunto de correspondências entre forma e significado.

Tanto o léxico comum quanto o léxico próprio, em particular o antropônimo, fazem uso de esquemas construcionais. Estudos no âmbito da MC têm sido abundantes no que se refere ao léxico comum, dando

---

3 Esses nomes, embora pareçam exóticos e que, por isso, poderiam ter um caráter esporádico na língua, revelam na verdade esquemas bem produtivos de antropônimos com surgimentos nas décadas de 1930 e 1940, no Brasil, e que permanecem ativos até os dias atuais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2016)

conta tanto de processos concatenativos de formação de palavras como: prefixação, sufixação, composição; quanto de processos não concatenativos como: truncamento, *blend*, *splinter*, analogia; trazendo a descrição de esquemas construcionais que permitem a geração de uma infinidade de palavras na língua portuguesa.

Nos estudos da antroponímia no Brasil, deparamo-nos com uma infinidade de prenomes de caráter inovador e, ao estudá-los, podemos perceber padrões construcionais que permitem a formação de muitos desses novos prenomes no país. Partindo do pressuposto de que esquemas construcionais são adquiridos através de generalizações sobre instanciações plenamente especificadas, como dito anteriormente, depreendemos, em relação aos antropônimos, que após a incorporação ao acervo lexical de nomes tradicionais como *Adalberto*, *Alberto*, *Roberto*, os falantes do português brasileiro teriam generalizado o seguinte esquema:

$$[[X_{FA} - berto_{FA}]_{NP} \leftrightarrow [\text{nome de pessoa do sexo masculino associado a } X_{FA}]]_{NP}^4$$

Assumimos, aqui, que foi a fixação desse esquema que permitiu a construção de nomes próprios neológicos, como *Diberto*, *Igoberto*, *Joseberto*, *Mariberto*, *Rosiberto*,<sup>5</sup> entre outros.

Algo muito semelhante ocorre com os nomes comuns, depois da aquisição de uma série de nomes com sufixo *-dor*, por exemplo,

$$[[X_{vi} - dor]_{S_j} \leftrightarrow [\text{Agente envolvido em SEM}_{vi}]]_j$$

Observamos, contudo, que os esquemas se alçam a um nível de abstração em que a contraparte semântica será uma associação de nível básico. No caso dos prenomes teremos “pessoa do sexo masculino”. Também no caso dos esquemas sufixais, como o caso de *-dor*, pode-se dizer que a categoria “agente” também funciona como significado de nível básico,

4 As siglas usadas nesses esquemas correspondem a: formativo antroponímico (FA); nome próprio (NP).

5 Todos os nomes citados foram encontrados em registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

que por sua vez pode ser especificado em subesquemas “agente humano”, “agente objeto”, “agente beneficiário” etc., mas, mesmo nesses casos, ainda estamos falando de uma contraparte semântica de nível básico. Somente as instanciações de um esquema é que de fato assumirão a complexidade léxica que lhes possibilitará acionar associações de diferente natureza – semânticas, referenciais, fonéticas etc. –, por isso são consideradas plenamente especificadas.

O paralelo entre o conjunto de esquemas construcionais acionados por nomes comuns e nomes próprios poderá ser mais bem compreendido a partir do conjunto de exemplos que trazemos a seguir, explorando, nesse caso, os processos genolexicais que incidem sobre substantivos comuns e próprios e como elementos de natureza morfológica desses dois conjuntos terminam por sofrer intercâmbios bastante produtivos, demonstrando que os esquemas construcionais de alguma forma estão a serviço de ambos.

Do ponto de vista dos processos de construção, substantivos neológicos apresentam significativa variedade de esquemas tanto de natureza concatenativa – utilizando elementos cujo estatuto morfológico já está convencionalizado na língua – quanto de natureza não concatenativa – utilizando formativos oriundos de partes de vocábulos comuns ou próprios – que não são reconhecidos na língua como componentes morfêmicos.

Para esse estudo, traremos um conjunto de exemplos de substantivos considerados neológicos,<sup>6</sup> no sentido de não estarem dicionarizados, tanto comuns<sup>7</sup> quanto próprios,<sup>8</sup> que ativam esquemas construcionais de diferentes naturezas morfológicas, concatenativos e não concatenativos.

---

6 O termo neológico para antropônimos é bastante ineficaz, uma vez que, embora não estejam dicionarizados, nomes como *Anamália*, *Analice*, *Joilson*, *Graciane*, tem seus primeiros registros no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 e continuam em uso no país. No entanto, para fazer um paralelo com os nomes comuns manteremos o uso do termo.

7 Os exemplos de substantivos comuns neológicos foram coletados em memes e postagens no Facebook.

8 Os exemplos de substantivos próprios (prenomes) inovadores foram coletados do *corpus* do projeto *Dicionário de nomes do Brasil*.

Sobre os esquemas de natureza concatenativa, são recorrentes os de tipo composicional e derivacional e podem ser representados, com Booij (2010), genericamente como:

- a) composição:  $[[X]_x [Y]_y]_s$
- b) sufixação:  $[[X]_x Y]_y$
- c) prefixação:  $[X [Y]_y]_y$

Nos esquemas *a*, *b* e *c* as variáveis *X* e *Y* representam sequências fonológicas, e os subscritos  $_x$  e  $_y$ , categorias lexicais.

O esquema geral dos compostos, em *a*, representa a generalização de que na composição, a etiquetagem lexical de seus constituintes pode ser variada, mas a instanciação resultante do processo sempre será um substantivo em português, o subscrito  $_s$ , incidente sobre o produto do esquema, informa esse estado da questão. Abaixo podemos ver alguns exemplos de neologismos comuns e próprios que foram construídos por esquema composicional:

- (1)  $[[bolsa]_s [bandido]_s]_s [[pobre]_s [fobia]_s]_s [[bolsa]_s [larica]_s]_s$
- (2)  $[[Brisa]_s [mar]_s]_{NP} [[Flor]_s [maria]_s]_{NP} [[Rosa]_s [luz]_s]_{NP}$
- (3)  $[[Ana]_{FA} [célia]_{FA}]_{NP} [[Ana]_{FA} [amélia]_{FA}]_{NP} [[Ana]_{FA} [luz]_s]_{NP}$

Os exemplos acima elencados dão conta de que esquemas construcionais de natureza composicional são usados por ambos os tipos de substantivos, comuns e próprios. No caso, dos nomes próprios, há uma distinção entre os conjuntos vistos em (2) e (3), uma vez que no primeiro caso temos a composição de prenomes com uso exclusivo de substantivos do léxico comum; por seu turno, em (3) os compostos se utilizam tanto exclusivamente de elementos pertencentes ao léxico antropônimoico (Anacélia, Anamélia), quanto podem fazer mescla de elementos do léxico comum com elementos do léxico próprio (Analuz). Vale dizer ainda

que os nomes em (3) demonstram que tanto processos justapositivos (Anacélia, Analuz) quanto processos aglutinativos (Anamélia), descritos em manuais de morfologia lexical para nomes comuns, são também possibilitados pelos esquemas construcionais antroponímicos.

O esquema da prefixação também parece servir ao léxico comum e próprio, muito embora, no caso dos antroponímicos, não se possa assumir que o elemento que ocupa regularmente a margem esquerda dos prenomes seja denominado de prefixo segundo os pressupostos da morfologia lexical tradicional. Os prefixos no léxico comum são em grande medida elementos de natureza lexical, inclusive sendo denominados por Mattoso Câmara Júnior (1997, p. 119) de “uma espécie de semantema subsidiário” que se posiciona à margem esquerda do semantema básico, ou seja, do radical, raiz ou tema. No caso dos nomes próprios não se pode pleitear a existência de um semantema, seja básico, seja subsidiário. O que se pode encarar como um processo prefixal na antroponímia diz respeito a elementos que ocupam sempre a margem esquerda das construções, ou seja, no esquema da prefixação:  $[X [Y]_Y]_Y$  equivaleriam ao elemento X. Observemos os exemplos a seguir:

(4) [Anti [qualificados]<sub>A</sub>]<sub>A</sub> [Des [bolsonário]<sub>S</sub>]<sub>S</sub> [Procto [jornalismo]<sub>S</sub>]<sub>S</sub>

(5) [[Ed]<sub>FA</sub> [van]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Ed]<sub>FA</sub> [jane]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Ed]<sub>FA</sub> [nilton]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>

(6) [[Ad]<sub>FA</sub> [van]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Ad]<sub>FA</sub> [lane]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Ad]<sub>FA</sub> [milson]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>

(7) [[Il]<sub>FA</sub> [van]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Il]<sub>FA</sub> [nara]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Il]<sub>FA</sub> [vando]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>

Em (4), encontramos três prefixos do léxico comum sendo empregados em construções inovadoras e que, por sua vez, não levam nenhum tipo de etiqueta morfossintática, já que o produto, quase sempre, será determinado pela categoria gramatical da base – semantema básico. Já nos casos em (5), (6) e (7), optamos por etiquetar os elementos da construção com índice <sub>FA</sub> – formativo antroponímico –, já que nesses casos, os formativos são depreendidos do próprio léxico onomástico pessoal, sendo,

portanto, habilitados a integrar um esquema construcional cujo produto será um nome próprio de pessoa.

Os elementos da margem esquerda na construção antroponímica podem gerar nomes de pessoas do sexo masculino (Edmilton, Admilson, Ilvando), do sexo feminino (Edjane, Adlane, Ilnara) ou ainda de gênero<sup>9</sup> indefinido (Edvan, Advan, Ilvan). Isso se deve ao fato, por nós observado, de que, em português, é o elemento da margem mais à direita que carregará a incumbência de oferecer alguma informação sobre o gênero do nome, demonstrando certa similaridade com os elementos sufixais do léxico comum que também possuem, em geral, esse atributo.

Os formativos antroponímicos da margem esquerda que, portanto, encaixam-se no esquema da prefixação em português, podem ser associados tanto a formativos antroponímicos parcialmente presos (*-van, -nara, -lane, -milson*) ou a antropônimos plenos (Jane, Nilton, Vando). O que estamos chamando de parcialmente presos são aqueles formativos que podem ocorrer como formas livres, na condição de prenomes ou de hipocorísticos, tendo presença registrada nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas, em geral, como uma frequência inferior à sua produtividade em outras instanciações, considerando a sua incorporação em esquemas construcionais antroponímicos na margem direita.

Assim, os esquemas de sufixação parecem ser de extrema relevância para a formação do léxico antroponímico, pois como dissemos acima, na

---

9 É de longa data que os termos gênero e sexo suscitam debates acerca de sua aplicação nos estudos linguísticos. Quando se trata de nomes de pessoas e, portanto, seres sexuados, esse problema poderia parecer simples de resolver. Contudo, em face da nossa realidade socio-cultural, não podemos assumir que é uma questão biológica e, prontamente, adotarmos a dicotomia sexo masculino e sexo feminino. Para se ter uma ideia, o IBGE aponta que existem 2.117 pessoas do sexo masculino registradas sob o nome de *Juliana*, em oposição à 562.598 pessoas do sexo feminino, sendo esse o 29º nome mais popular no Brasil, considerando-se homens e mulheres, e o 6º, considerando-se apenas as mulheres. Não se sabe, por exemplo, quantos desses 2.117 registros se tratam de fato de casos de nomes sociais associados à identidade de gênero e quantos se refere a pessoas do gênero/sexo masculino que possuem esse nome, ou ainda quantos podem ser decorrentes de um erro de registro na coleta dos dados do censo. Em suma, a questão é complexa e ainda estamos debatendo como abordar a questão de forma mais eficiente em nossos dados, por hora, faremos uso variado dos termos sexo e gênero considerando a pertinência de cada caso nesse texto.

maioria dos casos, são eles que irão comportar a categorização de gênero. No caso do léxico comum, para além do gênero os sufixos costumam comportar a informação de natureza morfossintática, enquadrando as instâncias em uma dada classe gramatical. Também podemos dizer que os formativos antroponímicos da margem direita ao se circunscreverem ao léxico onomástico pessoal também carregam essa etiqueta morfossintática. O esquema da sufixação  $[[X]_X Y]_Y$  apresentado por Booij (2010), traz o sufixo Y sem indexação morfossintática uma vez que a teoria é baseada em palavras e não morfemas, contudo, fica claro que a indexação do produto está intimamente relacionada à natureza morfossintática do sufixo. Os exemplos abaixo elucidarão mais a questão.

(8)  $[[broxa]_A ento]_A$   $[[chinelos]_S agem]_S$   $[[felina]_A ista]_S$

(9)  $[[falso]_A iane]_A$   $[[Chato]_A iane]_A$   $[[sonso]_A iane]_A$

(10)  $[[bosta]_S ildo]_S$   $[[corno]_A ildo]_S$   $[[alieno] ildo]_S$

(11)  $[[Cleide]_{FA ane}]_{NP}$   $[[Graci]_{FA ane}]_{NP}$   $[[Juci]_{FA ane}]_{NP}$

(12)  $[[Eden]_{FA ildo}]_{NP}$   $[[Vande]_{FA ildo}]_{NP}$   $[[Mari]_{FA ildo}]_{NP}$

(13)  $[[Juli]_{FA mar}]_{NP}$   $[[Luci]_{FA mar}]_{NP}$   $[[Eleo]_{FA mar}]_{NP}$

Nos conjuntos de dados acima, podemos verificar algumas informações relevantes. Primeiro que, nas construções de nomes comuns (8), (9) e (10), a última vogal, chamada temática ou atualizadora do léxico, será destacada da lexia para o encaixe morfofonológico do sufixo. No caso dos nomes próprios, o formativo antroponímico pode sofrer algum tipo de acomodação fônica (*Vando/a* > *Vande*), mas não há regularidade inerente ao processo.

Em (9) e (10), observamos um processo de grande relevância para o estudo dos esquemas construcionais de nomes próprios e comuns, pois, nesses dois casos, temos um formativo de natureza antroponímica sendo usado para a construção de nomes comuns, demonstrando que os léxicos

próprio e comum compartilham além de modelos esquemáticos, os elementos formativos que podem migrar de um tipo de léxico ao outro.

Quanto ao gênero, podemos afirmar que a maior parte dos formativos da margem direita são categorizadores nesse aspecto; pacientes falantes do português brasileiro com afasias relacionadas a nomes próprios, provavelmente, não teriam dificuldade de reconhecer que, em (11), trata-se de pessoas do sexo feminino e que em (12) pessoas do sexo masculino. Já em (13), seria interessante observar se o formativo da margem esquerda pode influenciar nesse tipo de categorização, por exemplo, Josemar seria lido como nome masculino enquanto Julimar seria feminino? São perguntas a serem levantadas pelos neurolinguistas.

Dentre os processos identificados como não concatenativos, aquele que é mais comumente abordado nos manuais de morfologia é a hipocorização, que se refere ao processo em que se reduz o nome por perda fônica – aféreses, sínopes, apóopes – ou, ainda, por reduplicação de sílabas tônicas ou átonas do nome. De acordo com Gonçalves (2006, p. 8), é um processo morfológico pelo qual “[...] antropônimos são encurtados afetivamente, resultando numa forma diminuta que mantém identidade com o prenome ou com o sobrenome original”. Muitos prenomes neológicos no Brasil têm surgido desse processo, por exemplo: *Cacá, Cau, Dedé, Ed, Fafá, Mari, Nina, Titi, Zé, Zezé* etc. Nesse caso, os substantivos comuns que sofrem processo semelhante são designados de truncamentos ou *clippings*, do tipo *refri (refrigerante), delega (delegado), cervá (cerveja), moto (motorista)*, entre outros. Porém, no caso dos nomes próprios parece haver maior liberdade no processo de redução do nome; a reduplicação de sílabas, por exemplo, não aparece como uma opção morfológica tão frequente entre nomes comuns.

Outro processo não concatenativo bastante produtivo em português, tanto para nomes comuns quanto próprios, é o cruzamento vocabular, também identificado como *palavras-valise* (ALVES, 1990) e *blends*. (FANDRYCH, 2008) Embora surjam da fusão de duas palavras-matrizes e, por esse motivo, podem se parecer com processos de composição por aglutinação, os cruzamentos vocabulares possuem alguns aspectos importantes que os diferenciam da composição. Em primeiro lugar, as

aglutinações em compostos parecem ser processos que decorrem de erosão fônica de palavras justapostas ao longo do tempo, sendo, portanto, fruto de uma evolução histórica. Já os casos dos cruzamentos vocabulares parecem decorrer da imediata alteração no corpo fônico dos vocábulos envolvidos na formação.

Em segundo lugar, os cruzamentos vocabulares, sobretudo no caso dos antropônimos, possuem muito menos transparência do que os compostos. Comparemos, então, os casos de composição: *Anajulia*, *Rosaflor*, *Luzmaria*, *Maraclara* e *Analuz* com os cruzamentos vocabulares: *Adilan*, *Edívia*, *Julícia*, *Orlângela*, *Valdilane*. Nesses últimos exemplos, caso não tenhamos o relato dos criadores dos nomes, não é possível ter certeza de quais nomes estão implicados na combinação, de modo que podemos apenas supor.

O esquema construcional dos cruzamentos vocabulares pode ser semelhante ao da composição em nomes comuns, mas terá de incorporar um aspecto formal que evidencie as perdas ou conjunções fônicas decorrentes do processo. Assim, nos exemplos a seguir, tentaremos descrever como se dá a construção nesse tipo de processo, usando o sobrescrito para marcar os elementos fônicos descartados ou que se sobrepõem nas instanciações.

(14) [[fa<sup>mília</sup>]<sub>S</sub> [milícia]<sub>S</sub>]<sub>S</sub> [[patri<sup>ota</sup>]<sub>A</sub> [otário]<sub>A</sub>]<sub>A</sub> [[agro]<sub>S</sub> [abo<sup>brinha</sup>]<sub>S</sub>]<sub>S</sub>  
[[palhaç<sup>o</sup>]<sub>S</sub> [pass<sup>eata</sup>]<sub>S</sub>]<sub>S</sub>

(15) [[estelionat<sup>o</sup>]<sub>S</sub> [Nat<sup>ália</sup>]<sub>NP</sub>]<sub>A</sub> [[anivers<sup>ário</sup>]<sub>S</sub> [Elisa]<sub>NP</sub>]<sub>S</sub> [[maconh<sup>a</sup>]<sub>S</sub>  
[Manu<sup>ela</sup>]<sub>NP</sub>]<sub>S</sub> [[pai]<sub>S</sub> [Su<sup>plicity</sup>]<sub>NP</sub>]<sub>S</sub>

(16) [[Corinthi<sup>ans</sup>]<sub>FA</sub> [Enzo]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Juli<sup>ana</sup>]<sub>FA</sub> [Let<sup>ícia</sup>]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Orlan<sup>do</sup>]<sub>FA</sub>  
[Ângela]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> [[Suzan<sup>a</sup>]<sub>FA</sub> [San<sup>dro</sup>]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>

Os cruzamentos vocabulares acima demonstram que é comum que os itens lexicais que se combinam possuam certa similaridade fônica e, nesses casos, será nesse ponto em que se dará a quebra não morfêmica do vocábulo; *família*, *patriotário*, *estelionatália*, *Orlângela*, *Suzandro* são

exemplos desse fenômeno. Mas, como se pode ver, não existe condicionamento fonológico obrigatório para os cruzamentos vocabulares já que, em muitos deles, os vocábulos que se unem no esquema não possuem qualquer similaridade fonética.

Em (14), podemos ver que o esquema atua sobre nomes comuns; em (15), forma nomes comuns com elementos do léxico próprio e comum; em (16), formam-se nomes próprios a partir de outros nomes próprios. No levantamento de nomes neológicos no Facebook, esse foi o segundo processo mais produtivo,<sup>10</sup> gerando inclusive topônimos como *Sobradisney-Sobradinho (DF)* e *Disney*.

Há, certamente, um número muito maior de cruzamentos vocabulares no sistema antroponímico do português brasileiro, haja vista que a fusão de dois nomes de parentesco ou de figuras de homenagem é um processo construcional reconhecido como recorrente entre prenomes no Brasil. Contudo, esses casos são muitas vezes opacos quanto aos seus nomes geradores, por exemplo, Francitônia, que nos parece ser um caso de cruzamento vocabular, seria uma fusão de Antônia com que outro nome: Francisco, Francisca, Francine, Francélio, Francleide ou com qualquer outro nome que comporte o formativo *Franci-*? Na falta de informação sobre os nomes originários, a única evidência linguística é o formativo que, em muitos casos, comporta-se como um *splinter* já que é capaz de instanciar uma série de prenomes.

Os *splinters* têm sido formativos bastante atuantes nos processos de formação de antropônimos no Brasil. *Splinter* designa o fenômeno que consiste em tomar partes de palavras – não identificadas como morfemas

---

10 Em um mês de pesquisa no Facebook foram encontrados muitos exemplos de cruzamentos vocabulares envolvendo apenas nomes comuns, como: *familiciana* (*família* + *miliciana*); *cintaralho* (*cinta* + *caralho*); *fabulasticamente* (*fabuloso* + *fantasticamente*); *coxotários* (*coxinha* + *otários*); *fakeada* (*fake* + *facada*); *presifake* (*presidente* + *fake*); *cornupto* (*corrupto* + *corrupto*); *fakeriado* (*fake* + *feriado*); *vagaranha* (*vagabunda* + *piranha*); *ambulancha* (*ambulância* + *lancha*); *idolojinha* (*ideologia* + *lojinha*); *diprimata* (*diplomata* + *primata*); *chorrindo* (*chorando* + *rindo*); envolvendo nomes comuns e próprios: *chattoso* (*chato* + *Mattoso*); *inflávio* (*inflável* + *Flávio*); *Olavasno* (*Olavo* + *asno*); *Micheque* (*Michele* + *cheque*); *Michele Recebichek* (*receber* + *cheque*); *Bostanaro* (*bosta* + *Bolsonaro*); *Boçalnaro* (*boçal* + *Bolsonaro*); *Bolsuíno* (*Bolsonaro* + *suíno*); *Sobransheila* (*sobancelha* + *Sheila* – nome de um salão de beleza); *Prezão* (*preso* + *Pezão*); e envolvendo apenas nomes próprios: *Bolsoline* (*Bolsonaro* + *Mussoline*); *Jairzabel* (*Jair* + *Izabel*).

– para, a partir delas, formar outras palavras. Nas palavras de Lehrer (1998), *splinter* é um pedaço, não necessariamente morfêmico, tomado de uma forma modelo, que aparece em novas construções lexicais como, por exemplo, *-gate* (*Watergate, irangate* etc.) e *-thon* (*marathon, bikathon* etc.).

Gonçalves (2016) trata os *splinters* como novos formativos que surgem na língua, categorizando-os, com base em Szymanek (2005), como afixos que, por si só, estabelecem-se nas línguas, pois os falantes começam a percebê-los como tal a partir de um grupo de palavras existentes – nativas ou estrangeiras.

Os *splinters* podem advir de processos de truncamento ou de cruzamento vocabular. Para tanto, basta que o formativo em questão assuma tal capacidade produtiva na língua de modo que passe a ser reconhecido como um constituinte morfológico e a ser utilizado para a instanciação de uma série de itens lexicais. Atualmente, no Facebook, o *splinter* de maior produtividade é *bolso-*, proveniente do sobrenome do presidente eleito nas últimas eleições, *Jair Bolsonaro*.

O esquema  $[[\text{bolso}]_{\text{FA}}\text{X}]_{\text{Y}}$  tem gerado um sem número de neologismos, como:

Quadro 1 – Exemplos de *splinter*  $[[\text{bolso}]_{\text{FA}}\text{X}]_{\text{Y}}$

|                    |                     |                     |
|--------------------|---------------------|---------------------|
| <i>Bolsominion</i> | <i>Bolsocoiso</i>   | <i>Bolsomico</i>    |
| <i>Bolsoshake</i>  | <i>Bolsolúcifer</i> | <i>Bolsomerda</i>   |
| <i>Bolsogate</i>   | <i>Bolsogatas</i>   | <i>Bolsokids</i>    |
| <i>Bolsotralha</i> | <i>Bolsomiau</i>    | <i>Bolsolândia</i>  |
| <i>Bolsovômito</i> | <i>Bolsoburro</i>   | <i>Bolsolão</i>     |
| <i>Bolsocheio</i>  | <i>Bolsomitose</i>  | <i>Bolsolteiros</i> |
| <i>Bolsofilho</i>  | <i>Bolsomacanha</i> | <i>Bolsolixo</i>    |

Fonte: elaborado pela autora.

A formação de *splinters* é, portanto, um fenômeno recorrente no léxico comum da língua portuguesa e não há motivos para que imaginemos que ele não possa ocorrer também no léxico onomástico. Em Simões Neto e Soledade (2018), artigo que investiga as construções *X-son* do ponto de

vista sócio-histórico, morfológico e construcional no português brasileiro, os autores demonstram, com base nos dados do IBGE, que antes mesmo que o esquema construcional para antropônimos com o formativo *-son* ganhasse produtividade entre os nomes neológicos no Brasil, os *splinters -ilson ~ -elson*, destacados dos nomes/modelos Nilson e Nelson, já encontravam grande repercussão na neologia antroponímica brasileira, por exemplo: Adilson, Deilson, Joilson etc.

Assim sendo, podemos observar alguns esquemas em que atuam *splinters* tanto no léxico comum como no próprio:

(17)[X [-nazi]]<sub>s</sub>: *feminazi, coisonazi, bolsonazi, memenazi, machonazi, illuminazi*

(18) [[Franci-]<sub>FA</sub>X]<sub>NP</sub>: Francitonia, Francivaldo, Francileide, Francineide, Francinaldo

(19)[X [-erson]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub>: Deverson, Djanderson, Joerson, Cleverson, Talerson, Maerson

Em (17), temos o *splinter -nazi* retirado de *nazista, nazismo*, é interessante observar que nesse caso o formativo ocupa a posição à margem direita dos nomes, produzindo substantivos, de ambos os gêneros: *a feminazi, o memenazi*; por sua vez, esses nomes também podem flutuar para a categoria de modificadores, podendo ser precedidos de intensificadores: *ela é muito feminazi, ele é bem bolsonazi*.

Em (18) e (19) temos exemplos de *splinters* que estão disponíveis no português brasileiro para a instanciação de nomes próprios de pessoa. No caso de *Franci-*, por se tratar de um elemento da margem esquerda observamos que forma nomes tanto masculinos (Francivaldo) quanto femininos (Francineide), sendo o elemento da margem direita o responsável por essa marca categorial. Já *-erson* comporta a marca de gênero masculino, ao se deparar com o nome Cleiderson, o falante de português brasileiro, que nunca tenha ouvido esse substantivo na vida, poderá deduzir, contudo, que se trata de nome de pessoa do sexo masculino.

Com esse conjunto de exemplos de processos genolexicais que atuam sobre nomes comuns e próprios, pretendemos ter demonstrado que os esquemas oferecem ao léxico da língua portuguesa uma estrutura organizacional de natureza procedimental. Os esquemas são generalizações acerca de um conjunto de instanciações e, uma vez feitas as generalizações, os esquemas passam a ser armazenado na memória de longo prazo, especificamente, na memória procedimental, “[...] um sistema de execução, implicado na aprendizagem de tipos distintos de habilidades que não estão representadas como informação explícita sobre o mundo”. (IZQUIERDO, 2004, p. 21) Isso não significa, contudo, que os esquemas não possam sofrer alterações ao longo do tempo – de vida do sujeito ou de funcionamento de uma língua –, uma vez que memórias procedimentais podem ser alteradas por experiências, nesse caso linguísticas, através da sua interação com novas informações e através da memória de trabalho.

### **Algumas considerações finais**

Segundo Cartier (2018), os nomes próprios constituem a categoria mais aberta de todas as categorias do léxico. No Brasil, segundo dados do IBGE, baseado no censo de 2010, existem cerca de 130 mil nomes diferentes registrados no Brasil, incluindo, nesse número, as variantes gráficas de um mesmo nome. Acreditamos, com base nas estimativas que temos feito para a elaboração do *Dicionário de nomes do Brasil*, que o número de nomes inovadores – não registrados nem por Nascentes (1952), nem por Machado (1981), nem na Bíblia – beiremos aos 50 mil, cerca de 40%, sendo um grande número deles registrados pela primeira vez no Brasil em 1930 e 1940 e em uso até os dias atuais. Vejamos o caso de *Joseane*, cujos primeiros registros encontrados pelo Censo do IBGE datam da década de 1940. Desse período até 2010, foram registradas 66.096 pessoas com o nome *Joseane*, com presença do nome em todas as décadas. Isso quer dizer que o esquema [X [ane]<sub>FA</sub>]<sub>NP</sub> está sendo usado por falantes do português brasileiro desde de muitas décadas atrás para criar nomes como: Carlane, Claudiane, Clediane, Cleusane, Ediane, Enziane, Evane, Flaviane, Franciane, Graciane, Josane, Joseane, Josiane, Juciane, Kariane,

Leidiane, Luzane, Luziane, Natiane, Rosane, Roseane. Um esquema com enorme entranhamento – confira *entrenchment* (BYBEE, 1995) – no léxico do português permite que ele seja não só frequentemente usado e, portanto, ativado em nossa memória, mas que ele esteja propenso a extensões de sentido (polissemia) e/ou variados empregos, daí terem surgidos os *falsianes, sonsianes, chatianes* da vida.

Se por um lado, evidências neurológicas apontam para o fato de que nomes comuns e próprios são armazenados no cérebro em áreas específicas e distintas, os dados aqui apresentados revelam que esses dois conjuntos compartilham redes esquemáticas de construção que permitem a inovação lexical. Isso nos indica que temos, de um lado, substantivos comuns e, de outro, substantivos próprios que traçam diferentes rotas para acessar os sentidos e conhecimento de mundo associado a esses nomes, mas que acessam, pela mesma rota, os esquemas construcionais de formação de palavras. Isso evidencia que o caráter genérico e mais abstrato dos esquemas lhes coloca em uma posição particular na organização hierárquica do léxico, uma vez que eles podem ser acessados por ambos os conjuntos de nomes.

Em relação à questão do significado, pode-se dizer que, do ponto de vista de sua inserção no léxico mental, os nomes próprios são de fatos etiquetados cujos rótulos implicam em informações de natureza categorial: nome próprio, nome de pessoa, gênero feminino ou masculino. Os substantivos comuns também são etiquetados mais ou menos nesses termos: nome comum, nome de agentes, gênero feminino ou masculino. A diferença quanto aos sentidos mais complexos dos substantivos é que enquanto os nomes comuns possuem a rede de sentidos armazenada na memória dita semântica, os nomes próprios têm sua teia de significação armazenada na memória episódica, fazendo com que a extensão das possíveis associações a um nome seja praticamente ilimitada, pois se relaciona às experiências e às vivências de um dado indivíduo com o referente, ou seja, um sujeito chamado *Joseane*, por exemplo.

Assim, se um falante de português brasileiro se depara com o nome *Riobaldo*, ele provavelmente não terá dificuldade de identificar que se trata de um nome próprio de pessoa de gênero masculino. Mas, se for um

leitor de *Grande Sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, será capaz de dizer muito mais acerca desse nome, por exemplo que é o personagem narrador, que foi um jagunço, que abordava muitas questões existenciais, que viveu um amor conflituoso com Diadorim/Reinaldo, que também era chamado de *Tatarana* ou *Urutu-Branco*, entre muitas outras informações que possa ter retido através da experiência de leitura do livro.

Quando o nome é acionado no discurso, o significado indicado é projetado como um conceito na consciência do ouvinte. Assim, um nome não representa, por exemplo, um *copo*, mas uma quantidade de informação sobre *copos*. A diferença essencial entre nomes próprios e os nomes comuns, então, é que um substantivo comum é um formulário que indica uma classe de mais de um elemento, ou seja, enquanto um nome próprio indica uma classe de um elemento. Porém do ponto de vista discursivo pragmático, nenhuma distinção pode ser feita entre características semânticas/ categorias e conhecimento de mundo. No caso de nomes próprios, essa visão leva inevitavelmente à tese da máxima significância: o significado dos nomes próprios parece ser (quase) infinito. Esta é a tese defendida por Hansack (2004 apud VAN LANGENDONK, 2007) em uma abordagem cognitivista na qual acreditamos.

Por fim, vale lembrar que os nomes próprios de pessoa, no uso, encontram grande semelhança em relação aos nomes comuns. Em termos sintáticos, substantivos próprios e comuns podem funcionar como núcleo do sintagma nominal, isso significa poder participar do discurso nos mesmos tipos de construções sintáticas, ocupando as mesmas posições.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que os usos mais frequentes do nome próprio estão em construções em que se insere no papel de vocativos, talvez esse seja o ponto decisivo para definir essa como a sua função mais prototípica. Para verificar isso, basta que observemos em um período de um dia quantas vezes não interpelamos alguém para que reaja a algo que dissermos: *João, vem tomar banho! Hércules, você pode fechar a porta?* Isso não quer dizer que substantivos comuns não possam ser usado como vocativo, visto que, não só eles, mas também os adjetivos e os pronomes substantivos se comportam muito bem às construções com uso de vocativo. Mas o fato de nomes próprios se prestarem a

essa função interpelativa, de forma muito mais frequente que em outras funções, demonstra o quanto esses tipos de substantivos estão arraigados ao referente em nossa experiência cotidiana. No uso interpelativo do nome próprio, existe um referente dos mais prototípicos, uma vez que é presencial na ação discursiva e isso permite que o indivíduo construa um conhecimento de mundo sobre o sujeito com quem interage, gerando associações referenciais àquele nome em seu cérebro. Porém, se alguém pergunta: *você conhece Priscila?* E a resposta é *Não!* E se nada mais é dito sobre Priscila, esse nome será entendido apenas como uma pessoa do sexo feminino. Pode-se até lembrar de alguma Priscila de que se tenha ouvido falar, mas o referente exato explicitado na pergunta não será acessado em sua mente. Nesse caso, a única informação nova que se pode reter acerca do referente é a de que a pessoa que perguntou conhece uma Priscila, e essa informação só será retida na memória de longo prazo se gerar algum tipo de interesse ou emotividade. Por sua vez, se a resposta for *Sim!*, ambos os interlocutores acionarão um conjunto de informações acerca de Priscila que estão retidas em sua memória episódica.

Enfim, tentar compreender como se comportam os nomes próprios no discurso e na mente humana pode elucidar muitas questões sobre o funcionamento da língua e o convite a essa reflexão tem sido cada vez mais aceito entre linguistas, psicolinguistas e neurocientistas. É um campo de investigação muito fértil que não deverá mais ser relegado a um segundo plano.

## Referências

ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.

BAYER, J. Representatie van algemene namen en eigennamen in het mentale lexicon: neurolinguistische evidentie. *Tabu*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 53-66, 1991. Disponível em: [https://kops.uni-konstanz.de/bitstream/handle/123456789/3834/Representatie\\_van\\_algemene\\_namen\\_en\\_eigennamen\\_in\\_het\\_mentale\\_lexicon.pdf;sequence=1](https://kops.uni-konstanz.de/bitstream/handle/123456789/3834/Representatie_van_algemene_namen_en_eigennamen_in_het_mentale_lexicon.pdf;sequence=1). Acesso em: 20 mar. 2019.

- BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, G. Inheritance and motivation in Construction Morphology. In: GISBORNE, N.; HIPPISEY, A. (ed.). *Defaults in morphological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 18-39.
- BOOIJ, G. Morphology in Construction Grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (ed.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 438-479.
- BROWN, D. E. *Human Universals*. New York: McGraw-Hill, 1991.
- BYBEE, J. L. Regular morphology and the lexicon. *Language and Cognitive Processes*, London, v. 10, n. 5, p. 425-55, 1995.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARTIER, E. Noms propres et innovations lexicales. Étude linguistique et statistique à partir de Néoveille. *Cahiers de lexicologie*, [s. l.], n. 113, p. 203-224, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/105474/104140>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- CARVALHINHOS, P. Aplicações da teoria dos signos na onomástica. *Língua e Literatura*, São Paulo, n. 27, p. 301-311, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/105474/104140>. Acesso em: 15 fev. 2018
- FANDRYCH, I. Submorphemic elements in the formation of acronyms, blends and clippings. *Lexis: Journal in English Lexicology*, [s. l.], p. 103-121, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lexis/713#tocfrom111>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.
- GONÇALVES, C. A. Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 219-242, 2. Sem. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33224/19211>. Acesso em: 10 jan. 2019
- HOCKETT, C. *A Course in Modern Linguistics*. New York: MacMillan, 1958.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Nomes no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- IZQUIERDO, I. *Questões sobre memória*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1991. v. 2.
- LEHRER, A. Prefix in English word formation. *Folia Linguistica*, Holanda, v. xxix, n. 1-2, p. 133-148, 1998.
- LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MACHADO, J. P. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte/Confluência, 1981. 3 v.
- MICELI, G. *et al.* Selective déficit for people's names following left temporal damage: an impairment of domain-specific conceptual knowledge. *Cognitive Neuropsychology*, London, v. 17, n. 6, p. 489-516, 2000.
- MILL, J. S. *A system of logic, ratiocinative and inductive*. New York: Harper Brothers Publishers, 1973.
- NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. t. II.
- NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- SEMENZA, C.; ZETTIN, M. Generating proper names: a case of selective inability. *Cognitive Neuropsychology*, London, v. 5, n. 6, p. 711-721, 1988.
- SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1295-1350, 2018. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12678/pdf\\_1](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12678/pdf_1). Acesso em: 15 jan. 2019

SZYMANEK, B. The latest trends in English word-formation. In: ŠTEKAUER, P., LIEBER, R. (ed.). *The handbook of word-formation*. Netherlands: Springer, 2005. p. 429-448.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VAN LANGENDONK, W. *Theory and Typology of Proper Names*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

## Capítulo 2

# NOMES DE VELHOS, NOMES DE JOVENS: PROTÓTIPOS E MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS NA ANTROPONÍMIA BRASILEIRA

*Natival Almeida Simões Neto*

### **Introdução**

No âmbito dos estudos lexicais em perspectiva histórica, existe uma discussão se o termo “mudança lexical” é de fato apropriado para tratar dos fenômenos de substituição de um item lexical por outro, desaparecimento de formas e mudança de significado das palavras. Quando se leva essa discussão para o âmbito do léxico antroponímico, a questão fica ainda mais difícil: o que seria uma mudança lexical no contexto dos nomes de pessoas? Em se tratando de língua portuguesa, poderia se tratar como mudança lexical a perda dos patronímicos e dos sobrenomes no feminino? (MENON, 2013; SILVA, 2012) Poderiam ser interpretados como casos de mudança antroponímica os casos de nomes que deixam de ser atribuídos à população mais jovem? E os casos de nomes que, antes, eram atribuídos apenas a homens e, agora, são atribuídos a homens e mulheres se enquadram como mudança? Essas são perguntas certamente difíceis de serem respondidas.

Neste capítulo, pretende-se observar as tendências de uso de antropônimos pela população brasileira e as crenças e as avaliações que os falantes têm sobre essas tendências, por meio de processos de categorização e conceitualização. Para isso, o trabalho lançará mão de uma proposta que

se insere no arquipélago teórico da Linguística Cognitiva (LC), a saber, a Teoria dos Protótipos (LAKOFF, 1987), destacando-se a discussão acerca dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCI).

O quadro de análise se divide em dois momentos. No primeiro, trabalha-se com antropônimos obtidos em obituários disponibilizados nos *sites* do Cemitério do Campo Santo, localizado em Salvador (Bahia), e do Cemitério e Crematório Parque das Flores, localizado em São José dos Campos (São Paulo). No processo de seleção dos nomes, foram considerados dois grupos etários: (i) um com pessoas falecidas a partir de 70 anos; (ii) outro com pessoas de 0 a 30 anos.

Feita a coleta, os nomes foram consultados na plataforma do *site* Nomes no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feita com base no Censo Demográfico de 2010, segundo o qual, há aproximadamente 130 mil nomes para 200 milhões de habitantes no Brasil.

O Nomes no Brasil tem sido uma ferramenta interessante para os estudos antroponímicos que se baseiam em dados estatísticos, pois fornecem informações sobre frequência, primeiros registros, ápice, declínio, estados de maior densidade etc. O recurso da plataforma, então, permite identificar se os nomes encontrados neste trabalho ainda estão em uso no Brasil.

O segundo momento da análise diz respeito à categorização que os falantes têm feito acerca dos nomes. Para isso, foi utilizada a ferramenta de busca no *Twitter*, meio a que se chegou a comentários como:

- (1) São cada vez mais raros os *Joaquins* e *Manueis*. Sem *nomes de velho* como irão ser os avôs do futuro? Avô *Ricardo* e avô *Fábio* tem alguma piada? (GUERREIRO, 2016, grifo nosso)

Nesse texto em (1), o falante categoriza os nomes Joaquim e Manuel como nomes de velhos, e Fábio e Ricardo, como nomes de jovens. Isso está relacionado ao que Lakoff (1987) chamou de Modelos Cognitivos Idealizados. Com base em experiências marcantes e cotidianas, as pessoas tendem a categorizar certos eventos e entidades como modelos centrais de uma categoria. Assim, certos antropônimos podem ser prototipicamente conceptualizados como pertencentes a dadas faixas etárias.

Dito isso, este trabalho tem dois propósitos principais: (i) mostrar, por meio de confronto de gerações, as tendências de nomeação no Brasil, avaliando quais os nomes deixaram de ser usados; (ii) discutir como os falantes analisam essas mudanças de tendências, se é que, de fato, elas existem, uma vez que os MCI não necessariamente correspondem a uma representação mental direta de uma entidade no mundo físico-real, por assim dizer.

Feitas essas considerações iniciais, o capítulo se divide da seguinte maneira. No primeiro momento, apresenta-se o referencial teórico no que diz respeito à LC. No segundo momento, analisam-se os dados, primeiro do ponto de vista estatístico, considerando os registros dos obituários e as informações da plataforma Nomes no Brasil, depois, levando em conta as categorizações dos falantes em textos extraídos de ambientes virtuais. Por último, são feitas as considerações finais, seguindo-as as referências.

## **Linguística Cognitiva, protótipos e modelos cognitivos idealizados**

Tratar dos princípios teóricos da LC não é mais uma difícil tarefa atualmente, uma vez que teses, dissertações e manuais de linguística já trazem resenhas sobre esses aportes teóricos. De forma sucinta e sistemática, pode-se delimitar o modelo teórico da LC, com base em três fundamentos: (i) a centralidade da metáfora na cognição humana; (ii) a perspectiva de categorização baseada em protótipos e modelos cognitivos idealizados; (iii) a aproximação entre linguagem e pensamento.

O primeiro fundamento diz respeito ao fato de a metáfora deixar de estar a serviço exclusivo da função poética da linguagem e assumir um papel central na cognição humana, passando a ser abordada como um mecanismo cognitivo involuntário e inconsciente. As pessoas apreendem os conceitos e as experiências com base em metáforas. O segundo fundamento diz respeito à inovadora perspectiva de categorização, introduzida na obra de Lakoff (1987), um dos grandes pilares da LC. Em uma análise e robusta crítica das abordagens tradicionais do processo de categorização, Lakoff (1987, p. 6, tradução nossa) observa que:

desde a época de Aristóteles até o trabalho posterior de Wittgenstein, categorias eram tidas como bem compreendidas e descomplicadas. Elas eram consideradas recipientes abstratos, com coisas dentro ou fora de uma categoria. Coisas eram consideradas de uma mesma categoria, se e somente se elas tivessem certas propriedades em comum. Essas propriedades que elas tinham em comum eram usadas para definir a categoria [...].<sup>1</sup>

A perspectiva clássica entendia que a categorização se dava por uma relação de pertencimento em termos de condições necessárias e suficientes. Além disso, assumia que a categorização era sempre consciente e, por meio dela, não haveria como mensurar saliências e distanciamentos entre os membros de uma categoria. Ou seja, nenhuma categoria haveria de ter um melhor representante, considerando que todos deveriam ter as condições necessárias e suficientes para ali serem alocados. Essa visão das categorias permanece, com outros arranjos, na semântica estrutural, com base em elementos rijos, como sema, semema, campo semântico e campo lexical.

Lakoff (1987) defende, diferentemente da perspectiva clássica e da estruturalista, que a maioria das categorizações é automática e inconsciente. Muitas delas só se tornam conscientes no momento em que se revelam problemáticas para a nossa compreensão. A categorização é abordada como um fenômeno básico da mente humana, fundamental para a sobrevivência, biológica ou social, dos seres pensantes. Além disso, as categorias representadas mentalmente nem sempre são precisas, claras e bem delimitadas. Ao contrário, são bastante fluidas, permitindo constantes associações – metafóricas, metonímicas etc. – entre os membros de uma mesma categoria, entre membros de diferentes categorias e entre uma categoria e outra. A título de sumarização da importância, frequência

---

1 “From the time of Aristotle to the later work of Wittgenstein, categories were thought to be well understood and unproblematic. They were assumed to be abstract containers, with things either inside or outside the category. Things were assumed to be in the same category if and only if they had certain properties in common. And the properties they had in common were taken as defining the category [...]”. (LAKOFF, 1987, p. 6)

e basicidade da categorização, cito a seguinte reflexão de George Lakoff (1987, p. 6, tradução nossa):

[e]m todo o mundo, nós, automaticamente, categorizamos pessoas, animais, objetos naturais e também os físicos, feitos pelo homem. Isso, algumas vezes, conduz para a impressão de que nós apenas categorizamos as coisas como elas são, ou que as coisas vêm em tipos naturais, e que nossas categorias mentais, naturalmente, se ajustam aos tipos das coisas que há no mundo. Mas uma grande parcela das categorias que construímos não se refere a coisas; e sim a entidades abstratas. Nós categorizamos eventos, ações, emoções, relações espaciais, relações sociais, e entidades abstratas de uma enorme gama: governos, doenças, e entidades nas teorias populares e científicas, como elétrons e calafrios. Qualquer explicação adequada sobre o pensamento humano deve fornecer uma teoria acurada de todas as nossas categorias, tanto concretas quanto abstratas [...].<sup>2</sup>

O terceiro e último fundamento principal da LC diz respeito à relação entre linguagem e pensamento, pois, em formulações linguísticas e filosóficas anteriores, a ideia de mente é universalista e autônoma às línguas naturais. A LC assume uma postura relativista, em que os fenômenos morfológicos, lexicais e sintáticos das línguas naturais são constitutivos do pensamento humano e fornecem pistas sobre padrões cognitivos. (BASILIO, 2010)

Esses três fundamentos são determinantes para a consolidação da LC como uma das mais marcantes teorias da linguagem surgidas no século XX. Desde o seu marco inaugural, a publicação da obra *Metaphors We live*

---

2 “In moving about the world, we automatically categorize people, animals, and physical objects, both natural and man-made. This sometimes leads to the impression that we just categorize things as they are, that things come in natural kinds, and that our categories of mind naturally fit the kinds of things there are in the world. But a large proportion of our categories are not categories of things; they are categories of abstract entities. We categorize events, actions, emotions, spatial relationships, social relationships, and abstract entities of an enormous range: governments, illnesses, and entities in both scientific and folk theories, like electrons and colds. Any adequate account of human thought must provide an accurate theory for all our categories, both concrete and abstract [...]”. (LAKOFF, 1987, p. 6)

by (LAKOFF; JOHNSON, 1980),<sup>3</sup> até os dias de hoje, a teoria se diversificou bastante, a ponto de se entender que, na LC, há mais que uma teoria. Há um arquipélago teórico, com várias propostas diferentes que se assemelham em relação ao princípio teórico. Um desses modelos é a já mencionada Teoria dos Protótipos, que abarca a proposta dos MCI.

No entendimento de Lakoff (1987), os MCI podem ser compreendidos como um conjunto de diferentes *frames* que estruturam o conhecimento humano. O autor explica o conceito a partir de um exemplo com as noções de *terça-feira*, *semana* e *fim de semana*. O conceito *terça-feira*, a ideia de que a *semana* tem sete dias e a delimitação do *fim de semana* como uma pausa de dois dias após cinco dias de trabalho, segundo Lakoff (1987), só podem se realizar em um modelo idealizado de calendário que se pauta pelo movimento do sol.

Assim, se outra cultura eleger uma perspectiva diferente para estabelecer esses limites, como acontece no calendário balinês, haverá outros modelos idealizados para esses conceitos. “Nosso modelo de semana é idealizado. Semanas de sete dias não existem objetivamente na natureza. Elas são criadas por seres humanos. Na verdade, nem todas as culturas possuem [os mesmos modelos de semanas]”. (LAKOFF, 1987, p. 69, tradução nossa)<sup>4</sup>

Lakoff (1987) defende que qualquer elemento de um modelo cognitivo pode corresponder a uma categoria conceitual. Isso se aplicaria, inclusive, às formulações a partir de esquemas e redes, que são usados frequentemente em abordagens cognitivas e construcionais da polissemia. Nessas abordagens, cada nó de um esquema corresponde a uma categoria conceptual.

Na proposição dos MCI, Lakoff (1987) discute como esses modelos, enquanto categorias conceituais, estão sujeitos a efeitos de prototipicidade e periferia. Um primeiro exemplo é dado com a palavra *solteiro*. O que entendemos como *solteiro* só faz sentido em algumas sociedades

---

3 Foi usada a edição traduzida no Brasil em 2002, que recebeu o nome de *Metáforas da vida cotidiana*.

4 “Our model of a week is idealized. Seven-day weeks do not exist objectively in nature. They are created by human beings. In fact, not all cultures have the same kinds of weeks”. (LAKOFF, 1987, p. 69)

ocidentais, em que o casamento é tomado como uma meta de vida para a maioria da população.

Assim, o MCI de *solteirão* se constrói a partir das expectativas em torno do casamento – tipicamente monogâmico –, o que inclui o estabelecimento de uma idade para se casar. O solteirão diz respeito ao homem adulto solteiro. “O modelo idealizado não diz nada sobre a existência de padres, ‘uniões estáveis de longo prazo’, homossexualidade, muçulmanos a quem são permitidos quatro esposas e só tem três, etc.”. (LAKOFF, 1987, p. 70, tradução nossa)<sup>5</sup> Esse MCI, porém, não é preciso e se mostra simplificado demais em relação aos pressupostos de base, pois tanto há segmentos sociais em que o MCI consegue se ajustar perfeitamente quanto há setores em que ele não se encaixa, como quando nos referimos ao Papa ou à figura de Tarzan. Esses homens adultos solteiros, portanto, não são exemplos representativos de solteirões. Nas palavras de Lakoff (1987, p. 70, tradução nossa, grifo do autor),

[a] teoria dos MCIs responderia por tais efeitos prototípicos da categoria *solteirão* da seguinte maneira: um modelo cognitivo idealizado pode se encaixar numa compreensão do mundo quer perfeitamente, muito bem, razoavelmente bem, um pouco bem, muito mal, mal, ou nem um pouco. Se o MCI em que *solteirão* é definido se encaixa numa situação perfeitamente e a pessoa referida pelo termo é inequivocamente um homem adulto solteiro, então ele se qualifica como um membro da categoria *solteirão*. A pessoa referida se afasta da solteirice prototípica se tanto o MCI não consegue se encaixar ao mundo perfeitamente quanto a pessoa referida se desvia de ser um adulto do sexo masculino solteiro.<sup>6</sup>

5 “The idealized model says nothing about the existence of priests, ‘long-term unmarried couplings,’ homosexuality, Moslems who are permitted four wives and only have three, etc.”. (LAKOFF, 1987, p. 70)

6 “The theory of ICMs would account for such prototype effects of the category *bachelor* in the following way: An idealized cognitive model may fit one’s understanding of the world either perfectly, very well, pretty well, somewhat well, pretty badly, badly, or not at all. If the ICM in which *bachelor* is defined fits a situation perfectly and the person referred to by the term is unequivocally an unmarried adult male, then he qualifies as a member of the category *bachelor*. The person referred to deviates from prototypical bachelorhood if either the ICM fails

Lakoff (1987) assume que *solteiro* não é uma categoria gradual. É um conceito “tudo ou nada” em relação ao MCI, que abrange solteirões representativos. Essa análise é irreduzivelmente cognitiva e depende da capacidade de se tomarem dois modelos cognitivos, um de *solteiro* e outro que toma o conhecimento das pessoas acerca de homens como o Papa e Tarzan. A essa conceptualização de *solteiro*, Lakoff (1987) adiciona a ideia de ‘adulto do sexo masculino solteiro que se espera que seja casado’. Isso faz toda diferença, porque tanto Tarzan quanto o Papa não se afastam do conceito de ser um “adulto do sexo masculino solteiro”, o que muda é o fato de que não se espera que eles casem. Dito isso, nenhum modelo que se pautem em condições necessárias e suficientes, tal como a semântica estrutural ou a semântica de condições de verdade, conseguiria explicar o porquê de haver essas exceções.

Diferentemente do caso de *solteiro*, em que o MCI é regido por um princípio “tudo ou nada”, que o torna terminantemente simples e, ao mesmo tempo, problemático, Lakoff (1987) diz que o conceito de *mãe* pode abranger uma série de conceitos diferentes que se agrupam. Entre os MCI utilizados para se entender *mãe*, temos:

- O modelo de nascimento: a pessoa que dá à luz é a *mãe*.
- [...] O modelo genético: a mulher que contribui com o material genético é a *mãe*.
- O modelo de provimento: a mulher adulta que provê e educa uma criança é a *mãe* dessa criança.
- O modelo conjugal: a esposa do pai é a *mãe*.
- O modelo genealógico: o ancestral feminino mais próximo é a *mãe*. (LAKOFF, 1987, p. 74, tradução nossa, grifo do autor)<sup>7</sup>

---

to fit the world perfectly or the person referred to deviates from being an unmarried adult male”. (LAKOFF, 1987, p. 70)

- 7 “- The birth model: The person who gives birth is the mother.  
[...] - The genetic model: The female who contributes the genetic material is the mother.  
- The nurturance model: The female adult who nurtures and raises a child is the mother of that child.  
- The marital model: The wife of the father is the mother.  
- The genealogical model: The closest female ancestor is the mother”. (LAKOFF, 1987, p. 74)

Lakoff (1987) observa que o conceito de *mãe* se caracteriza como um modelo complexo no qual todos os referidos modelos individuais se combinam, formando um modelo de agrupamento. Existe uma dificuldade grande das pessoas em estabelecerem qual desses modelos é o mais certo para se definir o que vem a ser uma *mãe* em nossa sociedade. Embora se possa argumentar que apenas um deles consegue dar conta de caracterizar a verdadeira mãe, os vários usos linguísticos da palavra sugerem que essa perspectiva que determina o verdadeiro é só mais uma entre tantas outras de se idealizar uma mãe.

Essa variedade de compreensões está para além da aplicação da teoria clássica de categorização, pois uma *mãe* não está definida satisfatoriamente em termos de condições necessárias e suficientes, pois

[n]ão é necessário que haja quaisquer condições necessárias e suficientes para a maternidade compartilhada por mães biológicas normais, mães doadoras (que doam um óvulo), mães de aluguel (que dão à luz a criança, mas podem não ter doado o óvulo), mães adotivas, mães solteiras que dão seus filhos para adoção e madrastas. Elas são todas mães em virtude da relação delas com o caso ideal, onde os modelos convergem. Esse caso ideal é um dos muitos tipos de casos que dão origem aos efeitos prototípicos. (LAKOFF, 1987, p. 76, tradução nossa)<sup>8</sup>

Em linhas gerais, olhar as línguas a partir de protótipos e MCI permite que se levem em conta aspectos de centralidade e periferia na estruturação das categorias conceituais. Com base nesses exemplos, vemos que essa proposta consegue abranger uma série de contextos que se diferenciam no que toca a enquadramentos. Por serem construções cognitivas esteiadas nas experiências socioculturais, os MCI “[...] viabilizam o

---

8 “There need be no necessary and sufficient conditions for motherhood shared by normal biological mothers, donor mothers (who donate an egg), surrogate mothers (who bear the child, but may not have donated the egg), adoptive mothers, unwed mothers who give their children up for adoption, and stepmothers. They are all mothers by virtue of their relation to the ideal case, where the models converge. That ideal case is one of the many kinds of cases that give rise to prototypic effects”. (LAKOFF, 1987, p. 76)

gerenciamento e uso do amplo conjunto de experiências adquiridas no dia a dia, durante toda a nossa vida”. (DUQUE; COSTA, 2012, p. 76)

Se essa discussão for transposta para a antroponímia, pode-se pensar, por exemplo, como os esquemas, sejam cognitivos, sejam construcionais, são baseados em protótipos e MCI. O trabalho de Simões Neto e Soledade (2018), sobre os nomes terminados em *-son* – Edson, Jackson, Vanderson, Edmilson –, mostra como o formativo em língua inglesa começa como um integrante de patronímicos, marcando relações de família e, depois passa a se comportar como um sobrenome comum. O protótipo muda, a partir do momento em que a organização das famílias em sociedades anglofalantes deixa de ser feita a partir de marcadores patronímicos.

No Brasil, onde os patronímicos nunca operaram, os nomes em *-son* não foram analisados como sobrenomes, e sim como prenomes. Isso, segundo os autores, talvez esteja relacionado aos hábitos de tratamento: em países anglofalantes, há uma tendência de as pessoas se tratarem pelo sobrenome – Mr. Darcy, Mr. Wilson –, ao passo que, no Brasil, a tendência é tratar pelo prenome – Senhor Gustavo, Seu Antônio. Essas práticas culturais fizeram com que os sobrenomes/patronímicos em *-son* da língua inglesa fossem reanalisados como prenomes masculinos. Essa reanálise permitiu a depreensão de um esquema construcional em que o formativo *-son* atua na formação e interpretação de antropônimos masculinos.

## **Aspectos metodológicos, apresentação e contextualização dos dados**

Como já dito nas considerações iniciais, os antropônimos a serem analisados foram obtidos em obituários disponibilizados no Cemitério do Campo Santo, localizado em Salvador (Bahia), e do Cemitério e Crematório Parque das Flores, localizado em São José dos Campos (São Paulo). Nesse processo de seleção dos nomes, foram considerados dois grupos etários: (i) pessoas idosas a partir de 70 anos; (ii) pessoas jovens de 0 a 30 anos. Esses nomes ainda foram separados quanto ao sexo. Dessa forma, há quatro grupos de análise: pessoas idosas do sexo feminino, pessoas idosas do sexo masculino, pessoas jovens do sexo feminino e pessoas jovens do sexo masculino.

Como os cemitérios selecionados estão localizados em cidades com dimensões populacionais muito diferentes, pois Salvador é a quarta maior capital do Brasil, e São José dos Campos é uma cidade do interior paulista, foram adotados critérios distintos para se obterem os nomes. De qualquer modo, para fins de análise, a reflexão acerca do uso dos nomes não será feita em torno de Salvador ou São José dos Campos, e sim em torno de Brasil.

Para as pessoas a partir de 70 anos, no Cemitério do Campo Santo, foram selecionados os nomes de pessoas falecidas entre os dias 14 de novembro de 2018 e 14 de dezembro de 2018. No mesmo cemitério, para as pessoas jovens de 0 a 30 anos, foram selecionados os nomes de falecidos encontrados entre os dias 14 de agosto de 2018 e 14 de dezembro de 2018.

No Cemitério Parque das Flores, para os idosos, foram selecionados os nomes de falecidos entre 14 de agosto de 2018 e 14 de dezembro de 2018. Para os jovens, foi considerado todo o ano de 2018. Ao todo, foram analisados 156 antropônimos, sendo: (a) 56 nomes de pessoas idosas do sexo feminino; (b) 48 nomes de pessoas idosas do sexo masculino; (c) 16 nomes de pessoas jovens do sexo feminino; (d) 36 nomes de pessoas jovens do sexo masculino. Esses antropônimos estão apresentados nos Quadros de 1 a 4, a seguir.

Quadro 1 – Antropônimos de pessoas idosas do sexo feminino

Adalgisa, Ana, Antonieta, Augusta, Aurea, Belanice, Benta, Berenice, Carmen, Cassimira, Celina, Cremilda, Dilma, Dilza, Dorothy, Edith, Edna, Eliana, Estelita, Ester, Eugenia, Eulina, Francisca, Geralda, Helena, Helenice, Hilda, Iraildes, Isabel, Isis, Itania, Jesualda, Julia, Juracy, Luvídia, Luzia, Lygia, Maria, Maura, Mercedes, Minervina, Nadir, Nair, Norma, Olga, Raymunda, Roquelina, Rosa, Severina, Silvarina, Sylvia, Thereza, Valdelice, Valdite, Virginia, Wanda.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 2 – Antropônimos de pessoas idosas do sexo masculino

Alcebiades, Ambrósio, Antônio, Argemiro, Arlito, Arnaldo, Carlindo, Carlos, Celestino, Clóvis, Crispim, Cristovam, Deraldo, Dermeval, Dilson, Edson, Eduardo, Elias, Esmeraldo, Evandro, Faustino, Fausto, Francisco, Ginaldo, Hamilton, Herculano, Hugo, Isaias, Jorge, José, Jurandir, Leopoldo, Lourival, Luiz, Manoel, Miguel, Narciso, Nilson, Orismar, Osvaldo, Paulo, Renato, Ronaldo, Sandoval, Sebastião, Timóteo, Valdir, Washington.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 3 – Antropônimos de pessoas jovens do sexo feminino

Aline, Antonella, Beatriz, Bianca, Bruna, Cecília, Dalila, Darilane, Gabrielle, Helena, Lara, Luciana, Maria, Nathália, Sara, Sophia.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 4 – Antropônimos de pessoas jovens do sexo masculino

Adriano, Alisson, Arthur, Bernardo, Bruno, Caio, Caíque, Carlos, Cleiton, Davi, Ednilson, Emerson, Felipe, Gabriel, Gelson, Iago, Jaderson, Jeferson, Juan, Jucimar, Lenilson, Leonardo, Lucas, Luís, Marcel, Mário, Menandro, Murilo, Pedro, Raimundo, Robson, Samuel, Thales, Tiago, Victor, William.

Fonte: elaborado pelo autor.

Todos esses nomes foram consultados no *site* Nomes Brasil, que serviu de base para identificar a situação de uso desses nomes no Brasil, desde um período chamado “antes de 1930” até a década de 2000. O primeiro foco deste trabalho é olhar para os nomes de pessoas idosas, no sentido de observar se esses seguem em uso pela população brasileira.

Por exemplo, o nome Arlito, encontrado entre idosos do sexo masculino, tem seu primeiro registro identificado na década de 1940, com 38 ocorrências. O seu ápice se dá na década de 1960, com 59 ocorrências, e, depois da década de 1980, quando teve 41 registros, a plataforma não encontrou registro significativo. O entendimento, portanto, é de que o nome entrou em desuso.

O mesmo pode ser dito de Belanice, encontrado entre idosos do sexo feminino. O nome tem o primeiro registro identificado na década de 1940, com 36 ocorrências. O ápice acontece na década de 1960, com 45 ocorrências e, depois da década de 1970, com 29 ocorrências, não se encontra mais registro significativo, o que aponta para o desuso.

O nome Carlindo, encontrado também entre os idosos, aparece antes de 1930, com 121 registros. O ápice se dá na década de 1960, com 1.049 registros. Entre a década de 1970 e a década de 1980, a frequência do nome Carlindo diminuiu quase 50%, passando de 908 para 489 registros. Em 1990, foram encontrados 179, seguidos por 87 em 2000. A tendência, ao que parece, é o desuso. A mesma tendência é vista com *Dilza*, nome encontrado entre as idosas. Aparece antes da década de 1930, com 135

ocorrências. Tem seu ápice na década de 1960, com 2.006 registros. No último censo, foram identificados 51 registros, o que sugere tendência ao desuso.

A ideia de tendência ao desuso se dá pela observância dos nomes que entraram, de fato, em desuso. Quando a frequência no último censo é baixa, pode-se sugerir que o nome deva entrar em desuso, o que, obviamente, não é uma regra. Algum evento pode trazer o nome de volta para o rol daqueles amplamente usados. Um exemplo seria ascensão midiática de famosos com esses nomes, ou ainda a atribuição de nome aos filhos por essas mesmas pessoas.

Ao final da consulta dos dados, os nomes vistos entre os idosos foram classificados da seguinte maneira: (i) nomes em desuso; (ii) nomes com tendência ao desuso; (iii) nomes em uso. Para os nomes com tendência ao desuso, consideraram-se os antropônimos que apresentam frequência igual ou abaixo de 500 na década de 2000. Ainda que o registro de 500 pareça uma frequência alta, é preciso considerar também o aumento da população brasileira, estimada em 209 milhões de habitantes, em 2017.

Quanto aos nomes vistos entre a população jovem, analisou-se quando ocorreram os primeiros usos e qual a frequência verificada. Por exemplo, o nome Antonella, visto entre as jovens do sexo feminino, começa a ser visto no Brasil, na década de 1960, com 33 registros, e está em crescimento de frequência, uma vez que há 657 registros para a década de 2000. Nesse sentido, Antonella pode ser encarado como um nome que não foi usado com frequência na nomeação da população mais idosa – com mais de 70 anos –, sendo mais usual entre as pessoas mais jovens.

Tendência parecida é vista em Caíque, que começa a ter registro significativo na década de 1960, com 32 registros, mas é a partir da década de 1980 que o nome deslança em termos de popularidade e se mostra em constante crescimento, com 31.836 ocorrências. A conclusão é a mesma: Caíque pode ser considerado um nome que não foi usado na nomeação da população mais idosa – com mais de 70 anos –, tornando-se usual e frequente entre as pessoas mais jovens.

Foram considerados como nomes em desuso ou de baixa frequência entre a população idosa, os nomes que não apresentaram frequência

significativa até 1940 ou que tiveram frequência igual ou inferior a 500 nesse mesmo período. Sendo assim, nomes como Tiago e Beatriz, embora bastante populares entre a população mais jovens, não podem ser considerados como em desuso entre os idosos, uma vez que, antes de 1930, já apresentavam popularidade.

### **Primeira análise: frequências e tendências**

O primeiro ponto da análise de frequências e tendências se voltará aos nomes que apareceram tanto entre os mais jovens quanto os mais idosos. Entre as pessoas do sexo feminino, Helena e Maria aparecem nos dois grupos e, entre as pessoas do sexo masculino, repetem-se Carlos e Luís/Luiz.

Helena aparece como o 86º nome mais popular do Brasil. Antes de 1930, verificam-se 9.142 pessoas do sexo feminino registradas com o nome. Essa frequência alta se manteve ao longo do tempo, tendo ápice na década de 1950, com 42.051 registros, e foram vistos 16.776 registros na década de 2000.

Maria poderia dispensar comentários, pois é o nome feminino mais popular do Brasil. Antes de 1930, encontram-se 334.948 registros de Maria. Em 2000, são encontrados 1.105.524. Quanto a Carlos, a popularidade, antes de 1930, aponta 4.642 registros. O ápice está na década de 1980, com 269.761 registros. Em 2000, a frequência atestada foi de 264.446 registros.

Apesar de se notar uma diferença gráfica entre Luís e Luiz, a popularidade do nome se manteve ao longo dos tempos. Luiz tem 11.024 registros antes de 1930, ao passo que Luís tem 7.595 na mesma época. Em 2000, Luiz aparece com 193.038 registros, e Luís com 183.425. Ao longo dos tempos, a variante gráfica Luiz se manteve como mais popular.

Helena, Maria, Carlos e Luiz são nomes historicamente populares e não servem como exemplos de distinção entre tendências de nomeação de pessoas mais jovens e mais idosas. O mesmo não pode ser dito dos nomes femininos Belanice, Cassimira, Itania, Jesualda, Luvídia, Minervina, Raymunda – com essa grafia –, Roquelina, Silvarina, Valdite, e dos masculinos Arlito e Dermeval. Esses nomes já não aparecem entre a população mais jovem.

Em relação aos nomes vistos entre a população mais jovem que não se verificou entre a população mais idosa, estão os femininos Antonella e Darilane, e os masculinos Caíque, Iago, Jaderson e Jucimar. A lista daqueles nomes que aparecem com tendência ao desuso é maior. Entre os femininos, estão: Adalgisa, Antonieta, Aurea, Benta, Berenice, Cremilda, Dilma, Dilza, Dorothy, Edith, Estelita, Eugenia, Eulina, Geralda, Helenice, Hilda, Iraildes, Juracy, Lygia – com essa grafia –, Mercedes, Nadir, Norma, Severina, Sylvia – com essa grafia –, Thereza – com essa grafia –, Valdelice, Valdina e Wanda.

Quanto aos masculinos, com tendência ao desuso, estão: Alcebíades, Ambrósio, Argemiro, Carlindo, Celestino, Crispim, Cristovam, Deraldo, Dilson, Esmeraldo, Faustino, Fausto, Ginaldo, Herculano, Jurandir, Leopoldo, Lourival, Narciso, Orismar, Sandoval e Timóteo.

Seja analisada, agora, a contrapartida: a frequência dos nomes vistos entre jovens no período que vai de antes de 1930 até a década de 1940. Entre os nomes femininos que não tinham popularidade nesse período, estão: Aline, Bianca, Bruna, Gabriele, Lara, Nathália – com essa grafia – e Sophia – com essa grafia. Em relação aos masculinos, encontravam-se em baixa: Alisson, Caio, Cleiton, Edinilson, Emerson, Jeferson, Lenilson, Marcel, Robson e William. Em geral, nota-se que esses nomes em baixa, ou têm origem estrangeira, ou estão com uma grafia fora do comum, em alusão a grafias estrangeiras. Isso pode estar relacionado a políticas da época que combatiam estrangeirismos em variados contextos.

Merece destaque, entre os nomes de jovens do sexo masculino, Menandro. O nome aparece na década de 1940 (22 registros), tem seu ápice na de 1980 (62 registros) e não apresenta registro na década de 2000, sinalizando desuso. O nome sempre teve baixa popularidade na sua trajetória. Ao que parece, na década de 2000, encontrou o seu desuso. No caso do registro encontrado, observa-se o agnome Junior, o que mostra que é um nome de herança, por assim dizer.

Quanto aos nomes vistos em idosas que seguem em uso, estão: Ana, Augusta, Berenice, Carmen, Celina, Edna, Eliana, Ester, Francisca, Isabel, Isis, Julia, Luzia, Maura, Nair, Olga, Rosa e Virginia. Entre os masculinos que continuam sendo usados, figuram: Antônio, Arnaldo, Clóvis,

Eduardo, Edson, Elias, Evandro, Francisco, Hamilton, Hugo, Isaías, Jorge, José, Luiz, Manoel, Miguel, Nilson, Osvaldo, Paulo, Renato, Ronaldo, Sebastião, Valdir e Washington.

No caminho inverso, entre os nomes vistos em jovens do sexo feminino que já eram relativa ou altamente difundidos nas décadas mais antigas, estão: Beatriz, Cecília, Dalila, Luciana e Sara. Os masculinos com esse mesmo comportamento são: Adriano, Arthur, Bernardo, Bruno, Davi, Felipe, Gabriel, Gelson, Juan, Leonardo, Lucas, Luís, Mário, Murilo, Pedro, Raimundo, Samuel, Thales, Tiago – com essa grafia – e Victor.

## **Segunda análise: categorização de antropônimos em termos de protótipos e dos modelos cognitivos idealizados**

Para este segundo momento da análise, foram coletadas frases no *Twitter*, em que os falantes refletem sobre os nomes usados no Brasil, a partir de suas impressões e experiências. Seja retomado o texto em (1), apresentado nas considerações iniciais.

- (1) São cada vez mais raros os *Joaquins* e *Manueis*. Sem *nomes de velho* como irão ser os avôs do futuro? Avô *Ricardo* e avô *Fábio* tem alguma piada? (GUERREIRO, 2016, grifo nosso)

Nesse texto, o falante sugere que Joaquim e Manuel sejam nomes de avô, nomes de velho, ao passo que Ricardo e Fábio seriam estranhos nessa categoria. Os nomes Joaquim e Manuel tiveram seu ápice de popularidade na década de 1950, mas seguem em uso entre a população mais jovem, tendo havido, respectivamente, 10.290 e 8.607 registros na década de 2000. Os nomes Ricardo e Fábio aparecem antes de 1930, têm seus ápices na década de 1980 e, nos anos 2000, tiveram, respectivamente, 48.809 e 48.542 registros. Os quatro nomes mencionados seguem em uso, porém, o fato de Joaquim e Manuel terem tido maior popularidade em décadas mais recuadas que as de maior uso de Fábio e Ricardo faz com que os falantes da última década categorizem esses nomes de maneiras diferentes.

No texto em (2), a seguir, o falante reflete sobre o nome Felipe, a partir do *youtuber* famoso Felipe Neto. Ao constatar que Felipe Neto sugere a

existência de um avô chamado Felipe, o usuário se surpreende com o fato de que Felipe não seria *nome de avô*.

- (2) O *avô do Felipe Neto* tem o nome Felipe? Mas nunca vi um *Felipe velho*. (PEIXE LUA, 2020, grifo nosso)

Esse texto em (2) aciona outro MCI: o de avô. Ainda que haja casos de pessoas que se tornam avós aos 40, o MCI de avô, pela questão da frequência da experiência ou da prototipicidade, constrói-se em torno de pessoas idosas. Como já dito na seção anterior, o nome Felipe já aparecia em uso antes de 1930, mas é na década de 1990 que tem o seu ápice e se mantém em uso na década de 2000.

Reflexões sobre nomes de avós aparecem também em (3) e (4), com *Mercedes* e *Oswaldo*.

- (3) *Mercedes* pode ser a primeira equipe com *nome de avó* a conquistar o Mundial de Construtores com mais de 100 pontos de vantagem. (F1 CORNETA, 2014, grifo nosso)

- (4) Ta na hora de jogador com *nome de avô* entrar: *Oswaldo*. (FLUZÃO MIL GRAU, 2015, grifo nosso)

Os dois nomes foram analisados na seção anterior. O nome Mercedes foi enquadrado como um nome em tendência ao desuso, ao passo que Oswaldo ainda teve frequência considerável na década de 2000, sendo considerado um nome em uso entre a população mais jovem.

O estranhamento em ver certos nomes em crianças é percebido nos comentários de (5) a (8).

- (5) Colocar *nome de velho* em criança é tão coisa de gente rica né: *Teresa*, *Carmen*, *Francisco*, *Joaquim*. (PH, 2018, grifo nosso)
- (6) Meu filho desde pequeno reclamava que pus *nome de velho* nele... *Aloysio*. (UNEREDOUTABLE, 2020, grifo nosso)
- (7) Nunca conheci uma *criança chamada Creuza* ou Geraldo *#nomedevelho*. (SAMUEL MIZRAHY, 2011, grifo nosso)

- (8) Nunca vi uma *criança chamada Fátima* ou Maria das Dores ou *Rosângela* ou Ivone ou ... *#nomedecriança*. (MILA, 2010, grifo nosso)

Dos nomes vistos em (5), Carmen e Francisco já foram analisados como nomes em usos. Em relação ao nome Teresa – com essa grafia –, que teve ápice nos anos 1950, com 20.920 registros, na década de 2000, foram vistas 1.242 nomeações, o que permite classificar como nome em uso, diferentemente da grafia Thereza, comentada na seção anterior. O nome Joaquim, que também teve o ápice na década de 1950, com 45.780 registros, também segue em uso, com 10.202 registros nos anos 2000.

Sobre o comentário (6), o nome Aloysio – com essa grafia – apresentou-se pouco produtivo, desde a primeira realização identificada pelo *site* Nomes no Brasil, antes da década de 1930. Na década de 1990, o nome teve 21 registros, não aparecendo na década seguinte, o que sugere que entrou em desuso. A grafia mais usual parece ser Aloísio, que aparece antes da década de 1930, tem seu ápice na década de 1960 e se mostra com tendência ao desuso na década de 2000, com pouco mais de 600 registros.

Em relação ao que se vê em (7), será comentado o desempenho do nome Creuza, uma vez que Geraldo já foi abordado. O prenome Creuza está no Brasil antes de 1930, tem seu ápice na década de 1950, com 13.221 registros, e se mostra com tendência ao desuso na década de 2000, uma vez que apresentou 178 registros.

Sobre (9), são comentados os nomes Fátima, Rosângela e Ivone. Fátima teve seu ápice na década de 1960, com 69.450 registros, e se encontra em uso na década de 2000, com 4.801 registros. Rosângela teve maior popularidade na década de 1970, com 108.739 pessoas registradas, e segue em uso entre a população mais jovem, uma vez que foram identificados 4.314 registros na década de 2000. Por fim, Ivone teve seu ápice nos anos 1960, com 35.063 registros, e continua em uso na década de 2000, com 1.048 registros.

Os comentários de (9) a (15), a seguir, apontam para observações diferentes das vistas até aqui. De (1) a (8), os falantes relataram a estranheza de ver “nomes de velhos” atribuídos a crianças, ao passo que, de (9) a (15), comentam sobre ver “nomes de crianças e adolescentes” atribuídos a pessoas idosas.

- (9) Nunca vi um *velho chamado Caio*. (KLEBINHO DOS TECLÃDOS, 2013, grifo nosso)
- (10) Amada quem é Gabriel? Eu nem sabia que existia *velho chamado gabriel*. (SECTUM SEMPRA, 2020, grifo nosso)
- (11) #VouConfessar que NUNCA vi um *velho chamado Lucas*. Nem Davi. Nem André. Nem Thiago. Nem ... Tá parei! :P #nomedevelho. (MAS QUE MARAVILHA, 2010, grifo nosso)

De (9) a (11), as observações se voltam a nomes masculinos. Caio, visto em (9), foi classificado, na seção anterior, como um dos nomes que existiam nas décadas mais antigas, mas se apresentavam com baixa frequência. É um nome que, apesar de antigo, tem seu ápice na década de 2000, com 122.028 registros.

Em relação a Gabriel, visto em (10), não se pode dizer que é um nome impopular em épocas antigas, até por ser um nome bíblico. Antes de 1930, o *site* aponta 1.261 registros. Entretanto, assim como com Caio, o ápice de Gabriel está na última década, quando teve 577.365 registros.

O caso de Lucas, visto em (11), é interessante, pois, antes da década de 1930, tem 379 registros, o que o tornaria pouco usual na época. Entretanto, nas décadas seguintes, de 1930 e 1940, essa popularidade chega a triplicar, com 1.576 registros nos anos 1940. O ápice de Lucas é visto na década de 1990, com 513.021 registros, mas segue bastante usual nos anos 2000, quando teve 499.972 registros.

Davi e Tiago – com essa grafia –, vistos também em (11), foram classificados na seção anterior como nomes que já tinham difusão nas décadas mais antigas. Ainda assim, cabe notar que Davi tem seu ápice nos anos 2000, com 137.796 registros, ao passo que Tiago tem seu ápice na década de 1980, mas seguiu usual, tendo 117.810 registros na década de 2000. A grafia Thiago, vista no comentário em (11), embora um pouco menos popular, continua sendo bastante usada, com 85.533 registros na década de 2000.

Também em (11) aparece André, nome que aparece antes de 1930, apresenta 4.417 registros na década de 1940, tem seu ápice na década de 1980, com 190.123 registros, e segue usual na década de 2000, com 89.073

registros. Por fim, de (12) a (15), os falantes refletem sobre nomes femininos, como se pode ver a seguir.

(12) Não gosto do meu nome, pq eu nunca vi uma *velha chamada BRUNA*. Isso significa que morremos cedo. (BRUNA, 2010, grifo nosso)

(13) Eu nunca vi uma *velha chamada Brenda*, deve ser pq ela trai o namorado e morre cedo. (D, 2019, grifo nosso)

(14) Nunca vi uma *velha chamada Jéssica*.. afinal a expressão as bandidas morrem cedo até faz sentido. (LAILAI, 2019, grifo nosso)

(15) Nunca vi uma *velha chamada Tainá*. (EMOISA, 2011, grifo nosso)

A respeito do nome Bruna, em (12), viu-se, na seção anterior, que era um nome impopular nas décadas mais antigas. O nome Bruna tem seu ápice na década de 1990, quando teve 242.543 registros e continuou bastante difundido nos 2000, com 137.660 registros. No caso de Brenda, em (13), o nome não tem registros antes de 1940, segundo o *site* e, até a década de 1960, se mostrava como pouco usual. Esse período mostra uma variação de 52 (1940) a 232 (1960). O ápice do nome só veio a acontecer na última década, com 67.036 registros.

A situação de Jéssica – com essa grafia –, em (14), é a seguinte: o nome aparece antes de 1930 e possui poucos registros até a década de 1950. Nesse período foi de 29 – antes de 1930 – a 214 – década de 1950 – registros. O ápice acontece na década de 1990, com 344.929 registros. Nos anos 2000, aparecem 67.406 registros. Por último, Tainá é um nome cujos primeiros registros se verificam na década de 1950, com 42 registros. Na década de 1960, aparecem 177 registros e, nos anos 1970, 352. O ápice acontece na década de 1990, com 64.755 registros. Nos anos 2000, são vistos 56.136.

## Considerações finais

Este capítulo procurou discutir como as mudanças nas tendências de nomeação entre brasileiros são refletidas pelos seus falantes. Para isso, a análise compreendeu dois momentos. No primeiro, os nomes encontrados

em obituários, de falecidos de 0 a 30 anos e de 70 ou mais, foram analisados em termos de tendência de uso. Isso permitiu ver que nomes encontrados entre idosos, como Arlito, Dermeval, Jesualda e Valдите, encontram-se em desuso no Brasil. A mesma análise permitiu considerar que Adalgisa, Alcebíades, Celestino, Edith, Esmeraldo e Norma são nomes que se encontram com tendência ao desuso, e Carmen, Ester, Evandro, Isaías, Olga e Valdir ainda tem bastante uso.

Ainda nesse primeiro momento, os nomes encontrados em jovens foram analisados, no sentido de se ver a popularidade em décadas mais recuadas. Os resultados mostraram que: (a) os nomes Antonella, Caíque e Iago não encontraram registros até a década de 1940; (b) nomes como Aline, Alisson, Bianca, Bruna, Caio e Marcel estavam em baixa no mesmo período; (c) nomes como Adriano, Beatriz, Dalila, Felipe, Gabriel e Leonardo sempre apresentaram boa difusão.

No segundo momento da análise, foi observado como os falantes categorizam os nomes e como eles percebem as mudanças de tendência. De maneira geral, os nomes observados nesta seção permitem chegar a duas conclusões, pensando em termos de MCI e protótipos. A primeira é de que os protótipos estão relacionados significativamente à frequência. Dessa forma, quando os nomes têm ápice de popularidade nas décadas de 1980, 1990 e 2000, independentemente de terem aparecido antes de 1930 ou até a década de 1940, os falantes tendem a estranhar que esses nomes possam ser vistos em pessoas idosas, categorizando-os como “nomes de jovens”. O contrário também é verdadeiro: nomes que surgem antes de 1930 ou até a década de 1940, e que têm seu ápice entre as décadas de 1940 e 1960, tendem a ser vistos como “nomes de velhos”.

A segunda conclusão que se pode chegar com esses estudos é que os MCI não necessariamente refletem uma realidade, pois, não necessariamente, a estranheza em certas atribuições se comprova com bases estatísticas. Os falantes constroem esses MCI, com base em recortes que fazem dessa realidade. Esses recortes naturalmente, no entendimento da LC, se justificam pela experiência.

## Referências

BASILIO, M. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-14, dez. 2010.

BRUNA. Não gosto do meu nome, pq eu nunca vi uma velha chamada BRUNA. isso significa que morremos cedo. [S. l.], 21 out. 2010. Twitter: @brunabusiness. Disponível em: <https://twitter.com/brunabussines/status/28361847543>. Acesso em: 24 maio 2021.

CEMITÉRIO CAMPO SANTO. *Obituário*. Salvador: Cemitério Campo Santo, [20--]. Disponível em: <https://www.cemiteriocamposanto.org.br/obituario/index.html>. Acesso em: 8 out. 2020.

CEMITÉRIO E CREMATÓRIO PARQUE DAS FLORES. *Notas de falecimento*. Disponível em: <https://www.parquedasflores.com.br/notas-de-falecimento>. Acesso em: 8 out. 2020.

D. Eu nunca vi uma velha chamada Brenda, deve ser pq ela trai o namorado e morre cedo. [S. l.], 31 jan. 2019. Twitter: @Bragacrf19. Disponível em: <https://twitter.com/Bragacrf19/status/1091012039013818369>. Acesso em: 8 out. 2020.

DUQUE, P. H.; COSTA, M. A. *Linguística cognitiva: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências*. Natal: EdUFRN, 2012.

EMOISA. Nunca vi uma velha chamada Tainá. [S. l.], 27 nov. 2011. Twitter: @elofail. Disponível em: <https://twitter.com/elofail/status/140774061444833281>. Acesso em: 8 out. 2020.

F1 CORNETA. Mercedes pode ser a primeira equipe com nome de avô a conquistar o Mundial de Construtores com mais de 100 pontos de vantagem. [S. l.], 11 maio 2014. Twitter: @ficorneta. Disponível em: <https://twitter.com/ficorneta/status/465465740116885504>. Acesso em: 8 out. 2020.

FLUZÃO MIL GRAU. Tá na hora do jogador com nome de avô entrar: Osvaldo. [S. l.], 30 set. 2015. Twitter: @fluzaomilgr4u. Disponível em: <https://twitter.com/fluzaomilgr4u/status/649408475328552960>. Acesso em: 8 out. 2020.

GUERREIRO, D. São cada vez mais raros os Joaquins e Manueis. Sem nomes de velho como irão ser os avôs do futuro. Avô Ricardo e avô Fábio tem alguma piada? [S. l.], 25 set. 2016. Twitter: @MoceDumCabreste. Disponível em: <https://twitter.com/MoceDumCabreste/status/780034810353848326>. Acesso em: 8 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Nomes no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>. Acesso em: mar 2019. Acesso em: 12 out. 2020.

KLEBINHO DOS TECLÃDOS. Nunca vi um velho chamado Caio. [S. l.], 23 mar. 2013. Twitter: @kaliel. Disponível em: <https://twitter.com/kaliel/status/315647456517971968>. Acesso em: 8 out. 2020.

LAILAI. Nunca vi uma velha chamada Jéssica... afinal a expressão as bandidas morrem cedo até faz sentido. [S. l.], 14 abr. 2019. Twitter: @maseusoufixe10. Disponível em: <https://twitter.com/maseusoufixe10/status/1117380544654868481>. Acesso em: 8 out. 2020.

LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de Vera Maluf. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

MAS QUE MARAVILHA. #VouConfessar que NUNCA vi um velho chamado Lucas. Nem Davi. Nem André. Nem Thiago. Nem ... Tá parei! :P #nomedevelho. [S. l.], 11 out. 2010. Twitter: @MasQueMaravilha. Disponível em: <https://twitter.com/MasQueMaravilha/status/27053732418>. Acesso em: 8 out. 2020.

MENON, O. P. da S. Sobrenomes no feminino e patronímicos em -ez (-es): perdas morfológicas em português. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 13, n. especial, p. 65-81, 2013.

MILA. @VouConfessarQue Nunca vi uma criança chamada Fátima ou Maria das Dores ou Rosângela ou Ivone ou ... #nomedecriança. [S. l.], 11 out. 2010. Twitter: @Milla\_Pires. Disponível em: [https://twitter.com/Milla\\_Pires/status/27056218611](https://twitter.com/Milla_Pires/status/27056218611). Acesso em: 8 out. 2020.

PEIXE LUA. O avô do Felipe Neto tem o nome Felipe? Mas nunca vi um Felipe velho. [S. l.], 11 mar. 2020. Twitter: @brocolis\_verde. Disponível

em: [https://twitter.com/brocolis\\_verde/status/1237596736710828033](https://twitter.com/brocolis_verde/status/1237596736710828033). Acesso em: 8 out. 2020.

PH. Colocar nome de velho em criança é tão coisa de gente rica né Teresa, Carmen, Francisco, Joaquim. [S. l.], 30 nov. 2018. Twitter: @pedrodorehead. Disponível em: <https://twitter.com/pedroforehead/status/1068483940464377857>. Acesso em: 8 out. 2020.

SAMUEL MIZRAHY. Nunca conheci uma *criança chamada Creuza* ou Geraldo #nomedavelho. [S. l.], 3 maio 2011. Twitter: @samuelmizrahy. Disponível em: <https://twitter.com/samuelmizrahy/status/65567876924452864>. Acesso em: 8 out. 2020.

SECTUM SEMPRA. Amada quem é gabriel? Eu nem sabia que existia velho chamado Gabriel. [S. l.], 6 abr. 2020. Twitter: @\_\_\_leal. Disponível em: [https://twitter.com/\\_\\_\\_leal/status/1247265319288217600](https://twitter.com/___leal/status/1247265319288217600). Acesso em: 8 out. 2020.

SILVA, I. S. de S. Antroponímia portuguesa: um breve estudo acerca dos sobrenomes no período medieval. *Voos: Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá, Guarapuava*, v. 4, n. 1, p. 31-40, 2012. Disponível em: [http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/viewFile/281/04\\_Vol4.1\\_VOOS2012\\_CL](http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/viewFile/281/04_Vol4.1_VOOS2012_CL). Acesso em: 8 out. 2020.

SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1295-1350, 2018.

UNEREDOUTABLE. Meu filho desde pequeno reclamava que pus nome de velho nele... Aloysio. [S. l.], 4 out. 2020. Twitter: @uneRedoutable. Disponível em: <https://twitter.com/uneRedoutable/status/1312937111079792640>. Acesso em: 8 out. 2020.

## Capítulo 3

# ANTROPONÍMIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE NEOLOGIA A PARTIR DO MODELO BITEMÁTICO GERMÂNICO<sup>1</sup>

*Letícia Santos Rodrigues*  
*Mário Eduardo Viaro*

## Introdução

O quadro antroponímico brasileiro, ao combinar alguma criatividade inventiva com a tolerância no sistema de registro dos cartórios, fornece dados de interesse para a onomástica, a saber, a ciência vinculada à linguística “[...] que se dedica ao estudo dos nomes próprios, quer se direcionem para as suas origens, quer para os seus processos de formação, quer para a sua organização no léxico das línguas e também no meio social”. (RODRIGUES, 2016, p. 13)

O presente capítulo se dedica à análise do fenômeno da neologia antroponímica, particularmente, aquela formada a partir da antroponímia de origem germânica.<sup>2</sup> A especificidade desses formativos se dá por

- 1 Este capítulo é um recorte da dissertação de mestrado “Neologia antroponímica: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer?”, defendida em 2019, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
- 2 Urge salientar que as menções feitas no decorrer deste estudo a uma “origem germânica” devem ser bem compreendidas. É obviamente errônea a ideia dos germânicos como um só povo, juntamente com a ideia de uma única língua germânica. Quando tratarmos do chamado “protogermânico”, faremos o uso do asterisco, que indica, nos estudos diacrônicos, uma forma reconstruída e hipotética. Desse modo, quando falarmos simplificada e

razões históricas e geográficas que envolvem a Península Ibérica desde a queda do Império Romano, no século V – e às vezes antes – e, posteriormente, pela colonização portuguesa do território brasileiro, uma vez que a herança lusitana exerceu e ainda exerce forte impacto sobre o sistema de nomeação do Brasil. Ademais, consideramos tal herança não só quanto à incorporação e uso recorrente desses elementos formativos<sup>3</sup> que se vinculam parcial ou integralmente a uma origem germânica, mas também quanto à configuração morfológica dos novos nomes, preferencialmente bitemática, como explicaremos no decorrer deste trabalho.

Para corroborar nossa hipótese de que a neologia antroponímica no Brasil, em grande medida, baseia-se no modelo linguístico básico de estruturas bitemáticas dos nomes de origem germânica, inclusive ao fazer uso, com alguma recorrência, de formativos de natureza mórfica tomados desses antropônimos germânicos incorporados à língua portuguesa, valemo-nos da análise de *corpora* datados.

A base deste capítulo se fundamenta numa análise desenvolvida em 2016 por Letícia Santos Rodrigues – a partir da lista de aprovados na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2005<sup>4</sup> –, a qual culminou em Trabalho de Conclusão de Curso<sup>5</sup> e foi continuado como dissertação de mestrado.<sup>6</sup> (RODRIGUES, 2019) Nessa dissertação se incluiu também a

---

“formativos germânicos”, entenda-se “formativos que se vinculam parcial ou integralmente a uma origem germânica”.

- 3 A utilização do termo “formativo”, em detrimento do termo “morfema”, se deve ao desejo de não nos comprometermos com qualquer paradigma teórico de cujos pressupostos discordemos, além de intentarmos aproximação com as ideias desenvolvidas no âmbito da linguística cognitiva, na qual buscamos nosso arcabouço teórico. Ainda, apontamos as claras diferenças existentes entre o estudo de cunho onomástico e o estudo do léxico comum, de modo que a utilização dos mesmos termos para ambos pode mostrar-se conflituosa em algumas situações – por exemplo, quanto à questão do significado.
- 4 O *corpus* analisado durante a pesquisa de graduação foi o mesmo utilizado no projeto “Todos os nomes”, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia (UFBA), pelo Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) e coordenado pelas professoras doutoras Ariadne Almeida, Juliana Soledade e Tânia Lobo, entre os anos de 2007 e 2009.
- 5 *Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*, sob orientação da professora doutora Juliana Soledade pela UFBA e Universidade de Brasília (UnB).
- 6 Sob orientação do professor doutor Mário Eduardo Viaro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Universidade de

análise de *corpus*, composto por documentos religiosos encontrados no arquivo da Ordem Terceira do Carmo, localizada no Centro Histórico da cidade de Salvador (BA), datados da última década do século XIX, todo o século XX e início do século XXI. Os documentos especificamente estudados são os dez tomos do *Livro dos termos dos irmãos*, dos quais foram analisados apenas os quatro últimos, por conta do período histórico.

A metodologia e os objetivos referentes a ambos os trabalhos desenvolvidos são semelhantes. A seleção dos antropônimos analisados em ambos foi feita com a recolha de todos aqueles, cujo primeiro nome refletisse uma composição de formativos de origem germânica. Descartaram-se o segundo ou terceiro, caso existissem. Após esse levantamento, o intuito era o de encontrar e analisar somente os prenomes neológicos, sendo também descartados<sup>7</sup> todos aqueles registrados em dicionários etimológicos de língua portuguesa, a saber: nos *Dicionário etimológico da língua portuguesa* – Tomo II, de Antenor Nascentes (1952), *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, de Mansur Guérios (1981), e *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado (2003).

A seguir, em ambos os trabalhos, analisamos os antropônimos neológicos construídos a partir dos formativos que se vinculam parcial ou integralmente a uma origem germânica. A complexidade dessa tarefa se dá por diversos motivos, dentre eles, a ínfima documentação referente a tais povos e a também insuficiente produção de dicionários etimológicos em língua portuguesa, pois as obras das quais dispomos muitas vezes apontam inconsistências. Por conta da necessidade de atualizações – por exemplo, Machado (2003) é a versão mais recente –, deixam de apresentar nomes já há muito incorporados ao léxico onomástico do Brasil, os quais não podem ser considerados neológicos e, ademais, “[...] não basta abrir um dicionário etimológico e ler as propostas oferecidas pelos autores como ‘verdade acabada’. As respostas não estão prontas: os autores

---

São Paulo (FFLCH-DLCV-USP) e o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

7 Os antropônimos dicionarizados de origem germânica foram considerados apenas para fins quantitativos.

discordam entre si, propõem várias soluções, elegem esta ou aquela solução e, não raro, erram”. (VIARO, 2011, p. 102)

A análise empregada para os antropônimos considerados neológicos e de origem germânica será feita tanto em termos estruturais, no que se refere às posições ocupadas pelos formativos, que muitas vezes parecem ser fixas – “mais à esquerda” ou “mais à direita”, quanto no que se refere à busca pelos compostos bitemáticos, uma vez que, a partir de reconstruções linguísticas do protogermânico, conhecidas a partir das heranças lexicais – pois os registros documentais são ausentes –, sabemos que era constante o uso de tal modelo. (MATOS E SILVA, 2003; PIEL, 1989) Além desses aspectos estruturais, serão analisados os processos de formação acionados na construção dos antropônimos selecionados – por exemplo, se formados a partir da união de outros dois nomes ou por meio da inversão ou troca de sílabas etc.

Para este trabalho, sobrelevamos a importância de se considerar apenas os indivíduos nascidos no estado da Bahia, devido a diversos motivos históricos. Nossa hipótese vincula a presença de negros baianos libertos no período pós-abolicionista e a sua tentativa de representação no âmbito onomástico por meio do recurso neológico em detrimento da reprodução dos nomes tradicionais que conheciam, muitas vezes de origem religiosa, e que em nada faziam menção às suas origens. Assim, acreditamos na hipótese de que essa parcela populacional de afrodescendentes, por desconhecer os nomes de origem africana por conta do longo tempo afastados do território, valeu-se do ato de criar novos nomes, a fim de não utilizarem os nomes tradicionais, muitas vezes conhecidos a partir dos seus senhores. Após esse breve levantamento das principais ideias que permeiam a pesquisa, passaremos ao estudo mais aprofundado do tema, começando pelo entendimento do que seriam as ciências linguísticas basilares que nos guiam – a onomástica e a etimologia.

## **A onomástica e a etimologia**

A fim de melhor compreender esta pesquisa, também será necessário conhecer mais a respeito da onomástica e dos seus objetivos enquanto

ciência. Uma vez que a prática de nomear pessoas, animais, lugares e objetos é antiquíssima e característica de todos os povos, uma ciência é necessária para estudar esse fenômeno e, de fato, a onomástica dedica-se ao estudo dos nomes próprios em amplo contexto. Assim é que, dentre as muitas subáreas que a compõem, podemos destacar a hagnionímia – estudo dos nomes de santos –, a astronímia – nomes próprios de corpos celestes –, a mitonímia – nomes de personagens mitológicos – e a onionímia – nomes próprios de marcas industriais ou artigos comerciais.

Salientamos, contudo, duas subáreas principais: a toponímia – referente aos nomes de lugares – e a antroponímia – estudo dos nomes próprios de pessoas, seja do nome completo (prenome e sobrenome), seja de suas partes, considerando origem, forma e evolução. No âmbito da antroponímia, no qual esta pesquisa está inserida, chamamos de “antroponímicos” os elementos que se referem às pessoas, ou seja, aquilo que é denominado “nome” pelo senso comum, mas que para os estudiosos é um conceito muito mais amplo. Ainda quanto aos tipos de antroponímicos, destacamos o(s) prenome(s), que corresponde(m) ao(s) elemento(s) que se apresenta(m), na tradição portuguesa, à esquerda do primeiro sobrenome, o “nome de família” e que, unidos, formam o nome civil completo, chamado “ortônimo”.

Quanto à função dos nomes próprios, nos valem do que diz Mota (2013, p. 29), a saber:

[...] o uso linguístico faz parte do comportamento dos indivíduos, por esse motivo, não acontece isoladamente, e, estando esse uso relacionado à cultura e à história das comunidades linguísticas, o estudo de como as pessoas são chamadas e ‘tratadas’ pode desvendar importantes aspectos históricos e culturais de um povo.

Por se dedicar ao estudo dos nomes, a onomástica se apresenta como uma ciência interdisciplinar, uma vez que, além de estar intrinsecamente ligada à linguística, também versa com os domínios da história, geografia, antropologia, sociologia, filosofia, paleografia, arqueologia, etnografia, psicologia etc. Mais especificamente para este estudo, evidenciamos a sua relação com a etimologia, que seria “[...] o percurso entre o *étimo* ou

a *origem*<sup>8</sup> e a palavra investigada”. (VIARO, 2011, p. 106) Esse caráter interdisciplinar da onomástica se justifica, segundo Carvalhinhos (2007, p. 2-3), porque “[...] em tempos remotos, o nome próprio cumpria a função significativa, isto é, sua função semântica estava assegurada: o indivíduo não era apenas designado por seu nome, como recebia toda sua carga conotativa”.

Assim, conhecer – sempre que possível – o percurso etimológico dos antropônimos investigados também é de interesse desta pesquisa, ainda mais porque as bases dos seus formativos se originam numa tradição germânica que se valia da construção de antropônimos dotados de um significado por meio da combinação de temas provenientes do léxico comum. Logo, como explica Piel (1989), o sistema de nomeação germânico normalmente utilizava uma formação bitemática, em que dois elementos do léxico comum se uniam para formar um composto personativo, como nos exemplos citados abundantemente por Nascentes (1952, p. 4), tais como a sua etimologia para o nome Adalberto: “Nome de homem. Do germânico *adal*, nobre, al. mod. *edel*, e *berth*, no ant. alto al. brilhante, ilustre; ilustre por sua nobreza.”<sup>9</sup>

Ademais, ainda sobre o fato de o sistema de nomeação germânico ser semanticamente motivado, ressaltamos que as palavras normalmente aludiam aos mesmos “campos conceituais”, que eram bem característicos da vida e da cultura desses povos, por exemplo, a guerra, animais, sentimentos e qualidades físicas ou morais. Contudo, ainda que o léxico antroponímico germânico fosse imbuído de significado, reconhece-se que

---

8 Empregaremos o termo étimo para “[...] a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer” (VIARO, 2011, p. 99), ao passo que o termo origem é mais amplo e pode remeter a sincronias ainda mais antigas. (VIARO, 2011)

9 Alertamos que, apesar do que propõe Nascentes (1952) quanto ao verbete Adalberto, não foi encontrado nenhum formativo germânico *adal*, uma vez que não existem documentos nessa língua. Vale lembrar que o protogermânico é uma língua hipotética cujo vocabulário é totalmente reconstruído pelos indo-europeístas e germanistas e que não existe nenhuma “língua germânica” testemunhada, embora haja diversas línguas antigas, já bastante diferenciadas, como o gótico, o antigo nórdico, o antigo saxão, entre outras. Nesse caso, Nascentes deveria ao menos se valer do uso do asterisco, prática já adotada desde meados do século XIX, mas mesmo assim o asterisco não é um mero símbolo que se deve usar irresponsavelmente sem a aplicação rigorosa da técnica da reconstrução linguística.

esses nomes, ao adentrarem a Península Ibérica e lá se estabelecerem, sendo absorvidos e repassados, caminharam rumo à opacidade do significado, uma vez que não é provado que línguas germânicas, afora talvez o suevo, tivessem sido amplamente utilizadas nesse território. A utilização de dicionários onomásticos é uma das principais fontes para se chegar a essa informação, uma vez que se estruturam a partir das evidências etimológicas indiretas, recolhidas em documentos remanescentes ou intuídas por meio de reconstrução.

Afora isso, ressaltamos a dificuldade de desenvolver uma pesquisa etimológica em termos de antroponímia neológica, pois muitas vezes não é possível conhecer o motivo da criação desses nomes ou simplesmente acompanhar o percurso etimológico destes, uma vez que, segundo Viaro (2011, p. 97-98):

Para se chegar a um bom étimo, não basta, como pensam muitos, ter imaginação e conhecimento de sua língua materna ou de apenas algumas línguas. [...] A pesquisa etimológica, como uma edição crítica, deve passar por muitas etapas rigorosas e, mesmo assim, as soluções de étimo são múltiplas e sujeitas a revisão. A situação, perante uma profusão de étimos (quando bons e dignos de avaliação) é apresentá-los sem uma solução definitiva, da mesma forma que muitas ciências o fazem seriamente com hipóteses não excludentes.

Assim, após breves considerações acerca da onomástica e da etimologia, passaremos ao entendimento histórico de como e por que formativos de origem germânica se mostram tão relevantes para o quadro antroponímico brasileiro.

## **O elemento histórico em consideração**

Com o objetivo de entender melhor a relação entre os germânicos e a herança deixada no léxico onomástico brasileiro, será necessário considerar diversos fatos históricos, a começar pelo século V, na Península Ibérica, passando pela chegada dos portugueses no Brasil, em 1500, até

meados do século XIX, com a abolição da escravatura e a retirada dos registros civis das mãos da Igreja Católica.

### ***Península Ibérica: contatos e heranças***

Precisar exatamente quando se deu o primeiro contato entre romanos e germânicos é uma tarefa difícil e, apesar de a maioria dos pesquisadores apontar para o período entre o final do século II e meados do século III, é no século V que chegam definitivamente à Península Ibérica diversos povos germânicos, a exemplo dos visigodos, suevos e vândalos – que, por virem de regiões distintas, não necessariamente possuíam uma identidade em comum. Devido a essa convivência entre germânicos e romanos, a distância entre esses povos diminuiu, no tocante a aspectos culturais, sociais e religiosos, pois se haviam “[...] romanizado bastante durante suas andanças pela România antes de se fixarem na Ibéria”. (BASSETTO, 2005, p. 158)

Passemos, então, apesar da parca documentação e do pouco que se sabe, a conhecer mais a respeito da cultura e do modo de vida dos visigodos, considerados, dentre os povos germânicos, aqueles que mais deixaram influências linguísticas, pois são também os que mais tempo permaneceram na Península. Assim, o que se conhece como “Império Visigótico” foi engendrado quando os visigodos, sob o comando do rei Vália, estabeleceram-se na província de Aquitânia e começaram a migrar para a Península Ibérica, onde acabam por instalar-se permanentemente.

Tornaram-se cristãos arianos, o que dificultou a integração entre germânicos e hispano-romanos do ponto de vista legal. Apenas em 589 d.C., durante o terceiro Concílio do Toledo, é que o cenário se transformou com a conversão de Recaredo, rei visigodo, ao catolicismo. Contudo, pouco mais de um século depois, dificuldades políticas e sociais se intensificaram, a ponto de fragilizar o Império Visigótico, de modo que, em 711 d.C., o território foi rapidamente conquistado pelos muçulmanos, o que teria obrigado, segundo relatos posteriores, a parte mais resistente da população hispano-goda a refugiar-se no norte da Península. Lá, estes hispano-godos, que teriam permanecido em sua fé cristã, retomariam, 700

anos mais tarde, todas as terras da Península Ibérica que julgavam ainda ser suas. Para Saraiva (1993, p. 49):

Ao contrário do que sucede em relação aos Romanos, aos Suevos, aos Visigodos, não é possível fixar num determinado número de anos, ou mesmo de séculos, a duração do domínio muçulmano na Península, porque essa duração variou muito de região para região. Nunca se chegou a exercer nas terras mais setentrionais; todo o país ao norte do Ebro estava de novo sob o domínio cristão em 809. O Porto e Braga foram reconquistados cerca de 868. Coimbra voltou definitivamente à posse cristã em 1064 e Lisboa em 1147. Em Sevilha, Córdova e Faro, os Mouros estiveram cerca de seis séculos (até meados do século XIII); de Granada só foram expulsos nos fins do século XV: a presença moura atinge perto de oito séculos. Estas variações reflectem-se necessariamente na intensidade da influência sobre as populações peninsulares.

A essa organização hispano-goda de retomada das terras se dá o nome de “Reconquista”, a qual legou características importantes ao léxico onomástico português como um todo, pois impactou a formação das atuais línguas da Península. Isso se deveu principalmente aos fatores políticos e religiosos, uma vez que, durante os mais de 700 anos de presença muçulmana na Península Ibérica até a Reconquista mantiveram-se ou renovaram-se nomes de tradição germânica, seja os de origem sueva ou visigoda, seja os de origem franca. De acordo com Piel (1989, p. 130), “[...] para a germanização do onomástico peninsular, contribuiu certamente o prestígio de que gozavam os novos senhores da Hispânia [à época da Reconquista] junto da população hispano-românica, a qual passaria a identificar o seu destino com o do reino visigodo”. Assim é que os chamados “germanismos” são mais facilmente observados no léxico antroponímico – até o século XII, quando os nomes de santos latino-cristãos passam a predominar – e toponímico, enquanto os vocábulos de origem árabe seriam mais bem percebidos no léxico comum, por conta dos longos anos de convívio.

Teyssier (1998, p. 17) afirma que o “[...] grande número de nomes de pessoas (Fernando, Rodrigo, Álvaro, Gonçalo, Afonso etc.), assim como de topônimos (Guitiriz, Gomesende, Gondomar, Sendim, Guimarães

etc.) remontam aos Suevos e aos Visigodos”, no entanto, uma influência franca não deve ser descartada em hipótese alguma durante o período da Reconquista. Tais nomes, típicos do léxico onomástico lusitano, atuam, em grande medida, também no léxico onomástico brasileiro. Seguimos, então, ao entendimento de como essa estrutura chegou e permaneceu no Brasil e, ainda, como esta se reinventou e passou a atuar fortemente na construção de antropônimos neológicos.

### ***Brasil: neologia antroponímica e suas razões***

Saltando alguns séculos na nossa linha do tempo, já no território brasileiro, chamamos atenção para dois acontecimentos principais no que se refere não só à manutenção e à reprodução dos nomes de origem germânica, mas também à sua apropriação e reinvenção a partir da construção de antropônimos neológicos, paralelamente à existência de nomes de outras origens, sobretudo bíblica. Supomos que o incremento da neologia antroponímica brasileira foi impulsionado devido à retirada do registro civil das mãos da Igreja Católica e à abolição da escravatura, no século XIX.

O primeiro acontecimento, ocorrido em consonância com a abolição, foi a separação dos registros civis e da Igreja Católica, por meio do Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888. Isso se deu diante da necessidade de universalização do registro civil e obrigou todos os municípios brasileiros a dispor de, ao menos, um escritório de registro. Agora, longe das mãos da igreja, que antes controlava e conhecia todos que nasciam – e morriam –, diminuiu a pressão quanto ao uso dos antropônimos bíblicos. Supomos que, proporcionalmente a essa maior liberdade, aumentou-se também o incremento da neologia antroponímica. (RODRIGUES, 2019)

Quanto à abolição, ocorrida em maio de 1888, houve longas negociações entre o governo e a sociedade, principalmente os senhores, em busca de seus próprios benefícios. Apesar de ser um acontecimento histórico mais bem estudado da perspectiva política e econômica, a abolição trouxe inúmeras consequências sociais e culturais. É preciso ressaltar que estes negros libertos provieram de longos anos de escravidão de seus antepassados, de modo que muito de suas culturas originais se perdeu ou

se oprimiu. Por conseguinte, os nomes também estavam envolvidos nesse apagamento, pois, por muitos anos, empregaram os nomes usuais aos seus senhores, em detrimento dos nomes de origem africana.

Propomos, neste trabalho, que tais indivíduos – ainda que não todos –, ao nomear seus descendentes, por não conhecerem nomes africanos e por não se reconhecerem nos demais nomes vigentes, reproduziram o modelo já conhecido, herdado da tradição lusitana e remontando aos povos germânicos, da formação bitemática, reinventando-a, contudo, em busca de uma construção identitária particular, ao criar novos nomes.<sup>10</sup> Portanto, concordamos com Coelho (2004, p. 60), ao “[...] chamar a atenção para a inerente incorporação do passado no presente que todo sistema lexical atesta, e que nenhuma análise sincrônica pode subestimar”, considerando que os falantes herdam as estruturas dadas como prontas numa língua e as reproduzem a seu modo, de modo a não afetar a compreensibilidade comunicativa. Para exemplificar, um indivíduo, ao ter conhecimento dos nomes Francisco e Arnaldo, ambos de origem germânica, depreende a formação mórfica constituída respectivamente dos elementos Franc(i)-, no primeiro, e -naldo, no segundo, e cria o antropônimo Francinaldo. Voltaremos a esse assunto ao tratar da linguística cognitiva, que nos fornece mais detalhes para a construção de um modelo que explique como essa depreensão e reapropriação pode ter ocorrido na mente do falante.

Além desses dois motivos, diversos outros podem ser apontados como impulsionadores para o aumento do uso de nomes neológicos no Brasil desde então, a saber: a) os fenômenos midiáticos – como o rádio, a televisão e o cinema; b) a diminuição do número de católicos; c) os movimentos migratórios e imigratórios e o processo de globalização; d) a maior abertura à língua e à cultura de outros países, principalmente os Estados Unidos; e) o pouco poder restritivo dos cartórios brasileiros que, ao contrário de outros países – como Portugal, que possui listas próprias para a escolha dos nomes de pessoas nos cartórios –, possui grande

---

10 Obviamente, tais negros já não eram africanos, pois há muito nasciam no Brasil e não estranhavam o uso de nomes cristãos ou de base germânica. Tal processo se tratou mais de uma forma de reatar identitariamente os laços com seus ancestrais.

aceitabilidade de nomes não tradicionais, alguns até mesmo considerados vexatórios.

A apresentação dos aspectos históricos visou proporcionar o entendimento de algumas características que constituem as bases de uma das importantes vertentes do quadro antroponímico brasileiro. Como estudos em onomástica lidam com consequências não só linguísticas, mas também históricas, políticas, culturais ou econômicas, apropriamo-nos das palavras de Jean Hébrard (2000, p. 17), acerca dos nomes de pessoas: “A atribuição de um nome é um processo complexo que, de uma parte, designa um ser humano como radicalmente singular e, de outra, classifica-o nas múltiplas ordens sociais que vão organizar sua existência”.

### **Para uma integração entre linguística cognitiva e onomástica**

Como já explanado, este estudo se apoia também nas concepções propugnadas pela linguística cognitiva. Trata-se de um paradigma teórico estabelecido na década de 1980 que concorda, em alguns aspectos, com o viés cognitivo do gerativismo, diferenciando-se principalmente por considerar a relação entre sintaxe e semântica, rejeitando a ideia dos módulos mentais autônomos, pois como bem afirma Ferrari (2014, p. 13-14):

A Linguística Cognitiva, por sua vez, adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual.

Em consonância com os pressupostos da linguística cognitiva, adotamos a noção de léxico como algo que, para toda e qualquer língua, deva ser interpretado como um componente indispensável da gramática, não se comportando como uma mera lista de itens convencionalizados e fixos na mente dos indivíduos, uma vez que visa à possibilidade de inovações criativas diante das suas sucessivas atualizações. Segundo esses princípios, a

criação de novas palavras se dá pela utilização de mecanismos cognitivos, sobretudo na associação por analogia que, para Bybee (2016, p. 27):

[...] é o processo pelo qual enunciados novos são criados com base em enunciados de experiências prévias. A analogia também requer categorização; as partes de ocorrências anteriormente produzidas podem ser segmentadas em unidades que são alinhadas e categorizadas antes que novos enunciados possam ser formados com elas.

Assim, de acordo com autores como Booij (2005), Gonçalves e Almeida (2014) e Gonçalves (2016a), consideramos que novas criações lexicais se originam de esquemas construcionais, que são os meios pelos quais o falante reproduz as suas generalizações dos conjuntos de itens lexicais complexos que instanciam esses padrões. (RODRIGUES, 2016) Esquemas, então, seriam, de acordo com Gonçalves (2016b, p. 17), “[...] padrões gerais de pareamento forma-conteúdo que captam características comuns entre várias instanciações específicas e podem ser usados produtivamente”. Dessa maneira, retomando o exemplo já apresentado a respeito dos prenomes “Francisco” e “Arnaldo”, depreendemos os seguintes esquemas construcionais:

<[[Franc-]<sub>F1</sub> [X]<sub>F2</sub>]<sub>NP</sub> ↔ [nome de pessoa associado ao formativo X]<sub>NP</sub>>

<[[X]<sub>F1</sub> [-naldo]<sub>F2</sub>]<sub>NP</sub> ↔ [nome de pessoa do gênero masculino associado ao formativo X]<sub>NP</sub>>

Os esquemas acima demonstram que os formativos Franc- e -naldo, associados a um formativo X, independentemente de sua origem – que é, ao fim e ao cabo, germânica –, referentes a nomes próprios (NPs), apresentam pareamento direto (↔) entre forma e significado, e são capazes de gerar formações criativas, também nomes próprios.<sup>11</sup> Ainda,

11 No caso do formativo -naldo em posição final, também é possível identificar a contraparte semântica referente ao sexo do indivíduo, pois tradicionalmente, em português, a terminação na vogal “o” está associada ao gênero masculino.

explicitamos nossa hipótese de que o falante de língua portuguesa, especificamente para o quadro onomástico brasileiro, reconhece primeiro os prenomes isolados com o formativo Franc- ou -naldo, como nos antropônimos tradicionais Francisco, Franco, Francelino, Arnaldo, Aguinaldo e Reinaldo, e após considerável conhecimento desse conjunto de nomes com estruturação similar<sup>12</sup> ou grande exposição a um deles,<sup>13</sup> esse mesmo falante depreende analogicamente o esquema de outros, podendo engendrar novos antropônimos, a exemplo de Franciane, Francielle, Francislai, Enaldo, Rosinaldo, Zenaldo<sup>14</sup> etc.

Antes de passarmos à apresentação prévia de alguns dados recolhidos do *corpus* utilizado neste trabalho, prosseguiremos ao estudo morfológico das novas criações antroponímicas tratando da neologia e dos principais mecanismos de formação desses novos nomes.

## **Principais processos de formação de neologismos antroponímicos**

Escolher o nome de alguém é um ato importante, uma vez que o nome será a maior referência de um indivíduo em sua vida. Para tanto, os principais motivos associados a essa escolha são: as homenagens – familiares, a amigos, políticos, figuras históricas ou literárias –, se são influenciados pela mídia e pelas artes, vinculam-se à religião – personagens bíblicas, nomes de santos –, têm razões puramente fonéticas – quando um nome é escolhido por soar “bonito” –, fundamentam-se em alguma superstição – quando há repetição das iniciais ou quando os nomes são escolhidos pela quantidade de letras ou por recomendações da numerologia –,

.....  
12 Um mesmo formativo pode apresentar mobilidade na estruturação interna dos antropônimos, como nos casos de Naldomar, Naldo e Francinaldo, nos quais o mesmo formativo Naldo-/naldo pode aparecer na posição inicial, em posição absoluta ou em posição final.

13 Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Francisco ocupa a 6ª colocação entre os nomes mais frequentes do inventário onomástico brasileiro, de modo que só a grande exposição dos falantes a esse nome dispensa a exposição a todo um grupo de nomes com o formativo Franc-.

14 Os exemplos de neologismos antroponímicos foram retirados do Trabalho de Conclusão de Curso de Rodrigues (2016).

dentre tantos outros motivos. No âmbito deste trabalho, contudo, a vontade do indivíduo de criar um nome diferente daqueles que já conhece é uma motivação em si, ou seja, essa vontade tem o intuito de diferenciar o nomeado dos demais em sociedade. Com esse objetivo, é bem provável que o indivíduo nomeador recorra à neologia, a fim de criar um nome supostamente único.

Os principais processos envolvidos na construção de novos antropônimos são, dentre os processos considerados tradicionais, segundo Monteiro (2002), a derivação imprópria, a braquissomia, a acrosomia, o anagrama, o empréstimo, mas, além desses, citam-se também, segundo Gonçalves (2016a), a hipocorização e os *splinters*, processos não tradicionais<sup>15</sup> e não concatenativos, devido à maior imprevisibilidade nas construções que deles resultam.

### ***Derivação imprópria***

Segundo Monteiro (2002), chama-se de derivação imprópria a integração de elementos do léxico comum ao léxico próprio. Como exemplos, podemos pensar nos diversos sobrenomes relacionados a árvores – Pinheiro, Carvalho, Oliveira – e animais – Coelho, Lobo, Carneiro. Quanto aos prenomes, podemos citar os vários nomes de flores – Rosa, Violeta, Margarida.

### ***Hipocorização***

Um hipocorístico se diferencia da alcunha – ou do que no Brasil se chama “apelido”<sup>16</sup> – por ter uma forma mais ou menos tradicional e por apresentar certa relação com o nome de registro do indivíduo. Na hipocorização, contudo, há imprevisibilidade nas construções resultantes. Segundo Gonçalves (2016a, p. 67-68), “[...] nos processos não concatenativos, a

15 O termo “tradicional”, nesse contexto teórico, refere-se exclusivamente à produtividade do processo ao longo da história da língua portuguesa e não à amplitude da aceitação social do resultado do processo.

16 Em Portugal, apenas o termo “alcunha”, uma vez que “apelido” pode ser o sobrenome.

sucessão linear dos elementos morfológicos pode ser rompida por reduções, fusões, intercalações ou repetições, de modo que uma informação morfológica não necessariamente se inicia no ponto em que outra termina”. Sobre os hipocorísticos, nos diz Vasconcelos (1928, p. 454): “[...] a nossa língua abunda de hipocorísticos. Há-os de duas espécies: hipocorísticos correspondentes a um só nome, ou nome simples, [...] e correspondentes a dois, isto é, a um nome duplo [...], por exemplo, Milota, que reúne os hipocorísticos de Maria e Carlota”.

### ***Braquissemia***

Braquissemias ocorrem com frequência quando hipocorísticos passam a prenomes, passíveis de registro em cartório. Tal fenômeno comumente se dá por meio da queda de segmentos fônicos ou da reduplicação de sílabas, a exemplo de Max, hipocorístico de Maximiliano por braquissemia.

### ***Acrossemia***

Trata-se de um processo composicional em que ocorre, como na braquissemia, o truncamento dos elementos significantes dos formativos, mantendo-se normalmente apenas os iniciais, tal como acontece em algumas siglas. Na acrossemia, há o envolvimento de ao menos dois antropônimos e não apenas de um, como ocorre na braquissemia. No entanto, se o conceito de acrossemia for estendido também para o truncamento dos elementos iniciais, parece ser um dos processos mais utilizados para a criação de antropônimos em nossas análises de *corpora* já realizadas, principalmente pela herança da formação bitemática germânica, empregada, na maioria dos casos, para homenagear avós, padrinhos e até os próprios pais.<sup>17</sup> Como exemplos, recolhidos do *corpus* da dissertação – que será mais bem apresentado na próxima seção – citamos Marinaldo e Deuzimar.

17 Não há como afirmar com certeza, uma vez que não houve contato com os indivíduos responsáveis pela criação dos antropônimos estudados.

## ***Anagrama***

À maneira do léxico comum, os anagramas são elementos resultantes da inversão total ou da troca de sílabas/letras de uma palavra ou, no léxico onomástico, de um prenome. Não tão frequente quanto o processo da acrossemia, o anagrama também pode surgir no intuito de homenagear outros indivíduos. Um exemplo é o prenome Saile, anagrama formado por inversão total do prenome Elias.

## ***Empréstimo***

Do contato entre as línguas, muito se empresta no âmbito lexical e o mesmo ocorre com os nomes de pessoas. Tal empréstimo se torna ainda mais acentuado quando se trata de alguém muito conhecido internacionalmente. No Brasil, diante da boa aceitação das letras consideradas estrangeiras antes mesmo do Novo Acordo Ortográfico de 2009, é possível observar a manutenção ou o acréscimo de letras como “k”, “w”, “y” ou consoantes duplas como “nn” e “tt” em Yuri, Kennedy ou Brigitte. Por vezes, contudo, muitos desses prenomes podem aparecer de modo “aportuguesado”, a exemplo de João Lenon ou Martinho Lutero.

## ***Splinter***

Segundo Simões Neto e Soledade (2018, p. 1322), trata-se “[d]o fenômeno que consiste em tomar partes de palavras (não identificadas como morfemas), para, a partir delas, formar outras palavras”. Tais fragmentos precisariam apresentar frequência suficiente para participar da formulação de um esquema cognitivo. No âmbito onomástico, então, os *splinters* seriam os formativos que, quando associados a outros, atuam na construção de antropônimos a partir do acionamento de esquemas apreendidos pelos falantes. A bibliografia consultada nos oferece conceitos distintos para os casos de *splinter* e de acrossemia, com a diferença pautada justamente na produtividade de um *splinter*, sendo capaz de atuar na formulação de

esquemas. O *splinter* refere-se a um processo não concatenativo, enquanto a acrossemia se refere a um processo concatenativo.<sup>18</sup>

## Apresentação dos dados

A seguir, apresentaremos dados referentes ao *corpus* composto pelos arquivos relativos à Ordem Terceira do Carmo, mais especificamente, os dez tomos do *Livro dos termos dos irmãos*, dos quais foram analisados apenas os quatro últimos, datados da última década do século XIX, todo o século XX e início do século XXI, com o primeiro registro analisado do ano de 1893, enquanto o último se refere ao ano de 2014. Essa consideração temporal se dá por conta do período histórico pós-abolicionista, ou seja, pós 1888 – somado ao tempo geracional de aproximadamente 20-30 anos, quando esperamos que passem a ocorrer prenomes neológicos. Assim, somente os livros de número 7, 8, 9 e 10 seriam interessantes para análise, em conformidade com a hipótese aventada.

Os documentos se tratam de fichas relativas à adesão de novos membros à Ordem. Nelas encontramos, na maioria dos casos, as seguintes informações: a) data do início do postulando; b) data da tomada de hábito; c) profissão; d) naturalidade; e) idade; e f) estado civil. Contêm também a assinatura dos dirigentes da Ordem – frei comissário, prior, tesoureiro e secretário.

Também é importante ressaltar que os dados foram recolhidos *in loco*, ou seja, no próprio arquivo da igreja, situada ao lado do Convento do Carmo – hoje transformado em um hotel –, no Centro Histórico da cidade de Salvador (BA). Para tanto, após a análise de, respectivamente, 796, 500, 500 e 164 fichas de registro, totalizando 1960 nomes, foram fotografadas – pois tais livros não suportariam o uso de máquinas de xérox ou *scanners* – cerca de 450 fichas, dentre nomes tradicionais de origem germânica, bem como formas neológicas construídas a partir do modelo bitemático.

Neste trabalho, em específico, serão apresentados apenas os dados recolhidos nos últimos dois livros – 9 e 10 –, ou seja, 664 nomes. Dentre

---

18 Os processos concatenativos apresentam elementos previsíveis na língua em suas estruturas, enquanto os não concatenativos ocorrem por meio de elementos não tão previsíveis.

estes, 208 (31%) vinculam-se a alguma origem germânica – sendo 178 tradicionais e 30 neológicos. Tal quantidade, apesar de não parecer, é bastante expressiva ao se considerar um período em que a grande maioria dos nomes eram tradicionais, tais como Manoel, Maria, José ou João. Ademais, devido à incompletude e/ou incongruência nas fichas – falta de informação de algum campo, dificuldade de leitura, grafias distintas dos antropônimos – e também à desconsideração dos nomes de pessoas não nascidas na Bahia, alguns documentos não foram analisados e isso também se reflete no elemento quantitativo.

O quadro abaixo reúne, em ordem alfabética, todos os prenomes analisados nos Livros 9 e 10:

Quadro 1 – Prenomes neológicos cujos formativos são parcial ou integralmente de origem germânica encontrados nos Livros 9 e 10

| Quantidade de prenomes | Livro | Nº da página | Prenome                      | Ano de registro |
|------------------------|-------|--------------|------------------------------|-----------------|
| 1                      | 9     | 114          | Adalicio                     | 1942            |
| 2                      | 10    | 53           | Avanildes                    | 1985            |
| 3                      | 9     | 330          | Clemilton                    | 1964            |
| 4                      | 9     | 262          | Crisaldete                   | 1957            |
| 5                      | 10    | 132          | Deuzimar                     | 1995            |
| 6                      | 9     | 482          | Dilza                        | 1978            |
| 7                      | 10    | 77           | Edval ~ Edival <sup>19</sup> | 1990            |
| 8                      | 9     | 270          | Eurivalda                    | 1957            |
| 9                      | 9     | 240          | Everaldina                   | 1955            |
| 10                     | 9     | 166          | Gelsa                        | 1946            |
| 11                     | 9     | 28           | Genebaldo                    | 1937            |
| 12                     | 9     | 437          | Gilton                       | 1977            |
| 13                     | 9     | 253          | Hildete                      | 1957            |
| 14                     | 9     | 478          | Hildete                      | 1978            |
| 15                     | 9     | 418          | Hyldéa                       | 1976            |
| 16                     | 9     | 332          | Hyldélia ~ Hildélia          | 1964            |
| 17                     | 10    | 148          | Ilma                         | 2003            |
| 18                     | 9     | 451          | Ironilde                     | 1977            |
| 19                     | 9     | 255          | Lindinalva                   | 1957            |
| 20                     | 9     | 389          | Marinaldo                    | 1975            |
| 21                     | 10    | 51           | Nilzete                      | 1984            |

19 A variação se deve à divergência ortográfica verificada em algumas fichas no campo do nome do registrado e de sua assinatura.

| Quantidade de prenomes | Livro | Nº da página | Prenome   | Ano de registro |
|------------------------|-------|--------------|-----------|-----------------|
| 22                     | 10    | 155          | Nilzete   | 2004            |
| 23                     | 9     | 496          | Norete    | 1980            |
| 24                     | 9     | 297          | Rahilda   | 1961            |
| 25                     | 10    | 97           | Railda    | 1987            |
| 26                     | 10    | 41           | Valdiva   | 1984            |
| 27                     | 10    | 98           | Valney    | 1992            |
| 28                     | 9     | 127          | Waldelir  | 1942            |
| 29                     | 10    | 19           | Waldete   | 1980            |
| 30                     | 10    | 460          | Wiveraldo | 1977            |

Fonte: elaborado pelos autores.

Após a observação dos dados, percebemos que a primeira aparição de um prenome neológico no *corpus* data de 1937, com Genebaldo. Esse ano é também o ano de início do Livro 9, mas não necessariamente o primeiro, visto que neste artigo não se elencaram os dados referentes aos Livros 7 e 8. Desse modo, a hipótese de que o incremento neológico no âmbito antroponímico se deu no período pós-abolicionista já vem sendo comprovada.

Ainda quanto à análise dos prenomes, propugnamos sua segmentação mórfica ao modo como Rodrigues (2016, 2019) e Simões Neto e Soledade (2018) também realizaram. Salientamos a dificuldade dessa tarefa no âmbito antroponímico, uma vez que é muito tênue a delimitação dos formativos. Para tanto, valemo-nos, como defende a linguística cognitiva, dos demais antropônimos, neológicos ou não, com a mesma formação, a fim de validar nossas análises. Nesse sentido, verificamos a manutenção da estrutura bitemática, como nos casos de Adalicio [ADAL- + -ICIO], Avanildes [AVA(N)- + -ILDES], Clemilton [CLEM- + -ILTON], Crisaldete [CRIS- + -ALD(ETE)], Deuzimar [DEUZ(I)- + -MAR], Edval ~ Edival [ED(I)- + -VAL], Eurivalda [EURI- + -VALD(A)], Everaldina [EVER- + -ALD(INA)], Genebaldo [GENE- + -BALDO], Hildete [HILD- + -ETE], Hyldélia ~ Hildélia [HYLD- + -ÉLIA ~ HILD- + -ÉLIA], Hyldéa [HYLD- + -ÉA], Ironilde [IRO(N)- + -ILDE], Lindinalva [LIND(I)- + -NALVA], Marinaldo [MARI- + -NALDO], Nilzete [(N)ILZ- + -ETE], Norete [NOR- + -ETE], Rahilda [RA(H)- + -ILDA], Railda [RA- + -ILDA], Valdiva [VALD- + -IVA], Valney [VAL- + -NEY], Waldelir [WALD- + -ELIR], Waldete [WALD- + -ETE] e Wiveraldo [WIVER- + -ALDO].

Ademais, todos os formativos foram identificados e estudados, sempre que possível, quanto: a) ao étimo; b) ao significado etimológico; c) à frequência no *corpus*; d) aos exemplos de nomes tradicionais, a fim de deprender possíveis modelos; e) à posição ocupada na construção; f) aos esquemas cognitivos; g) ao processo de construção de antropônimos neológicos; h) às demais informações idiossincráticas.

## À guisa de conclusão

Consideramos que o estudo dos antropônimos bitemáticos a partir do modelo germânico aventa importantes considerações no que se refere à onomástica, que se configura como uma área bastante vasta quanto às possibilidades de pesquisa – até mesmo em razão da sua interdisciplinaridade com outras ciências –, contudo, ainda pouco explorada no âmbito da linguística, devido à grande mutabilidade dos antropônimos em comparação com a maior estabilidade dos topônimos. As produções ainda são parcas, ressaltando, inclusive, a necessidade de atualização dos dicionários onomásticos em língua portuguesa.

Também reiteramos a importância do estudo onomástico referente à situação do quadro antroponímico brasileiro. De tempos em tempos, por meio da mídia, a sociedade se surpreende quando surgem nomes criativos, tidos como esdrúxulos. A partir do entendimento do fenômeno linguístico do neologismo em termos antroponímicos, no entanto, é possível deprender fatos históricos, culturais, sociais e políticos em suas respectivas sincronias.

Foi possível concluir, por meio da análise dos *corpora*, que, assim como a hipótese proposta, uma parte significativa dos neologismos antroponímicos é criada a partir do conhecimento de modelos disponíveis – ou seja, os nomes tradicionais herdados –, segundo a atuação do princípio da analogia. Desse modo, revela-se a forte produtividade do modelo bitemático germânico na confecção de antropônimos no Brasil, não só quanto à sua estrutura, mas também quanto à utilização de formativos de mesma origem.

## Referências

BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2005. v. 1.

BOOIJ, G. Compounding and derivation: evidence for construction morphology. In: DRESSLER, W. U. *et al.* (ed.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 109-131.

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CARVALHINHOS, P. de J. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de Língu@gem*, Uberlândia, ano 1, n. 1, p. 1-18, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>. Acesso em: 15 set. 2018.

COELHO, J. S. B. *Semântica morfolexical*: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: [https://43f732ad-b5b4-4926-ado6-b21be791fid4.filesusr.com/ugd/c8e334\\_f3091cea34b943d6be75fdo6a6d45388.pdf](https://43f732ad-b5b4-4926-ado6-b21be791fid4.filesusr.com/ugd/c8e334_f3091cea34b943d6be75fdo6a6d45388.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.

FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.

GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016a.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia construcional*: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016b.

GONÇALVES, C. A.; ALMEIDA, M. L. L. de. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*: Revista de Linguística, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 165-193, 2014. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5771/4922>. Acesso em: 18 set. 2018.

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HÉBRARD, J. *Escravidão e dominação*: imposição e apropriação de um nome entre os escravos da Bahia no século XIX. Tradução de Tânia

Conceição Freire Lobo e Sônia Borba Costa. Salvador: [s. n.], 2000. Não publicado.

MACHADO, J. P. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte: Confluência, 2003. v. 2.

MATTOS E SILVA, R. V. Germanismos e arabismos no período formativo da língua. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA ABREM, 5., 2003, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ABREM/UFBA, 2003. p. 1-10.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

MOTA, M. A. *Formas de referência a pessoas: uma abordagem variacionista*. 2013. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9BLPKL/1/1446d.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

PIEL, J. M. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

RODRIGUES, L. S. *Neologia antroponímica: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer?* 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-09092019-175043/publico/2019\\_LeticiaSantosRodrigues\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-09092019-175043/publico/2019_LeticiaSantosRodrigues_VCorr.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.

RODRIGUES, L. S. *Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Vernáculas) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19485/3/Neologismos%20antropon%20admicos%20com%20base%20na%20utiliza%20a7%20a30%20ode%20formativos%20germ%20nicos%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

SARAIVA, J. H. *História de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1295-1350, 2018.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

VASCONCELOS, J. L. de. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

## Capítulo 4

# O CRUZAMENTO VOCABULAR NA FORMAÇÃO DE NOMES DE BATISMO

*Vitória Benfica da Silva*

*Carlos Alexandre Gonçalves*

### **Introdução**

Neste capítulo, investigamos formações que combinam dois antropônimos para a formação de um terceiro, como o nome do cartunista brasileiro Ziraldo, mistura do nome da mãe, Zizinha, com o do pai, Geraldo. (OBATA, 1986) Como esse, existem diversos outros dados que, em grande parte dos casos, pretende homenagear progenitores com seus nomes de batismo.

O presente trabalho consiste em um recorte da análise feita por Silva (2019), dissertação de mestrado que estuda palavras originadas pela mescla de duas palavras sendo, pelo menos uma, um antropônimo. De acordo com a pesquisa realizada, esses dados são formados por um processo intitulado cruzamento vocabular, definido pela “junção de palavras já existentes na língua” (GONÇALVES, 2006, p. 221), como o exemplo de *chocotone*, combinação de *chocolate* com *panetone*.

Pretendemos, neste trabalho, (a) fazer um breve levantamento de como trabalhos anteriores descrevem as formações aqui estudadas; (b) apresentar, de maneira concisa, processos morfológicos relacionados ao nosso objeto de estudo; (c) analisar como os dados são formados; e (d) investigar quais padrões são mais constantemente usados na formação de nomes de batismo mesclados. Sendo assim, faremos a seguir uma revisão bibliográfica sobre quais estudos da antroponímia do Português

Brasileiro (PB) abordam o tema para, em seguida, abordar os fenômenos acrosemia (MONTEIRO, 1987) e cruzamento vocabular. (GONÇALVES, 2003) Depois, será feita a análise dos dados levando em conta o processo de formação do *corpus* de Silva (2019) e, em seguida, serão pontuadas as considerações finais.

## **Pequena observação sobre antropônimos mesclados do Português Brasileiro: o que dizem os estudos antroponímicos**

Do grego *anthropos*, “homem” e *ónoma*, “nome” (CUNHA, 2010), a antroponímia é a parte da onomástica que estuda nomes de pessoas, antropônimos. Esse campo de estudo é bastante diverso, integrando diferentes itens, como prenomes, sobrenomes, hipocorísticos, apelidos, entre outros. Tomando como base a classificação proposta por Amaral (2011), delimitamos como nosso foco o prenome, que nada mais é do que o nome precede o sobrenome, ou seja, é o primeiro nome de uma pessoa, também identificado como nome de batismo.

Além de ser uma vasta área de estudo a ser explorada, a antroponímia do PB torna-se ainda mais instigante pela sua inquestionável originalidade, diferente de outras culturas mais restritas quanto a atribuição de nome de batismo – como Portugal, onde existem leis que regulam a nomeação. No Brasil, não há limitações rígidas nesse sentido, conferindo à população maior liberdade na escolha de antropônimos, o que gera casos bastante inovadores, como os descritos na matéria “Os nomes mais raros (e exclusivos) do Brasil” (PINHONI, 2013), a exemplo de Acislan, Eudizon, Guidox, Jandiciaria, Magereno e Vandermilsen. Nomes como esses são bastante incomuns, podendo causar uma reação cômica ou de estranheza, além de despertar a curiosidade por saber quais são suas motivações, origens e como são formados. Embora muitos questionamentos possam surgir, nosso objetivo é refletir sobre como alguns desses prenomes são formados. Sobre o tema, Soledade (2012, p. 323) introduz uma interessante indagação: é possível identificar “padrões estruturais para os nomes personativos? Ou estes em nada se relacionam com o sistema da

língua? [...] E, ainda, se os antropônimos fazem parte do sistema lexical, os processos de formação de palavras atuam sobre eles de forma significativa?”.

Diante de uma revisão bibliográfica sobre o tema, encontramos o trabalho de Obata (1986) que apresenta os nomes que combinam antropônimos para formar antropônimos complexos:

- (01) Claudionor (Cláudio e Leonor)
- Jomar (João ou José e Maria)
- Erlice (Ernesto e Alice)
- Aguimar (Aguinaldo e Maria)
- Edigênio (Edite e Eugênio)
- Mariel (Maria e Ariel)
- Marielza (Mariel e Elza)
- Gusmira (Gustavo e Almira)
- Vanderci (Vanderlei e Cilene)

Em sua obra, a autora faz uma apresentação de antropônimos do PB, citando nomes usuais e inusitados, enfatiza a criatividade desses últimos e revela suas possíveis motivações. Sobre os dados em (02), a seguir, a autora explica que “grande parte dos nomes excêntricos são provenientes de combinações de dois nomes, principalmente do pai e da mãe” (OBATA, 1986, p. 8) sem, contudo, levar em consideração possíveis processos morfológicos que geraram essas formações.

Monteiro (1987), por sua vez, descreve alguns processos que formam antropônimos. Usando como base os processos formadores de palavras comuns do português, o autor apresenta sete processos: derivação imprópria, sufixação, composição, braquissemia, acrossemia, anagrama e estrangeirismo. Entre eles, identificamos um relacionado ao nosso objeto de estudo, exemplificado a seguir:

- (02) Fredericindo (Frederico e Gumercindo)
- Jomar (José e Maria)
- Erlice (Ernesto e Alice)

Edeluz (espírito de Luz)  
Claudionor (Cláudio e Leonor)  
Silvanir (Sílvio e Nair)  
Aguimar (Aguinaldo e Maria)  
Prodamor (produto do amor)  
Angerico (Ângela e Eurico)  
Martônio (Maria e Antônio)  
Edigênio (Edite e Eugênio)

Os nomes em (02) são descritos por Monteiro (1987, p. 185) como resultado da *acrossemia*, que é brevemente descrita como “formação de prenomes mediante a combinação de sílabas, quase sempre extraídas dos nomes dos pais”, não havendo mais explicações sobre o processo.

Mais recente, temos o trabalho de Simões Neto e Rodrigues (2017) que realiza um mapeamento de estudos sobre a neologia e os processos chamados de *genolexicais* em antropônimos do PB. Com base no trabalho de Monteiro (1987, p. 125), os autores citam a *acrossemia*, mas explicando que “esse processo morfofonológico caracteriza os chamados cruzamentos vocabulares”. Como exemplo, acrescentam o caso interessante das filhas do cantor e compositor Martinho da Vila e Anália Mendonça. A primeira foi batizada como Analimar, mistura do nome da mãe com o do pai, e a segunda, mais famosa, Mart’nália, possui as mesmas bases, mas na ordem inversa.

Como se pode ver, não há uma grande quantidade de trabalhos que se referem aos prenomes originados por meio da mescla de dois antropônimos. Os poucos encontrados focalizam a motivação, geralmente relacionada à homenagem aos pais, mas não desenvolvem com aprofundamento a questão estrutural das formações. Na tentativa de contribuir para essa descrição, na próxima seção descreveremos diferentes processos morfológicos que usam mais de uma base para a formação de um novo vocábulo. Todos esses processos têm em comum o fato de serem não concatenativos.<sup>1</sup>

---

1 Grosso modo, “processos concatenativos (ou aglutinativos) consistem no encadeamento de formas e estão diretamente associados à adição; os não concatenativos, por outro lado, são caracterizados por modificação morfofonológica nas bases e nem sempre pressupõem

## Breve revisão sobre alguns processos morfológicos não concatenativos

Nesta seção, vamos apresentar os processos que identificamos ter, em maior escala, associação mais direta com nosso objeto de estudo, antropônimos produzidos pela mistura de outros já existentes na língua. Pela menção na revisão bibliográfica, apresentaremos a seguir a acrossemia e, por levar em conta mais de uma base para a formação do produto, o cruzamento vocabular será descrito logo em seguida.

Entendemos que a acrossemia constitui tipo especial de siglagem. Segundo Abreu (2004), uma sigla é uma combinação das iniciais de um nome composto ou de uma expressão. Pode ser de dois tipos: (i) alfabetismo, em que os produtos são pronunciados letra por letra, como em uma soletração, a exemplo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ou (ii) acrônimo, siglas cuja combinação de letras possibilita pronunciar a nova forma como palavra comum na língua, a exemplo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pelos exemplos fornecidos por Monteiro (1987), os dados em (01) constituiriam casos de acrônimos, pois todos são produzidos como palavras comuns da língua, incorporando todas as características da palavra prosódica, nunca pronunciados letra a letra. O que parece diferenciar esses dados de casos como Pontifícia Universidade Católica (PUC), Organização Não Governamental (ONG) e Código de Endereçamento Postal (CEP), também acrônimos, é o fato de se valerem de sílabas – não necessariamente de letras.

Sandmann (1989) descreve todos os encurtamentos sob a rubrica genérica de abreviação. Desse modo, acrônimos são abreviações que ele denomina do tipo Centro Acadêmico de Letras (CAL) e alfabetismos abreviações do tipo Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Além desses casos, cita os tipos mistos, afirmando que “há muitas abreviações que não

---

acréscimos”. (GONÇALVES, 2016, p. 36) Nos aglutinativos, uma forma pré-especificada (palavra ou afixo) remete a algum tipo de significado e é adjungida ou à esquerda ou à direita de outra. Nos não concatenativos, ao contrário, “a própria base sofre modificações fonológicas de natureza variada, não havendo, em consequência, estrito encadeamento de elementos morfológicos: o resultado da operação dificilmente implica uma divisão da palavra em unidades discretas de forma e significado”. (GONÇALVES, 2016, p. 37)

são representantes genuínos dos tipos anteriormente aqui apresentados, senão exemplos de mais de um tipo simultaneamente”. (SANDMANN, 1989, p. 55). Os exemplos dados pelo autor são reunidos em (03), a seguir:

- (03) Departamento de Letras Modernas (DELEM)
  - Centro Acadêmico de Artes (CAARTE)
  - Centro Acadêmico de Filosofia (CAFIL)
  - Banco do Estado do Paraná (BANESTADO)
  - Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR)

Até onde se conhece, os trabalhos de maior envergadura sobre a siglagem em português são Abreu (2004, 2006, 2009) e Lima (2014). Nenhum desses, no entanto, abordou com mais vagar dados como em (03). Lima, por exemplo, concentrou-se em siglas de até cinco letras, pois seu objetivo era avaliar se os produtos eram acrônimos ou alfabetismos. O que unifica os dados em (03) é o fato de aproveitarem número diferente de sílabas – algumas não completas – no produto. Por exemplo, DELEM faz uso da primeira sílaba das duas palavras iniciais e apenas da nasal de *Modernas*. São muitos os nomes de órgãos governamentais que seguem essa tendência:

- (04) Departamento de Trânsito (DETRAN)
  - Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)
  - Sistema de Seleção Unificada (SISU)
  - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
  - Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Outro domínio comum desse “processo” de formação é/foi a nomeação de bancos estaduais – alguns já extintos –, conforme (05a) e privados (05b), além de entidades oficiais e/ou de grande relevância nacional (05c):

- (05) a. Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ)
  - Banco do Rio Grande do Sul (BANRISUL)
  - Banco do Estado de São Paulo (BANESPA)

b. Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO)<sup>2</sup>  
Banco Mercantil e Industrial do Paraná (BAMERINDUS)

c. Fundo para Educação Básica (FUNDEB)  
Ministério da Cultura (MinC)  
Rio Turismo (RIOTUR)  
Petróleo Brasileiro (PETROBRAS)

Com finalidade didática, associamos os tipos mistos de Sandmann (1989) ao fenômeno da acrossemia de Monteiro (1987), pois os dados fornecidos pelos autores guardam muitas semelhanças formais, mesmo com o custo de não necessariamente nos referirmos ao mesmo fenômeno. Outro processo de formação de palavras que nos interessa neste texto é o cruzamento vocabular (CV). O cruzamento vocabular é a fusão de duas bases, ou seja, ocorre

quando duas palavras, pertencentes ou não a mesma classe gramatical, se fundem num todo fonético, com um único acento, à semelhança de um composto formado por aglutinação, mas sem perder, contudo, os traços semânticos das formas de base que lhes deram origem. (ANDRADE, 2008, p. 17)

São exemplos desse processo palavras como a já consagrada *família* (< família + milícia) – uma vez que as duas palavras base, *família* e *milícia*, são mescladas em uma só palavra, mas sem deixar de remeter às palavras de origem – e a recentíssima *Queirozene* (< Queiroz + querosene), uma alusão “explosiva” à possível delação premiada do ex-assessor de Flávio Bolsonaro no caso das “rachadinhas”.

Na literatura sobre o português, o fenômeno é dividido em três grandes grupos, conforme descreve Gonçalves (2016). O primeiro deles, chamado de *entranhamento lexical*, ocorre quando há semelhança entre as bases, acarretando a fusão das duas palavras pela interposição de uma à

---

2 No site do banco (link *história*), o Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) foi fundado em 1943, em Marília, no interior de São Paulo.

outra. Dito de outra maneira, as bases são superpostas, fazendo com que sejam compartilhados segmentos entre elas, como em *tristemunho* (<triste + testemunho), *craquético* (<craque + caquético) e *escragiário* (<escravo + estagiário). Os segmentos sublinhados e em negrito indicam uma associação dupla, uma vez que são segmentos do produto final aproveitados tanto da primeira palavra-base quanto da segunda.

Já no segundo grupo, combinação truncada, são raros os casos em que há semelhança fônica. Quando as palavras não são do mesmo tamanho, a maior sofre redução e a menor se liga a ela, a exemplo de *futevôlei* (<futebol + vôlei). Quando, por outro lado, as duas bases apresentam número de segmentos semelhante, ocorre a redução em ambas, como em *portunhol* (<português + espanhol), *lambaeróbica* (<lambada + aeróbica) e *showmício* (<show + comício).

O terceiro grupo relacionado ao CV é a reanálise. Nesse caso, uma sequência fonológica de uma das palavras é interpretada morfologicamente e substituída. Gonçalves, Andrade e Almeida (2010) descrevem tais casos como substituições sublexicais (SSLs). Nas SSLs, uma palavra, por conta da relação formal e semântica que parte dela mantém com outra, é entendida como morfologicamente complexa e, conseqüentemente, reestruturada em função dessa identidade. Em *comemorar*, por exemplo, a primeira parte do verbo (*come*) é interpretada como se estruturasse a partir do radical de comer, já que comemorações remetem ao *frame* de festa: são eventos descontraídos em que normalmente se oferecem “comes e bebes”. A formação analógica *bebemorar* designa, expressivamente, uma situação de festejo regada à bebida. Partindo da revisão bibliográfica apresentada até então, será realizada, na próxima sessão, a análise dos dados.

## **Análise de dados: cruzamentos de antropônimos na formação de nomes de batismo**

Pretendemos, nesta seção, refletir sobre o processo de formação dos antropônimos produzidos por meio de dois nomes de batismo. Começemos a análise pelos dados já listados na segunda sessão que, embora sejam poucos, demandam uma análise mais detalhada. Reapresentamos alguns prenomes em (06) para facilitar a descrição:

- (06) Martônio (Maria e Antônio)  
Silvanir (Sílvio e Nair)  
Edigênio (Edite e Eugênio)  
Fredericindo (Frederico e Gumercindo)  
Jomar (José e Maria)  
Erlice (Ernesto e Alice)

Descritos por Monteiro (1987) como produtos da acrossemia, antropônimos como esses são muito diferentes entre si. Por exemplo, a estrutura do prenome Angerico (Ângela e Eurico) se enquadra na definição dada pelo autor de “combinação de sílabas”, uma vez que são aproveitadas as sílabas /an/ e /ge/ da primeira palavra-base (Ângela) e /ri/ e /co/, da segunda (Eurico). Esse exemplo difere substancialmente de casos de Jomar (José e Maria), uma vez que a porção aproveitada da segunda palavra base (Maria) é uma sílaba inteira (/ma/) mais apenas o *onset*<sup>3</sup> da sílaba seguinte, um tepe (/r/), que, na nova sílaba criada, acaba promovendo a neutralização dos róticos, já que a produção varia espacialmente. (CAMARA JÚNIOR, 1969) O mesmo ocorre com os dados Martônio, Silvanir e Aguimar. Sendo assim, dizer que o processo combina sílabas das palavras-base é, de certa forma, inconsistente, uma vez que não dá conta de casos em que a integridade da sílaba nem sempre é preservada.

Esses casos aproximam-se de exemplos de cruzamento vocabular de nomes comuns como *abreijos* (< abraços + beijos) e *fabulástico* (< fabuloso + fantástico), em que, no produto final, uma sílaba não é mantida intacta. Em *abreijo*, por exemplo, a sílaba /bre/ parte do *onset* da segunda sílaba de *abraços* acrescida do núcleo da primeira sílaba de *beijos*. Em *fabulástico*, a terceira sílaba é o resultado do *onset* da sílaba /lo/ em *fabuloso* mais o núcleo e a coda de /tas/ em *fantástico*. Percebemos assim que, em termos de aproximação de processos de formação de palavras comuns, Martônio, Silvanir e Aguimar são mais bem compreendidos pela noção de cruzamento vocabular.

3 *Onset*, ou ataque silábico, é a posição de início da sílaba – a chamada posição de aclave, nos termos de Camara Júnior (1969), preenchida por elementos assilábicos – semivogais, soantes e consoantes.

Voltando à lista em (01), prenomes como Prodamor e Edeluz também são casos à parte. Primeiro porque apresentam três palavras-base, em vez de duas. Depois, são os únicos casos que não envolvem antropônimos nas bases, além de também se utilizarem de porções silábicas, não de sílabas inteiras – no caso de Prodamor (produto do amor), é aproveitado apenas o /d/ da segunda palavra-base – uma preposição. Por sua vez, na primeira sílaba da primeira base de Edeluz (espírito de Luz), o /s/ é dispensado e se aproveita somente a vogal da margem esquerda, o que deixa totalmente opaca a identificação com a base *espírito*.

Dada a estrutura desses dois últimos casos divergentes, identificamos suas bases como sintagmas nominais: *espírito de luz* e *produto do amor*. Esses dados parecem se assemelhar mais a exemplos como Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Dessa forma, configuram maior correspondência com processo de siglagem, definido por Gonçalves (2006, p. 225) como a “combinação das iniciais de um nome composto ou de uma expressão”, mais especificamente dos acrônimos, que são “siglas cuja combinação de letras possibilita pronunciar a nova forma como palavra comum na língua” (GONÇALVES, 2016, p. 73), como em UERJ. Nessas duas formas, o SPrep foi preservado – apesar da elisão em *damor* –, mas a primeira base é encurtada ao tamanho de uma sílaba (na primeira) e de uma letra (na segunda), o que as torna semelhantes a acrônimos. No entanto, Prodamor e Edeluz enquadram-se bem melhor na categoria tipos mistos de Sandmann (1989), já que nesses antropônimos ocorrem alguns fenômenos descritos por esse autor – os dois primeiros – ou observados por nós em seus dados:

- (a) Aproveitamento de uma palavra inteira;
- (b) Mistura de sílabas de com letras das bases no produto;
- (c) Desfeitura dos constituintes da sílaba;
- (d) Ressilabificação decorrente da combinação das partes aproveitadas;
- (e) Criação de produtos com três ou mais sílabas;
- (f) Opacidade em uma ou mais forma de base.

Vemos, então que, mesmo em um universo pequeno, de 11 dados, existe uma diferença estrutural considerável. Desse modo, ressaltamos a necessidade de tratá-los mais individualmente. Passemos, agora, para a observação da totalidade dos dados coletados em Silva (2019).

## **A formação de nomes de batismo: dados e análise**

Para uma análise mais uniforme, estabelecemos três critérios para os dados constarem de nosso *corpus*: (I) as duas bases serem antroponímicas; (II) o produto final ser um prenome simples e (III) serem formados por um processo não concatenativo envolvendo as bases. Com esses requisitos, nosso *corpus* referente a nomes de batismo é constituído de 263 dados: 30 coletados da língua oral espontânea, frutos de nomes de que tomamos conhecimento ao longo dos anos de pesquisa, por intermédio de pessoas de nosso ciclo social; 14 dados extraídos de trabalhos anteriores; e 219 retirados da internet, em *sites* diversos, como o Yahoo respostas, a rede social Facebook e, principalmente, o *site* Baby Center.<sup>4</sup>

Muitos casos desse grupo foram originados pela combinação dos nomes dos pais do referente, como já citado. No entanto, nem todos os dados mesclam o nome dos pais. O caso de Eulana (< Eulália + Ana), por exemplo, surgiu como forma de prestigiar familiares, ao homenagear as duas avós. Em outros casos, ainda, a mescla é motivada pelo gosto de dois nomes distintos, que são unidos para formar um só, como o exemplo de Lucireny (< Lucia + Irene(y)). As motivações podem ser as mais variadas, mas o ponto principal de análise é a estrutura morfológica e fonológica desses dados.

O critério (III), foco de nosso trabalho, demanda muita cautela na análise, visto que é mais complexo identificar o processo morfológico formador de um antropônimo do que de um nome comum. Em primeiro lugar, justificamos essa dificuldade porque o conceito de morfema não pode ser

---

4 Esse *site* cria nomes “produzidos” pelos internautas, por causa de uma brincadeira de combinar palavras. Na verdade, não nomeia pessoas de verdade; cria possibilidades de nomes. Por esse motivo, utilizamos, neste trabalho, apenas aqueles dos quais tivemos certeza a existência, recorrendo a pesquisa na ferramenta *Google*.

empregado literalmente aos antropônimos, por causa do esvaziamento semântico que sofrem, como afirma Soledade (2012). Como, então afirmar se um antropônimo foi formado por derivação ou outro processo? E, em segundo lugar, porque existe um número bem menor de material sobre os processos de formação de antropônimos.

Como apresentado por Monteiro (1987), os antropônimos podem ser formados por sufixação, composição, derivação imprópria, entre outros dispositivos, cujas formações foram eliminadas do *corpus*, em prol de prevalecerem apenas os antropônimos formados por meio de processos não concatenativos.

Para identificar os antropônimos formados por sufixação, consultamos o trabalho de Soledade (2012), que lista e analisa uma série de sufixos de nomes personativos do português arcaico que se refletem no PB, tais como os seguintes:

- (07) *-a, -o, -am, -eiro, -eira, -el, -es, -ia, -ino, -ina, -inho, -inha, -nte, -ada, -asco, -dor, -estre, -inco, -nça, -ndo, -triz*

É certo que não é nosso objetivo acolher os prenomes formados por sufixação, mas não é por isso que excluiremos todo e qualquer prenome que tenha uma das terminações acima. Se assim o fosse, muitos cruzamentos de nomes comuns não seriam assim considerados por terminarem com sufixos recorrentes do português, tais como *fluminense* (< fluminense + mineiro), *globeleza* (< Globo + beleza), *horrorível* (< horroroso + terrível), *miserite* (< miséria + holerite) e *nepetismo* (< nepotismo + PT), cujas terminações equivalem aos sufixos *-eiro, -eza, -vel, -ite e -ismo*.

A presença desses sufixos não impossibilita a produção pelo cruzamento vocabular, pois é natural que esse mecanismo crie palavras por meio de outras duas já existentes, sejam elas primitivas ou derivadas. Por exemplo, na formação de *fluminense*, entendemos que não há sufixação de *-eiro*, mas mesclagem da base *fluminense* com a base *mineiro*. O mesmo ocorre com *globeleza*, *horrorível*, *miserite* e *nepetismo*, que não priorizam o sufixo no produto final, mas a base como um todo, que pode ou não apresentar sufixo.

Para identificar as formas compostas, por sua vez, levamos em consideração o mesmo trabalho de Soledade (2012), que descreve os elementos da composição como formas livres na língua, podendo, assim, ocorrer isoladamente, como Inês, Nalva, e Valdo, formativos da composição que geralmente aparecem na posição final do prenome. Além disso, esses elementos típicos de posição final podem ocorrer também em posição inicial – Inesalva, Valdomiro e Nalvalice. (SOLEDADE, 2012)

Para essa distinção, é importante ainda lembrar

que diferentes dos compostos, que tendem a preservar o conteúdo segmental das bases ('porta-luvas' e 'bóia-fria'), mesclas são caracterizadas pela interseção de palavras, de modo que é impossível recuperar, através de processos fonológicos como crase, elisão e haplogia, as sequências perdidas. (GONÇALVES, 2006, p. 224)

Assim sendo, exemplos como Maristela foram excluídos do *corpus*. De acordo com o *Dicionário de nomes próprios: significado dos nomes* (c2021), esse prenome é formado pela composição de *maris* e *stella*, com o significado de “estrela do mar”. A maneira como as bases foram aglutinadas caracteriza o processo de crase, visto que a primeira termina com /is/, mesma sequência fônica que inicia a segunda.

Quanto à distinção com a siglagem, a questão foi mais clara porque as siglas, mesmo os acrônimos, são caracterizadas por capturar as iniciais das bases, e, nos nossos dados, o padrão mais frequente (75%) foi caracterizado pela mescla da porção inicial da primeira palavra-base com a final da segunda, como nos seguintes casos:

- (08) Bremila (< Breno + Samila)
- Claudionor (< Cláudio + Leonor)
- Francinanda (< Francisco + Fernanda)
- Juliarcio (< Juliana + Márcio)
- Paucela (< Paulo + Marcela)
- Ziraldo (< Zizinha + Geraldo)

Os dados que misturam o início de ambas as bases perfazem apenas 22% do total, como podemos ver nos exemplos em (09), a seguir:

- (09) *Dailu* (< *Daianne* + *Lucas*)  
*Isape* (< *Isabela* + *Pedro*)  
*Jomar* (< *João* + *Maria*)  
*Letial* (< *Leticia* + *Allan*)  
*Marcélia* (< *Mário* + *Célia*)

Apenas cinco dados aproveitam o fim da primeira base com o início da segunda – Marelisa (< Osmar + Elisa), TonSol (< Milton + Solange), Thamar (< Samantha + Marcos), Geljo (< Angel + João) e Nicevo (< Genice + Ivo) – enquanto quatro fazem a junção de segmentos finais de ambas as bases: Cilael (< Priscila + Rafael), Faela (< Rafael + Priscila), Milael (< Camila + Michel) e Celyne (< Marcelo + Alyne). Mesmo não sendo a maioria, ainda temos 22% dos dados formados pelas iniciais das palavras-base. Como afirmar, então, se não formados pela siglagem (acrosssemia)? Ou como ter certeza se um determinado prenome é formado pela sufixação, composição, cruzamento vocabular ou outro mecanismo de expansão lexical? A resposta para essa pergunta é um tanto quanto complicada, visto que nem sempre há fronteiras bem delimitadas entre os processos; admitimos, então, um *continuum* entre eles.

No fenômeno da *shippagem*,<sup>5</sup> mostramos, em Gonçalves e Silva (2021), haver um *continuum* do cruzamento vocabular à acronímia, passando

5 A *shippagem* é um fenômeno que, nos últimos tempos, vem se popularizado em grande escala, principalmente entre adolescentes nas redes sociais. A expressão constitui decalque do inglês *shipping*, que ganhou toque mais vernacular ao receber o sufixo *-agem*. Segundo Silva (2019, p. 27), o fenômeno se tornou tendência primeiramente na mídia americana, o que justifica a adoção do termo original em inglês. O verbo, por sua vez, provém do encurtamento de *relationship*, “relacionamento”, e logo foi aportuguesado como *shippar*, o que cria homofonia com o verbo criado a partir de *chip* – “pequena lâmina usada na construção de transistores” –, este grafado com <ch> e com um único <p>, como em “acabei de *chipar* meu celular”. Como expresso no *site* Significados, *shippar* é o “ato de torcer pelo envolvimento afetivo de alguém”, [...] normalmente personagens de filmes, seriados, desenhos animados, histórias em quadrinhos, mangás etc.” (SIGNIFICADOS..., 2017) Assim, ao praticar a *shippagem*, o usuário da língua expressa seu desejo de que duas pessoas se envolvam em um relacionamento. Por exemplo, a torcida para que ficassem juntos Afonso e Amália, personagens

pelos hipocorísticos de nomes compostos (Calê, de Carlos + Alexandre). Essa falta de fronteiras rígidas entre os processos de formação também abrange os não concatenativos e pode ser feita com base no maior ou menor aproveitamento das formas de base, o que possibilita evocá-las com maior ou menor nitidez. A escala é apresentada em (10), a seguir, e pode ser estendida aos nomes de batismo.

(10) Cruzamento vocabular >> hipocorização >> acronímia

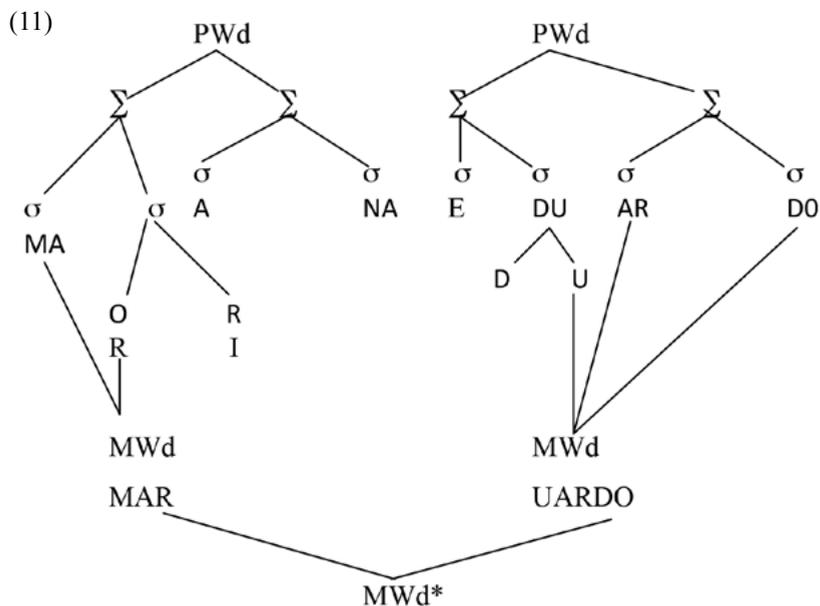
A escala em (10) revela que a transparência também está associada ao aproveitamento das informações prosodicamente relevantes, como o acento e a formação dos pés métricos. (BECKMANN, 1998) Cruzamentos sempre são feitos preservando-se o acento lexical e a estrutura métrica da maior forma de base, garantindo, da menor, o maior número possível de segmentos. (GONÇALVES, 2006) Hipocorísticos fazem uso da margem esquerda e respeitam os limites da sílaba, formando pés métricos bem regulares (LIMA, 2008), o que possibilita evocar melhor as formas de base. No final da escala aparece a siglagem, cuja combinação de elementos nem sempre garante o acesso à expressão originária: todo falante sabe o que é CEP, mas será que saberia dizer a que se refere cada letra?

Analisemos agora os tipos pelos quais são formados os dados que entendemos ser frutos do cruzamento vocabular. A começar pelo padrão que se vale de margens diferentes das bases, são mais recorrentes os dados formados pela combinação truncada (164) que pela interposição lexical (33). O prenome Cachel (< Camila + Michel), por exemplo, não apresenta semelhança fônica entre as bases, bem como Maruado (< Mariana + Eduardo). Na representação a seguir, verificamos que a métrica de *Eduardo* é preservada – dois pés trocaicos –, tanto quanto o acento do produto de Mariana, a margem esquerda. Na formalização em (11), MWD faz referência à palavra morfológica – *morphological Word* – e MWD\* à palavra morfológica complexa. O e R abreviam os constituintes silábicos *onset* e

---

centrais da novela “Deus salve o Rei”, exibida em 2017, resultou em *Afonsália*, cruzamento vocabular dos antropônimos que nomeiam o par romântico principal da novela. Pela *shippagem*, manifesta-se a expectativa de que uma união afetiva, real ou fictícia, concretize-se.

rima. Os símbolos  $\sigma$  e  $\Sigma$  referenciam as categorias prosódicas sílaba e pé, respectivamente.



Pelo que se expôs, a combinação truncada é o tipo de CV mais produtivo entre os cruzamentos de bases antroponímicas, uma vez que praticamente 80% dos nomes de batismo são formados por esse mecanismo. É interessante observar que essa porcentagem equivale ao que Gonçalves (2003, p. 827) descreve para a interposição lexical nos cruzamentos com nomes comuns: “80% dos cruzamentos vocabulares do português brasileiro são caracterizados pelo aproveitamento de pelo menos um segmento comum às palavras-matrizes”. Como não é função desse grupo atribuir qualidades aos referentes, recorreremos a Almeida e Gonçalves (2007) para explicar essa diferença radical. Os autores afirmam que os cruzamentos formados por combinação truncada são mais descritivos e menos avaliativos que os formados pela interposição lexical.

Observando agora os casos que se valem da margem esquerda das bases, verificamos 17 dados formados pela interposição lexical contra 40 formados pela combinação truncada. A semelhança detectada em

alguns dados da interposição lexical apresenta mais ou menos material em comum, que pode ser “sílabas, rimas ou até mesmo porções fônicas sem *status* próprio”. (ANDRADE, 2008, p. 194) Assim sendo, dados como Arcângela (< Arcanjo + Ângela) apresentam mais material compartilhado – um núcleo silábico e um *onset*, da sílaba seguinte – do que outros como Francisquelly (< Francisco + Quelly), cujo único segmento compartilhado é o *onset* /k/. A ambimorfemia – compartilhamento de material sonoro – é representada em (12), a seguir, em que linhas pontilhadas sinalizam segmentos idênticos no produto.



## Palavras finais

A formação de palavras é uma área de grande significância e, como foi visto, demanda mais desenvolvimento no âmbito da antroponímia, ainda mais com o numeroso *corpus* neológico. Sendo assim, destacamos a notoriedade dos trabalhos anteriores a este que, mesmo sem detalhamentos estruturais, deram um pontapé inicial a essa questão. Durante o artigo, ressaltamos que a distinção entre os processos de formação de palavras nem sempre é clara, mas que algumas imprecisões são perceptíveis, como o conceito de acrossemia abrangendo dados muito divergentes entre si.

Entre os dados de cruzamento vocabular analisados, a porcentagem da combinação truncada (80%) foi muito superior à da interposição lexical (20%), o que vai de encontro à afirmação de Almeida e Gonçalves (2007), uma vez que os nomes de batismo são totalmente designativos por denominarem referentes, não os avaliando quanto à suas características.

De modo geral, apresentamos os antropônimos como uma classe de palavras em potencial. A grande quantidade de antropônimos neológicos já diz muito sobre a criatividade linguística do brasileiro, o que faz com que a produtividade dos dados esteja em constante movimento e

crescimento, aumentando o campo a ser explorado por estudos linguísticos. Outro aspecto inovador do trabalho – que merece ser revisto em estudos futuros – é a falta de limites precisos entre os processos não concatenativos, fato já bastante discutido em relação aos demais processos, sobretudo a composição e a derivação. (GONÇALVES; ANDRADE, 2012)

## Referências

ABREU, K. N. M. de. *Um caso de morfologia improdutiva no português do Brasil: a formação de siglas e de acrônimos*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ABREU, K. N. M. de. *Um estudo sobre as siglas do português do Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ABREU, K. N. M. de. Focalizando a Morfologia Improdutiva: um estudo sobre siglas. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, n. 9/2, p. 9-26, dez. 2006.

ABREU, K. N. M. de; ROSA, M. C. Isso é uma palavra? *Revista da Abralin*, Sergipe, v. 5, n. 1-2, p. 113-130, dez. 2006.

ALMEIDA, M. L. L; GONÇALVES, C. A. V. Bases semântico-cognitivas para a diferenciação de cruzamentos vocabulares. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 11, p. 75-85, 2007.

AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 63-82, 2011.

ANDRADE, K. E. *Uma análise otimalista unificada para mesclas lexicais do Português do Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BECKMAN, J. N. *Positional faithfulness*. 1998. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Graduate School of the University of Massachusetts Amherst, Amherst, 1998.

CAMARA JÚNIOR, J. M. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DICIONÁRIO de nomes próprios: significado dos nomes. [S. l.: s. n.], [c2021]. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/>. Acesso em: 24 maio 2021.

GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formações de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. Usos morfológicos: os processos marginais de formação de palavras em português. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 219-241, sem. 2006.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E. El status de los componentes morfológicos y el continuum composición-derivación en portugués. *Linguística*, Ciudad del México, v. 28, p. 119-145, dic. 2012.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E.; ALMEIDA, M. L. L. de. Se a macumba é para o bem, então é boacumba: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva da substituição sublexical em português. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 64-82, dez. 2010.

GONÇALVES, C. A. V. Cruzamento vocabular em português: a questão das fronteiras com outros processos de formação. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 3.; CONGRESSO DA ABRALIN, 3., 2003, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: UFF, 2003. v. 1. p. 824-831.

GONÇALVES, C. A. V.; SILVA, V. B. da. O fenômeno da shippagem na nomeação de casais: um novo emprego do cruzamento vocabular. *Revista do GEL*, São Paulo, 2021. No prelo.

LIMA, B. C. *A formação de ‘Dedé’ e ‘Malu’*: uma análise otimalista de dois padrões de Hipocorização. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, B. C. *Realização fonética de acrônimos no português brasileiro*: uma abordagem morfofonológica através da Teoria da Otimalidade. 2014. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MONTEIRO, J. L. *morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes, 1987.

OBATA, R. Introdução. In: OBATA, R. *O livro dos nomes*. 13. ed. São Paulo: Nobel, 1986, p. 5-10.

PINHONI, M. Os nomes mais raros (e exclusivos) do Brasil. *Exame*, [s. l.], 21 out. 2013. Disponível em: <https://exame.com/brasil/os-nomes-mais-raros-e-exclusivos-do-brasil/>. Acesso em: 24 maio 2021.

SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1989.

SIGNIFICADO de shippar. *Significados*. [S. l.], 11 fev. 2017. Disponível em: <https://www.significados.com.br/shippar/>. Acesso em: 24 maio 2021.

SILVA, V. B. da. *O cruzamento vocabular formado por antropônimos: análise morfológica e fonológica*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SIMÕES NETO, N. A.; RODRIGUES, L. S. A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos*, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 110-127, 2017.

SOLEDADE, J. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação de nomes personativos. In: LOBO, T. *et al.* (org.). *ROSAE: lingüística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012. p. 323-336.

## Capítulo 5

# A FORMAÇÃO DE NOMES COMPOSTOS COM O PRENOME MARIA NA LISTA DO VESTIBULAR FUVEST 2001

*Yasmim Conceição Borges*

*Antonia Vieira dos Santos*

### **Introdução**

A onomástica, ciência que se dedica ao estudo dos nomes próprios, subdivide-se, basicamente, em dois grandes ramos: a toponímia, que se direciona para a observação dos nomes de lugares, e a antroponímia, que se encarrega da investigação dos nomes de pessoas, também chamados de antropônimos. No que tange ao estudo dos nomes personativos, destaca-se que o processo de nomeação de uma pessoa ocorre desde os tempos mais pretéritos, visto que se tem a necessidade de individualizá-la e de socializá-la. Assim, um antropônimo, segundo Rowland (2008), caracteriza-se justamente por marcar uma identidade pessoal, mas também pela constituição social de um indivíduo em uma comunidade.

De acordo com Carvalhinhos (2007, p. 7), “[...] o nome próprio pode originar-se de fontes históricas, bíblicas ou modernas”. A partir disso, entende-se que um antropônimo possui estreitas relações com a história, a língua e a cultura. Ainda de acordo com Carvalhinhos, a origem dos nomes de língua portuguesa está diretamente ligada à história da língua. A presença do prenome Maria no acervo antroponímico português, por exemplo, associa-se, de certo modo, à sócio-história da língua portuguesa.

Alguns estudos vêm mostrando o antropônimo Maria – prenome de origem hebraica que conquistou notoriedade, segundo Boullón Agrelo

(1999, p. 86), devido ao evangelho<sup>1</sup> – como um dos nomes mais recorrentes na sociedade brasileira. Segundo o censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem, no Brasil, cerca de 200 milhões de habitantes com mais de 130 mil nomes diferentes. O nome Maria é o mais frequente entre as mulheres, sendo registrado quase 12 milhões de ocorrências no território brasileiro.

Ivo Castro (2004), ao analisar os dados da lista telefônica de São Paulo (2001), constatou o prenome feminino Maria como campeão de ocorrência, surgindo 1.240 vezes. Castro (2004, p. 5) afirma que a elevadíssima frequência do nome Maria se deve às “[...] inúmeras combinações permitidas pelo nome [...]”. A declaração do autor ganha ainda mais força quando se pensa nos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), tendo em vista que os resultados não separaram os nomes simples, constituídos por apenas uma palavra, dos nomes compostos,<sup>2</sup> formados por mais de uma palavra.

Para Monteiro (2002), a composição – processo em que há a associação de dois ou mais prenomes – caracteriza-se como um dos principais processos de formação de nomes de pessoas. Assim, não parece nada estranho que o antropônimo feminino mais frequente no Brasil apareça com frequência combinado com outros antropônimos, formando novos nomes próprios.

A partir das reflexões realizadas sobre antroponímia e o prenome Maria, e tendo como *corpus* a lista de convocados na segunda fase do vestibular Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) de 2001, o presente trabalho objetiva verificar as ocorrências de nomes personativos compostos que possuem, como elemento inicial, o antropônimo Maria. Com isso, busca-se, também, apontar alguns aspectos que marcam tais formações compostas.

---

1 Carvalhinhos (2007, p. 7) destaca que “[...] dos fins da idade média até o século XIX, tornam-se mais frequentes os nomes de santos e santas da Igreja Católica e nomes hebreus, provenientes da Bíblia.” O prenome Maria, na Bíblia, designa a mãe de Jesus Cristo.

2 Salienta-se que o termo *composto*, aqui, é utilizado apenas para referir-se à quantidade de palavras utilizadas para formar um determinado nome personativo. Não há relação teórica com o termo utilizado na sintaxe e na morfologia.

## O *corpus*: vestibular Fuvest

O *corpus* foi constituído pelos nomes presentes na lista de convocados na segunda fase do vestibular Fuvest 2001. A Fuvest trata-se de uma instituição que realiza os exames vestibulares da Universidade de São Paulo (USP) e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSC-SP). O vestibular Fuvest é considerado um dos mais importantes do Brasil, sendo, inclusive, o maior do país. Vale ainda dizer que pessoas oriundas de todos os estados do Brasil costumam concorrer nesse processo seletivo.

## Apresentação dos dados

Na lista de convocados na segunda fase do vestibular Fuvest 2001, tem-se a presença de 27.180 nomes. O prenome Maria, ao formar nomes compostos, aparece 292 vezes. Tal valor corresponde a cerca de 1,1% dos nomes presentes nessa lista.

Ao total, 83 nomes compostos formados pelo prenome Maria, em posição inicial, foram coletados no *corpus*. Neste total, consideram-se as variantes gráficas existentes, visto que a escolha de uma grafia se trata de uma motivação específica. No Quadro 1, abaixo, há os nomes recolhidos no *corpus* e a quantidade de vezes em que cada um deles aparece:

Quadro 1 – Nomes compostos com Maria

| Nome             | Recorrência | Nome            | Recorrência |
|------------------|-------------|-----------------|-------------|
| Maria Alessandra | 1           | Maria Glorete   | 1           |
| Maria Alice      | 4           | Maria Gorete    | 1           |
| Maria Amelia     | 2           | Maria Helena    | 4           |
| Maria Andrea     | 1           | Maria Ines      | 2           |
| Maria Angela     | 1           | Maria Isabel    | 6           |
| Maria Angelica   | 6           | Maria Izabel    | 3           |
| Maria Antonia    | 2           | Maria Jamile    | 1           |
| Maria Antonieta  | 2           | Maria Jose      | 2           |
| Maria Aparecida  | 5           | Maria Jozenilda | 1           |

| <b>Nome</b>      | <b>Recorrência</b> | <b>Nome</b>     | <b>Recorrência</b> |
|------------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| Maria Augusta    | 3                  | Maria Juliana   | 2                  |
| Maria Beatriz    | 8                  | Maria Laura     | 2                  |
| Maria Camila     | 2                  | Maria Leticia   | 1                  |
| Maria Carla      | 1                  | Maria Licia     | 1                  |
| Maria Carolina   | 35                 | Maria Lidia     | 2                  |
| Maria Cecilia    | 8                  | Maria Ligia     | 3                  |
| Maria Celeste    | 2                  | Maria Lucia     | 8                  |
| Maria Christina  | 2                  | Maria Luisa     | 3                  |
| Maria Cristhiane | 1                  | Maria Luiza     | 7                  |
| Maria Clara      | 10                 | Maria Marcia    | 1                  |
| Maria Claudia    | 12                 | Maria Margareth | 1                  |
| Maria Cristina   | 8                  | Maria Maria     | 1                  |
| Maria da Graça   | 1                  | Maria Marlene   | 1                  |
| Maria das Graças | 1                  | Maria Natalia   | 1                  |
| Maria de Fatima  | 1                  | Maria Odete     | 1                  |
| Maria de Lourdes | 2                  | Maria Otavia    | 1                  |
| Maria de Lurdes  | 1                  | Maria Paola     | 1                  |
| Maria Denise     | 1                  | Maria Paula     | 10                 |
| Maria do Carmo   | 5                  | Maria Priscila  | 1                  |
| Maria do Socorro | 2                  | Maria Raquel    | 1                  |
| Maria Dolores    | 1                  | Maria Rita      | 7                  |
| Maria Eduarda    | 3                  | Maria Roseli    | 1                  |
| Maria Elenice    | 1                  | Maria Silvia    | 4                  |
| Maria Elisa      | 5                  | Maria Simone    | 2                  |
| Maria Eliza      | 1                  | Maria Solange   | 1                  |
| Maria Eloisa     | 1                  | Maria Stela     | 1                  |
| Maria Emilia     | 3                  | Maria Stella    | 2                  |
| Maria Estela     | 1                  | Maria Sylvia    | 1                  |
| Maria Esther     | 1                  | Maria Teresa    | 2                  |
| Maria Eugenia    | 3                  | Maria Tereza    | 2                  |
| Maria Fernanda   | 32                 | Maria Thereza   | 1                  |
| Maria Flavia     | 4                  | Maria Vitoria   | 2                  |
| Maria Gabriela   | 10                 |                 |                    |

Fonte: elaborado pelas autoras.

## Análise dos dados

Dentre os 83 nomes compostos formados pelo prenome Maria que se encontram na lista do vestibular Fuvest 2001, há seis nomes que se destacam, dado que aparecem, pelo menos, dez vezes. Os nomes Maria Clara, Maria Gabriela e Maria Paula aparecem dez vezes – cada um. A formação Maria Claudia, por sua vez, ocorre 12 vezes. Já o composto Maria Fernanda aparece 32 vezes. Por fim, tem-se o campeão de recorrência, Maria Carolina, o qual ocorre 35 vezes. Esses seis nomes mais recorrentes correspondem a, aproximadamente, 37,3% do total de vezes em que o prenome Maria foi encontrado formando nomes compostos no *corpus*, ou seja, 109 pessoas de 292, foram nomeadas com alguma das seis formações citadas.

Ao realizar um pequeno confronto entre as listas de convocados na segunda fase do vestibular Fuvest de 2001 e de 2017,<sup>3</sup> obteve-se um resultado interessante com relação aos seis nomes citados acima. No Quadro 2, a seguir, tem-se as seis formações e a recorrência de cada uma delas na lista de 2017:<sup>4</sup>

Quadro 2 – Os compostos com Maria mais recorrentes

| Nome composto  | Recorrência |
|----------------|-------------|
| Maria Carolina | 23          |
| Maria Clara    | 26          |
| Maria Cláudia  | 1           |
| Maria Fernanda | 21          |
| Maria Gabriela | 3           |
| Maria Paula    | 12          |

Fonte: elaborado pelas autoras.

- <sup>3</sup> Há, na lista de convocados na segunda fase do vestibular Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) 2017, 22.869 nomes. O prenome Maria, ao formar nomes compostos e em posição inicial, aparece 298 vezes. Isso equivale a cerca de 1,3% de todos os nomes que se encontram nessa lista. No total, foram coletadas 54 formações diferentes. Esse valor representa uma redução de 35% com relação à quantidade de variedades presentes na lista de 2001.
- <sup>4</sup> Há, na relação de 2017, 86 pessoas que possuem alguns dos seguintes nomes: Maria Carolina, Maria Clara, Maria Claudia, Maria Fernanda, Maria Gabriela e Maria Paula.

Observa-se que os nomes Maria Carolina e Maria Fernanda, que na lista de 2001 aparecem 35 e 32 vezes, respectivamente, passam a ocorrer 23 e 21 vezes, na lista de 2017. Apesar de ainda serem formações frequentes, houve uma queda de aproximadamente 34% nos dois casos. Na relação de convocados de 2017, o nome que, entre os seis citados, passa a ser o mais recorrente é Maria Clara, aparecendo 26 vezes. Nesse caso, houve um aumento de 160%. O nome Maria Paula foi o que se manteve mais estável: na lista de 2001, ocorre dez vezes, na lista de 2017, aparece 12 vezes. Os casos mais drásticos envolvem as formações Maria Gabriela e Maria Claudia, em especial o último. O nome Maria Gabriela apresentou uma queda de 70% – na relação de 2017, ocorre apenas três vezes. Maria Claudia, por sua vez, revelou uma queda ainda maior: quase 93%. Tal formação surge somente uma vez na lista de 2017. Em suma, percebe-se que ocorreu uma mudança no que diz respeito aos seis nomes mais citados na relação de 2001.<sup>5</sup>

Apesar de alguns nomes serem muito frequentes no *corpus*, como Maria Fernanda e Maria Carolina, a maioria das formações recolhidas possui uma baixa recorrência. Trinta e sete nomes surgem apenas uma vez na lista, como a formação Maria Alessandra. Esses nomes únicos correspondem a cerca de 45% do total de nomes compostos extraídos. Há, ainda, 18 nomes que aparecem duas vezes, 6 nomes que aparecem três vezes, 4 nomes que aparecem quatro vezes e 10 nomes que aparecem de cinco a oito vezes.

Dentre as formações encontradas, uma que se mostra muito curiosa é o composto Maria Maria. Houve, nessa formação, um caso de duplicação total, já que o segundo nome é igual ao primeiro. Infelizmente, não se sabe por qual motivo esse composto foi criado.<sup>6</sup> Tal nome aparece somente uma vez na lista.

---

5 Ressalta-se que não se sabe as razões pelas quais os seis nomes mais recorrentes na lista de 2001 sofrem com quedas ou aumentos na lista de 2017. O confronto realizado objetiva apenas observar, de uma forma muito geral, a situação atual desses seis nomes.

6 Talvez tenha relação com a música de composição de Milton Nascimento intitulada *Maria, Maria*.

No *corpus*, foi possível atestar a presença de variantes gráficas. Tais variantes existentes foram consideradas como nomes diferentes. No Quadro 3, a seguir, encontram-se os nomes extraídos que possuem variantes gráficas:

Quadro 3 – Variantes gráficas em compostos com Maria

| Variantes gráficas |   |
|--------------------|---|
| 1                  | Maria Cristina ~ Maria Christina            |
| 2                  | Maria de Lourdes ~ Maria de Lurdes          |
| 3                  | Maria Elisa ~ Maria Eliza                   |
| 4                  | Maria Luisa ~ Maria Luiza                   |
| 5                  | Maria Isabel ~ Maria Izabel                 |
| 6                  | Maria Estela ~ Maria Stela ~ Maria Stella   |
| 7                  | Maria Silvia ~ Maria Sylvia                 |
| 8                  | Maria Teresa ~ Maria Tereza ~ Maria Thereza |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Mattos e Silva (2004, p. 146), em *Ensaios para uma socio-história do português brasileiro*, ressalta que há uma espantosa liberdade na antropônimo brasileira. Ao observar as variantes gráficas expostas na tabela acima, compreende-se bem o que é dito pela autora. Nos casos (3), (4), (5) e (8), nota-se a existência de consoantes homófonas – <s> e <z>. Verifica-se, também, que algumas grafias, muito possivelmente, possuem influências estrangeiras: em Maria Christina (1) e Maria Thereza (8), tem-se a adição do <h>; em Maria Sylvia (7), ocorre a substituição, no segundo nome, do primeiro <i> por <y>; em Maria Stela (6) sente-se a ausência de um <e> inicial; e em Maria Stella (6), além da ausência do <e>, tem-se um <l> duplicado. Há, ainda, uma variante que parece ter sofrido uma adaptação gráfica a fim de se aproximar da pronúncia do PB: Maria de Lurdes (2).

Como já foi explicitado, as variantes encontradas no *corpus* foram vistas como nomes diferentes. A escolha de um determinado antropônimo possui motivações diversas e particulares ao(s) nomeador(es). A partir disso, entende-se que a grafia que se escolhe para um nome também diz respeito a uma razão particular. Ainda que nomes como Maria Estela,

Maria Stela e Maria Stella sejam pronunciados de forma muito semelhante, os motivos pelos quais esses nomes são escritos de formas distintas são múltiplos. Pode ser que alguém, por exemplo, tenha preferência pela variante <Stella>, por achá-la uma grafia mais elegante. Mas há também quem queira – e prefira – aporuguesar a grafia do nome e empregue a variante *Estela*. As motivações, de fato, são diversas.

Um outro fenômeno que se destaca, ao analisar os dados, é a presença de elementos de ligação na formação de determinados nomes encontrados na lista de 2001. Os sete nomes inseridos no Quadro 4, a seguir, possuem um conectivo, no caso a preposição *de*, contraída ou não com um determinante – *o*, *a* ou *as*. Essas formações apresentam o padrão compositivo Nprep(Det)N.<sup>7</sup>

Quadro 4 – Padrão compositivo – Nprep(Det)N em compostos com Maria

|                  |
|------------------|
| Maria da Graça   |
| Maria das Graças |
| Maria de Fatima  |
| Maria de Lourdes |
| Maria de Lurdes  |
| Maria do Carmo   |
| Maria do Socorro |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esses nomes compostos apresentam mais um ponto interessante em comum. Todos os nomes que integram o sintagma preposicionado – Graça, Graças, Fatima, Lourdes, Lurdes, Carmo e Socorro – podem ser observados em alguns dos títulos concebidos à Virgem Maria, também conhecida como Nossa Senhora, pela devoção popular. Os títulos<sup>8</sup> dados

7 A sigla Nprep(Det)N corresponde a Nome-preposição-(Determinante)Nome. Ribeiro e Rio-Torto (2016) fazem referência ao esquema compositivo NprepN, afirmando que é um dos mais produtivos em português na formação de nomes comuns.

8 Atestou-se a existência dos títulos conferidos à Virgem Maria na obra *Maria e seus títulos gloriosos*, de Edésia Aducci (2013).

à Maria, a mãe de Jesus Cristo, estão ligados a várias questões, como os relatos de aparições de Nossa Senhora em um determinado local.

A partir disso, coloca-se o seguinte questionamento: será que esses nomes compostos, de estrutura Nprep(Det)N, foram motivados por questões de cunho religioso? Segundo Carvalhinhos (2007, p. 2), a população brasileira tende a nomear as pessoas, muitas vezes, por questões de fé, “[...] em homenagem a seu santo ou santa de devoção, ou em agradecimento por uma graça alcançada.” Contudo, nada pode ser afirmado aqui, obviamente, visto que não se tem contato com as pessoas que foram nomeadas com alguma das sete formações apresentadas. Portanto, não se sabe quais são as reais motivações desses nomes. O questionamento, no entanto, permanece.

## Considerações finais

O processo de formação de nomes compostos tendo o prenome Maria em posição inicial mostrou-se produtivo na lista de convocados na segunda fase do vestibular Fuvest 2001. O número de formações encontradas pode ser considerado significativo, tendo em vista que foram registradas 83 formações diferentes.

Ressalta-se que alguns nomes compostos mostraram-se mais recorrentes, como os já citados Maria Carolina, Maria Clara, Maria Claudia, Maria Fernanda, Maria Gabriela e Maria Paula. A maioria dos nomes encontrados, todavia, apresentou baixa frequência. Salienta-se que cerca de 45% das formações recolhidas apareceram somente uma vez no *corpus*, valor considerado elevado.

Outro aspecto relevante evidenciado foi a existência de variantes gráficas. Tais variantes foram reconhecidas como nomes diferentes, já que as grafias distintas encontradas correspondem a motivações diversas. Por fim, constatou-se outro fenômeno: a presença de conectivos, notadamente a preposição *de*, em sete formações recolhidas. Percebeu-se, nessas formações, que os nomes que integram o sintagma preposicionado são utilizados em algumas das designações honoríficas concedidas à Virgem Maria.

Vale destacar que não se sabe as razões que resultaram na formação de cada um dos 83 compostos encontrados. Não se tem conhecimento, também, do porquê de determinados nomes serem mais frequentes do que outros no *corpus* analisado, que corresponde ao início do século XXI. No entanto, a partir do trabalho desenvolvido, foi-se possível observar a diversidade de formações existentes que possuem o prenome Maria como elemento inicial, assim como determinados aspectos – já explicitados – que circundam os compostos recolhidos. Dessa forma, constatou-se o poder de combinação do nome considerado como o mais popular do Brasil.

## Referências

ADUCCI, E. *Maria e seus títulos gloriosos*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BOULLÓN AGRELO, A. I. *Antroponímia medieval galega (ss. VIII–XII)*. Tübingen: Niemeyer, 1999.

CARVALHINHOS, P. de J. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de Língu@gem*, Uberlândia, ano 1, n. 1, p. 1-18, 1. sem. 2007.

CASTRO, I. *A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas (2004)*. [S. l.], 2004. Disponível em: [http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo\\_castro/2004\\_Dados\\_Paulistas.pdf](http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2004_Dados_Paulistas.pdf). Acesso em: 25 fev. 2017.

DIAS, L. Aspectos da antroponímia no português arcaico. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H.; GOMES, L. (org.). *Novos tons de Rosa... para Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: Edufba, 2009. p. 11-26. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/198/4/Novos%20Tons%20de%20Rosa.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

FUVEST 2001. Rio de Janeiro, 2001. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2001. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/fovest/fuvest\\_2001\\_segunda\\_fase\\_convocados\\_m.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/fovest/fuvest_2001_segunda_fase_convocados_m.shtml). Acesso em: 26 fev. 2017.

FUVEST 2017. Relação dos convocados para a segunda fase. *Estadão*, São Paulo, 19 dez. 2016. Disponível em: [https://educacao.estadao.com.br/blogs/ponto-edu/wp-content/uploads/sites/86/2016/12/Fuvest\\_2a-fase\\_2017\\_lista.pdf](https://educacao.estadao.com.br/blogs/ponto-edu/wp-content/uploads/sites/86/2016/12/Fuvest_2a-fase_2017_lista.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Nomes do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/nomes>. Acesso em: 25 fev. 2017.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma socio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

RIBEIRO, S.; RIO-TORTO, G. Composição. In: RIO-TORTO, G. *et al. Gramática derivacional do Português*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 461-520.

ROWLAND, R. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 17-43, maio 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/etn/v12n1/v12n1a02.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.



## Capítulo 6

# A TRANSPARÊNCIA SEMÂNTICA DOS PRENOMES COM ORIGEM NA COSMOGONIA E ENTES DA NATUREZA

*Victoria Regina Italiano Alves*

### **Introdução**

Os seres humanos precisam dos nomes como traço de identificação social e pessoal, isso porque, segundo Stephen Ullmann (1967, p. 149), “Os nomes desempenham nas relações humanas um papel tão importante que são frequentemente dotados de poderes mágicos e rodeados de complicadas superstições e tabus”. A inegável relevância do nome próprio no contexto das relações humanas é a razão da importância da onomástica como ciência, a qual pode ser definida, de maneira geral, da seguinte forma: “O estudo dos nomes próprios, que pode esclarecer muitos aspectos da história política, econômica e social. [...] tem duas divisões principais: a toponímia, estudo dos nomes de lugar, e a antroponímia, estudo dos nomes de pessoas.” (ULLMANN, 1967, p. 161)

A partir dessa definição, pode-se considerar a onomástica como a ciência que investiga os nomes, seus significados, origens etc. As duas principais subdivisões desse campo de estudo – antroponímia e toponímia – voltam seu interesse para os nomes próprios de pessoas e lugares, e possuem raízes etimológicas que remontam ao grego antigo, a saber: *onoma*, *anthropos* e *topos*, equivalentes, respectivamente a *nome*, *homem* e *lugar*.

Centrando-se na antroponímia, o estudo dos nomes próprios de pessoas, pode-se facilmente identificar dois grandes grupos, ou dois tipos de

nomes: aqueles que possuem significado mais saliente – a que chamaremos significativos – e aqueles que parecem expressar apenas a informação de nome próprio de pessoa, sendo semanticamente opacos – a que chamaremos de etiquetas.

Por exemplo, Esmeralda pode ser um nome de mulher e também uma pedra preciosa, sendo seu significado acessado tanto através da categoria “nome próprio de pessoa do sexo feminino”, quanto através dos sentidos que os nomes comuns acionam. Já Rafael será sempre apenas um nome de pessoa, designando uma entidade individual no mundo. Partindo do ideal de que, dentro da antroponímia brasileira, existam esses dois grandes grupos gerais – dos nomes significativos e dos nomes que funcionam como etiquetas –, é possível, então, pôr foco sobre a questão dos nomes significativos. No caso deste estudo em particular, destacamos aqueles que possuam alguma relação com a cosmogonia – referente ao cosmos, ao espaço, céu e corpos celestes como a lua, o sol e as estrelas – e a elementos da natureza de maneira geral.

O objetivo é entender se a maior clareza de significado surge a partir de fatores comuns, elaborando uma hipótese que dê conta, entre outras coisas, da transformação de substantivos comuns em prenomes e da influência do tempo e da barreira do idioma em tais transformações.

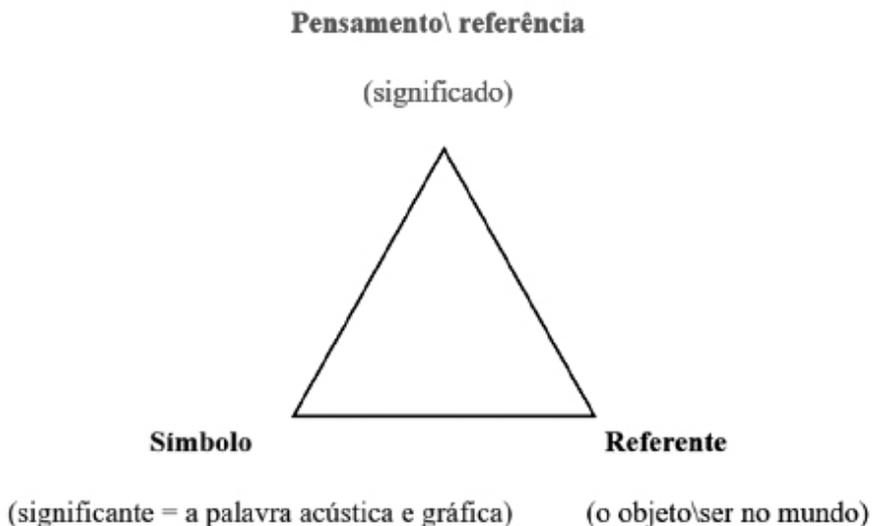
Desse modo, o estudo se organiza em cinco seções: na primeira, dedicarmos-nos-emos à questão da carga semântica dos nomes próprios de pessoa, retomando o instaurado debate acerca da opacidade *versus* a transparência no significado desses nomes; na segunda seção, exploraremos os fatores que podem influenciar a maior transparência semântica de antropônimos; a seguir, na terceira seção, abordaremos a questão da adjetivação como fator para influência da transparência semântica nos nomes próprios de pessoas; na quarta seção, trataremos dos fatores “sincronia” e “idioma” em relação à explicitação dos sentidos nos antropônimos; por fim, na quinta e última seção apresentaremos alguns dos resultados obtidos no exame de um questionário acerca da transparência do significado em prenomes relacionados à cosmogonia e à natureza.

## Transparência e opacidade semântica dos nomes próprios de pessoa

Embora tenham uma importância inegável nas relações humanas, os nomes, enquanto puramente etiquetas que destacam um indivíduo na coletividade de sua categoria, apresentam aquilo a que Ullmann chamou opacidade semântica, isto é, uma não transparência de significados.

É inegável que os prenomes, na maior parte das vezes, não imprimem um significado explícito. Claro, se uma mãe nomear seu filho como Rafael, a imagem mental mais destacada que ela formará ao ouvir esse prenome será a do seu próprio filho, mas isso não dá significado à palavra, pelo menos não nos parâmetros do signo linguístico saussuriano: um significante com significado e um referente no mundo real, como exemplificado no esquema abaixo:

Figura 1 – Pensamento/referência



Fonte: elaborado pela autora.

O que ocorre com os nomes próprios, então, é que não há significado saliente, já que os referentes serão seres distintos a depender da pessoa a receber o nome, dessa maneira, não é possível gerar uma imagem mental universal em todos que ouvirem o nome, isso porque, segundo Ullmann (1967, p. 155, grifo do autor):

Um substantivo comum, usado isoladamente, terá [...] um significado, embora vago e ambíguo, ao passo que um nome próprio, como *Tomás* ou *Alexandre* não comunicará nenhuma informação para além do simples facto de designar uma pessoa. [...] a função específica de um nome próprio é identificar e não significar.

Os nomes próprios seriam, então, palavras com carácter mais de identificação do que de significação e esta seria uma das diferenças que se estabeleceria entre os prenomes e os substantivos comuns. Por exemplo, nos falantes de língua portuguesa, a palavra “elefante” evoca, em geral, uma imagem mental convencionalizada: um animal de grande estatura e peso, de pele acinzentada e que possui tromba. Já um prenome como Rafael não evoca um significado de natureza lexical como elefante, porém pode acionar a imagem mental de alguém que se conhece por esse nome, portanto, um significado referencial, mas o significado lexical em si é opaco, uma vez que o único sentido que se desprende da palavra é sua própria função, isto é, um rótulo através da qual um Rafael pode ser destacado de um grupo de seus iguais. Rafael não é um objeto genérico no mundo, não é um conceito significativo, é uma etiqueta, uma marca posta sobre alguém com o objetivo de singularizá-lo frente aos demais.

É interessante notar, entretanto, que o mesmo grau de opacidade semântica não ocorre em todos os vocábulos utilizados como nomes na língua portuguesa. Como dito anteriormente, parece haver, na antroponímia brasileira, dois grandes grupos de nomes diferentes em relação à semântica: aqueles com significado opaco, ou nomes de etiqueta, e aqueles que possuem sentido mais transparente, ou nomes significativos.

Os nomes ligados à cosmogonia – referente ao cosmos, ao espaço e corpos celestes como a lua, o sol e as estrelas – e à natureza parecem predominar na categoria dos significativos, a maior transparência semântica

manifesta nestes prenomes parece estar relacionada, entre outras coisas, com o fato de que muitos deles são palavras comuns do léxico da língua e, portanto, apresentam um significado mais facilmente recuperável – nomes como Rosa, Esmeralda e Estrela são ótimos exemplos disso. Esse aspecto pode ser corroborado por casos de afasia que afetam a perda de memória de nomes próprios, estudos demonstram que os nomes próprios que coincidem com nomes comuns podem ser acionados mesmo quando todos os outros nomes próprios não estão acessíveis na memória desses pacientes. (VAN LANGENDONK, 2007, p. 107-116)

Embora apresentem predomínio entre os significativos, os nomes ligados à cosmogonia e à natureza não são os únicos a oferecer um conteúdo semântico mais transparente. Por mais simples que pareça distinguir um substantivo simples de um nome próprio, as fronteiras entre uma coisa e outra ainda parecem um pouco enevoadas, por exemplo, vocábulos como “vitória” e “esperança” são palavras comuns da língua portuguesa e podem ser encontradas em gramáticas normativas, figurando como substantivos abstratos. Essas palavras usuais do léxico do português podem também ser utilizadas como nomes e, além disso, nomes significativos, isto é, que apresentam transparência semântica – de fácil recuperação.

### **Fatores que podem influenciar a transparência semântica: o caráter privativo e especializado do uso do prenome versus a aplicação generalista dos substantivos comuns**

Alguns fatores parecem influenciar de maneira mais contundente a transparência semântica identificada tanto nos nomes próprios derivados da cosmogonia e da natureza, quanto naqueles que são prototipicamente substantivos abstratos, um deles é a particularização do uso.

Nas palavras de Ullmann (1967, p. 152): “muitos filósofos linguistas estão de acordo na consideração dos nomes próprios como marcas de identificação. Por oposição aos substantivos comuns, cuja função é incluir espécimes particulares sob um conceito genérico [...]”. Em um trabalho de 2013, Seide sugere que o acesso aos nomes próprios e aos substantivos comuns, realizado na mente dos falantes, daria-se de maneira

ligeiramente distinta. Como reforço, a autora cita o caso de “PC”,<sup>1</sup> um homem de negócios que, após sofrer um acidente que danificou parte do hemisfério direito do cérebro, passou a não mais ser capaz de acessar nomes próprios e localizá-los em sua memória, embora preservasse a habilidade de recuperar nomes comuns e, como essa segunda capacidade não foi prejudicada, “PC” se mostrava eficiente, mediante o fornecimento de dicas, na recuperação de nomes próprios homônimos de um nome comum, isto é, uma palavra usual do léxico que estivesse sendo usada como prenome – foi o caso, por exemplo, do nome Verdi – compositor clássico –, que também corresponde a verde (cor) em italiano, mas que também pode ser um sobrenome.

Esse fato, segundo Seide (2013, p. 178), evidenciaria que “[...] os conceitos são definidos como objetos psicológicos de natureza abstrata num endereço da memória [...]”, os nomes, seriam então, “[...] um título sobre o qual podem ser armazenados e recuperados vários tipos de informação” (SPERBER; WILSON, 2001 apud SEIDE, 2013, p. 179), isto é, rótulos sob os quais estaria o conhecimento enciclopédico que se tem de alguém, tal como um adesivo de identificação posto sobre uma pasta contendo um dossiê.

Dessa forma, os prenomes atuariam como simples etiquetas a serem talhadas sobre as pessoas, evidenciando o caráter privativo e específico do nome próprio, que seria identificar e não significar, ao contrário dos substantivos comuns. Assim, o prenome fica caracterizado por seu maior caráter de identificação em detrimento da significação.

O que ocorreria, isto posto, na transcategorização de um vocábulo do léxico comum da língua para o léxico próprio, no caso, um prenome, seria um processo de restrição do emprego que leva as palavras de uma categoria mais abrangente – a dos substantivos comuns – a uma mais restrita – a dos nomes próprios de pessoa –, ou seja, um substantivo comum possui uma gama de sentidos abrangente, qualquer objeto genérico no mundo que se encaixe no conceito veiculado por um substantivo comum pode ser um referente para ele – por exemplo, qualquer flor produzida por uma

---

1 Neste texto, a sigla “PC” está sendo utilizada como alcunha/codônimo para o nome do paciente, para manter sua identidade sob sigilo.

roseira pode ser referente do substantivo *rosa* –, assim sendo, o processo de entendimento do substantivo comum na mente dos falantes é amplo e generalizante; mas quando esse substantivo é transportado para a categoria de nome próprio, ocorre um processo que o singulariza e especifica seu sentido, a partir do qual, o processamento mental envolvido no entendimento desse substantivo passará não mais a designar qualquer referente genérico no mundo, mas um indivíduo em particular frente aos demais.

Um substantivo comum como “rosa”, por exemplo, pode designar qualquer flor no mundo que seja produzida por um agente vegetal denominado “roseira”, mas uma vez que seja posto como etiqueta sobre uma pessoa, deixa de designar todas as flores produzidas pelas roseiras do mundo e passa a identificar aquele(s) ser(es) específico(s) a que está atribuído, passando, então, por um processo singularizante que restringe a gama de referentes a que poderia estar relacionada.

Mais um forte indício desse processo singularizante e da especificidade de função que este confere aos nomes próprios é o fato de que, uma vez categorizado como prenome, o que antes era um vocábulo do léxico comum, pode passar a ser um formativo disponível para a criação de outros nomes próprios: a palavra *rosa*, por exemplo, ao deixar de indicar a flor e passar a ser utilizada como nome próprio, pode vir a funcionar como morfema, isto é, um componente mórfico de prenomes maiores como: Rosilene, Rosalinda, Rosamara, etc., mantendo parte da transparência semântica, uma vez que o sentido será menos saliente do que quando utilizada como forma livre *Rosa*, isto é, sem aglutinar-se a outros formativos de nomes.

### **Fatores que podem influenciar a transparência semântica: a questão do adjetivo**

Outro indício que poderia corroborar essa perspectiva de um processo singularizante do nome – que especifica e restringe seu uso – é a possibilidade de se transformar adjetivos – como “linda”, “bela” e “honesto”, por exemplo – em nomes próprios. Em vista disso, é necessário considerar a dificuldade de se distinguir um substantivo e um adjetivo, nas palavras de Henriques (2007, p. 61):

[...] embora o critério flexional (variação de gênero, número e caso) tenha sido sempre o ponto básico para que se fizesse a distribuição dos nomes de uma língua (englobando, nesse caso, os substantivos e os adjetivos do latim e do grego), é conveniente acrescentar-se ainda um critério sintático a fim de que se possa reconhecer os substantivos e os adjetivos.

Melo (1976, p. 207-208, grifo do autor) afirma que, em português, quando se trata da ordem das palavras em uma sentença, “o acento enfático recai sempre no segundo elemento de um sintagma dual: *bom filho; velho amigo; amigo velho*”, isso significa que o modificador de um termo é sempre aquele que vem depois na ordem sintática e a ação de modificar um nome é justamente a função atribuída ao adjetivo por Câmara Júnior (1980, p. 67-70), que classifica o substantivo como “termo determinado” e o adjetivo como “termo determinante de outro nome”, partindo desse critério sintático de diferenciação entre substantivo e adjetivo, é possível depreender algumas questões dos exemplos abaixo:

- (a) estudante brasileira;
- (b) brasileira estudante

Em (a) e (b), qual palavra é adjetivo e qual é substantivo? A resposta é difícil e passa pelo conhecimento gramatical internalizado que o falante possui de sua língua, isto é, a capacidade que os falantes de português do Brasil têm de identificar quem é quem pela função que cada palavra exerce no contexto da frase em consonância com sua posição sintática. Em (a), *brasileira* é adjetivo porque cumpre a função de um adjetivo, isto é, fornecer uma característica e determinar um nome, deste modo, pode-se considerar que a mesma categorização de adjetivo poderia ser aplicada a *estudante* em (b), isto, se for considerada como plausível a ideia de que o acento enfático recai sempre sobre o segundo termo de um sintagma dual, como afirma Melo (1976), além da proposta de Câmara Júnior (1980) de que o adjetivo é um termo que restringe – e\ou caracteriza – outro nome. A possibilidade da palavra *estudante* poder ser caracterizada como adjetivo em (b) é resultado da alteração da ordem sintática e, conseqüentemente da função exercida por cada um dos termos dentro do contexto da frase.

Essa discussão sobre a dificuldade de se distinguir substantivos e adjetivos tem como objetivo propor a ideia de que o processo singularizante que transcategoriza um adjetivo em um prenome – Linda, Bela, Aparecida etc. – faz com que a função da palavra se torne tão específica que derruba quaisquer diferenças existentes entre substantivo e adjetivo.

Dessa maneira, ficaria claro, então, o caráter singularizante dessa transcategorização, dada a gramaticalidade que envolve a especialização do uso de uma palavra – substantivo ou adjetivo – comum através de seu emprego como nome próprio, afinal de contas, o conhecimento gramatical depende de função e os nomes próprios são palavras em que a função – de identificação frente a outros indivíduos semelhantes – possui muito mais importância do que a significação.

### **Fatores que podem influenciar a transparência semântica: a sincronia e a barreira do idioma**

Outros fatores que parecem influenciar a maior transparência semântica nos prenomes de origem no léxico comum, em geral, e na cosmogonia e na natureza, em particular, são a proximidade sincrônica em que se dá o processo de transcategorização de um substantivo comum em substantivo próprio e o fato de tal transformação ocorrer dentro do mesmo idioma.

É possível considerar que palavras que fazem parte do léxico comum da língua, que venham a ser transformadas em prenomes, apresentarão grande transparência semântica, isso porque, seu significado é conhecido da comunidade de falantes e, portanto, facilmente recuperável. No entanto, a transparência semântica não parece ser um fator motivador para atribuição de prenomes, uma vez que, no léxico antroponímico brasileiro, é patente a predominância dos prenomes opacos semanticamente em consonância com a natureza identificatória de sua função.

O fato de os nomes de etiqueta – sem significado saliente – serem os mais populares no cenário antroponímico contemporâneo brasileiro está relacionado ao aspecto da convencionalização, pois há toda uma tradição antroponímica que faz perdurar nomes que num passado distante tinham sua significação transparente, por se associarem a palavras do léxico comum, mas que com o decorrer do tempo se tornaram opacos semanticamente.

Nas palavras de Carvalhinhos e Antunes (2007, p. 113):

se não houvesse, portanto, o que podemos chamar de estereótipos sociais, um nome seria da mesma forma adequado para referir-se tanto a uma pessoa, quanto a um lugar. Alguns autores consideram o nome (sobretudo o antropônimo) uma mera etiqueta, sendo, deste modo, absolutamente vazio de sentido.

O nome próprio é, portanto, desprovido de sentido lexical na maioria esmagadora das vezes, e esse é o padrão geral para as palavras que, no português, tem a função privativa de nome próprio. Basta uma breve reflexão sobre os prenomes mais comuns no ambiente social para se perceber que há predominância de prenomes como Maria, Júlia, José e Felipe, por exemplo, nomes próprios que não possuem transparência semântica, ou seja, não evocam um significado além da sua função de nome.

Segundo a plataforma *on-line* Nomes do Brasil, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), existem cerca de 130 mil nomes em uso no Brasil, desses, um nome usual como Maria apresenta uma frequência de 11.734.129 pessoas, correspondendo a 6,41% do número total de registros do Brasil. Maria é um nome de etiqueta, não tem transparência semântica e é o campeão em número de registros, alcançando a 1ª posição no ranking e, embora, nomes mais transparentes também possam ter representantes populares – como Rosa, por exemplo, com 307.184 pessoas registradas, correspondendo a 0,17% do total e alcançando a posição número 90º em popularidade –, qualquer um que faça uma breve lista de seus conhecidos perceberá a predominância dos nomes não transparentes semanticamente. Isto ocorre, como dissemos anteriormente, simplesmente pela própria natureza da função dos nomes próprios, isto é, identificar em detrimento de significar. Enquanto Esmeralda conta com pouco mais de 19 mil registros – 0,1% do total –, um nome prototípico como Rafael atinge, facilmente, quase um milhão de registros – 821.638 pessoas, 0,45% do total.

O fato é que, esses nomes possuem seu significado opaco em virtude da diacronia envolvida no processo de transformação que os levou da categoria mais abrangente de palavras comuns à categoria mais restrita

dos nomes próprios. Carvalhinhos corrobora essa teoria ao dizer que: 1) “Partindo do princípio que todos são nomes, todos nascem como nomes comuns; a passagem a nome próprio ocorre pelos mecanismos próprios de fixação onomástica, como a repetição, aceitação pelo grupo e cristalização [...]” (CARVALHINHOS, 2001, p. 304) e 2) “Em função de antropônimo, podemos afirmar que, pelo menos no caso das sociedades ocidentais, o nome de pessoa se particulariza por ser um signo linguístico parcialmente privado de seu significado original [...]”. (CARVALHINHOS, 2001, p. 308) Rafael, por exemplo, segundo o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de José Pedro Machado (1984), tem origem no hebraico *Rafa’el*, ‘Deus curou’, possuindo, portanto, um significado, mas que não é recuperável para os falantes do português brasileiro contemporâneo, primeiro pela barreira do idioma, já que a influência do hebraico sobre o português requer um recuo de datação bastante longínquo, além do fato de que, no próprio hebraico, muito provavelmente seria dificilmente irrecuperável, devido à distância no tempo, o momento de transcategorização de palavra – ou expressão – do léxico comum para o próprio.

O mesmo processo, ocorrendo em um nome com origem na cosmogonia em uma língua próxima ao português, pode resultar num prenome com maior transparência semântica – embora essa não seja total –, como é o caso de Estella – Estela, ou qualquer uma de suas variações gráficas –, original do latim, língua da qual o português é descendente direto e cuja palavra correspondente, isto é, “estrela”, possui grande semelhança gráfica e sonora com a sua precursora latina. O caso de Estella, então, possibilita uma maior chance de o falante do português recuperar algum significado do nome, em virtude da semelhança entre o português e o latim – além da origem na cosmogonia – uma área comum entre as sociedades humanas em todas as eras do mundo –, apesar da enorme distância no tempo entre o momento atual e o momento em que, no latim, Estella passou da categoria mais abrangente de substantivo comum para a de prenome.

Por sua vez, um nome como Daisy – assim com seus homófonos adaptados à escrita do português como Deise, Deyse etc. – deveria ter uma transparência semântica semelhante à que apresenta Rosa, mas não a

possui em virtude de ser empréstimo de outro idioma, neste caso, do inglês, no qual significa “margarida”.

Outro exemplo interessante para essa hipótese da manutenção da transparência semântica em virtude do tempo e do mesmo idioma é o caso de outro nome com origem na cosmogonia: Hélio, cuja raiz – do grego *hélíos*, “sol” – continua presente no português contemporâneo, gerando palavras como heliocentrismo e heliocêntrico – sol no centro. O fato é que a referência ao sol contida em Hélio não é tão transparente pelo fator diacrônico que precede o processo de transformação deste substantivo em prenome, além é claro, da transposição do vocábulo do grego para o português.

### **A influência da transparência semântica na escolha de nomes originários na cosmogonia e da natureza**

Como anteriormente apontando, a predominância de escolha por nomes sem transparência semântica é o padrão reinante na antroponímia brasileira, o que parece ocorrer é um processo que veicula a opacidade de significado à natureza mais identificatória – em prejuízo da significação – dos prenomes, estabelecendo-se, assim, uma preferência por aquelas palavras que, em português, possuem função privativa de prenome, em detrimento daquelas cuja origem no léxico comum do idioma possa denotar maior transparência de significado. Parte dessa conjuntura pode ser explicada por Carvalinhos e Antunes (2007, p. 3), no seguinte trecho:

Alguns autores consideram o nome (sobretudo o antropônimo) uma mera etiqueta, sendo, deste modo, absolutamente vazio de sentido. Não obstante, soa estranho quando conhecemos alguém cujo nome é considerado incomum – sobretudo no caso de nomes cujo significado seja transparente: Mel, Amora, Sol, Lua... estes são nomes aceitáveis, mas, mesmo estando vetados por lei os nomes que causem constrangimento aos seus portadores, ainda atualmente há casos de nomes que se enquadram nesse quesito.

O que ocorre, portanto, com os nomes originários do léxico comum oriundos da esfera semântica da cosmogonia e da natureza é que, em vista do padrão dominante de nomes opacizados, a transparência de significado pode parecer incomum ou até mesmo causar constrangimento ao portador do nome. Como exemplos dessa possibilidade, Carvalinhos e Antunes (2007) citam exemplos fornecidos por Guérios (1994) de nomes cuja transparência implicaria na possibilidade de humilhação ao indivíduo portador, tais como: Alarme José, Crepúscula das Dores, Frígida, Gilete de Castro e Inocência Coitadinho Sossegado de Oliveira. O constrangimento, nesses casos, seria resultado do fato de que “[...] estamos habituados a ver, nos nomes de pessoas, denotação, e não conotação”. (CARVALINHOS; ANTUNES, 2007, p. 3)

Dada a enorme diferença que se estabelece entre um prenome significativo e um prenome opaco, foi realizada uma pesquisa com uma amostra de 46 indivíduos objetivando descobrir se a maior transparência apresentada pelos nomes originários na cosmogonia e na natureza influenciava muito na hora de se batizar uma criança, para tanto, foi proposto um questionário na internet composto de quatro perguntas, sendo elas referentes: 1) ao nome; 2) a motivação para a escolha, 3) o campo semântico ao qual o nome pertence e 4) o interesse – ou a falta dele – de se atribuir características do nome comum ao portador, para facilitar o processo de categorização. Através dos resultados, os nomes também agrupados em campos semânticos, a saber:

a) Céu, estrelas e corpos celestes

Houve casos muitos interessantes, como de uma entrevistada cujo nome era Júpiter, como o planeta, mas cuja escolha do nome foi motivada por um sonho. Outra entrevistada, chamada Terra, preferiu se declarar em outra categoria, uma vez que a escolha do nome originou-se da personagem Ana Terra da obra literária de Érico Veríssimo.

b) Flores, frutos e plantas

Esse foi o campo semântico com maior número de ocorrências. Houve um caso interessante que foi o das irmãs Pétala, Liz e Mel. Pétala é apenas uma das estruturas que compõem um flor, Liz vem da “flor de liz” – novamente um fragmento – e Mel que, embora, pertencesse prototipicamente à categoria “Outros”, foi assinalada em “Flores, frutos e Plantas” pela associação com as irmãs e, provavelmente, pela associação no mundo real da produção do mel e do néctar das flores.

c) Pedras preciosas

Parece haver um fato interessante com o nome Jady – da pedra jade –, isto é, o uso como prenome já está tão cristalizado que a transparência parece estar começando a se esvaír, o que explicaria, talvez, as alterações de grafia, por exemplo.

d) Fenômenos da natureza

Nessa categoria, encontramos poucas ocorrências – 6,5% do total –, o nome mais comum foi Brisa.

e) Mar, rios e lagos

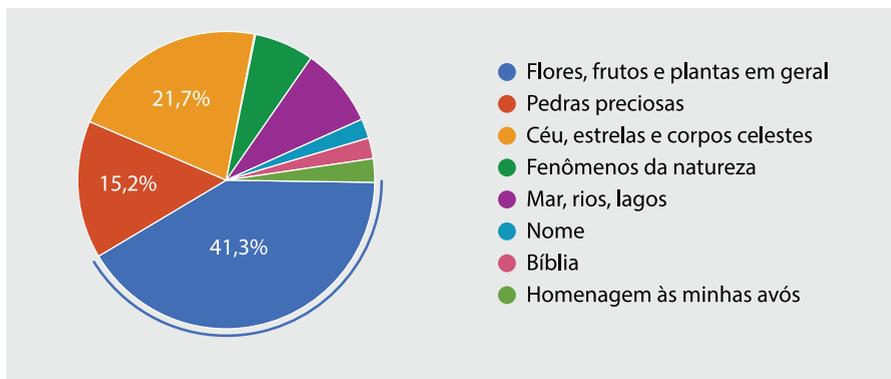
Nessa classificação, também encontramos poucas ocorrências – 8,7% do total –, o nome que mais apareceu foi Marina, o que parece uma associação coerente, levando em consideração a existência do substantivo comum “marina”, usado para designar um cais ou doca a beira-mar, onde se pode guardar embarcações, entre outras coisas.

f) Outros

As frações do gráfico que se referem a “Homenagem às minhas avós”; “Bíblia” e “Nome” foram geradas a partir dessa opção, e correspondem todas a 2,2% do total – um representante para cada categoria.

O Gráfico a seguir representa a fatia de cada campo semântico e o percentual das divisões:

Gráfico 1 – Nomes da cosmogonia e da natureza



Fonte: elaborado pela autora.

O fato interessante observado nessa pesquisa foi que apenas uma minoria dos entrevistados – 6,44%, 14 respostas de 46 – deu a entender que a maior transparência de significado foi decisiva par a escolha do nome, reforçando o ideal de que a função primeira do antropônimo é identificar e não significar. É interessante notar também, a predominância dos nomes relacionados a “Flores, frutos e plantas em geral”, o que pode indicar, uma maior tendência para nomes cujo significado, mesmo transparente, seja mais comum, diminuindo-se assim as chances de o portador do nome ser exposto a algum tipo de constrangimento.

## Considerações finais

O objetivo de toda discussão empreendida aqui é formular uma hipótese que dê conta de alguns aspectos da opacidade semântica dos nomes próprios. Para tanto, é necessário considerar a maior clareza de significado presente em prenomes originários da cosmogonia – cosmos, espaço, céu e corpos celestes –, natureza e léxico comum do português, de modo a verificar se tal transparência semântica surge a partir de fatores comuns,

elaborando propostas que deem conta, entre outras coisas, da transformação de substantivos comuns em prenomes e da influência do tempo e da barreira do idioma nesse processo de metamorfose.

A hipótese levantada aqui fica resumida, então, da seguinte maneira: nomes com significados mais transparentes, geralmente apresentam tal propriedade em virtude de serem palavras do léxico comuns, além do fato dessa transcategorização – de nome comum em nome próprio – ocorrer dentro de uma sincronia e no mesmo idioma. Os nomes postos em foco aqui têm raízes em duas dimensões inescapáveis da existência humana: a cosmogonia – o cosmos, o céu, os corpos celestes etc. – e a natureza, possuindo, dessa maneira, palavras cujos significados fazem parte do vocabulário dos falantes em todas as eras da história da humanidade.

Outros pontos importantes para o entendimento de tal hipótese são as proposições de que a transparência semântica se mantém nestes nomes em decorrência da proximidade sincrônica em que ocorrem as transformações de palavras comuns do léxico em nomes próprios. Além, é claro, de tais processos transformativos ocorrerem dentro de uma mesma língua, restando ainda alguma possibilidade de recuperação de sentidos, quando o processo transformativo ocorre em um idioma aparentado e similar, como nas situações de transição entre o latim e o português – a saber, por exemplo, o caso de Estella, citado anteriormente.

Em suma, a transparência semântica fica a cargo da sincronia e do fato de a transformação ocorrer dentro do mesmo idioma, de modo que o estudo etimológico dos nomes que, no português, apresentam significado opaco pode ser considerado uma via através qual, talvez seja possível reconstituir, pelo menos em parte, esse processo de transformação de palavras comuns em prenomes. Isto torna o estudo dos nomes próprios um desafio de caráter antropológico e social, uma vez que o nome é um predicado de direito assegurado ao longo da história da humanidade a todo e qualquer ser humano inserido em uma comunidade de seus comuns.

## Referências

- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARVALHINHOS, P. Aplicações da teoria dos signos na onomástica. *Língua e Literatura*, São Paulo, n. 27, p. 301-311, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/105474/104140>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- CARVALHINHOS, P. de J.; ANTUNES, A. M. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 108-121, 2007.
- HENRIQUES, C. C. *Morfologia*. São Paulo: Campus, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Nomes no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1984.
- MELO, G. C. de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- SEIDE, M. S. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 165-184, 2013. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1192.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 2. ed. Tradução de Mateus J. A. Osorio. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1967.
- VAN LANGENDONK, W. *Theory and Typology of Proper Names*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.
- VERÍSSIMO, É. *Ana Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



## Capítulo 7

# A INFLUÊNCIA DOS QUADRINHOS NA ESCOLHA DE NOMES NO BRASIL

*Matheus Calci Ferreira Gomes*

### **Introdução**

As Histórias em Quadrinhos (HQs), desde muito tempo, fazem parte, de certa forma, da cultura brasileira. Suas raízes apontam para as charges até chegar ao pontapé inicial da mídia em quadrinhos no Brasil com *Nhô-Quim*, criado pelo ítalo-brasileiro Angelo Agostini, em 1869. Entre o século XIX e o início do XX, a mídia em quadrinhos caminhava a passos tímidos, até a chegada das produções norte-americanas, isso no início dos anos 1940. Com vendas que batiam as marcas de centenas de milhares, as histórias em quadrinhos logo se tornaram uma mídia bastante popular entre crianças e jovens por todo o país. Entre diversas tentativas de censuras e proibições no Brasil, os gibis conseguiram sobreviver e perduram até hoje no coletivo social brasileiro, inspirando a cada dia mais e mais pessoas.

Hoje, com o advento do cinema, das séries de televisão, dos videogames e dos eventos voltados exclusivamente para os quadrinhos e cultura pop em geral, as histórias em quadrinhos ainda permanecem fortes nas sociedades, sejam elas brasileiras, estadunidenses, japonesas, francesas, italianas, entre várias outras que possuem um mercado prolífico no que diz respeito à nona arte. Com a explosiva produção hollywoodiana de filmes de super-heróis, as vendas de histórias em quadrinhos foram “catapultadas”, as aspas servem apenas para demarcar um crescimento, já que as HQs vêm sofrendo quedas de vendas desde os anos 1980, por diversos

motivos, entre eles a dificuldade de criar novos tipos de tramas, bloqueios editoriais, direitos autorais e empresas com visões criativas diferentes, e isso tudo embalado num embrulho de mais de 80 anos.

Assim, são mais de oito décadas com alguns mesmos personagens, tais como *Batman*, *Super-homem* e outros que estão perto da casa das oito dezenas de anos, como a *Mulher-Maravilha*, *Lanterna Verde*, *Aquaman*, entre vários outros. A longevidade desses personagens chavões dificulta as chances de inovar com histórias que não “machuquem” a imagem desses já consolidados e, por que não dizer, endeusados personagens. A indústria dos quadrinhos norte-americanos vem respirando com o passar do tempo e agora, com o advento dos filmes, parece que uma lufada de ar revigorante veio para reenergizar um pouco o morno cenário dos “quadrinhos indústrias”.

Na cultura brasileira, como brevemente introduzimos, houve e ainda existe uma grande importância dos gibis – a palavra gipi é uma influência direta das HQs, pois o termo virou sinônimo dessa justamente por ter sido o nome de uma revista em quadrinhos publicada no Brasil pela Editora Globo durante mais de 50 anos.

Essa influência, na sociedade brasileira, aparece muitas vezes através da língua, principalmente pelo incremento do léxico, tanto com a adoção de termos estrangeiros anexados quanto pela criação vernacular de adjetivos, substantivos, advérbios. O léxico antroponímico, por sua vez, não poderia estar excluído desse espectro da influência das histórias em quadrinhos. O termo antroponímia caracteriza o estudo dos antropônimos, ou seja, dos nomes próprios de pessoas, sejam eles apelidos, prenomes, alcunha, patronímico entre outros. Em resumo, é um campo de estudo do nome, buscando analisar e buscar suas origens, costumes e evoluções.

Sobre os nomes e sua importância e função social e cultural, Carvalhinhos (2007, p. 166) diz que “[...] o nome próprio cumpria a função significativa, isto é, sua função semântica estava assegurada: o indivíduo não era apenas designado por seu nome, como recebia toda sua carga conotativa”. A autora utiliza o exemplo do antropônimo Cícero e ela desdobra explicando seu significado e sua derivação, uma vez que Cícero é derivado do latim *cicer*, “grão de bico”. (FARIA, 1994, p. 105)

A escolha de um nome próprio é carregada de valores e crenças, já que o nome pode servir como homenagem, para diferenciar, para emanar alguma característica, para “imitar” uma personalidade famosa ou para evocar uma personagem. Constatamos que “um nome próprio serve apenas para identificar uma pessoa ou objeto, singularizando-os dentre as entidades semelhantes”. (ULLMANN, 1967, p. 152) Enquanto em alguns países, como Portugal e Islândia, por exemplo, as escolhas de nomes são limitadas terminologicamente, no Brasil se tem a possibilidade de escolher com base no bom senso, ou não, os nomes próprios. As motivações e influências são as das mais diversas: nomes de parentes, nomes de entidades religiosas, nome de esportistas, nomes de cidades, nomes de personalidades famosas, nomes de personagens de livros, nomes de países, nomes neológicos, nomes de personagens de filmes, nomes de personagens de quadrinhos, entre várias outras possibilidades. A criatividade e a motivação do nome não têm limites.

Guéiros (1973 apud CARVALHINHOS, 2007) define alguns dos motivos que levavam a escolha e criação desses antropônimos:

- a. Influência religiosa: a escolha vinha por conta dos pais buscarem proteção divina para os filhos. Com o cristianismo, a tendência a dar nomes divinos veio como forma de homenagem aos santos.
- b. Influência de lugar: nomes dados a crianças nascidas numa certa região e sob certos eventos históricos daquele local.
- c. Relativos à profissão: nomes derivados de profissões, como exemplo o antropônimo “Cavalcante” que vem de Cavaleiro.
- d. Nomes curiosos: de formação atípica e de difícil compreensão. O conservadorismo leva a perpetuação de certo nome da família e também a influência da moda vigente.

O efeito “moda”, categorizado na letra “d”, pode ser vertido para escolha de nomes baseados em nomes de personagens de quadrinhos, assunto que é o foco do presente capítulo. Com base nas HQs, podemos cogitar alguns dos aspectos que podem explicar a motivação dos pais para

registraram seus filhos com nomes de personagens. Qual motivo de algum familiar decidir dar o nome de Clark, Bruce, Lois Lane ou até mesmo Kael a seus filhos?

Podemos tomar como exemplo homenagens, tais quais as religiosas, já que alguns personagens das histórias em quadrinhos norte-americanas, no meio dos aficionados, tomaram o *status* de verdadeiros seres deificados. Também há que se considerar o enorme alcance de alguns desses personagens na cultura brasileira: quem não reconhece o símbolo do *Super-homem* ou do *Batman*?

Nosso objetivo é, então, buscar, neste estudo, se há relação entre a atribuição de nomes de no Brasil com personagens de histórias em quadrinhos, perguntando-nos se os pais se sentem impelidos a nomear seus filhos com nomes desses personagens e por que desejam atribuir a eles características desses personagens. Para responder a pergunta: terá sido o quadrinho a influência na escolha de certos nomes no Brasil?, tomaremos como referência datas relacionadas a história dos quadrinhos no Brasil e de seus personagens no cinema e na TV, cruzando essas informações com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o Censo 2010, disponibilizados na plataforma Nomes no Brasil.

## **A influência de nomes originários de quadrinhos no Brasil**

Foi feito um levantamento usando o *site* Nomes no Brasil, que faz parte do IBGE, como fonte para analisar a influência das histórias em quadrinhos na antroponímia brasileira durante as décadas. Os nomes foram divididos em quatro categorias:

- *Gibi*: nomes de personagens originários de publicações brasileiras. *Gibi* foi o termo escolhido para designar essa categoria pois é como a mídia é mais reconhecida no país;
- *Comics*: nomes de personagens originários de publicações norte-americanas. Foi escolhido esse termo, pois é como o formato é divulgado nos países anglófonos.

- Mangá: personagens oriundos de publicações dos quadrinhos japoneses.
- BD: acrônimo de *Bande Dessinée* (Banda desenhada, como é chamado em Portugal), ou como são conhecidos os quadrinhos franco-belgas.

O *site* Nomes no Brasil tem como função a pesquisa de antropônimos que ocorrem no Brasil. O *site* é uma ferramenta bastante útil e dinâmica, pois fornece informações quanto à quantidade de registros durante as décadas de antes de 1930 até os anos 2010, quanto aos estados com mais incidência, incidência por sexo, nomes similares, a popularidade do nome, entre outros dados. Todos os dados numéricos e geográficos foram levantados usando esta plataforma. Serão analisados um total de sete registros antroponímicos, observando se tais registros tiveram por trás alguma influência das HQs.

## **Análises dos registros antroponímicos**

Abaixo, para facilitar a análise e divisão dos nomes, optei por separar por cada mercado, no caso usando o nome originário no país. No Brasil se conhece os quadrinhos como “gibi”, nos Estados Unidos, “*comics*”, no Japão “mangá” e na França “*bande dessinée*”.

### ***Gibi***

Gibi é o sinônimo mais conhecido e utilizado no Brasil para designar esse tipo de publicação. Se tornou sinônimo de histórias em quadrinhos após o sucesso estrondoso da revista Gibi publicada entre os anos de 1939 até 1950 pela Editora Globo.

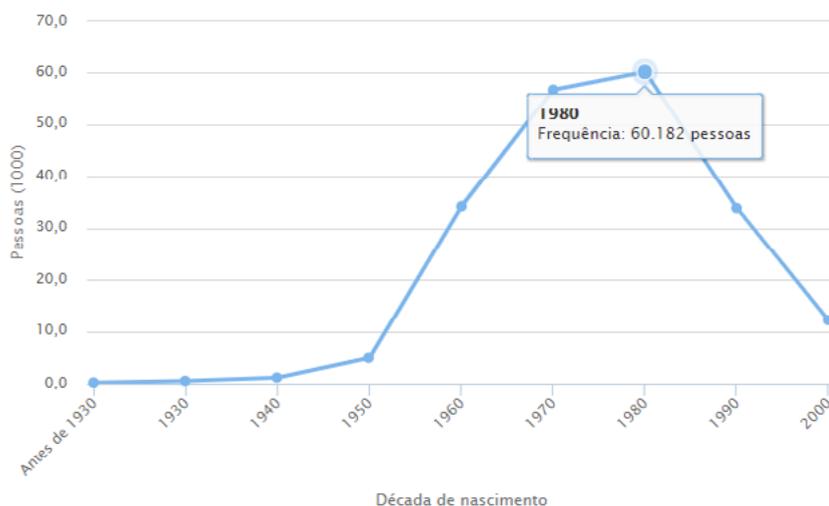
MÔNICA

A influência quadrinística desta entrada é nada mais nada menos que a personagem mais popular do país, criada por Mauricio de Sousa em 1963.

Como de feitio do autor, suas personagens são baseadas muitas vezes em seus próprios filhos e com a dentucinha não foi diferente. Foi a primeira da leva de filhos retratados nas historinhas. A inspiração veio de sua filha. A Mônica real possuía, segundo o autor, todas as características que foram transferidas à sua versão caricata e quadrinizada: dentuça, gorducha, baixinha e de personalidade forte. Aparece pela primeira vez na revista do *Cebolinha*, e sete anos depois, *Mônica* ganha sua revista própria.

O sucesso da personagem é algo assombroso em todos os lugares: produtos, livros didáticos, é possível encontrar a presença, senão dela mesma, de alguém da turminha. Ela saiu do universo das páginas com narrativas sequenciais para tomar lugar nas produções animadas, nas produções cinematográficas, nos parques de diversões, na televisão, nas ruas de São Paulo – com a *Mônica Parade* –, estando presente, também, em outros continentes como a Ásia, América do Norte e Europa, e protagonizada por pessoas de carne e o osso dão vida às personagens na adaptação *live action* estreada em 2019. Sem sombra de dúvidas, o universo de Mauricio de Sousa é um furacão em produzir personagens e novas historinhas.

Gráfico 1 – Registros do nome Mônica por décadas no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Desde antes dos anos 1930, existem registros de Mônica no Brasil, porém há de se observar o enorme crescimento do nome pós anos 1960. Entre os anos 1950 e 1960 houve um aumento de 30 mil registros de Mônicas no Brasil, atingindo seu ápice nos anos 1980, com 60.182 pessoas chamadas de Mônica. Podemos aventar que o ápice de registro de Mônica que ocorre nos anos 1980 tenha relação com as primeiras animações da *Turma da Mônica* que começaram a serem exibidas. Em 1982, estreia o filme animado *As aventuras da Turma da Mônica*. Dois anos depois, estreia o filme *A princesa e o robô*. Em 1987, temos *Mônica e a Sereia do Rio*, filme que mistura animação com *live-action*. Em 1988, temos a exibição de *A Estrelinha mágica*.

Segundo Nascentes (1952), Mônica tem por origem o feminino do nome grego *Mónikos*, de *monos*, “só, solitária”. Já Machado (1981) vai além e complementa o verbete ao afirmar que o nome se popularizou por conta de Santa Mônica, mãe de Santo Agostinho. O autor deixa uma dúvida sobre a possível via que o nome chegou ao português, se por via eclesiástica ou por ser uma adaptação culta de Monique, nome francês. No total, até a década de 2010, existiam 203.930 registros de Mônica no Brasil.

#### MAGALI

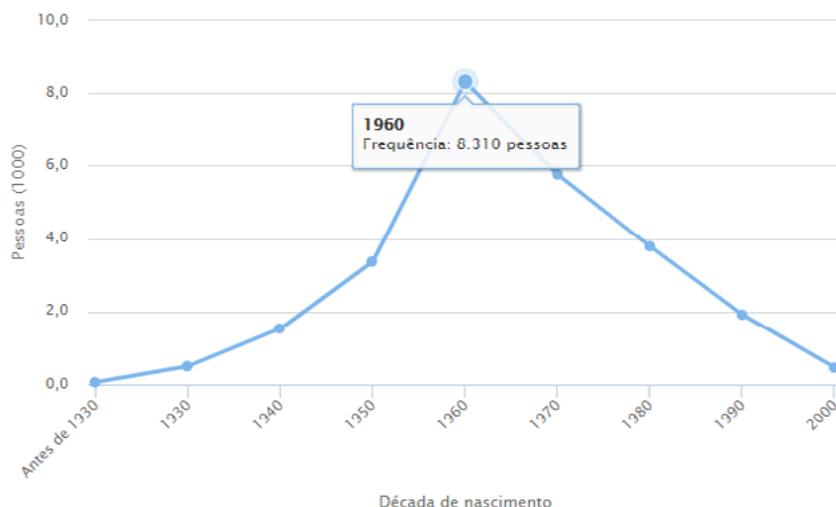
Outra personagem da *Turma da Mônica* e mais uma que fora inspirada em outra das filhas de Mauricio de Sousa – no caso, Magali Spada –, Magali está no consciente coletivo brasileiro como aquela menina de vestido amarelo comilona, que adora melancia e sempre está pensando em sua próxima refeição.

Criada no ano de 1964, aparece, pela primeira vez, usando uma atípica camisa e saia na cor verde, em uma tira da revista do Cebolinha no dia 11 de janeiro; 25 anos após sua aparição, ganha uma revista própria. Não possui tanto destaque quanto a Mônica, porém não fica muito atrás quando o assunto são personagens queridos da turminha, além disso, ela faz parte dos “Quatro Grandes” da turminha, junto de Cebolinha e Cascão.

Os registros de Magali, assim como os de Mônica, ocorrem desde antes dos anos 1930. Também ocorre um crescimento após os 1950 atingindo

seu ápice de registros na década de 1960 também. Entre as décadas de 1950 e 1960, o aumento de registros é de 4.942 registros, um aumento modesto quando comparado com sua parceira de revista. Deve-se levar em conta também o apelo que a personagem tem ao público e como ela chama atenção desse público. É mais que comum a *Mônica* ser o centro das atenções das marcas e ser “carro chefe” da empresa de Mauricio de Sousa.

Gráfico 2 – Registros do nome Magali por décadas no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Segundo os dicionários de Machado (1981) e Nascentes (1952), a origem de Magali pode estar relacionada a: 1) um apelido francês provençal de *Margarida*, que vem do latim *Margarita*, que vem originado do grego *margarites*, que significa “pérola” ou 2) com uma variante francesa de *Madalena*, do grego *Magdaléne*, que significa “natural de Magdala”, sendo *Magdala* o nome de uma cidade palestina. No Brasil existe registrado um total de 25.699 Magalis. Porém, a frequência de registros de Magali está em decréscimo, como se vê no gráfico, apontando para um desuso do nome.

## Comics

*Comics* é como a história em quadrinho é conhecida em países anglófonos. Tem por origem nos Estados Unidos, como *comic books*. Tem esse nome por originalmente os quadrinhos serem publicações voltadas para o público infantil e com histórias de humor.

### CLARK

Esse é o nome terráqueo do *Super-Homem*, criado pela dupla Jerry Siegel e Joe Shuster, dois jovens amigos de escola. Segundo a história do quadrinho, o nome *Clark* foi atribuído pelos seus pais adotivos na Terra, *Jonathan* e *Martha Kent*. A primeira aparição do clássico personagem originário de Krypton – um planeta que foi destruído – que conhecemos com aquela inconfundível roupa azul, capa vermelha e um grande S no peito, aconteceu em junho de 1938, pela editora DC Comics, na revista *Action Comics* #1,<sup>1</sup> edição que conseguiu a façanha de vender 200 mil exemplares. Curiosamente, a origem do personagem aconteceu cinco anos antes, com a história *Reign of the Superman*, e ele era um vilão com poderes de telepatia, nesse caso, o Superman era muito parecido com o vilão das histórias do *Super-Homem*, que conhecemos hoje, Lex Luthor. Felizmente, essa história de 1933 não foi pra frente, para a alegria de todos os fãs do Homem de Aço que conhecemos hoje.

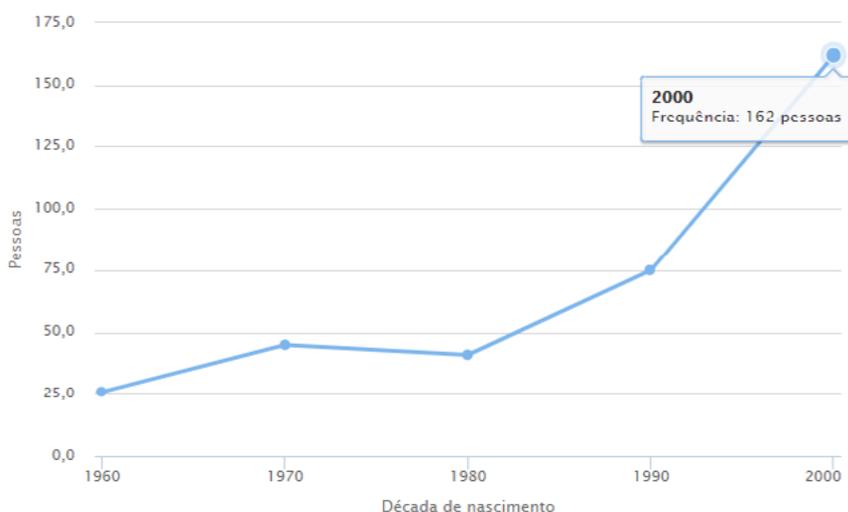
Personagem que obteve diversas adaptações em outras mídias entre séries de rádio, cinco séries de televisão *live-action*, sete filmes com atores, 24 jogos de vídeo games e nove desenhos animados, rapidamente o *Super-Homem* conquistou o gosto do popular e cultural entre jovens e adultos. O super-herói também carrega a marca histórica de ser o personagem de quadrinho que vem sendo publicado há mais tempo na mesma revista. A *Action Comics* vem sendo publicada ininterruptamente desde 1938, atualmente nos Estados Unidos a revista já está na edição de número 1.008, nada mais nada menos que 83 anos de publicação.

---

1 O símbolo # introduz o número da edição das histórias em quadrinhos.

Em dezembro de 1938, as histórias do *Super-Homem* chegam ao Brasil, publicadas pelo suplemento *A Gazetinha* #445 do jornal *A Gazeta*. Já a primeira revista com nome de *Superman* é publicada em 1947 pela Editora Brasil-América Limitada (EBAL). Passando por vários editores e editoras, hoje, os gibis do *Super-Homem* são publicados pela Editora Panini. Por se tratar de um nome de origem estrangeira, a evidência da relação do personagem dos quadrinhos com a difusão do nome no Brasil parece ser mais evidente, como se pode ver no gráfico.

Gráfico 3 – Registros do nome *Clark* por décadas no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Segundo Machado (1981), *Clark* é, por origem, um sobrenome inglês. Significa “clérigo”, “escriva” no inglês moderno. Surge do inglês antigo *Clerec* que significa “padre”. Após anos, começa a ser adotado como primeiro nome. O nome aparece no Brasil na década de 1960, muito certamente, por influência do ator norte americano Clark Gable, que é bastante conhecido por ter atuado no filme *O vento levou*. O período coincide com o óbito do ator, que acontece em 1960.

Percebe-se no gráfico o crescimento do nome a partir da década de 70, quando ocorre a estreia do filme em *live-action* mais celebrado do Homem de aço: *Superman*, estrelado pelo ator Christopher Reeve, que marcou a imagem do personagem, sendo considerado por muitos como a mais fiel representação física do personagem em todas as adaptações. O filme estreou no Brasil no ano de 1978. No início dos anos 90, ocorre a exibição da primeira temporada da série de televisão *Lois e Clark: as novas aventuras do Superman*, com duração de quatro temporadas e finalizando no ano de 1997. O seriado fora reprisado diversas vezes em canais como a Globo e o SBT.

Nos anos 90, também acontece o evento mais chocante e dramático das histórias em quadrinhos, a morte do *Super-Homem*, evento tão chocante que foi exibido em diversos telejornais e jornais impressos do país. Como de praxe nas histórias em quadrinhos, personagens nunca morrem de fato e, após alguns meses, o personagem “revive” e se casa *Lois Lane*. O casamento entre os dois foi outro evento curioso, pois eles aconteceram tanto nos quadrinhos quanto na série de TV, em uma estratégia ousada por parte da DC Comics. Lucro obtido, história continuada e como casamento de gente famosa não dura, algumas edições à frente, acontece a separação.

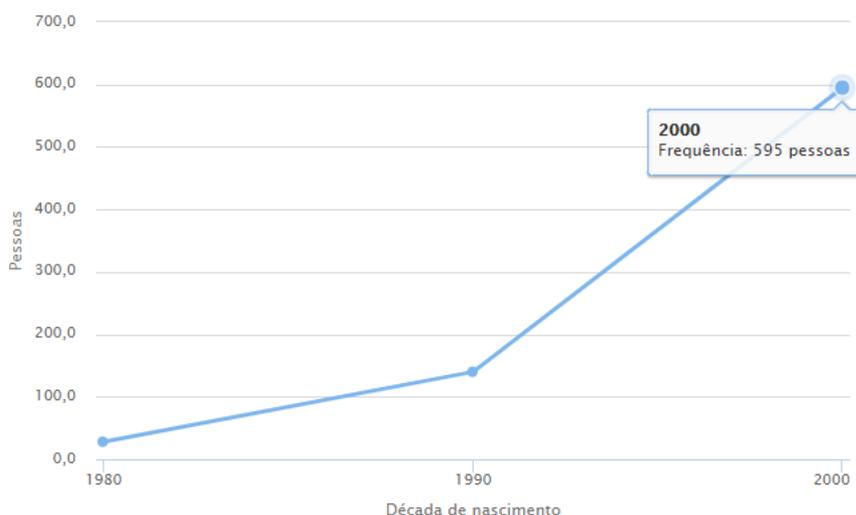
#### KALEL (KAL-EL)

*Kal-el* é o nome original (Kryptoniano) do *Super-Homem*. O formativo *El* caracteriza, na mitologia do personagem, a família em que ele pertence, no caso a família *El*. Seu pai se chama *Jor-El*, sua prima *Kara Zor-El*, seu tio *Zor-El* e assim sucessivamente. Por ser um nome incomum, sua presença no Brasil tem, muito provavelmente, uma relação direta com o personagem dos quadrinhos.

Na análise do nome, foi necessário fazer uma adaptação e juntar o nome e o formativo para que o sistema retornasse algum dado. Mais precisamente temos um total de 764 de registros de *Kalelel* no país, desses 595 registrados nos anos 2000. Não se tem um consenso do significado ou origem do nome *Kal-el*, mas há diversas fontes que dizem ser de origem judaica, já que o formativo *-El* significa “Deus” ou “de Deus” e o formativo

*Kal-* significaria “voz ou receptáculo”. Quem traz o assunto à tona é o *site* de notícias judeu *The Forward*, a ideia se relaciona ao fato dos autores serem judeus e de que isso pudesse de alguma forma ter influenciado o personagem a seguir por essa linha cultural-religiosa, já que o personagem é coberto de metáforas e referências ligadas à tradição judaico-cristã. Entretanto, outras fontes afirmam que o significado do nome seria “pequena estrela”, isto é, baseando-se no próprio universo dos quadrinhos do Azulão. Antes de ser conhecido como *Kal-El*, a primeira grafia do nome era *Kal-L*. Seja qual for o seu significado original, o fato é que esse é um nome introduzido na antroponímia brasileira por influência de um personagem advindo dos quadrinhos de super-heróis norte-americanos.

Gráfico 4 – Registros do nome Kalel por décadas no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

## LOISLANE (LOIS LANE)

Outro antropônimo oriundo das histórias do *Superman* é o interesse romântico de *Clark, Lois Lane*.<sup>2</sup> Em diversas fases desses 83 anos de *Super-Homem*, eles já se casaram, separaram-se, tiveram filhos, ela teve poderes, os dois vieram a óbito, ressuscitaram, voltaram a ficar juntos, casaram-se novamente: uma trajetória comum nas histórias em quadrinhos.

Repórter do Planeta Diário, ela aparece pela primeira vez em 1938, também na revista *Action Comics #1*, e é conhecida por ser a namorada ou amor platônico de *Clark Kent*. Aparece representada em diversas mídias, tais como séries de TV, filmes e animações. É uma personagem extremamente importante na mitologia do *Super-Homem*, uma vez que ambos se complementam, seja quando estão trabalhando juntos no Planeta Diário – Lois e Clark –, seja quando ela passa a investigar a persona do *Superman*.

Gráfico 5 – Registros do nome Loislane por décadas no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

- .....
- 2 A título de curiosidade, ao chegar ao país, a personagem era conhecida como Miriam Lane e só veio a se chamar como no original em 1984.

Segundo o IBGE, há 116 registros de Loislane no Brasil. A maior frequência de registro ocorre na década de 1990, data também dos seus primeiros registros na antroponímia brasileira. Com a justaposição dos dois nomes: Lois e Lane, podemos concluir que esse é mais um exemplo de nome motivado por uma personagem de histórias em quadrinhos. Apesar de vir de uma personagem de gibi, é muito pouco provável que o seu surgimento, na década de 1990, tenha sido por conta das revistinhas.

Nos anos 1990, ocorreu, como dito anteriormente, a exibição da série *Lois e Clark: as aventuras do Superman* e também de *Superman: a série animada*. Não teve adaptação cinematográfica nessa década, assim, a influência parece ter vindo da mídia televisiva. Desse aspecto, podemos chegar à análise de que, muito embora os personagens sejam originalmente fruto de criações em histórias em quadrinhos, sua projeção em outras mídias, como cinema e TV, tem um efeito muito maior sobre a motivação para atribuição desses nomes de personagens às crianças nascidas no Brasil. Porém, não podemos desconsiderar o fato de que, mesmo sendo a popularidade advinda do formato audiovisual, a personagem é de origem quadrinística.

Um elemento curioso de registramos acerca desse nome, é que a junção de Lois e Lane dá origem a um novo nome no Brasil: Loislane. Lois e Lane são nomes com origens e significados etimológicos próprios cada um e juntos formam um outro nome com um significado e origem totalmente diferente, nesse caso a origem e os sentidos se relacionam à personagem criada dentro de uma história em quadrinhos.

## **Mangá**

Mangá é como a história em quadrinho japonesa é conhecida no país. O termo já era utilizado para designar a arte chinesa, mas, com Hokusai e seu “Hokusai mangá”, o termo passa a ser associado com ilustrações sequenciais, porém o termo só passa a ser adotado e consagrado, designando o mangá moderno, com o desenhista Rakuten Kitazawa. (LUYTEN, 2004, p. 206)

## GOHAN

Personagem do mangá *Dragon Ball*, criado em 1988, por Akira Toriyama, *Gohan* é filho do protagonista da série, *Goku* que é um ser alienígena do planeta *Vegeta*. É um dos personagens mais poderosos da série, porém não possui a intenção de ser um guerreiro ou vontade de lutar, prefere viver pacificamente observando os animais e plantas e estudar, ao contrário de seu pai que é um *saiyajin*, uma raça guerreira com sede de combate. *Gohan* é o extremo oposto do pai, já que ele possui sangue terráqueo, herdado de sua mãe *Chi-Chi*. Durante eventos do mangá, vemos a evolução do personagem tanto física quanto mental, acompanhamos ele ainda criança até a fase adulta. Essa fase toda foi adaptada na versão animada conhecida como *Dragon Ball Z*, contendo 291 episódios que foram originalmente exibidos durante oito anos. No Brasil, o desenho foi exibido por diversas emissoras, tanto por sinal aberto, quanto fechado. Foi e ainda é um verdadeiro fenômeno de audiência.

O mangá possui 42 edições que foi publicado entre 1984 e 1995, que também teve adaptação animada, com um total de 444 episódios divididos em 153 na fase *Dragon Ball* – aventuras do *Goku* criança – e 291 na fase *Dragon Ball Z* – *Goku* adulto e com o *Gohan* já nascido – e mais 20 longas metragens animadas.

Gráfico 6 – Registros do nome Gohan por décadas no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

O nome *Gohan* tem origem na língua japonesa e significa “arroz”, mais especificamente, o “arroz cozido ou frito, preparado”. O nome do personagem no mangá vem de uma brincadeira do próprio autor, uma

vez que, na série, todos os *Saiyajins* tem nomes de vegetal, como exemplo *Kakarotto* – *Carrot* [Cenoura] –, *Raditz* – *Radish* [Rabanete], *Nappa* – *Napa*, um tipo de repolho chinês, entre vários outros. Como *Gohan* é filho de um *saiyajin*, Akira Toriyama brinca, dando ao personagem um nome de alimento, e não de um vegetal já que *Gohan* é humano.

Em 2001, começa a exibição de *Dragon Ball Z* no Brasil, tendo sido exibido pela Rede Globo até 2012. Nesse caso, podemos perceber outro exemplo de nome vindo de uma publicação em quadrinhos, dessa vez, japonesa e com nome surgido a partir do desenho animado, pois o mangá que também chegou ao Brasil nos anos 2000 não conseguiria alcançar o auge e a popularidade da versão animada da obra, apesar de a publicação brasileira ter recebido prêmios, por ter alcançado a marca de mais de cem mil cópias vendidas. Um número assombroso para o tipo de material, já que o modo de leitura do mangá é diferente do modo de leitura convencional, pois a leitura se dá no sentido da direita para a esquerda, ao contrário do modo de leitura ocidental, que se dá no sentido da esquerda para a direita.

Nomes de outros personagens principais não foram fator de influência no país tanto que não se tem registro significativo de *Goku*, *Vegeta*, *Kuririn*, *Kakarotto*, entre outros. O público talvez se identificasse com *Gohan*, pois era um personagem multifacetado e cheio de nuances que o diferenciavam de outros que só buscavam o combate a qualquer custo. Por ser um registro recente, não há como prever a taxa na década seguinte já que, desde 1996, não se tinha episódios novos de *Dragon Ball*, até que em 2015, começaram a ser exibido novos episódios da fase conhecida como *Dragon Ball Super*, que, por sua vez, acabou em 2018.

### ***Bande Dessinée***

*Bande Dessinée* (BD) é como se chama as histórias em quadrinhos na França – no mercado franco-belga. De acordo com Erwann Tancé, o termo *bande dessinée* foi utilizado em 1938 em uma coluna editorial da Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO), em que o editor-chefe explica que o jornal da SFIO precisa chegar ao público mais jovem e que deveria ser publicado quadrinhos (*bande dessinées*) em suas publicações. E assim

o termo nasceu e que mais tarde iria se popularizar e se tornar o termo em que se é conhecido os quadrinhos na França.

#### BARBARELLA

A personagem criada por Claude Forest em 1962 conta a história de uma aventureira espacial de um futuro longínquo. É uma personagem empoderada e totalmente livre, que utiliza de sua sensualidade e *sex appeal* para conquistar e derrotar seus inimigos. Chegou a ser proibido na França, porém foi conquistando o gosto e o apreço do público europeu, espalhando-se cada vez mais pelo mundo. O livro no Brasil foi publicado, traduzido por Jô Soares, no ano de 1969, um ano após o lançamento da adaptação cinematográfica. A obra em quadrinhos foi republicada no Brasil pela editora Jupati, no ano de 2015. A série em quadrinhos foi encerrada após a morte do autor, totalizando em quatro tomos.

A adaptação cinematográfica foi estrelada por Jane Fonda, que era considerada a atriz *sex symbol* na época. O filme foi dirigido por Roger Vadim. Na época, o filme não fez muito sucesso por ser um filme de ficção científica com roteiros mirabolantes e caóticos. Com o passar do tempo, o filme foi se tornando um ícone cult e sendo comentado até hoje.

Gráfico 7 – Registros do nome Barbarella

#### Sumário

|               |                      |                        |
|---------------|----------------------|------------------------|
| Frequência:   | 28 pessoas           | Gráfico não disponível |
| % Percentual: | 0,00%                |                        |
| Popularidade: | 101.202 <sup>3</sup> |                        |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

A quantidade de registros do nome não foi suficiente para que o IBGE fornecesse informação projetada em gráfico, porém ao se analisar os poucos registros de *Barbarella*<sup>3</sup> não resta dúvidas de que é a personagem a

3 Embora a personagem tenha seu nome grafado com duas letras L, no Brasil os registros encontrados apresentam apenas um L.

fonte de inspiração para a atribuição de nomes de pessoas no Brasil. A dúvida aparece no que foi o causador disso, se foi o quadrinho ou o cinema – apostamos no cinema –, apesar de as duas formas terem chegado ao Brasil em épocas muito próximas, com diferença de alguns meses entre elas.

O nome *Barbarella* vem de *Bárbara*, que tem por origem grega *bárbaros*, ou seja, “aquele que é estrangeiro”. Sobre o formativo *-ella*, Piel (1948, p. 243) afirma: “Ora o incremento do sufixo *-ellus*, que se observa no latim tardio em relação aos nomes comuns, reflecte-se nitidamente no onomástico [...] em particular na Hispânia”. De origem controversa, já no onomástico latino, os sufixos *-ellus* e *-ella* assumem um papel produtivo entre nomes de pessoas.

## Considerações finais

Pode-se observar que, de certa forma, as influências das histórias em quadrinhos não se limitam apenas ao consumo daquela mídia, ao uso de peças de vestuários que remetam a imagem dos super-heróis ou de personalidades de quadrinhos em geral. Podemos ver que as HQs também influenciam, ao seu modo, a antroponímia brasileira, tanto com personagens nacionais quanto estrangeiros. Com exemplos ilustrados, podemos observar a frequência de registros e aparições desses nomes.

Em futuros estudos, pretendemos levantar o registro de dezenas de personagens que foram inspirações para pais e mães batizarem seus filhos com nomes de personagens tão icônicos, curiosos ou importantes em dados países. Não obstante, seria interessante cruzar os dados do cenário brasileiro com o cenário de outros países que consomem esse tipo de mídia.

Há, portanto, um território vasto e inexplorado para se debruçar. Com algumas limitações instrumentais, seja por parte da própria plataforma do IBGE para fornecer gráficos de registros com números abaixo dos mínimos, seja por falta de material de pesquisa e consulta, alguns nomes que, inicialmente, eram possíveis de entrar no recorte do artigo foram retirados, estes nomes são, seguidos de parênteses caracterizando o país de origem da publicação: *Kame* (Japão), *Tai* (Japão), *Bidu* (Brasil), *Sora*

(Japão), *Tex* (Itália), *Monel/Mon-El* (Estados Unidos), *Yusuke* (Japão), *Videl* (Japão), entre vários outros. Cremos, contudo, ter cumprido o objetivo principal deste capítulo que era responder se os quadrinhos foram/são responsáveis, de alguma forma, pela escolha dos nomes no nosso léxico antroponímico.

Vale ressaltar que a influência de nomes de personagens em quadrinhos fica mais evidente quando esse é de origem estrangeira ou uma criação própria dos autores das HQs. Também, é importante destacar que os ápices de popularidade dos nomes, geralmente, estão relacionados à projeção dos personagens dos quadrinhos em outras mídias como cinema e TV, o que, de forma alguma, tira o mérito dos quadrinhos, já que, se as HQs não existissem, aquela adaptação também não existiria. Então, sim, quadrinhos são fatores de influência na escolha antroponímica brasileira.

Quando os resultados do censo de 2020 estiverem disponíveis para nós pesquisadores, será possível observar se houve um crescimento ainda maior dessa influência. A nossa hipótese é que sim, pois a quantidade de filmes, séries e jogos de super-heróis ou de quadrinhos em geral aumentou de forma significativa desde 2010. Além disso, novos quadrinhos vêm chegando ao país, pois é crescente o número de editoras que começam a surgir para publicá-los. É possível, portanto, que, no futuro, vários outros registros de antropônimos baseados em quadrinhos venham a encontrar registro e relevância na antroponímia brasileira.

## Referências

BARBARELLA. [S. l.], 22 mar. 2014. *Blog Ponderando sobre o nome do bebê*.

Disponível em: [http://babynamepondering.blogspot.com/2014/03/](http://babynamepondering.blogspot.com/2014/03/barbarella.html)

barbarella.html. Acesso em: 27 fev. 2019.

CARVALHINHOS, P. de J. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de língu@gem*, [s. l.], ano 1, n. 1, p. 1-18, set. 2007. Publicado originalmente na *Revista Álvares Penteados*, v. 2, n. 5, p. 165-177, dez. 2000.

FARIA, E. *Dicionário escolar latino-português*. 6. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *Nomes do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/nomes/#/search>. Acesso em: 22 fev. 2019.

LISTA de filmes e episódios da Turma da Mônica. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation], [2019]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista\\_de\\_filmes\\_e\\_epis%C3%B3dios\\_da\\_Turma\\_da\\_M%C3%B4nica&oldid=54342571](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_filmes_e_epis%C3%B3dios_da_Turma_da_M%C3%B4nica&oldid=54342571). Acesso em: 21 fev. 2019.

LUYTEN, S. M. B. Panorama del manga producido em Brasil: Pionerismo, experimentación y producción. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre La Historieta*, Vedado, v. 4, n. 16, p. 225-238, dic. 2004. Disponível em: [http://rlesh.mogno.com/16/16\\_luyten.html](http://rlesh.mogno.com/16/16_luyten.html). Acesso em: 21 fev. 2019.

MACHADO, J. P. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte/Confluência, 1981. 3 v.

MAURICIO DE SOUSA PRODUÇÕES. *Magali* [Rio de Janeiro], [20--]. Disponível em: <http://turmadamonica.uol.com.br/personagem/magali/>. Acesso em: 24 fev. 2019;

MAURICIO DE SOUSA PRODUÇÕES. *Mônica*. [Rio de Janeiro], [20--]. Disponível em: <http://turmadamonica.uol.com.br/personagem/monica/>. Acesso em: 24 fev. 2019.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. t. II.

PIEL, J. M. Sobre o sufixo *-ellus*, *-ella*, no onomástico tardio hispano-latino. *Humanitas*, Coimbra, 1948, v. 2, p. 241-248. Disponível em: [https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas02/13\\_Piel.pdf](https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas02/13_Piel.pdf). Acesso em: 24 fev. 2019.

TANCÉ, E. La (presque) véritable histoire des mots «bande dessinée». [S. l.], 2 déc. 2004. Disponível em: <https://www.comixtrip.fr/dossiers/la-presque-veritable-histoire-des-mots-bande-dessinee/>. Acesso em: 26 maio 2021.

THE REIGN of the Superman. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation], [2019]. Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=The\\_Reign\\_of\\_the\\_Superman&oldid=54298055](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=The_Reign_of_the_Superman&oldid=54298055). Acesso em: 22 fev. 2019.

TYE, L. *10 reasons Superman is really jewish*. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://forward.com/culture/178454/10-reasons-superman-is-really-jewish/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.



Capítulo 8

## ANTROPÔNIMOS NO BRASIL: ASPECTOS CULTURAIS ENVOLVENDO A MOTIVAÇÃO

*Juliana Soledade  
Ivani Coutinho*

### **Introdução**

A antroponímia brasileira possui características muito peculiares, pois, de um lado, predominam nomes tradicionais, oriundos da colonização portuguesa, e do outro, há muita inovação, tanto no sentido da incorporação de nomes originários de outras línguas, seja em função do contato linguístico fruto de imigração, seja através das influências estrangeiras pelo que se entende como contato cultural, quanto no sentido da criação vernacular, os chamados neologismos antroponímicos formados pelos mais diversos mecanismos morfolexicais disponíveis na língua. Assim, a escolha de um nome, seja tradicional, seja estrangeiro, seja inovador, sempre é fruto de uma intencionalidade daquele que nomeia, isso é o que estamos chamando de motivação.

Desse modo, podemos colocar os problemas enfocados nesta pesquisa: quais as motivações mais frequentes na nomeação de indivíduos no Brasil? Sendo um país predominantemente cristão, tanto ligado às tradições católicas desde o começo de sua formação histórica, quanto às retomadas do cristianismo através da onda neopentecostal, será a motivação religiosa aquela que predomina? Qual o papel da mídia na difusão da antroponímia no Brasil? Será a homenagem aos ancestrais ou a figuras

públicas também parte importante das motivações? Em suma, existem muitas questões a nortearem a nossa investigação.

O estudo sobre as motivações que dão origem aos nomes no país é parte fundamental para compreendermos as influências socioculturais presentes na prática de nomeação. Portanto, o objetivo principal da pesquisa é descrever o conjunto motivações para a atribuição de nomes em uso no Brasil.

Este capítulo pretende dar conta da análise de dados recolhidos em rede social. Em 06 de dezembro de 2017, em uma página do Facebook, encontramos a seguinte postagem “Gente, vocês sabem de onde seus pais escolheram seus nomes? Me: meu nome foi retirado da novela Rei do Gado”, essa postagem obteve 2.545 respostas, com contrarrespostas, perfazendo mais 3.000 comentários, com a participação de pessoas de vários estados do Brasil.

É justamente sobre esses dados que nos concentraremos para analisar as motivações mais frequentes. Cada uma das respostas foi incluída em uma tabela que consta de 1) o prenome do sujeito; 2) o tipo de motivação distribuídos em sete grandes grupos: a) homenagem b) mídia; c) artes; d), religião; e) sugestão, f) inspiração e g) outros; 3) a resposta dada pelo internauta; 4) as siglas correspondentes ao nome do sujeito – omitido nesse capítulo, por finalidade de manutenção do anonimato.<sup>1</sup> Por fim, esses dados foram quantificados de forma que fosse possível demonstrar,

---

1 As mídias sociais são tecnologias relativamente recentes, o que implica dizer que é difícil prever quais impactos suas particularidades podem ter sobre os resultados de pesquisas e quais os limites a serem definidos para a utilização de dados que circulem nessas redes. Por isso mesmo, pesquisadores ainda estão se desdobrando para conciliar metodologias tradicionais de pesquisa a estas novas ferramentas. Entendemos que a proteção da identidade na pesquisa acadêmica é crucial, porém os limites deste tipo de privacidade nas mídias sociais ainda são nebulosos. Nesse estudo, importa principalmente a seguinte questão: postagens públicas demandam consentimento de seus emissores para serem usadas com fins de pesquisa? Para nos sentirmos autorizados a usar os dados levantados nessa pesquisa nos utilizamos das normas do Facebook disponíveis em sua página relacionada a políticas de privacidade, onde se afirma “*Informações que você compartilha publicamente*: Quando você escolhe compartilhar conteúdo com o público – por exemplo, selecionando Público no seletor de público –, consideramos isso uma informação pública. Se você compartilhar algo e não vir o seletor de público ou outra configuração de privacidade, essa informação também é pública.” (FACEBOOK, 2021, grifo do autor)

através de gráficos, as motivações mais frequentes quando da atribuição de nomes no Brasil.

Desse modo, este capítulo se divide em duas seções, a primeira dedicada à argumentação em torno da motivação para atribuição de um nome próprio de pessoa e sua relação com aspectos culturais do povo brasileiro; e a segunda dedicada à análise dos dados tabulados, a fim de demonstrar como se distribuem, em termos estatísticos, as principais motivações para a escolha de nomes no Brasil.

## **Aspectos culturais e motivação dos antropônimos**

A atribuição de um nome próprio a um indivíduo remonta a tempos imemoriais, atingindo diferentes culturas ao redor do mundo. Em função de evidências linguísticas, estudiosos da onomástica são consensuais em admitir que os nomes próprios são parte integrante e relevante das línguas naturais.

O surgimento da antroponímia muito provavelmente está associado ao próprio surgimento das línguas humanas. Tomasello (2003) considera que o salto evolutivo que ocorreu há 200 mil anos atrás permitiu que o *homo sapiens* desenvolvesse a capacidade de reconhecer os seus coespecíficos como seres mentais e intencionais como ele o era. Assim, dotados de um cérebro maior e de novas habilidades cognitivas, esses *homo sapiens* começaram a usar símbolos – linguísticos e artísticos – para se comunicarem, desenvolvendo não só novas tecnologias – ferramentas –, mas também novas práticas sociais como o cultivo de plantas, domesticação de animais e novos rituais, como, por exemplo, a prática de enterrar os seus mortos.

O enterro é uma prática que simboliza o cuidado com a matéria individualizada do outro, significa que não mais se desejava que seus coespecíficos ficassem à mercê de outros predadores após a morte, e isso demonstra que os *homo sapiens* primitivos já haviam desenvolvido relações afetivas complexas. Em termos de linguagem, sabemos que os grunhidos que deram lugar a uma linguagem articulada por meio de fonemas tinham por finalidade significar: identificar, categorizar, localizar e explicar as

coisas no mundo. Portanto, se havia de um lado o reconhecimento das suas capacidades mentais e intencionais, e de outro se haviam desenvolvido relações de afetividade mais complexas, os indivíduos de um grupo necessitariam ser identificados através de um símbolo ou signo. Assim, entrando numa máquina do tempo, poderíamos imaginar ou mesmo supor que os primeiros antropônimos fossem motivados por características físicas dos indivíduos, ou pela sua função social dentro do grupo, ou por algum evento que tenha marcado a vida daquele indivíduo, ou, ainda, por relações de parentesco dentro do grupo.

Ao longo desses milhares de anos, surgiram inúmeras línguas no mundo e cada uma delas teve o seu léxico antroponímico estruturado e embasado em raízes muito antigas. Novamente tomando as palavras de Tomasello (2003), se nos perguntarmos por que uma palavra tem a forma que tem hoje e os sentidos que possui, teremos de considerar que isso decorre de uma narrativa que se desenvolveu em várias partes diferentes no trajeto histórico de uma língua.

Do mesmo modo, se nos perguntarmos quais as motivações para atribuição de um nome próprio a um dado sujeito também estaremos lidando com diferentes respostas a depender da época e da língua. Isso porque a motivação para atribuição de nomes próprios necessariamente passa pelos valores culturais de uma dada comunidade linguística.

Tomemos como exemplo o português medieval. Na idade média, na Península Ibérica (PI), já havia caído em desuso o sistema antroponímico trinominal romano – *tria nomina* – *praenomen*, *gentillicum* e *cognomen*, a exemplo de Caius Iulius Caesar e Marcus Tullius Cicero –, organizado a partir de uma ligação direta com a estrutura familiar dentro da ordem social de Roma. (CUNHA E SOUZA, 2017) O desuso desse sistema deu lugar, em um primeiro momento, a uma designação por um único nome – o prenome –, com o crescimento das comunidades, o grande número de homônimos fez surgir o sistema com o uso de patronímicos como Gonçalves “filho de Gonçalo”, Mendez “filho de Mendo/ Menendo”, Álvares “filho de Álvaro”.

Esse sistema revela algo importante sobre a cultura medieval portuguesa: primeiro, que as relações de parentesco (filiação) foram tomadas

como central para o processo de categorização dentro do sistema antroponímico e, em segundo lugar, que se tratava de uma sociedade patriarcal, já que o nome das mães não entrava no cômputo para a geração desses nomes relacionados à filiação.

Segundo Frai (2016), no século XII, com o avanço do crescimento populacional em Portugal – já autônomo como nação –, os patronímicos já não eram suficientes para desfazer casos de homônimas, daí surgirem designações oriundas da função – Estevam Sapateiro –, da origem toponímica – Vasco Martins de Villela – e de características físicas – João Domingues Beçudo. Em resumo, o sistema português acabou por assumir maior complexidade, inserindo na frase antroponímica – nome completo – elementos ligados às experiências dos/com os sujeitos na vida cotidiana, inserindo nomes que se inscrevem no nível básico de categorização, como trabalho, lugar e características físicas. (SILVA, 2013)

Outro exemplo que revela a relação entre a cultura de uma dada época e as motivações para a atribuição de nomes próprios também vamos encontrar na história medieval da língua portuguesa. Por volta do século IX, segundo Piel em *Antroponímia germânica* (1989), o onomástico pessoal antigo recebeu uma considerável contribuição do superstrato germânico, isso se deve ao fato de que a PI sofria, naquele momento, a invasão moura e, para demarcar a solidariedade e identidade com o império visigodo – então deposto, a população portuguesa optou, em grande monta, por atribuir nomes de origem germânica a seus filhos. Nesse caso, as motivações assumem um caráter ideológico que passa pelo viés étnico, político e religioso.

Destarte, em cada época, em cada língua, em cada cultura, os antropônimos sofrem influências motivacionais de ordem diversas, isso significa dizer que o signo antroponímico, embora muitas vezes opacizados semanticamente, carregam em si, através da motivação, sentidos que podem explicitar aspectos sócio-culturais de máxima relevância para entender a história de um povo.

Segundo Carvalhinhos (2001), o signo onomástico é duplamente marcado, e que o que era arbitrário passa a ser motivado. Na verdade, a motivação dos antropônimos pode ser estudada a partir de duas perspectivas: primeiro o estudo da motivação lexical que atua sobre a palavra em

si e que remonta, na maioria das vezes, ao sentido etimológico do nome; segundo o estudo da motivação pela ótica do denominador, entendendo esse como um sujeito singular ou como sujeito plural, referente ao grupo social nomeador.

Este segundo tipo de estudo é o que aqui nos interessa, uma vez que os motivos para escolha desse ou daquele nome estão relacionados à forma como uma dada sociedade percebe a realidade e como atua sobre ela. Revelam-se, assim, através das motivações para a atribuição de nomes próprios de pessoa os aspectos culturais significativos para aquele grupo social.

Em suma, “[...] o sistema antroponímico varia de sociedade para sociedade, por isso, apesar de alguns aspectos comuns a vários sistemas, não é possível generalizar afirmações”. (CARVALHINHOS, 2001, p. 306) O sistema antroponímico brasileiro foi aqui implantado através da colonização portuguesa, contudo, hoje podemos dizer que os prenomes em uso no Brasil possuem um enorme grau de inovação em relação ao sistema do português europeu, aqui se deu algum espaço para antropônimos de origem indígena, alguns raríssimos de origem africana, muitos de origem estrangeira – via migração ou contato cultural – e muitos oriundos de criações vernaculares. Portanto, a motivação para a escolha de um nome para o registro de um filho no Brasil pode perpassar inúmeros vieses culturais e é para tentar entender quais são esses caminhos que nos dedicaremos a análise dos dados<sup>2</sup> a seguir.

## **Motivação para atribuição de prenomes na antroponímia brasileira**

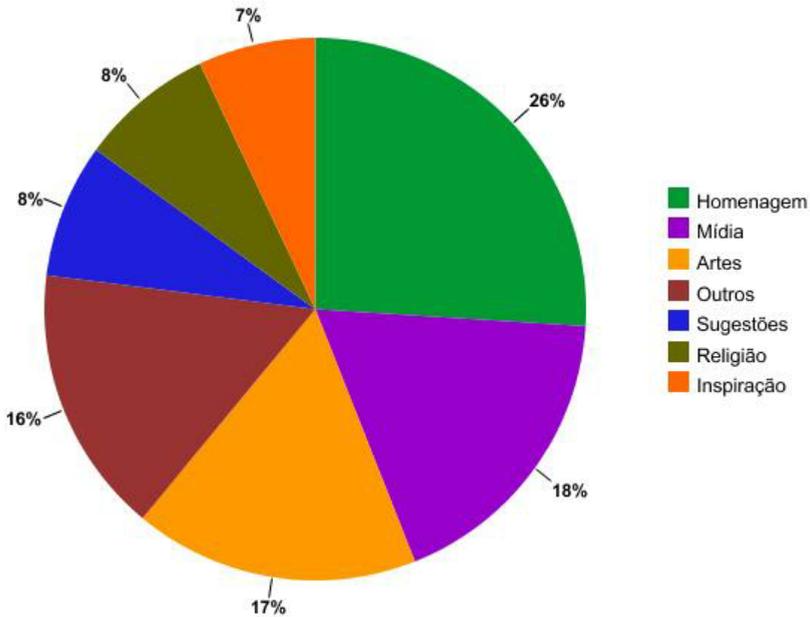
Os dados levantados correspondem a um total de 3.186 respostas acerca da pergunta: “Vocês sabem de onde seus pais tiraram seus nomes?”. Esses

---

2 Aqui há de se considerar o desafio de desenvolvermos uma pesquisa científica com base em dados coletados em redes sociais, uma vez que não há garantias quanto à veracidade das informações dadas, haja vista a possibilidade de encontrarmos perfis falsos ou respostas que não correspondam aos fatos. Mas o que se observa, no conjunto geral dos dados é uma enorme verossimilhança entre os perfis, as idades e as respostas oferecidas. Desse modo, o cômputo dos dados, ao nosso entender, reflete, de fato, a realidade brasileira.

dados, como dito no início do capítulo, foram tabulados a partir dos sete tipos de motivação por nós classificadas, oferecendo o gráfico a seguir para a totalidade dos dados:

Gráfico 1 – Motivações – visão geral



Fonte: elaborado pelas autoras.

Em termos de números absolutos temos: 1) homenagem, 830; 2) mídia, 575; 3) artes, 540; 4) outros, 517; 5) sugestões, 266; 6) religião, 247 e 7) inspiração, 211.

Uma das grandes surpresas da análise estatística foi o fato de que a motivação religiosa se revelou apenas na sexta posição. Quando iniciamos a pesquisa supúnhamos que essa seria uma das primeiras fontes de motivo para a atribuição dos nomes, haja vista a crescente presença das religiões neopentecostais no Brasil, desde a década de 1970.

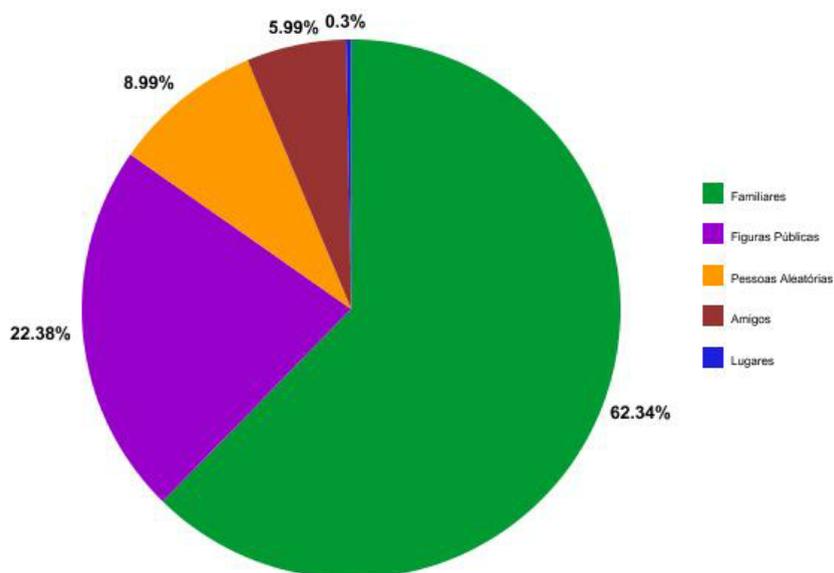
Os dados analisados revelam que as pessoas que se manifestaram nas redes sociais são nascidas, em sua maioria, entre as décadas de 1980 e 2000, tendo, portanto, entre 18 e 38 anos. A seguir, analisaremos cada

uma das motivações, trazendo, quando possível, informações e exemplos para que possamos entender melhor como os dados foram tratados.

### **Homenagem**

A categoria “Homenagem” foi a mais produtiva em termos de motivação para atribuição de nomes. O Gráfico 2, a seguir, demonstra como ficou a distribuição dessas motivações em termos percentuais:

Gráfico 2 – Motivações por homenagem



Fonte: elaborado pelas autoras.

Entendemos como homenagem a escolha que tem por objetivo registrar pessoas com nomes de 1) familiares (520); 2) figuras públicas (183); 3) pessoas aleatórias (74); 4) amigos (50) e 5) lugares (3).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Entre parênteses estão, em números absolutos, os totais de respostas em cada categoria.

## FAMILIARES

Os nomes motivados por homenagens a pessoas da família são, segundo os dados, a motivação mais frequente entre as escolhas para registro de nomes de pessoas no Brasil, representando 16,3% do total de todas as motivações. Em sua grande maioria, dizem respeito a pessoas de parentesco próximo como avôs e avós, bisavôs e bisavós, por exemplo.: Alexandrina: “nome da minha vó”; Raphael: “meu bisavô chamava raphael rrsrsrs”. Há alguns casos de junção de dois nomes como o caso de Mariana: “do nome da minha avó (Maria) e o da minha bisa (Ana)” e ainda casos de cruzamento vocabular como explica Luana: “Segundo mamis ela juntou o Lu de Luís (nome do meu pai) e An de Ângela (nome da minha mãe), como tenho ppk teve q colocar um a no final – ainda bem q deu um nome comum kkkkkk”.<sup>4</sup>

## FIGURAS PÚBLICAS

Nessa categoria, podemos encontrar homenagens a figuras históricas – Dandara: “O meu é por causa da esposa do Zumbi dos Palmares” –, cientistas – Ludvick: “Ludwig Boltzmann. Meu pai é físico hahaha mas modificou pra ficar mais fácil escrever” –; e até mesmo a traficantes – Pablo: “por causa do Pablo Escobar”. Ressaltam, nesse grupo, as figuras da realeza europeia, como demonstram os exemplos: Caroline: “Da princesa de Mônaco!”; William: “Nome do príncipe”; Victoria: “Meu pai era obcecado pela rainha Victoria dai eles colocaram Victoria.”; Carlos: “do rei da Suécia”; e ainda várias Daianes, Dayanes, Dianas cujos nomes foram inspirados na figura da princesa de Gales, Diana: “Na década de 80 Lady Dai era a famosinha... em 1984 minha querida mãe colocou meu nome de Daiane, e tb para aproveitar a onda... tenho uma prima com o nome de Daiana...”.

4 As respostas aqui reproduzidas preservam a forma com que foram escritas, por economia de espaço, evitaremos a inserção da expressão *sic*, haja vista a enorme quantidade de desvios da norma padrão, tanto no que se refere à ortografia, quanto à gramática do português.

## PESSOAS ALEATÓRIAS

Nessa categoria, enquadrámos homenagens a pessoas que nem são famosas, nem são íntimas das pessoas relacionadas à nomeação. São casos de homenagem a filhos/filhas de patrões – Mônica: “Meu pai escolheu meu nome pra homenagear a filha do patrão dele que faleceu de câncer” –; alunos e professores – Manuella: “minha mãe tinha uma aluna com esse nome que era inteligente”; Tomas: “professor dos meus pais”; médicos e enfermeiras – Yanne: “Enfermeira que acompanhava ela no pré-natal”; Vitor: “Meu nome era de um médico que cuidou do meu irmão mais velho”. E até mesmo pessoas que representaram alguma vivência inusitada – Elisa: “Uma garotinha que estava no casamento da minha mãe e tava destruindo tudo, puxando o vestido dela, correndo, na festa derrubando tudo, gritando... Quando foi perguntar o nome da guria: Elisa kkkkkk”.

## AMIGOS

As homenagens a pessoas do círculo de amizade foram, de forma surpreendente, inferiores aos casos dos nomes motivados por pessoas aleatórias. Na categoria “Amigos”, encontramos os seguintes exemplos: Bárbara: “Meus pais tinham uma amiga que chamava Barbara, além de linda era médica”; Flavianne: “Melhor amiga da minha mãe”; Suzana: “Minha mãe tinha duas melhores amigas na faculdade, Suzana e Cláudia. Aí eu nasci, Suzana, e minha irmã, Cláudia”; Bruno: “Um amigão de roça da minha mãe se chamava Brunislau. Graza deus que ela teve bom senso, pq né?”; Vinicius: “Meu pai tinha um amigo que ele gostava muito que se chamava Vinicius, e ele foi embora então...”.

## LUGARES

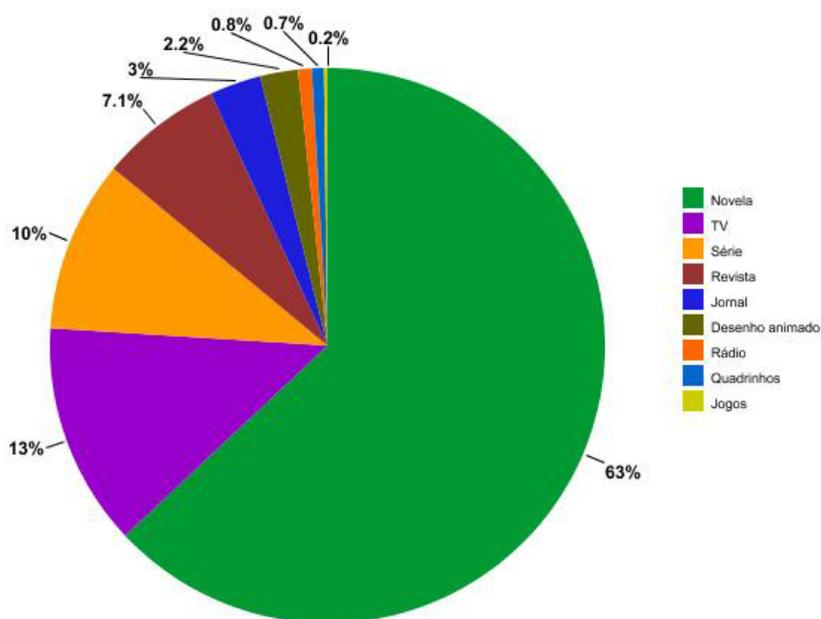
A relação entre antroponímia e toponímia é uma via de mão dupla, tanto nomes de pessoas são motivados por nomes de lugares, quanto nomes de lugares levam nomes de pessoas. Nos nossos dados, contudo, a influência dos topônimos apareceu apenas em três respostas, indicando que a via

inversa deva ser mais produtiva. As respostas encaixadas nessa categoria foram: Cecília: “Da ilha sisilia sei lá como escreve na Itália, porque meus bisavós eram de lá”; Bárbara: “Nasci em Santa Bárbara do Oeste então...” e Mariana: “Cidade de minas onde nasci”.

## Mídia

Delimitamos como Mídia o conjunto dos meios de comunicação social de massas, abrangem esses meios: a televisão, o rádio, a mídia impressa. O número de nomes enquadrados nessa categoria corresponde a 575, 18 do total.

Gráfico 3 – Motivações através da mídia



Fonte: elaborado pelas autoras.

## NOVELA

A teledramaturgia encontrou na cultura brasileira um espaço propício para se desenvolver, ao abordar temáticas próximas ao cotidiano e da

linguagem do cidadão médio, assim podemos concordar com Keske e Scherer (2013, p. 2) quando diz que:

A cultura popular, como representação ou manifestação do mundo imaginário e simbólico dos homens que vivem no Brasil, poderia resultar numa teoria da cultura brasileira, com suas características peculiares e intrínsecas. Esta cultura popular está impregnada dos modos de viver como: crenças, cantos, danças, jogos, tabus, modo de olhar, de andar, de rir e de chorar. Uma manifestação que espelha o que o povo vive e sente no cotidiano é extremamente eficaz no processo de identificação. A Telenovela Brasileira está impregnada dessas representações, tanto da cultura do nosso país, como de outras culturas, que acabam por suscitar não apenas o reconhecimento da nossa realidade, mas, também, o conhecimento de outras tantas culturas.

A influência das novelas brasileiras sobre os nossos costumes é amplamente estudada por antropólogos, sociólogos e psicólogos. Na antroponímia, essa influência se mostra contundente. Dentre os fenômenos enquadrados na categoria “Mídia”, é a novela aquele que mais é capaz de atuar sobre as motivações para atribuição de nomes. Encontramos 21 Luanas inspiradas numa personagem da novela *Rei do gado*,<sup>5</sup> e duas Luanas inspiradas na atriz Luana Piovani. Da novela *Gabriela*, baseada na obra homônima de Jorge Amado, encontramos 13 Gabrielas. Nomes incomuns também aparecem nesse rol, três pessoas com o nome Ianca foram assim nomeadas por causa da “Personagem da Leandra Leal na novela *Explode Coração*”.

Chamou-nos atenção o fato de que os nomes Bruna e Letícia, bastante frequentes nos dados, estão associados na maior parte das vezes às atrizes, respectivamente, Bruna Lombardi, que fez sucesso em novelas na década de 1980, e Letícia Sabatella, que teve muitas atuações em novelas nas décadas de 1990 e 2000. Vejamos algumas respostas: Bruna: “Minha mãe sempre amou a Bruna Lombardi, daí o meu nome.”; “Pq meu

5 Muitos sujeitos responderam que seus nomes vieram dessa novela, pessoas com nomes como Bruno, Henrique e Giovana. A recorrência de nomes relacionados a essa telenovela pode estar associada ao fato de que a pergunta de abertura do post cita justamente essa obra.

pai achava a Bruna Lombardi maravilhosa”; Letícia: “minha mãe gostava da atriz Letícia Sabatella por causa de uma novela q ela fazia na época”; “Quando minha mãe estava grávida estava passando uma novela com a Letícia Sabatella, meu pai viu, achou ela linda e fim.” Essas duas últimas respostas deixam claro que não se trata de homenagear uma pessoa famosa, mas sim de escolher o nome de uma atriz por causa de sua atuação em uma novela.

#### TV

Os nomes que classificamos na categoria “TV” estão relacionados a personalidades que estão vinculadas a esse meio de comunicação de massa, mas não se enquadram em nenhuma das outras categorias aqui destacadas. Por exemplo, temos o caso de Yan: “dos créditos finais de um programa de TV”; Hanna Bárbara: “Meu pai gostava dos Flintstones”; Mylena: “Meu nome veio de uma moça do tempo da TV”; Iza: “Uma moça fazia bolo num programa na TV que mamãe adorava”.

#### SÉRIE

As séries ou seriados já fazem parte do cotidiano brasileiro desde a década de 1980, quando a Rede Globo de televisão exibia a famosa série americana *Dallas*. Mas, foi com o advento da internet e os serviços de *streaming* de vídeos, como a *Netflix* e a *Prime Video*, da Amazon, que elas, de fato, ganharam uma projeção muito mais ampla, sobretudo, entre a população jovem. Talvez por isso, sua influência sobre a antroponímia brasileira seja ainda restrita, o que poderá a vir ser modificado no futuro por essa geração de jovens consumidores desse produto midiático. Os casos encontrados remetem a: Brenda: “Meu pai tirou de uma serie ‘barrados no baile’”; Pâmella: “Do seriado *Dallas*”; Tábata: “De um seriado de tv chamado a feiticeira”; John: “De uma série chamada Casal 20”; Samantha: “a feiticeira sei la que série era”; Magno: “Um seriado de detetive chamado Magnum”. Os seriados mais influentes entre as motivações para atribuição de nomes foram, nessa ordem: *Barrados no baile* (1990), *A feiticeira* (1980) e *Dallas* (1980).

## REVISTA

Nessa categoria, estão os nomes motivados por influências de revistas, ou seja, publicações periódicas de natureza jornalística, informativa ou de entretenimento. Como pertencentes a essa categoria, foram classificadas respostas genéricas, como: Thaianny; “Uma revista”; mas também algumas mais específicas, como: Mahala: “minha mãe viu numa revista quando tinha 14 (era o nome de uma princesa árabe) aí ela guardou o nome até ter uma filha e teve msm kkk”; Kelson: “Minha mãe leu a revista Época grávida de mim. Ela leu Kelson lá e achou bonito”.

## JORNAL

Enquadramos nessa categoria nomes que foram motivados por nomes que aparecem em jornais impressos, de qualquer natureza, por exemplo: Miriane: “Do jornal da cidade”; Leander: “Minha mãe disse que leu no jornal e gostou”; Thaynara: “Minha prima achou em uma notícia no jornal” e Samara: “Jornal do condomínio onde moravam na época”.

## DESENHO ANIMADO

Os desenhos animados, em geral, deixam de ser consumidos, quando os indivíduos atingem a idade adulta, por isso, alguns casos encontrados dizem respeito a pedidos e sugestões de crianças da família, em especial, irmãos mais velhos. Alguns exemplos encontrados podem ser vistos a seguir: Rafael: “Das tartarugas ninjas. Pena não ter sido Donatelo, seria bem mais conceitual”; Lisa: “Meu foi dos simpsons”; Dafny: “Scooby-doo”; Doug: “Por causa do desenho do Doug Funny, meus irmãos pediram pros meus pais que eles colocaram...”.

## RÁDIO

Como o público da pesquisa é majoritariamente nascido entre as décadas de 1980 e 2000, há que se considerar uma influência do rádio muito inferior a que deve ter tido na Era de Ouro, na década de 1930, quando o rádio

atingiu seu apogeu como principal veículo de comunicação em massa, no Brasil. Foram encontradas apenas cinco respostas relacionando a motivação do nome ao rádio, a saber: Ellen: “Minha mãe copiou o nome de uma apresentadora de um programa infantil na rádio”; Patrícia: “A minha mãe ouviu meu nome em um programa de Rádio... Pelo menos foi Patrícia, fico só imaginando a merda que iria ser”; Allana: “Minha mãe ouviu uma repórter na rádio que se chamava Alana e gostou, ainda acrescentou outro L”; Yanca: “Nome de uma radialista de Caicó RN”; Anna Grace: “Uma locutora de radio gospel se chamava Ana Greice”.

#### QUADRINHOS

As histórias em quadrinhos, também conhecidas como gibis, também tiveram grande importância na formação da cultura letrada no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950. Com o surgimento da TV e dos desenhos animados, ao longo do tempo, os quadrinhos foram perdendo espaço. Contudo, há que se dizer que, atualmente, o cenário dos quadrinhos vem se renovando e aumentando seu público, bem como o espectro de linguagens, como pode ser visto no capítulo anterior. Nos nossos dados, apenas quatro respostas fizeram referência à influência dos quadrinhos: Gisele: “De um gibi de uma espiã”; Diana: “Existia um gibi antigamente que era sobre o Fantasma, e a namorada dele se chama Diana e meu pai gostava dela”; Audrey: “Apensar do meu pai ser louco por cinema, meu nome veio de um gibi dos anos 60 the little Audrey”; Hugo: “O meu foi dos sobrinhos de pato donald: Huguinho, Zezinho e Luisinho”.

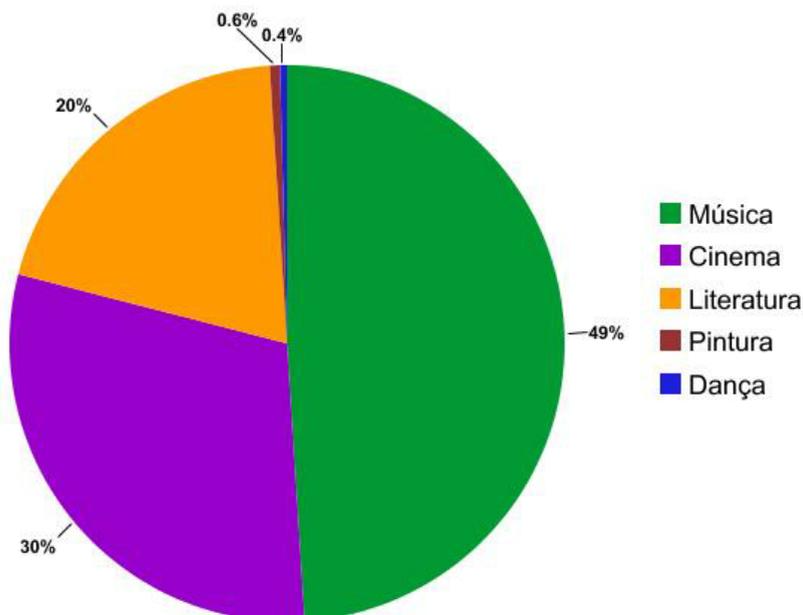
#### JOGOS

Os jogos de *videogame* chegam ao Brasil na década de 1970, mas começam a ganhar popularidade na década seguinte. Esse tipo de mídia tem alcance limitado no país, em função dos custos dos consoles e dos games. Talvez por isso sua influência sobre o processo de nomeação de indivíduos tenha sido tão limitada em nossos dados, com apenas duas referências: Lara: “Meu nome veio do jogo Tomb Raider” e Jade: “Meu pai era viciado em jogar Mortal Kombat”.

## Artes

A categoria que identificamos como “Artes” corresponde ao conjunto de nomes atribuídos com base em personagens e/ou autores de obras relacionadas ao cinema, à música, à literatura, à pintura e à dança. De um total de 540 respostas, obtivemos os seguintes percentuais:

Gráfico 4 – Motivações através das artes



Fonte: elaborado pelas autoras.

### MÚSICA

Quase metade dos nomes da categoria “Artes” está relacionada à música. Aqui, duas composições se sobressaíram como influências para a atribuição de nomes: 1) Camila, da banda *Nenhum de Nós* que fez bastante sucesso na década de 1980, por exemplo: Camila: “nenhum de nós, sabe? CAMILAAAAA OOOH kkk”; “De uma música da banda Nenhum de Nós, minha raiz emo é mais profunda q eu imaginava hahaha” e 2) Caroline, da banda Raça negra, que data da década de 1990: Caroline: “Meu nome veio

da playlist do Raça Negra”; “do hino ‘caroline’ do raça negra pq minha mãe era fã”. Nome de artistas que atuaram no meio musical também se fizeram presentes, por exemplo: Vinícius: “Meu nome é a esperança de uma mãe de ter um filho inteligente tal qual foi Vinicius de Moraes”; Cássia: “Minha mãe era fã da Cassia Eller kakak”.

#### CINEMA

Desde os irmãos Lumière, em 1895, até os dias atuais, a sétima arte ganhou grande projeção na cultura mundial, sobretudo, nos EUA, que é o maior exportador de produções cinematográficas do mundo. No Brasil, o cinema começa a ganhar espaço na década de 1910, com a expansão do mercado exibidor. De lá pra cá, o público consumidor de cinema vem decaindo desde 1970, quando teve seu ápice, segundo Earp e Sroulevich (2009, p. 1):

No caso brasileiro o público que comprava mais de 200 milhões de ingressos anuais na década de 1970, despencou para a metade desse nível na segunda metade da década seguinte e para algo em torno de 75 milhões de ingressos durante toda a década de 1990. No último triênio está em torno de 90 milhões.

O decréscimo de popularidade do cinema provavelmente tem relação com a difusão da internet e dos serviços de *streaming* de vídeo. Contudo, o cinema fica apenas atrás da música como a maior fonte de influência para a atribuição de nomes no Brasil, considerando as produções artísticas, correspondendo a 30% do total dessa categoria.

Os nomes classificados como relacionados ao cinema podem ter como fonte um personagem de um filme ou um artista que se popularizou através da sétima arte. São exemplos do primeiro caso: Thalís: “é pq minha mãe gostava muito do filme planeta dos macacos e thalis era a princesa”; Ariel: “quem escolheu meu nome foi a minha irmã e foi por causa do filme a pequena sereia”; Alex: “Filme Ghost”; Julie: “De um filme de terror, ‘Eu sei o que vocês fizeram no verão passado’”. Em relação ao nome de artistas de cinema, temos, por exemplo: Michael Douglas: “Hollywood!”, Keven: “Kevin Costner galã dos anos 90 nasceu keven”; Anthonny: “Ator Anthony Quinn”; Marlon: “O Ator Marlon Brando”.

## LITERATURA

A literatura aparece representada em 20% das respostas da categoria “Artes”, correspondendo a um total de 105 dados. Também nessa categoria, incluímos nomes de personagens de obras literárias e de autores da literatura nacional e estrangeira. No primeiro caso, temos, por exemplo: Pollyanna: “Livro! Pollyanna inclusive amo a historia!!”; Sofia: “Minha mãe leu o livro ‘o mundo de sofia’”; Hyago: “Meu nome veio de ‘Otelo, o Mouro de Veneza’, de William Shakespeare. ‘Iago’ é o vilão da trama. Inclusive, é considerado um dos maiores vilões da literatura mundial”; Fernanda: “Cem anos de solidão”. E no segundo caso: Agatha: “O meu foi da escritora Agatha Christie”; Victor Hugo: “Escritor francês, e foi meu avô quem escolheu, dizia ser fã!”; Arthur: “Poeta Arthur Rimbaud”; Cassiano: “O meu veio do grande poeta Cassiano Ricardo. Não gosto das poesias dele, mas acho o nome super conceitual”.

## PINTURA

A pintura talvez seja a forma de expressão artística mais antiga da história da humanidade juntamente com a dança. O consumo de artes plásticas no Brasil – aquisição de obras de autores renomados e visitas a museus – é bem restrito, atingindo, sobretudo, a elite do país. O desconhecimento acerca de nomes autores e de obras por grande parte da população é, certamente, um fator que determina a baixíssima influência dessa arte sobre nomes próprios de pessoas. Nos dados, foram encontradas seis respostas relacionando os nomes à pintura, em dois casos a referência é o famoso quadro de Leonardo da Vinci, Monalisa: “Do quadro Mona Lisa, minha mãe era apx pelo Leonardo Da Vinci kkk”; “pelo quadro”. Os outros quatro casos referem-se a nomes de pintores: Leonardo: “Por causa do pintor”; Florence: “Era o nome de um pintor de um quadro”; Tarsila: “Tarsila do amaral (meu pai muito fã do modernismo sim)”; Pablo: “referente ao Pablo Picasso”.

## DANÇA

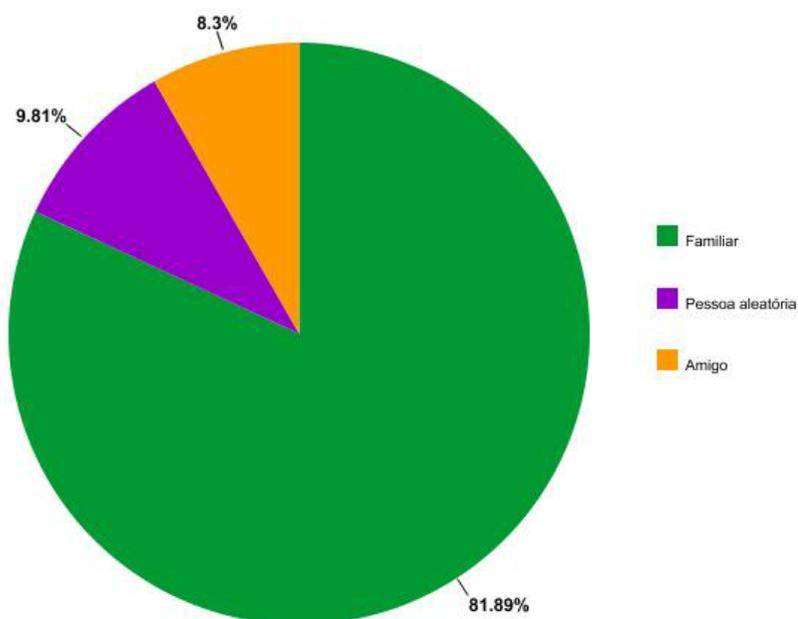
Nessa categoria, um nome que se destaca é o nome da bailarina Isadora Duncan, talvez pela forma trágica de sua morte, considerada glamourosa

por alguns: Isadora: “Isadora Duncan, uma bailarina famosa haha”; “Isadora Duncan, bailarina americana precursora da dança moderna... E meus pais nem são bailarinos, rs”. Outros nomes também aparecem: Isabelle: “Por causa de uma bailarina que nunca me lembro o sobrenome” e Andressa: “De um grupo de dançarinas de ballet que fez uma apresentação aqui no meu país e meus pais viram juntos”.

### **Sugestões**

As respostas que classificamos como sugestão são aqueles que se referem à atribuição de nomes influenciada pela decisão de outrem, seja esse um familiar, um amigo ou uma pessoa aleatória – conhecidos pouco íntimos, desconhecidos e pessoas envolvidas de alguma forma com o nascimento da pessoa.

Gráfico 5 – Motivações por sugestões



Fonte: elaborado pelas autoras.

## FAMILIAR

De 217 respostas envolvendo sugestões de familiares, 89 correspondem a escolhas feitas por irmãos mais velhos, correspondendo a 41% desse total. São exemplos desse aspecto: Fernanda: “meu irmão Fernando queria uma Fernanda”; Mariana: “Meu irmão que escolheu, se fosse minha mãe eu ia chamar Felícia”; Larissa: “minha irmã escolheu”; Bruna: “o meu quem escolheu foi meu irmão pq eu nasci 5 dias depois do aniversário de 5 anos dele e meus pais diziam pra ele que eu seria o presentinho dele!!! meus pais queriam que eu fosse maria clara ou ester e ele bateu o pé dizendo q o presente era dele, então ele que tinha que escolher o nome, aí ficou bruna. mas eu tb não sei de onde ele tirou”. Esse fenômeno parece estar relacionado à tentativa dos pais de integrarem a(s) criança(s) mais velha(s) à cena da chegada de um novo membro na família, dando a ela(s) uma função importante que é a escolha do nome.

Outros familiares também participam das sugestões para os nomes, por exemplo: Júlia: “Meu bisavô pediu”; Aline: “A avó da minha mãe sempre quis uma bisneta com o nome Aline, então ela pediu para todos meus tios que fosse esse nome. Acontece que sempre nascia homem kkk então eu nasci e minha mãe fez a vontade dela”; Laís: “ia ser Thaís, mas minha tia entrevistou e sugeri Laís. Cá estoyo”; Natália: “Era pra ser Rebecca, meu avô achou feio e disse Natália”; Daniel: “Boatos que Daniel era o nome de um crush da minha prima... Aí ela insistiu pra minha mãe botar o mesmo nome. Assustador”.

## PESSOA ALEATÓRIA

Nessa categoria, um fato que nos chamou atenção foi a grande quantidade de pessoas que disseram ter recebido seus nomes por sugestão de médico(a)s e enfermeiro(a)s na hora do parto. Para citar alguns casos: Ana Vitória: “Eu nem tinha nome, minha mãe nem iria me por, daí quando eu nasci o médico perguntou a ela qual colocaria, ela dizendo que não tinha nome. Fim da história: o médico mesmo que escolheu” e Camila: “a

médica que escolheu pq meus pais já tinham caio e carol ai ela sugeriu camila dai ficou”.

Incluimos nessa classificação outras respostas envolvendo pessoas desconhecidas em casos como o de Isabelle: “Eu ia ser Priscila, mas aí duas pessoas aleatórias da vida falaram com minha mãe: Você está grávida? Vai ser menina! O nome vai ser Isabelle, né”, ou como o de Daiane: “O meu nome foi escolhido inspirado numa novela, ia ser Juliana, ai meu pai quando foi registrar ia colocar Joely que era uma repórter que fez uma matéria dele, mas na hora de registrar o escrivão falou que Daiane seria mais bonito porque a lady dai tava em alta, rs. Meu pai acatou, minha mãe não gostou mas ficou isso!”.

#### AMIGOS

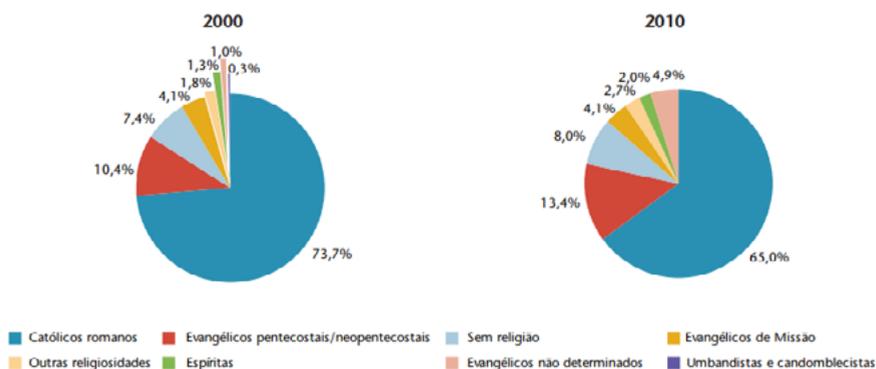
Destacamos, inicialmente, o fato curioso de que a sugestão de amigos foi menos frequente que a de pessoas aleatórias segundo nossos dados. Alguns exemplos das 22 respostas dessa categoria são: Tácio: “Minha mãe era enfermeira e a amiga dela de trabalho sugeriu meu nome. Mainha gostou e colocou”; Rafael: “O melhor amigo do meu pai escolheu meu nome e segundo nome”; Crisna: “Uma entidade hindu (Krishna) mas foi a amiga da minha mãe que sugeriu”.

#### **Religião**

As motivações de caráter religioso foram classificadas nas seguintes subcategorias: candomblé, espiritismo, cristianismo, sendo que, em cristianismo, encontramos ainda subgrupos categorizáveis, a saber: o dos nomes de origem bíblica, os nomes de santos (hagionimos) e de figuras católicas, e o de datas e ritos católicos.

Nesse caso, destacamos que predomina absolutamente a tradição judaico-cristã, pois outras religiões foram parcamente citadas entre as motivações, o que parece estar de acordo com os dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2011]) no Gráfico a seguir:

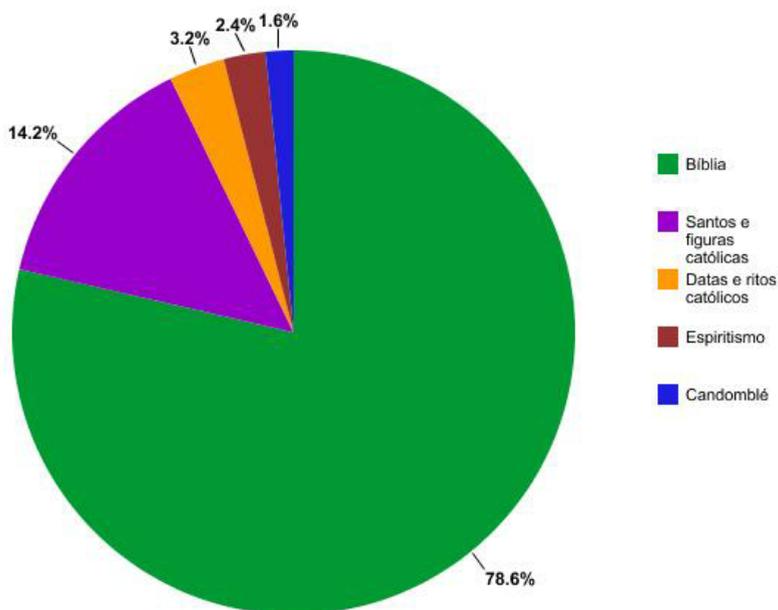
Gráfico 6 – Distribuição percentual da população por grupos de religião – Brasil (2000 a 2010)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2011]).

O gráfico anterior demonstra que, somadas todas as religiões de matriz judaico-cristã, temos, em 2010, cerca de 83% da população brasileira. Isso se reflete nos dados encontrados na nossa pesquisa acerca dos antropônimos, como se pode ver nas estatísticas abaixo.

Gráfico 7 – Motivações religiosas



Fonte: elaborado pelas autoras.

## BÍBLICOS

Dentre os nomes de origem bíblica, Lucas, Matheus/Mateus, Rute e Rebeca foram os mais citados. Mas outros nomes também com essa motivação estão presentes: Cassia Lanemy: “Cassia é da Bíblia e o Lanemy meu pai que inventou kkkkkk”; Gedeão: “Da Bíblia, era pra ser ‘Gideão’ mas a moça do cartório disse que era ‘Gedeão’ e ia registrar assim”; Natan: “Da bíblia”; Yohana: “Papai era católico ortodoxo, meu nome é a versão feminina de João, em hebraico. Podia ser Joana? Podia, mas não quiseram colaborar comigo”.

## SANTOS E FIGURAS CATÓLICAS

Os nomes de santos predominam nessa classificação, por exemplo: Bárbara: “Por causa da Santa, minha mãe fez promessa dps de quase me perder na gestação”; Cássia: “Por causa de uma Santa (Santa Rita de CÁSSIA)”; Rita: “Promessa para Santa Rita de Cássia”; Fátima: “Nossa senhora de Fátima”; Camila: “Em homenagem a São Camilo, protetor dos enfermos, pois nasci com problema respiratório”; Thadeu: “De uma promessa a São Judas Tadeu”. Das chamadas figuras católicas, encontramos duas respostas que fazem referência ao papa João Paulo II, nesse caso dois indivíduos chamados João Paulo.

## DATAS E RITOS CATÓLICOS

Antigamente, relatam os mais velhos, havia uma folhinha que continha a lista de nomes dos santos e as datas comemorativas relacionadas a estes, comumente, fazia-se uma consulta a essa folhinha para decidir o nome da criança. Porém, parece que essa prática caiu em desuso, haja vista que só encontramos sete respostas relacionadas a datas católicas, sendo sete relacionadas ao Natal. Vejamos os casos: Nataliane: “O meu foi da ceia de natal oi”; Natalia: “Do Natal Natália Nasci dia 23 de dezembro, então, Natal = Natalia”; “nasci perto do natal e foi um milagre porque corri risco de vida, dai colocaram natalia que é ‘presente natalino’”; “O meu veio do Natal”; “Natal”. O único outro caso relacionado a datas católicas é o de

João Fernando: “João eh pq eu nasci perto do dia de são joão e fernando pq é o segundo nome do ex marido da minha tia”. Um único exemplo foi relacionado a ritos católicos: Herta Maria: “de um hino da igreja”.

#### ESPIRITISMO

O espiritismo kardecista é a terceira maior religião do Brasil, atrás de católicos e evangélicos que, segundo dados do censo 2010 feito pelo IBGE, representam 86,8% da população brasileira, cabendo aos espíritas a faixa de 2% da população. As seis respostas encontradas foram: Kahena: “O meu foi retirado de um livro cardecista.”; Emanuelle: “do Espiritismo.”; Lívia: “Um livro psicografado chamado Há Dois Mil Anos”; Marisa: “De uma psicografia que minha mãe recebeu.”; André Luiz: “Do espírito André Luiz” e Livia: “O meu foi de um livro espírita”.

#### CANDOMBLÉ

As religiões de matriz africana sofreram e ainda sofrem grande estigma no Brasil. Atualmente, com o reforçamento das tradições cristãs através da onda neopentecostal, o preconceito contra os terreiros e centros religiosos ligados ao culto de orixás e caboclos vem se tornando cada vez mais visível. Esse cenário de estigmatização se revela na antroponímia de forma translúcida, de 3.182 motivações levantadas por esse estudo, apenas três tiveram relação com as religiões africanas: Luar: “O meu foi tirado de uma música, no caso um ponto (quem é do candomblé conhece) Oh Luar Oh Luar”; Janaina: “Da rainha do mar, Iemanjá”; “Minha mãe foi numa festa de Iemanjá na praia e uma moça disse pra ela: você esta esperando um neném. Ai ela disse: se for verdade, se chamaria Janaina, em homenagem. Cá estou.”

Vale destacar que Janaína é um nome de origem controversa, não sendo, portanto, um nome identificado de forma contundente com as religiões de matriz africana. Também Luar, por ser um nome originário do léxico comum, não apresenta essa característica.

## **Inspiração**

Os nomes categorizados como motivados por inspiração se fizeram presentes em 211 respostas, correspondendo a 7% do total dos dados. Não foi possível estabelecer subclassificações para essa categoria, mas as inspirações advindas de sonho foram uma constante entre essas motivações, por exemplo:

- (1) Giulia: “Meu pai sonhou, que eu vinha até ele e pedia pra ter esse nome! E isso foi antes de saberem o sexo. Quando minha mãe foi fazer o ultrassom meu pai falou ‘não precioso saber, já sei que é menina’”.
- (2) Iza: “Minha mãe sonhou com a vó dela e no sonho ela falava o meu nome pra minha mãe”.
- (3) Camila: “Minha mãe qnd estava grávida sonhou com minha imagem com 5 anos dizendo: ‘Meu nome vai ser Camilla. CA-MI-LLA!’”.

Outros casos, que entendemos como inspiração, dizem respeito a situações em que o nome simplesmente aparece como uma boa opção. Casos como:

- (4) Ana: “minha mãe disse que eu que escolhi pq ela ouviu do nada o nome”.
- (5) Thially: “Mainha atendeu um cliente na empresa dela e ele tinha uma filha com esse nome”.
- (6) Italo: “Um ex aluno do meu pai que ele achava o nome bonito”.

## **Outros**

Embora a categoria “Outros” integre um total de 517 respostas, representando 16% das motivações, não será possível apresentar ainda dados subclassificados para esse conjunto de respostas, pois aqui se incluem coisas muito díspares, que precisam de maior tempo de pesquisa para serem encaixadas e agrupadas em subconjuntos. São exemplos de respostas enquadradas aqui:

- (7) Mylla: “manteiga” - embora a resposta se refira a manteiga, provavelmente trata-se de uma referência a uma marca de margarina que fez sucesso nos anos 80.
- (8) Fernanda: “O meu tava na moda segundo a minha mãe! Sou o Enzo dos anos 80, pelo jeito...”
- (9) Kesley: “Minha mãe sorteou as letras e saiu isso”.
- (10) Fuviny: “Minha mãe só fala que queria um nome único e diferente! Parabéns mãe, vc com certeza conseguiu!”

Desses quatro exemplos, podemos extrair quatro motivações distintas: 1) motivação através do nome de um produto, 2) nome da moda, 3) combinação aleatória de fonemas/grafemas e 4) unicidade. Porém, de 517 nomes enquadrados na categoria “Outros”, há muito a ser explorado, o que, em momento futuro, faremos.

## **Considerações finais**

Biderman (2001, p. 13) escreveu que, “[a]o dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente”. Embora não seja objeto central dos estudos antroponímicos, a motivação por detrás da decisão de nomear uma pessoa é um importante reflexo dos valores socioculturais de uma sociedade. Carvalhinhos (2007, p. 17) afirma que: “[...] o nome é muito mais que um mero identificador ou uma etiqueta, é antes um vasto campo de estudo e um convite a entender as sociedades que o geraram, numa perspectiva diacrônica, e as que o utilizam, em perspectiva sincrônica.”

O que buscamos aqui foi, exatamente, a partir da análise dos dados coletados, entender essa motivação, responder a essa e a outras questões que, às vezes, perdem-se no lugar comum da língua e esse entendimento é importante para a compreensão do caráter sociocultural presente na escolha dos nomes.

Analisando os dados, salta aos olhos algumas características interessantes da motivação. Dentre as várias motivações encontradas, aqueles

nomes que objetivam fazer uma homenagem a parentes, amigos, ou a alguma figura pública se destacam. A homenagem a familiares, principalmente pais, avós, bisavós são maioria, o que revela um aspecto importante da nossa cultura que é necessidade de preservação da memória da nossa ancestralidade. Com a perda do caráter significativo explícito dos patronímicos, a retomada de nomes de pais, avós e bisavós acaba por ocupar esse papel de preservar as relações familiares através da herança dos prenomes. Ainda em relação às homenagens, revela-se o papel relevante dos esportes em nossa sociedade, pois, quando se trata da atribuição de nomes de figuras públicas, ressaltam-se as referências, principalmente, a pessoas ligadas ao esporte, com algum destaque para o futebol.

No que se refere ao papel da Mídia, destacamos a grande influência das telenovelas na atribuição de nomes no Brasil, nesse caso tanto o nome de personagens como o nome dos artistas que os interpretam são levados em consideração. Em relação às expressões artísticas, as motivações para a escolha de nomes revelam o protagonismo da música na cultura brasileira, nomes advindos de letras de músicas e de nomes de artistas do cenário musical – brasileiro e internacional – estão presentes de forma constante no nosso cotidiano e são a maioria dentre aqueles relacionados às artes. Por sua vez, o cinema é um motivador importante quando se trata da incorporação de nomes de origem estrangeira ao nosso léxico antroponímico.

Das sugestões, encontramos o papel relevante dos irmãos mais velhos na atribuição dos nomes dos irmãos mais novos, uma prática que parece estar associada, como foi dito anteriormente, à necessidade da família de integrar as crianças no evento da chegada de um novo membro.

Sobre a categoria religião, destacamos que as motivações dos nomes revelam que cultura brasileira é pautada majoritariamente e generalizadamente pela tradição judaico-cristã, com ínfimas expressões de outras tradições, nomeadamente, a espírita e a candomblecista. Por sua vez, o caráter místico dos nomes aparece através das inspirações, sobretudo, por meio de sonhos.

Por fim, na categoria “Outros” enquadrados um espectro amplo de motivações, desde aqueles inspirados em algum produto ou marca, bem

como aqueles tirados de livro com sugestões de nomes para bebês e, ainda, respostas no estilo “minha mãe sempre gostou desse nome”. Essa categoria e seus desdobramentos serão mais bem estudados no futuro.

Em suma, nossos dados trazem um retrato da antroponímia brasileira que acaba por revelar importantes aspectos da nossa sociedade, valores culturais que, muitas vezes, passam despercebidos quando se trata do estudo de nomes próprios de pessoa.

## Referências

BIDERMAN, M. T. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22

CARVALINHOS, P. de J. Aplicações da teoria dos signos na onomástica. *Língua e Literatura*, São Paulo, n. 27, p. 301-311, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/lingueliteratura/article/view/105474/104140>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CARVALINHOS, P. de J. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de Linguagem*: Revista Eletrônica de Linguística, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/8.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CUNHA E SOUZA, H. F. *Arlindos e negros: o nome próprio em uma irmandade de cor na Bahia dos séculos XIX e XX*. 2017. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://dicionariodenomesdobrasil.com.br/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

EARP, F. S.; SROULEVICH, H. O mercado de cinema no Brasil. *In*: CALABRE, L. (org.). *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 182-199. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto04112.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FACEBOOK. *Central de ajuda*. [S. l.], c2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/help/203805466323736>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FRAI, P. H. *Motivações para a escolha de um segundo nome na antroponímia rondonense*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2409>. Acesso em: 28 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, [2011]. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag\\_203\\_Religi%C3%A3o\\_Evang\\_miss%C3%A3o\\_Evang\\_pentecostal\\_Evang\\_nao%20determinada\\_Diversidade%20cultural.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf). Acesso em: 1 mar. 2019.

KESKE, H. I. G.; SCHERER, M. M. A telenovela brasileira e a cultura de massa: uma relação muito além do zapping. *Questões Contemporâneas*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/6424/4853>. Acesso em: 1 mar. 2019.

PIEL, J. M. Antroponímia germânica. In: PIEL, J. M. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989. p. 129-147.

SILVA, I. S. de S. *Antroponímia do português arcaico: um estudo linguístico e sócio-histórico de sobrenomes*. 2013. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



## Capítulo 9

# OS NOMES PRÓPRIOS NO *DICTIONARIUM EX LUSITANICO IN LATINUM SERMONEM* (1562/1563), DE JERÓNIMO CARDOSO<sup>1</sup>

*Mário Eduardo Viaro*

### Introdução

Nos verbetes de dicionários antigos, é comum não se separar aquilo que conhecemos hoje como “nomes comuns” dos assim chamados “nomes próprios”. A obra intitulada *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (1562/1563) de Jerónimo Cardoso, autointitulado “lamegão” (c1508-1569) não constitui exceção a essa regra. Essa primeira fonte lexicográfica da língua portuguesa nos auxilia a entender a segunda metade do século XVI e é base de muitas análises. Neste trabalho serão analisados os chamados nomes próprios, sobretudo os antropônimos e topônimos nela existentes.

Como se verá abaixo, a antroponímia, especificamente, parece ter fugido ao planejamento da obra à medida que foi sendo feita. Quanto à toponímia, mais rica nessa obra, por ser baseada exclusivamente no conhecimento geográfico de um único autor, enseja uma análise que acaba tornando-se inevitavelmente restrita: não fornece um panorama dos conhecimentos geográficos da época, antes se circunscreve à erudição individual de uma única pessoa e, sobretudo, à lembrança ocasional do autor aquando da confecção de sua obra.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Mesmo havendo essas duas limitações – as quais chamaremos de limitação de conhecimento e limitação de memória –, os resultados deste trabalho revelam não apenas dados linguísticos de uma sincronia específica, mas também a proeminência cognitiva, no que tange ao aspecto formal desses fatos linguísticos. Com eles emergem questões relativas à forma potencialmente presente na cognição do autor, lançando luzes sobre fenômenos complexos da análise diacrônica, tais como a analogia, crucial para o entendimento da mudança linguística.

Nomes próprios, de modo geral, amiúde, fogem dos moldes fônicos mais básicos esperados em uma sincronia; ao mesmo tempo, são, de algum modo, fonte para novos moldes. (VIARO; FERREIRA; GUIMARÃES FILHO, 2014, p. 58-105) Nesse ponto, portanto, reside a importância de descrevermos a expressão do conhecimento, ainda que limitado, de um autor específico numa sincronia pretérita.

Contrastou-se a informação dessa obra, com a sua segunda edição, póstuma, intitulada *Dictionarium latinolusitanicum & vice versa Lusitanicum latin* (1570). O texto original de Jerónimo Cardoso foi supostamente modificado, uma vez que no frontispício da obra, informa-se que algumas informações foram acrescentadas por Sebastian Stockhamer:<sup>2</sup>

tudo, por fim, [foi] compilado pelo lusitano Jerónimo Cardoso; mas tudo foi verificado pelo alemão Sebast[ian] Sto[c]khamer, que, além disso, preparou o livrinho a partir de nomes próprios de regiões, povos, homens ilustres, rios, montes e de vários outros nomes e coisas dignas de se saber, [o qual foi] recheado de histórias e fábulas poéticas, para o uso e graça da juventude lusitana e [as] adicionou por inteiro.<sup>3</sup>

---

2 Observe que o nome do suposto coautor aparece como “Sebast Stokhamer” no frontispício da obra.

3 “Nouè omnia per Hyeronimũ Cardosum Lusitanum congesta. Recognita vero omnia per Sebast. Stokhamerum Germanum. Qui libellum etiam de propijs nominibus regionũ, populorum, illustrium virorum, fluuiorum, montium, ac aliorum complurium nominum & rerum scitu dignarum, historijs & fabulis poëticis refertum, in vsum et gratiam Lusitanicæ pubis concinnauit & ex integrò adiecit”.

Essa informação de coautoria, contudo, não gera uma terceira limitação, pelo contrário, serve como uma espécie de elemento confirmador do uso numa sincronia pretérita, dado normalmente considerado perdido. Não se confrontou, contudo, a informação aqui apresentada com o vocabulário latim-português da obra de 1570.

É importante observar que a correção, os cortes e os acréscimos feitos por um coautor coetâneo revelam não só questões de cunho normativo – se já podemos empregar esse termo de fato em meados do século XVI –, mas também, e sobretudo, alguma estranheza que o texto de Cardoso criou em Stockhamer. Essa estranheza revelaria que autores coetâneos não concordam no emprego de determinadas formas, rompendo assim o preconceito de que uma sincronia pretérita tenha menos variação linguística que a sincronia atual. Também pode revelar que Stockhamer não achou suficientemente clara ou adequada a informação de Cardoso e a modificou. Por fim, além de inadequada e pouco clara, pode não a ter achado satisfatória e julgou que a melhoraria com dados que Cardoso omitiu por desconhecimento ou por esquecimento momentâneo.

De qualquer forma, como a obra de 1570 se compõe supostamente de dois autores, ao juntar-se ao *corpus* de análise, impede-se a reconstrução de uma expressão estilística exclusiva de Cardoso. Juntar as duas obras, por outro lado, contribui para uma descrição da língua portuguesa da segunda metade do século XVI, embora seja uma reconstrução também parcial, porque requereria análises de muitos textos coetâneos. Em razão disso tudo, partir-se-á de uma análise focada apenas na obra de 1562/1563, para, em seguida, levar-se em consideração qualquer outra informação destoante proveniente da obra de 1570.

### **Antroponímia em Cardoso (1562/1563)**

É utópico falar sobre as intenções de um autor e, de fato, muitos defendem que sequer há sentido em teorizar acerca disso. Contudo, os dados talvez elucidem que o planejamento inicial da obra de Cardoso foi alterado à medida que a obra foi sendo feita. Prova disso são os pouquíssimos antropônimos, na sua maioria vinculados a questões religiosas:

Abito de Santiago. Insigne diui Iacobi [3r]  
 Abram. Abramus, i. [3v]  
 Adam, primeyro homem. Adamus, i. [6v]  
 Fogo de sam Marçal. Ignis sacer. [62v]  
 frade de São Domingo. Dominicanus, i. [63v]  
 frade de São Francisco. Franciscanus, i. [63v]  
 Frade de Santo Agostino. Augustinianus, i. [63v]  
 Frade de Santo Hieronymo. Hieronymianus, i. [63v]  
 mafoma. mahometus, i. [72r]  
 mestre de Santiago. magister diui Iacobi. [75v]

Mantivemos a ortografia da obra, seguindo padrões estritamente diplomáticos, por exemplo, não separando palavras que numa edição crítica estariam juntas, nem, inversamente, juntando, no caso de itens lexicais hoje separados. Com vistas à manutenção característica também de uma edição diplomática, conservamos também as iniciais maiúsculas e minúsculas dos dados originais, ainda que hoje pareça incoerente. Indicamos, sempre entre colchetes, logo após o verbete citado, o número do fólho – contando o frontispício. As indicações *r* e *v* significam respectivamente *recto* e *verso*. Na lista acima, o comentário “primeyro homem” mostra que o dicionário analisado, apesar de aproximar-se de um vocabulário ou de um glossário, apresenta, por vezes, o embrião de uma obra enciclopédica, como se verá mais desenvolvido em obras posteriores. Chama-nos também à atenção o uso de “santo” em vez de “são” antes do nome “Hieronymo”, dando margem à tese de que a letra <i> </i> equivale a uma vogal e não com uma consoante – ou seja, dito de outro modo, numa atualização gráfica, teríamos “Hierónimo” e não “Jerónimo”, o que traz consequências para a nomeação do próprio autor do dicionário – seria ele mais corretamente referido como “Hierónimo Cardoso” em vez de “Jerónimo Cardoso”?

Como se pode ver nos casos acima, a menção a santos como Sant’Iago e São Marçal é indireta, como em várias outras palavras que serão analisadas: o primeiro se refere a um emblema e o segundo se encontra num verbete referente a uma doença – provavelmente o ergotismo ou a erisipela. Na edição de 1570, aparecem as grafias *Sanctiago* [1v, 58v] e *Abraam*, o qual é traduzido como “Abraamus, i” [2r]. Nela também se menciona que Calatayud seria a “patria de Marcial”, referindo-se, nesse caso, ao poeta do

século I d.C. [21r]. Afora isso, nessa segunda edição da obra, o item lexical “são”, que surge nos nomes acima mencionados, é grafado “sam” [49r].

Dentre os antropônimos vinculados à fé cristã, destacam-se alguns hierônimos como *Christo* [3r, no verbete “Abito de Christo”], *Demo* [42v], *Demonio* [42r] e *Deos* [28v, no verbete “Cadeira de Deos” ou em 85r no verbete “pidir por amor de Deos”], inicialmente nomes comuns – como em 24v, no verbete “Beber dos deoses”, ou em 74v no verbete “meo deos” ou ainda em 57r, no verbete “esconjurar demonios”. Tornaram-se consabidamente nomes próprios e derivaram-se outras palavras. Ambas as acepções são encontradas em diversas passagens e formas derivadas: *confira* [15v], *Cristam* [37v, sob a forma *Cristão* na edição de 1570, em 28r], *Cristandade* [37v], *endemoninhada* [53r]. Na edição de 1570 há ainda os seguintes verbetes:

As auemarias. Ad crepusculū vesptinū. [14r].

Assi me Deos ajude. Ita me Deus amet. [14r]

Assi me Deos salue. Me dius frdius. [14r]

Aue Maria. Angelica oratio, vel salutatio. [15v]

Na metalinguagem lexicográfica de Cardoso, os adjetivos são muitas vezes apresentados por meio da palavra “cousa”. Dentre os adjetivos derivados de antropônimos cite-se o caso único de “Cousa de mafoma. mahometricus, a, um.” [72v].

### **Toponímia em Cardoso (1562/1563)**

O estudo do conhecimento geográfico de uma sincronia pretérita não pode ser anacrônico. Metalinguisticamente, não esperamos ver em Cardoso o emprego de termos atuais como “continente” – que é da segunda metade do século XVIII, segundo o *Grande Dicionário Houaiss*. De fato, o termo latino “continsens” está associado, apenas na edição de 1570, ao verbete “Terra firme” [79r]. O único continente mencionado é “Africa” [8v], mas, como dito, imaginar países como parte de continentes é uma visão posterior à sincronia analisada. Não encontramos também os termos “território” e “país”, embora sejam atestados já nos séculos XVI e XV, respectivamente.

(CUNHA, 2007) Cardoso vale-se de termos como *cidade, ilha, região, rio, terra* e *vila* (ou *villa*) para especificar alguns verbetes. Na edição de 1570 alguns topônimos também são classificados como *mâr* e *reyno*.

Embora dicionarizados no próprio Cardoso, não se usa com finalidade lexicográfica termos como *arraya, arrayal, nação, estado, freiguisia, quadrilha* e *tribo*. Observe-se ainda que o autor não se deixa levar por falsos cognatos: o latim *villa*, æ aparece como tradução do seu verbete *quinta* [89r]. Observe-se também que “município”, em língua portuguesa, é termo posterior a Jerónimo: seu *terminus a quo* é do início do século XVII, segundo o *Grande dicionário Houaiss*. Tampouco há nomes específicos para montes, montanhas e vales, embora existam os verbetes *monte* [76v], *monhanha* [76v] e *vale* [101v], exceto na edição de 1570, onde se lê “Monte Synai, Melanes, Melanium.” [60r].

Os termos metalinguísticos acima mencionados têm função de especificar o *genus*, isto é, o hiperônimo do verbete. No caso específico de topônimos, quando estão presentes, têm, não raro, alguma finalidade desambiguadora:

Guarda del Rey. Prętorianus miles [65r]

Guarda moor. Custos maximus. [65r]

Guarda cidade. Igitania, æ. [65r]

Outras vezes, não há ambiguidade nenhuma e, mesmo para topônimos supostamente muito conhecidos, especifica-se o hiperônimo. Já em outros casos, a intenção do autor foi erudita, de modo que esses acréscimos ao verbete funcionam como uma espécie de definição ou até mesmo a intenção de um verbete de uma proto-enciclopédia, por ex.: Alcantara vila. Norba Cæsaria. [10v].

São frequentes para regiões estrangeiras, que requerem uma demarcação mais precisa da “terra” a que pertencem. Nesse caso, aparecem invariavelmente, as menções a “África”, a “Castela”, a “França”, a “Frandes” e a “Galiza”, por ex.: Alcalá, vila de Castela. Cöplutũ, i. [10v]. Por fim, muitas vezes se menciona o habitante da região mencionada, como em:

Argel cidade de Mouros. Argelus, i. [18r]

Arguim, terra de negros. Arginum, Aethiopicum. [18r]

Os termos *gentio* [65r], *mouro* [77r] e *negro* [78r] são, a bem dizer, palavras intermediárias entre etnônimos e não etnônimos. Podemos afirmar que são em parte são termos descritivos como provenientes de um topônimo, apontando para a sua proveniência, por exemplo, “negro catiuo. Aehiops, opis.” [78r] e “negra. Aethiopissa, æ.” [78r], mas em parte estão profundamente associados também a questões religiosas e, portanto, escapam à natureza dos etnônimos propriamente ditos, sendo, nesses casos, nomes comuns – por oposição a nomes próprios –, como em *aduares de mouros* [7v], *alcaide mouro* [10v], *caçis de mouros* [28r], *cafilla de de mouros* [28v], além dos derivados: *mourama* [77r], *mouraria* [77r].

No caso de potamônimos, menciona-se às vezes a cidade pelo qual o rio passa. Há os seguintes casos no *corpus* analisado:

Douro rio. Durius, i. [49v]

Ebrorio de çaragoça Iberus, i. [50r]

Guadalqueuirio de Seuilha. Bethis, is. [65r]

minho rio de galiza. minius, I. [75v]

tejo rio. tagus, i. [98v]

Aparentemente, a paragoge da grafia *\*Guadalqueuiri* foi tida como um erro causada por influência da palavra subsequente *rio* e, por isso, foi corrigido, na edição de 1570 para *Guaualqueuir* [50r], variante gráfica que revela, contudo, uma oscilação consonantal – provavelmente também de origem analógica por causa dos outros grafemas <u> subsequentes. Na segunda edição também incluíram-se os seguintes rios:

Mondego, rio de Coimbra. Munda, æ. [60r]

Odiana, rio. A[nas, æ] [62r]

O último verbete foi reconstruído com base nas edições posteriores de Cardoso: na terceira edição, de 1592 é a forma que se lê [62r] e que permanecerá até as edições do século XVII. O único hidrônimo mencionado,

além desses, é: “maar rouxo mare rubrum.” [73v]. Na edição de 1570, todavia, faz-se referência a: “Arcipelago, mâr de Grecia. Ægeum mare,” [12r]

Os adjetivos formados a partir de topônimos são:

Africana cousa. Afer, a, um, Lybicus. [8v]  
Alemanisca cousa. Germanicus, a, um. [11r]  
Cousa dalem Douro. Transdurianus, a, um. [11r]  
Cousa dalcacere do sal. Salaciensis & e. [10v]  
Cousa dalem Tejo. Transtaganus a, um. [11r]  
Cousa dalmada. Almadicus, a, um. [12r]  
Cousa daueiro. Aueriensis, & e. [22v]  
Cousa de Alcala. Complutêsis, & e. [10v]  
Cousa de cales. Gaditanus, a, um. [29r]  
Cousa de Coïbra. Conimbricêsis, e. [32v]  
Cousa de frandes. Flandricus, a, ã. [63v]  
Cousa de Galiza. Calaicus, a, um. [64v]  
Cousa de granada. Granatensis, e. [66r]  
cousa de persia. persicus, a, um. [84v]  
cousa de tangere. tingitanus, a, ã. [98r]  
Cousa do tejo. taganus, a, um. [98v]  
Espanhola cousa. Hispanicus, a, ã. [58r]  
turquesca cousa. turcius, a, um. [100r]

Na edição de 1570, formas como “daueiro” são substituídas para “de Aueiro” [15v]. Além desses, há derivados que são os chamados gentílicos ou etnônimos, sem indicação metalinguística da palavra “cousa”, por serem nomes substantivos:

Alemão. Germanus, i. [11r]  
Alemoa, molher Dalemanha. Germana, æ. [11r]  
Algarauio. Algarbiensis, & e. [11v]  
Andaluz. Bethycus, i. [15r]  
Arabio. Arabs, abis. [17v]  
Aragoez. Aragonensis, is. [17v]  
Astoriano. Astur, ris. [21r]  
Asturiana. Asturica, æ. [21r]  
Bretam. Britânus, i. [27r]

Burgales. Burgensis & e. [27v]  
 Caldeu. Chaldaicus, a, um. [29r]  
 Castelhana. Ibera, æ. Castellana, e. [31v]  
 Castelhana. Iber, eri. Castellanus, i. [31v]  
 Catalam. Catalonius, lalectanius. [31v]  
 cordoues. cordubensis, & e. [35v]  
 Egitão. Aegyptius, i. [50r]  
 Espanhol. Hispanus, i. iber, eri. [58r]  
 Framenga. Flandra, æ. [63v]  
 Framengo. Flander, dri. [63v]  
 Frances. Gallus, i. [63v]  
 Galego. Galæcus, i. [64v]  
 Genoues. Genuensis, i. [65r]  
 godos pouos. gothi, orum. [65v]  
 indiatico. indicus, a, um. [67v]  
 indio. Indus, i. [67v]  
 ingles. Anglus, i. [68r]  
 lamegão. lamacensis, is. [68v]  
 latino. latinus, a, um. [69r]  
 persiano. persa, æ. [84v]  
 paduano. patauinus, a, um. [81r]  
 romão. romanus, a, um. [93r]  
 salamanquez. salamanticensis, e. [94r]  
 Seuilhano. Hispalensis, is. [96r]  
 Toledano. Toletanus, a, um. [99v]  
 turco. turca, æ. [100r]  
 valenciano. valentinus, a, um. [102r]

Na edição de 1570, registram-se as grafias: “Aragoes” [12r], “Britannus” [19v], “Coimbra” [24r], “Conimbricensis” [24r], “Laletanius” [23v], “Salamanques” [75r] e, nela, outros etnônimos foram incluídos:

Biscaynho. Cantaber, ri. [18v]  
 Bolarmenico. Gleba armenia. [18v]  
 Italiano. Italus, a, um. [52v]  
 Saboyano. Allobrox, gis. [74v]

Incluem-se nessa lista o nome dos seguintes glotônimos:

Araúia. Sermo Arabicus. [17v]  
Ebraço. Sermo hebraicus. [50r]  
Em abraico. Hebraice. [50v]  
Em Arauigo. Arabice [50v]  
em Caldeu. Caldaice. [52r]  
em Castelhana. Iberice, [52r]  
Em Frances. Galice. [53v]  
Em Ingres. Anglice. [50v]  
Em Italiano. Italice, tusce. [50v]  
Em latim. Latine. [54r]  
Enframengo. Flandrice. [53v]  
Engrego. Græce. [54r]  
grego. grecus, a, um. [66r]  
latim. latinus, sermo. [69r]

Observe-se que a língua portuguesa não é mencionada e em vez disso, aparece apenas a expressão “Em linguajem. Vernacule.” [54r], confira também “Romanse. Idioma, atis” [93v] e “Romancear. In uernaculum sermonem verto” [93v]. Contudo, isso se modifica na edição de 1570, na qual aparece o etnônimo “Portugues. Lusitanus, a, um.” [68r] e o numismônimo “Portugues douro. Mina, æ.” [68r], eliminado nas edições posteriores, a partir de 1619. Na segunda edição, encontra-se a grafia “arauíã” [12r], cuja acentuação corresponde ao termo árabe *‘arabiyah* presente na forma articulada *al-‘arabiyah*, étimo da palavra “algaravia”. As formas *abraico* e *ebraço* foram também substituídas na edição em coautoria com Stockhamer, por *ebraico* [38r]. Outras variantes gráficas, nessa edição, são “Gallice” [40r], “lingoajem” [41r].

Da lista acima, depreende-se uma vasta opção de derivações sufixais. Observa-se que em latim, as possibilidades apresentadas no *corpus* para a formação de etnônimos e glotônimos são as seguintes desinências derivacionais:

- *-an-* “Castellanus” [31v], “Germanus” [11r], “Hispanus” [58r], “romanus” [93r], “Transdurius” [11r], “Transtaganus” [11r], “tingitanus” [98r],

“Toletanus” [99v], “taganus” [98v]. Desta forma provêm os vocábulos portugueses em: *-an-*: (“Africana” [8v], “Astoriano”, ~ “Asturiana” [21r], “Castelhano” [31v], “Italiano” [52v], “paduano” [81r], “persiano” [84v], “Saboyano” [74v], “Seuilhano”, “Toledano” [99v], “valenciano” [102r]; *-ão/oa*: “alemão” ~ “alemoa” [11r], “Bretam” [27r], “Catalam” [31v], “Egitão” [50r], “lamegão” [68v], “romão” [93r]. Segundo o *Grande dicionário Houaiss*, não há datação para a forma moderna *alemã*, mas *egípcio* parece ser testemunhado já no século XIV, juntamente com *egípcio*, assim como a forma atualmente usada *romano*.

- *-ens-* “Algarbiensis” [11v], “Aragonensis” [17v], “Aueriensis” [22v], “Burgensis” [27v], “Complutësis” [10v], “Conimbricësis” [32v], “cordubensis” [35v], “Genuensis” [65r], “Granatensis” [66r], “Hispalensis” [96r], “lamacensis” [68v], “salamanticensis” [94r], donde provêm formas atualmente grafadas com *-ês*: “Aragoez” [17v] ~ “Aragoes” [12r], “Burgales” [27v], “cordoues”, “Frances” [63v], “Genoues” [65r], “ingres” [68r], “salamanquez” [94r]. No *Grande dicionário Houaiss* não há datação para a atual forma *aragônês*. No português antigo também se abonam formas como *engrês* (século XIV) e *inglês* (século XV). A forma *inglês* já aparece dicionarizada como do final do século XVI. Na edição de 1570 acrescentou-se também “Portugues” [68r].
- *-i-*: “Aegyptius” [50r], “Catalonius” [31v], “lalectanium” [31v], “turcius” [100r]. Desse modelo provêm formas em *-io* átono: Arabio [17v], “índio” [67v], “persia” [84v]. A forma *árabe* já se abona no século XV e o termo atual *indiano* também se encontra no século XVI, segundo o *Grande dicionário Houaiss*.
- *-ic-*: “Allobrogica” [74v], “Almadicus” [12r], “Arabicus” [17v], “Asturica” [21r], “Bethycus” [15r], “Calaicus” [64v], “Chaldaicus” [29r], “Germanicus” [11r], “Flandricus” [63v], “Galice” [63v], “hcbraicus” [50r] ~ “Hebraice” [50v], “Hispanicus” [58r], “Iberice” [52r], “Italice” [50v], “indicus” [67v], “Lybicus” [8v], “persicus” [84v], donde provêm cultismos proparoxítonos em *-ig-*: “Arauígo” [50v] ou em *-ic-* “indiático” [67v] “Ebraço” [50r] ~ “abraico” [50v] ~ “hebraico” [38r]. Formas como *arábigo*, *arávico* e o atual *arábica* já existem no século XV, segundo Cunha (2007). Há abonações no século XVI mais antigas do que o texto de Cardoso para a forma *hebraico* e *indiático*, segundo o *Grande dicionário Houaiss*. Na edição de 1570, há também se deduzo o etnônimo “armenico” [18v].

- *-in-* “Latine” [54r] ~ “latinus” [69r], “patauinus” [81r], “valentinus” [102r], donde provêm formas portuguesas em *-in-*: “latim” [54r, 69r] ~ “latino” [69r] e, na edição de 1570, testemunha-se uma forma como *-inh-*: “Biscayno” [18v].
- sem desinência derivacional “Afer” [8v], “Anglus” [68r], “Allobrox” [74v], “Arabs” [17v], “Astur” [21r], “Britanus” [27r], “Flander” [63v], “Galæcus” [64v], “Gallus” [63v], “gothi” [65v], “Græce” [54r] ~ “grecus” [66r], “persis” ~ “persa” [84v], “Indus” [67v], “turca” [100r], “tusce” [50v]; na edição de 1570 “Cantaber” [18v]. Igualmente na língua utilizada por Cardoso, há casos semelhantes, como “Andaluz” [15r], “caldeu” [29r], “Galego” [64v], “godos” [65v], “grego” [54r, 66r] e “turco” [100r].

Além dessas, existem também as formas portuguesas de outras origens, a saber: *-eng-* “framengo” [53v], *-esc-* “turquesca” [100r]), *-i-* tônico “Algarauio” [11v], “Arauia” [17v], *-isc-* “Alemanisca” [11r], *-ol-* “Espanhol” ~ “Espanhola” [58r]. De todas essas, a palavra *latino* é a única que desenvolveu outros derivados nos verbetes da obra: *latinamente* [69r], *latinar* [69r], *latinidade* [69r].

Um verbete especificamente complexo foi “turco” [100r], que é traduzido por “Turca, æ” e foi corrigido para “turcus, i” a partir da edição de 1592, como se fosse um erro. Observa-se, contudo, a existência de “turca, æ” na edição de 1570 – seção *latim-português* – e em todas as seguintes: “Turca, æ. Ho turco” [256r]. Pereira (1669, p. 125) repete a mesma informação e, mais adiante (PEREIRA, 1669, p. 603), traduz “Turcæ” como “Povos da Scythia”. Bluteau (1721, p. 331) afirma que “Turca, æ [...] nome antigo, porque se acha em Pomponio Mela”.

Topônimos revelam na obra de Cardoso o fenômeno da deonimia, uma derivação semântica bastante peculiar e importante para o estabelecimento de étimos: o nome da localidade é usado metonimicamente como “nome comum” para indicar algum produto supostamente proveniente de lá. Citem-se: “Bretanha pano. Britanicū lintheū.” [27r]; “Londres pano. Londinēsis pānus.” [71r]; “olanda. olandicum lyntheum.” [79r]; “ruam lenço. Lintheum rotomagisense.” [93v]; “turquesa pedra. Cyaneus lapis.” [80v]

Com a finalidade de organizar a informação geográfica presente em Cardoso (1562/1563) e confrontá-la com Cardoso (1570), distribuamo-los em:

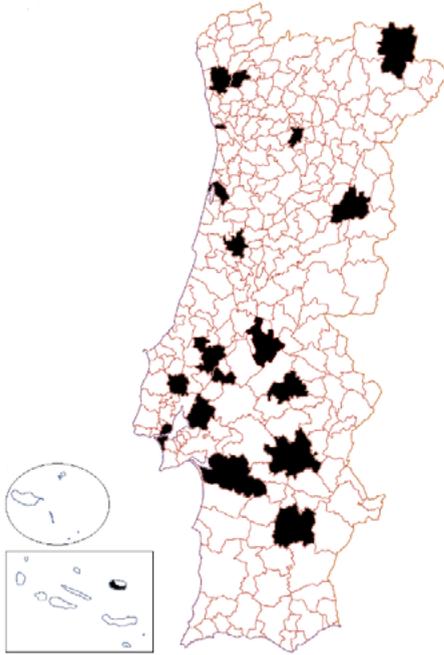
(a) Localidades vinculadas ao atual território de Portugal

A maioria dos topônimos citados são atualmente cidades, com exceção da freguesia de Alcântara e das vilas de Alenquer, Avis, Benavente. Incluiu-se nesta listagem também Angra, atual Angra do Heroísmo, que se situa nos Açores:

Abrantes. Abrantij, orum. [3v]  
Alenquer vila. Alanquerium. [10r]  
Alcacere do sal. Salacia, æ. [10v]  
Alcantara vila. Norba Cæsaria. [10v]  
Almada vila. Almadia, æ. [12r]  
Almeirim vila. Almeirinum, i. [12v]  
Angra cidade. Angaria, æ. [15r]  
Aueiro. Auerium, i. [22v]  
Barcelos, vila. Barcelli, orum. [24r]  
Beja cidade. Pax iulia. [25r]  
Benavente villa. Beneuentum, i. [25r]  
Braga cidade. Brachara, æ. [26v]  
Bragança cidade. Brigantia, æ. [26v]  
Coimbra cidade. Conimbrica, æ. [32v]  
Euora cidade. Ebor, æ. [60r]  
Guarda cidade. Igitania, æ. [65r]  
Lamego. lamachum, i. [68v]  
Lisboa. Olissipo, onis. [70v]  
Porto cidade. portugallia, æ. [86r]  
Santarém. scalabes, is. [94v]

A vila de Avis não é mencionada num verbete independente, mas inserido em outro, a saber: “Abito de Auis. Insigne diui Benedicti.” [3r]

Figura 1 – Localidades portuguesas investigadas



Fonte: elaborado pelo autor com base em Cardoso (1562/1563).

Na edição de 1570, a grafia latina da cidade de Braga é corrigida para “Bracchara” [19r] e preferem-se as grafia “Bragança” [19r] e “Lisboa” [55r]. Beja, nessa edição, é definida como “cidade em Portugal” [17v] e é o único caso com um complemento explicativo com o nome de Portugal. Além dessas, acrescentaram-se apenas na segunda edição:

Silues do Algarue. Siluij. orum. [76v]

Tomar, villa. Nabantia, æ. [80r]

Viseo, cidade. Visontia, ij. [83v]

Afora essas cidades, citem-se as seguintes regiões “Alem Douro. Trans Durium,” [11r]; “Alem Tejo. Trans Tagum” [11r] e “Algarue. Algarbia, orum.” [11v]. Em outro verbete também ocorre: “trigoda lentejo. triticum transtaganum.” [101r]. Observe-se que o nome “Portugal” apenas

aparece na obra de 1570: “Portugal. Lusitania, æ.” [68r] e que o topônimo latino “Portugallia” é associado à cidade do Porto. Nessa edição também se menciona o “Cabo de Sam Vicente. Sacrum promontorium.” [20r]

(b) Localidades vinculadas ao atual território da Espanha

Foram lembradas as seguintes localidades:

Alcala, vila de Castela. Cõplutũ, i. [10v]

Badajoz, cidade de Castela. Pax, augusta. [23v]

Barcelona, cidade. Barcinona, æ. [24r]

Bilbao. Flauiobriga, æ. [25v]

Burgos. Burgi, orum. [27v]

Cales. Gades, ium. [29r]

Cartagena cidade. Cartago noua. [31r]

cordoua, cidade. corduba, æ. [35v]

Granada cidade. Granata, æ. [66r]

salamanqua. salmantica, æ. [94r]

santiago cidade de galiza. Conpostella, æ. [94v]

Seuilha. Hispalis, is. [96r]

Toledo. Toletum, i. [99v]

Na edição de 1570, usa-se a grafia “Salamanca” [75r]. O nome da cidade de Zaragoza não é mencionada em um verbete independente na edição de 1562/ 1563, mas aparece em “Ebrorio de çaragoça Iberus, i.” [50r]. Contudo, na segunda edição, sentiu-se a necessidade de incluí-la: “Çaragoça, cidade de Aragão. Augusta Cæsarea.” [28v]

Alguns verbetes oferecem dificuldades adicionais. A identificação da cidade mencionada em “Azamor cidade. Zamor, oris.” [23r] não é simples. Citada por Bluteau (1712, p. 689) como sendo uma cidade marroquina, sua tradução seria, nesse autor setecentista, “Azamorium, ij” e não “Zamor, oris”. Já a cidade espanhola de Zamora é traduzida em latim em Bluteau como “Zamora, æ”. (BLUTEAU, 1721, p. 629) Caso semelhante oferece o verbete “valença. valentia, æ.” [101v]. Bluteau (1721, p. 349-350) também traduz “Valença” pelo termo latino “Valentia, æ” em alguns verbetes,

referindo-se a várias cidades, de Portugal, Espanha, França e Itália e ainda alerta que “ha muitas outras Cidades deste nome”.

Apesar de a segunda edição da obra de Cardoso ser de dez anos antes da União Ibérica, acrescentaram-se muitas outras cidades espanholas:

- Astorga cidade de Liam. Asturica, æ. [14v]
- Bejar, cidade de Castella. Bigerra, æ. [17v]
- Calatraua, villa de estremadura. Oretũ germanicum. [21r]
- Calatayud, cidade de Aragão, Patria de Marcial. Bilbilis, is. [21r]
- Ciudarodrigo. Augustobriga, æ. [29r]
- IAEM, cidade de Andaluzia. Mentessa, æ. [51v]
- Lerida, cidade de Catalunha. Ilerda, æ. [54r]
- Lião, cidade de Castella. Legio, onis. [54v]
- Merida, cidade de Castella. Emerita, æ. [58v]
- Najara, cidade de Navarra. Tuboricũ, i. [61r]
- Perpinham, cidade de Catalunha. Perpenianus, i. [66v]
- Talaueira, villa de Toledo. Talabrica, e. [78v]
- Valhadolid, vila de Castella: Pincia, e. Vallis Oletana. [82r]
- Villa Real. Regaliola, æ. [83r]
- Vilhalõ, vila de Castela. Auia, e. Liuia, e. [83r]
- Xerez, vila de Castela. Mũda, æ. [84v]

Além do nome do atual país, a saber, “Espanha. Hispania, æ. Iberia, æ.” [58r], mencionam-se nos verbetes algumas regiões da Península Ibérica atualmente situadas na Espanha nos seguintes verbetes: “Andaluzia. Bethyca, æ.” [15r]; “Aragão. Arogonia, æ.” [17v]; “Castela. Iberia, æ. Castella. e.” [31v]; “Catalunha. Catalonia, Laletania, æ:” [31v] e “Galiza. Galæcia.” [64v]. Na edição de 1570, o verbete referente a Aragão, classificado como “reyno” é corrigido para “Aragonia” [12r]. Adicionaram-se ainda, além de “Estremadura”, mencionada no verbete “Calatraua” acima citado, as seguintes regiões: “Biscaya. Cantabria, æ” [18v] e “Mancha de Aragão. Marcha Aragoniæ.” [56v]

(c) Localidades vinculadas ao atual território da França.

Mencionaram-se, na primeira edição da obra de Cardoso:

Bordeoscidade. Bordigala, æ. [26v]  
Paris de França. Lutetia, æ. [82r]  
ruam, cidade. rotomagium, i. [93v]  
Marselha cidade de França. Massilia, æ. [74r].

Na edição de 1570, especifica-se que Bordéus é “cidade de França” [19r], como em “Ruãm, cidade de Frãça” [74v]. Há ainda os seguintes verbetes:

Arrochela. Santonicus portus [13v].  
Bayona, Cidade de França. Aquæ augustæ, populi tarbeli. [16v]  
Lião, Cidade de França. Lugdunum, i. [54v]  
Saboya. Allobrogica, æ. [74v]

Além do nome do atual país, isto é, “França. Gallia, æ.” [63v] citam-se as regiões francesas de “Borgonha regiam. Burgundia, æ.” [26v] e de “Bretanha regiam. Britania, æ.” [27r]

(d) Localidades vinculadas ao atual território da Inglaterra:

Além do nome do país, “inglaterra. Anglia, æ.” [68r], cita-se apenas o nome de “Londres cidade. Londinum, i.” [71r] e, na edição de 1570, acrescentou-se: “Irlanda, ilha de Ingraterra. Hybernia, æ.” [52v]

(e) Localidades vinculadas ao atual território da Bélgica:

Além do verbete “Frandes. Flandria, æ.” [63v] foram citadas “Bruxeles cidade de Frãdes. Bruxelæ arum.” [27r] e “Enues vila de Frandes. Antuerpia, æ.” [55v]

(f) Outras localidades europeias:

Na edição de 1562/ 1563 são citadas ainda as seguintes localidades europeias:

Alemanha. Germania, æ. [11r]  
Cerdenha ilha. Sardinia, æ. [29r]  
Chipre ilha. Cyprus, i. [39v]  
Escrauona. Noricus, ensis. [56v]  
Genoua, terra. Genua, æ. [65r]  
Milão cidade. mediolanum, i. [75v]  
padua, cidade. patauium, i. [81r]  
roma. roma, æ [93r]  
vngria, Panonia, æ, vngaria, æ. [104r]

A flexão *escrauona* refere-se a um tipo de espada e aponta para um adjetivo, cujo masculino seria \**escravão*, como também se pode ver no verbete “Espada escrauona. Noricus, ensis.” [57v]. Remonta possivelmente aos eslavos da região mais ou menos equivalente à atual Áustria, possivelmente aos boêmios – atuais tchecos. Na edição de 1570, a classificação de “Genoua” foi substituída, de “terra” para “cidade” [50v] e também se especificou “roma” para “Roma, cidade” [74r]. Preferiu-se a ortografia “Milam” [59r].

Outras localidades indiretamente mencionadas se encontram em: “Abito de rodes. Insigne diui Ioannis.” [3r] e “olanda. olandicum lynthum.” [79r], contudo, alterou-se o verbete dessa última entrada na edição de 1570 para “Olanda, panno”, ao passo que se acrescentou um segundo verbete referente ao topônimo “Olanda, prouincia. Batauia, æ.” [62r] para desambiguizá-lo. Nessa mesma há, além disso, outras localidades europeias:

Arcipelago, mâr de Grecia. Ægeum mare, [12r].  
Bolonha cidade da Italia. Bononia, æ. [18v]  
Malta, ilha no mâr da Cicilia. Milita, æ. [56v]  
Napolés, cidade de Italia. Neapolis, is. [61r]  
Sena, cidade de Italia. Senæ, arum. [76r]  
Viana, villa. Vienna, æ. [83r]

(g) Localidades no atual continente africano

Além do verbete “Africa. Lybia, æ, Africa, æ.” [8v], há diversas outras localidades lembradas por Cardoso:

Argel cidade de Mouros. Argelus, i. [18r]  
Arguim, terra de negros. Arginum, AEthiopicum. [18r]  
Baixios da berberia. Syrtes, ium. [23v]  
Berberia: Lybia, æ: [25r]  
Cabo de boa esperança. Promontorium bonæ spei. [28r]  
Cabo verde. Promontorium viride. [28r]  
ceita cidade. Septa, æ. [38v]  
Egito. Aegyptus, i. [50r]  
fez cidade de Africa. Mauritania, æ. [62r]  
gibraltar. Calpe, es. [65v]  
guine. guinea, æ. [65v]  
tãgerecidadeafrica. tingis, is: [98r]  
tunez cidade. tunetum, i. [100r]

Há pequenas variações de grafia na edição de 1570, a saber, “boa esperança” [20r], “Ceyta” [29r], “Guinee” [50v] e “Tangere, cidade de Africa” [78v].

(h) Localidades no atual continente asiático.

Citaram-se os seguintes topônimos na primeira edição de Cardoso (1562/1563):

Arabia. Arabia, æ. [17v]  
Babilonia. Babylon, onis. [23r]  
Belem. Bethlemiticum oppidum. [25r]  
Calicu da India. Calicutum, i. [29r]  
India. India, æ. [67v]  
Ormuz. Ormusium, i. [80v]  
persia. persis, idis. [84v]  
turquia. turcia, æ. [100r]

O nome da Índia também aparece no verbete “Catre da India. Fulchrom Indicum.” [31v] e, na edição de 1570, também no verbete “Coco da India. Nux Indica.” [24r]. Nessa edição, a grafia latina “Babylon” é substituída para “Babilon” [16v] e há menção de duas outras localidades:

Ierusalem. Hyerosolima, æ. [51v]

Narsinga, reino da India. Carmania, æ. [61r]

Um caso de difícil solução na primeira edição é o do verbete “Midina. Mihina, æ.” [75v]. No verbete Medina, Bluteau (1716, p. 392-393) traduz por *Methymna*, æ não a cidade da “Arabia Felice” mas também quatro outras cidades espanholas. O nome de *Mihina* não aparece em Pereira (1669, p. 352) e *Methymna* é traduzida como “Cidade de Lesbo”. Mais adiante tem o verbete Medina Sidonia, *villa de Andalusia*, com a tradução *Asidonia*, æ; *Asila*, æ. (PEREIRA, 1669, p. 87) Stockhamer, provavelmente, não decifrou, a qual localidade se referia “Mihina” e preferiu eliminar esse verbete na edição de 1570 – um dos raríssimos casos em que essa atitude foi tomada.

(i) Localidades no atual continente americano.

A única localidade mencionada do atual continente americano é: “Antilhas. Indiae nouæ. Hispaniae nouæ.” [15v]. Na edição de 1570, contudo, surgem o seguinte verbete: “Brasil região. Brasilia, æ.” [19v], topônimo consabidamente proveniente de apelativos, também registrados na segunda edição de Cardoso: “Brasil pao. Cotinus, i.” [19v] e “Brasil côr. Purpurisum, i.” [19v]

## Conclusões

A reconstrução de uma sincronia pretérita requer o levantamento empírico de dados linguísticos, que, nem sempre, são passíveis de conversão em dados quantificáveis e em percentuais. Como em inúmeras outras ciências, percebe-se nos dados pretéritos uma certa insegurança no tocante à sua analisabilidade, mas isso só ocorrerá se o método empregado

para garantir sua cientificidade for o mesmo que o empregado para a análise da sincronia atual. Dito de outro modo, não é porque não dispomos da *competence* de um falante de uma época pretérita – e nunca disporemos, da mesma forma que um astrônomo jamais disporá de uma régua *stricto sensu* para medir seus anos-luzes – que estaremos diante de “mau dado”: antes seria melhor dizer que estamos fazendo uma “má análise”. Convém lembrar que dados da sincronia presente tampouco são totalmente isentos do problema da insegurança de análise, como provam as transcrições fonéticas de oitava, sem os recursos da fonética acústica. Como faz a arqueologia e a paleontologia, todo dado é um excelente vestígio de como funcionou um sistema linguístico pretérito e, da mesma forma que não faz sentido falar de “dado ideal”, tampouco se deve imaginar que dados escritos sejam maus dados.

Casos de Azamor, Medina, Turco, Valença necessitam de uma maior investigação dentro da própria sincronia, por meio de diversos outros textos, e são instigadores de novas pesquisas e não um convite ao descarte como se houvesse uma escala de excelência entre os dados coletados. Além disso, a reconstrução dos dados semânticos, a fim de evitar o anacronismo interpretativo em estudos de sincronia pretérita, comprometerá o próprio recorte se não for realizado em função da própria sincronia investigada, como se viu acima nas palavras Cristo, Deus, *demônio*, *demo*, *judeu*, *mouro*, *negro*. Em outros recortes, tal problema se torna ainda mais saliente, pois é possível não só falarmos de topônimos determinados sob a ótica de uma determinada crença, em casos como “ceo” [38r], “inferno” [52r], “paraíso” [82r], mas também falarmos de topônimos indeterminados como “Cabo do mundo. Finis terræ” [20r, na edição de 1570]. Na segunda edição de Jerónimo Cardoso, há outros exemplos nos potamônimos clássicos “Rio de choro. Cocytus, us.” [73v], “Rio de esquecimento. Lethe, es” [73v] e “Rio de fogo. Phlegeton, ontis. [73v]

Afora os nomes de lugares, é preciso entender que termos como “ocidente” [79v] e “oriente” [80v], para um falante do século XVI, trata-se de lugares bem definidos, a saber, onde se põe e onde nasce o sol – confira também “levante” em 54r). Vários anemônimos poderiam ser entendidos como nomes próprios e integrados não só com os nossos atuais pontos

cardeais, mas também a astrônimos, conceitos que parecem confundir-se na sincronia estudada. Por exemplo, o vento chamado “Arisca” [18r] é traduzido como “Syrius, i” da mesma forma que (na edição de 1590) os verbetes “Sieiro. Syrius, ij.” [76v] e “Soão, vento. Sirius, ij” [77r]. Da mesma forma, tanto o vento “Aguiam” [9v], quanto o verbete “norte” [78v] são traduzidos como “Aquila, onis”. De modo semelhante, o verbete “sul” também é traduzido por um anemônimo: “Eurus, i” [79v]. Por fim, “leste” [69v] e “norte” [78v] têm a mesma definição: “Septentrio, onis”, algo que pode parecer surpreendente a um falante hodierno. Não se encontrou a palavra \*oeste nos *corpora* dessa sincronia investigada. Outros casos que promovem a discussão entre as fronteiras do nome próprio com o nome comum são “Lua” [55v], “Sete estrela” [96r], “Sol” [96v] e na segunda edição “Vendaval. Auster. tri, Notus, i” [82v] e “Vento galego. Corus, i. vel chaurus, i.” [82v].

Numismônimos e outros nomes de unidades de medida, como “co-roa” [36r], “ceitil” [38v], “dobra” [49r], “ducado” [50r], “liura” [70v], “onça” [80r] e, na edição de 1570, também “cruzados” [36r], “patacã” [65r], “reaes” [36r, 37v] e “reis” [37v] parecem numa situação ainda mais charneira, colocando-nos num problema de caráter ontológico a respeito do tema investigado. De fato, sem as padronizações internacionais, que surgiriam apenas dois séculos mais tarde, como a nomenclatura hierarquizada setecentista para classificação de plantas e animais, inflaciona-se, de fato, aquilo que podemos entender por nome próprio, quando se pretende estudar a semântica lexical numa sincronia pretérita sem correr o risco de anacronismos interpretativos.

Questões como hiperonímia, deonímia e a própria abstração signifi- ca primária se entrelaçam na definição do que vem a ser um nome pró- prio – *nomen proprium*, segundo a tradição latina : num mundo em que há poucas relações entre o que hoje se denomina como “hiperônimos” e “hipônimos” – os *genera* e as *species* –, como era o mundo europeu pré-ilu- minista, a nomeação dos seres teria um caráter mais individualizante, tal como para a criança e seus objetos pessoais: comprova-no a organização hierárquica dos “nomes genéricos”, dos “nomes coletivos” e dos “nomes incontáveis” – ou, respectivamente, *nomina appellativa*, *nomina collectiva* e

*nomina materialia* na terminologia antiga – durante o processo de aquisição da linguagem, ao longo da assimilação gradativa de todo o mecanismo cultural necessário que envolve inúmeras abstrações socialmente importantes na forma de hiperônimos. (VIARO, 2019)

Por essa razão, evitamos qualquer tipo de quantificação. De fato, algumas pesquisas linguísticas, como a da ciência etimológica, estão acostumadas a lidar com o chamado “grau de incerteza” (VIARO; BIZZOCHI, 2016) e, de certo modo, critérios semelhantes deveriam ser assumidos em qualquer pesquisa linguística, não só as que envolvem reconstruções de sincronias pretéritas ou diacronias entre os sistemas dessas sincronias, mas também a que se ocupa de fatos investigados da sincronia atual.

## Referências

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez, e latino* [...]. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. [v. 1, A]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5446>. Acesso em: 24 maio 2021.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez, e latino* [...]. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1716. [v. 5, K-N]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5449>. Acesso em: 24 maio 2021.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez, e latino* [...]. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1721. [v. 8, T-Z]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5441>. Acesso em: 24 maio 2021.

CARDOSO, J. *Dictionarium latinolusitanicum & vice versa Lusitanico latinũ, cum adagiorum ferè omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione: Ecclesiasticorum etiam vocabulorum interpretatione* [...]. Revisão de Sebastian Stockhamer. Conimbricæ: Excussit Joan. Barrerius, 1570. Disponível em: <https://purl.pt/14265/3/>. Acesso em: 24 maio 2021.

CARDOSO, J. *Hieronymi Cardosi Lamacensis dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. Lisboa: Ex officina Ioannis Aluari typographi Regij, 1562/1563. Disponível em: <https://purl.pt/15192/3/>. Acesso em: 24 maio 2021.

CUNHA, A. G. da. *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007. CD-ROM.

GRANDE dicionário Houaiss. [S. l.: s. n.], [2021]. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

PEREIRA, B. *Prosodia in vocabularium trilingue Latinum, Lusitanum et Castellanicum digesta, in qua dictionum significatio, et syllabarum quantitas expenditur*: opus omnino necessarium professoribus sacrarum, et humaniorum litterarum, Medicis, Iuristis, & omnibus cujuscumq̃ facultatis studiosis [...]. 4. ed. Lisboa: Regij Typographi, 1669. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=bVHQVo\\_1BLYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=bVHQVo_1BLYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 24 maio 2021.

VIARO, M. E. Aquisição de linguagem e linguística diacrônica: semelhanças e diferenças. In: ZAVAGLIA, C.; NADIN, O. L. *De histórias, palavras e dicionários: estudos em homenagem à Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa*. Campinas: Mercado de Letras, 2019. p. 69-90.

VIARO, M. E.; BIZZOCCHI, A. L. Proposta de novos conceitos e uma nova anotação na formulação de proposições e discussões etimológicas. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 579-601, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n3/1981-5794-alfa-60-3-0579.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

VIARO, M. E.; FERREIRA, M. J.; GUIMARÃES FILHO, Z. O. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, M. E. *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 58-105.

Capítulo 10

# A COMBINAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO COM ANTROPÔNIMO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: NOTAS SOBRE UMA DOCUMENTAÇÃO EPISTOLAR NO INTERIOR DA BAHIA<sup>1</sup>

*Rosana Carvalho Brito*

*Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda*

*Zenaide de Oliveira Novais Carneiro*

## **Introdução**

Neste texto, discute-se sobre a realização facultativa dos artigos definidos antes de antropônimos no português brasileiro, fazendo uma breve retomada de resultados apresentados em estudos antecedentes. Comenta-se ainda sobre a ausência de artigo definido diante de antropônimo em um conjunto de cartas pessoais, redigidas, ao longo do século XX, por sertanejos baianos estacionados em fases iniciais de aquisição da escrita. Comparando a variação no uso do artigo quando antecede pronomes possessivos e antropônimos, neste texto, argumenta-se que a realização facultativa do artigo definido nesses contextos constitui fenômenos gramaticais distintos.

---

1 Este texto é um recorte das observações da dissertação de mestrado de Brito (2019).

## Alguns estudos antecedentes

Comparado à investigação de outros aspectos morfossintáticos do português brasileiro, tais como a sintaxe dos clíticos e as concordâncias verbal e nominal, as investigações da variação no uso do artigo definido quando antecede nome próprio de pessoa, e também pronome possessivo, estão em plena infância. Justifica-se, dessa forma, a tentativa de sumarizar, neste tópico, resultados de estudos pioneiros na análise da combinação do artigo com antropônimo no português brasileiro.<sup>2</sup> Trata-se dos trabalhos de Silva (1998a, 1998b) e Callou e Silva (1997). Silva (1998b) identificou 73% (1610/2195) de realização do artigo antes de antropônimos em amostras do Corpus Censo. Para análise desses dados, a autora considerou as variáveis status informacional, domínio público e familiaridade de tratamento. Com o controle do grupo status informacional, a autora constatou que nomes de pessoas inseridos pela primeira vez no discurso fomentam mais a presença do artigo do que nomes já referidos. Os dados analisados por Silva (1998b) revelam também que a combinação do artigo com antropônimos é condicionada pela familiaridade de tratamento. A referência a uma pessoa pelo primeiro nome ou por um sobrenome sugere maior intimidade entre o falante e a pessoa nomeada, fomentando mais a presença do artigo do que a referência a uma pessoa pelo nome acompanhado do sobrenome ou precedido por um título. O grupo domínio público revelou que os adultos utilizam mais o artigo com nomes de pessoas de seu conhecimento restrito, do que com personagens do domínio público – como nomes de artistas famosos, por exemplo.

Com o controle de fatores sociais, Silva (1998a) também trouxe contribuições significativas aos estudos sobre a variação no uso do artigo definido, analisando a mesma amostra consultada por Silva (1998b). A autora notou que a escolarização favoreceu, nos adultos (15-71 anos), a presença do artigo. A diferença foi mais nítida entre o ginásio e o segundo grau, sugerindo que é nesse período da escolarização que se processa

---

2 Os três trabalhos mencionados neste item analisaram também a variação do artigo definido antes de pronome possessivo. Para os objetivos do presente estudo, interessam, sobretudo, as observações referentes à combinação do artigo com nomes próprios de pessoa (antropônimos).

o aumento no uso do artigo. Cruzando as variáveis sexo e escolarização, as mulheres se mostraram ligeiramente mais sensíveis ao efeito da escolaridade.

A idade não se mostrou significativa quando examinada a amostra integral. Porém, separando-se os sexos, essa variável foi relevante. Fato interessante nesse cruzamento é que, enquanto as mulheres de mais idade favorecem o uso do artigo, são os homens mais jovens que mais marcam o artigo. Para Silva (1998a), são necessárias novas análises para explicar esse comportamento divergente entre homens e mulheres quando considerada a influência da idade. Como o sexo apresentou comportamento conflitante no cruzamento com a escolarização e com a idade, a autora não analisou o efeito do sexo isoladamente.

A atuação no mercado ocupacional influenciou apenas os dados dos homens, o que, para Silva (1998a, p. 280), não deve causar estranhamento, visto que “[...] em boa parcela de nossa comunidade, ainda é o homem responsável pelo sustento familiar [...]”. A autora constatou ainda a atuação da exposição à mídia, embora ainda não pudesse apresentar uma explicação para essa influência. A sensibilidade linguística também influenciou levemente a variação no uso do artigo diante de possessivo.

O trabalho de Callou e Silva (1997), desenvolvido a partir de amostras de fala culta fornecidas pelo projeto Norma Urbana Culta (NURC), também apontou aspectos relevantes acerca da combinação do artigo com antropônimo no português brasileiro contemporâneo. Essas autoras constataram que a presença de preposição favorece a marcação do artigo diante de antropônimo, com peso relativo de 49 para presença do artigo em sintagmas sem preposição e 77 para o uso desse determinante diante de preposição com a qual pode se contrair. No que concerne à função sintática, a presença do artigo foi favorecida nas funções de sujeito e tópico. O grupo grau de familiaridade, que foi relevante apenas para os dados do Rio de Janeiro, corroborou a hipótese de que a referência a pessoas mais próximas do falante favorece a presença do artigo.

A região de origem do falante também atuou significativamente para marcação do artigo antes de antropônimo. São Paulo é a capital que mais favorece o uso com artigo, seguida por Porto Alegre. Rio de Janeiro exhibe

comportamento praticamente neutro, enquanto Recife e Salvador tendem a bloquear o uso do artigo. Tais resultados revelam nítido contraste entre a marcação do artigo no Nordeste e no Sul/Sudeste, reforçando a especulação de Callou e Silva (1997, p. 25) da existência de uma “[...] diferença de ritmo entre a fala do norte/nordeste e sul/sudeste do país, o que nos levaria à conclusão de a ocorrência do artigo, nesses contextos específicos [antes de possessivo e antropônimo], poder ter uma explicação que vai além do fenômeno da definitude.”

Callou e Silva (1997) testaram ainda dois grupos de fatores fonológicos: tonicidade da sílaba inicial e extensão da palavra. A presença do artigo é favorecida em vocábulos de até duas sílabas com a primeira sílaba tônica ou átona. As autoras acreditam que esse resultado pode estar relacionado a uma tentativa de aumentar a massa fônica para preservar o equilíbrio rítmico do sintagma.

Em síntese, os estudos sobre a combinação do artigo com antropônimo no PB contemporâneo,<sup>3</sup> de modo geral, discutem contextos linguísticos e sociais que influenciam na variação, como sintetizado no Quadro 1, a partir dos trabalhos comentados acima:

Quadro 1 – Variáveis relevantes para o uso do artigo em dados do PB contemporâneo

| Trabalho              | Grupos de fatores relevantes   |
|-----------------------|--|
| Silva (1998b)         | <b>Linguísticos:</b> status informacional; domínio público e familiaridade de tratamento.  |
| Silva (1998a)         | <b>Sociais:</b> escolarização, idade – quando cruzada com sexo –, sexo – quando cruzada com idade e escolarização –, exposição à mídia, cotação no mercado de trabalho – apenas para os homens – e sensibilidade linguística.                                |
| Callou e Silva (1997) | <b>Linguísticos:</b> presença de preposição, função sintática, tipo do possuído – apenas para possessivos – grau de familiaridade – apenas para antropônimos; relevante apenas nos dados do Rio de Janeiro – e prosódia;<br><b>Social:</b> região de origem. |

Fonte: elaborado pelas autoras.

3 Nos trabalhos que tratam da combinação do artigo definido com pronomes possessivos em dados do português brasileiro contemporâneo, observa-se a mesma tendência.

## Uma documentação epistolar representativa do português popular brasileiro: o acervo *Cartas em sisal*

É um aspecto constatado por vários autores (LUCCHESI, 2017; SANTIAGO, 2013) a escassez de materiais para estudo da vertente popular do português brasileiro frente à grande oferta de documentos, de diferentes gêneros, para análise das variedades cultas do português brasileiro. Diante dessa realidade, a localização e disponibilização de textos que representem os usos linguísticos das camadas que estiveram às margens do processo de escolarização é de interesse evidente para os estudos em linguística histórica. Nessa direção, a iniciativa empreendida por Santiago (2012) desponta no cenário dos estudos linguístico, despertando para a possibilidade de localizar textos que reflitam o vernáculo. A autora reuniu e editou um conjunto de 91 missivas, de caráter pessoal, intimista, escritas por 20 homens e 23 mulheres, naturais de áreas rurais de três municípios do interior da Bahia: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Esses sertanejos tiveram pouco ou nenhum acesso à escolarização formal e, em suas cartas, exibem a linguagem cotidiana no seu viés mais espontâneo, como indicado nos excertos abaixo, extraídos de Santiago (2012):

- (1) Conpadi pitanga eu fiquei Comtemti [...] du senho ter min a virzado que A minha Conmadi| teivi Cirança empais gaça a nosa senhora du| bom parto Conpadi er u que eu Dezejo i estinmo| minha Conmadi nosa senhora li dei saudi A cenhora ia| Ceu filinho toudo [...] quatos [...] (AFS-7).<sup>4</sup> (SANTIAGO, 2012, p. 195)
- (2) [...] vose manduo dizer que| Datiu tinha vendido a galinha| Olhe a galinha não e dele iu| Frango branco i outra galinha| tambem não e dele mande dizer| como vai a noca galinha| Di rasa com os pintinhos [...] (GOR-28). (SANTIAGO, 2012, p. 243)

---

4 Os exemplos são identificados pelas iniciais do redator, seguidos do número da carta de onde foram extraídos.

A amostra disponibilizada por Santiago (2012) – o acervo *Cartas em sisal* – constitui o *corpus* do presente estudo.<sup>5</sup> Os documentos que compõem esse acervo foram escritos entre 1906 e 2000. A maioria das cartas data de 1950 a 1970. Essas correspondências foram remetidas, sobretudo, de localidades rurais do interior da Bahia. Uma carta é endereçada de Brasília e há cartas enviadas de cidades do interior e da capital de São Paulo.

Essas missivas refletem a simetria das relações entre remetentes e destinatários e expressam, dentre outros aspectos, as saudades dos misivistas em relação aos familiares e amigos. Em algumas cartas, há a solicitação de favores, quase todos relacionados ao trabalho dos sertanejos na agricultura de subsistência e na criação de pequenos rebanhos. O acervo conta ainda com cartas de pedido de casamento e correspondências trocadas entre cônjuges.

Além do interesse inquestionável para os estudos linguísticos, as cartas disponibilizadas por Santiago (2012) têm especial valor histórico, enquanto fonte de informação sobre a sócio-história do interior da Bahia, no século XX.<sup>6</sup>

### **A ausência de artigo definido diante de antropônimo no acervo *Cartas em sisal***

No acervo *Cartas em sisal*, foram levantadas 275 ocorrências de antropônimos em contextos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido. No entanto, não se identificou variação na presença do artigo definido nesse contexto, sendo a ausência do determinante aí

5 Essa amostra compõe o banco de dados do Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) nº 5566/2010 e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 202/2010 – e está publicada no Volume II da dissertação de Mestrado de Santiago (2012) e no Volume III da coletânea *Cartas brasileiras (1809-2000)* (2011).

6 Para mais informações sobre o acervo *Cartas em sisal*, ver Santiago (2011, 2012, 2013, 2016). Em Santiago (2019), a autora amplia a amostra, faz uma revisão na primeira edição e complementa a caracterização do perfil biográfico dos remetentes.

categorica. Nesses 275 dados, o antropônimo é núcleo do sintagma em que é realizado, como nos exemplos seguintes:

- (3) [...] vosmece| fasca uma vizita a Ø Garcina [...] (JMS- 67).  
(SANTIAGO, 2012, p. 343)
- (4) [...] Ø Deinha manda lembra-| ça a que escreveu a carta. [...] (DCS- 69). (SANTIAGO, 2012, p. 348)
- (5) [...] eu escrivir par Ø dimisio e não| teve reposta [...] (ZLS- 70).  
(SANTIAGO, 2012, p. 351)

Além dos casos em que ocupam a posição de núcleo do sintagma, no *corpus* analisado, os antropônimos ocorreram também em contextos em que exercem a função de aposto designativo, conforme os exemplos abaixo:

- (6) [...] Sir Deus| quizer u senhor| pergi mais| Ø conpadi| Zacarias  
[...] (AFS- 15). (SANTIAGO, 2012, p. 215)
- (7) [...] lenbarça A| Ø conmadi Almerinda [...] (AFS- 15).  
(SANTIAGO, 2012, p. 215)
- (8) [...] compadi pitanga u senhor| receiba um ricibo nu| cartorio  
di Ø donna Forizete [...] (AFS- 22). (SANTIAGO, 2012, p. 229)
- (9) [...] João dei muita lembransa| aØseu fernandes i todos deles  
iu| Pessoal di Juse virgino [...] (GOR- 28). (SANTIAGO, 2012,  
p. 215)
- (10) [...] mande u Dinhero por Ø tio| Sinezio [. ] [...] (SFS-41).  
(SANTIAGO, 2012, p. 275)
- (11) [...] não deu pra fazer| o que Ø tia Elizabete| queria [...] (DCO-  
46). (SANTIAGO, 2012, p. 288)

Optou-se por contabilizar esses casos separados das demais ocorrências de antropônimos uma vez que não está claro se a presença/ausência do artigo nesses dados relaciona-se ao antropônimo em si ou ao nome

núcleo do sintagma. Nos exemplos arrolados acima, os núcleos dos sintagmas são, respectivamente, “conpadi”, “conmadi”, “donna”, “seu” – considerado aqui uma variação de senhor –, “tio” e “tia”.

Identificaram-se, no *corpus*, 80 realizações de antropônimos com função de aposto designativo, quatro em envelopes e 76 no corpo das cartas. Desse total, apenas seis foram precedidas pelo artigo definido, o que corresponde a 7,5% de marcação do artigo com antropônimo aposto designativo. As ocorrências de antropônimos em função de aposto designativo precedidas por artigo foram as seguintes:

- (12) [...] madro dizre Agora **Au** Cero **Josê** ipere| ceu Amigro João dos Santospelo u Cão Juau [...] (JS- 62). (SANTIAGO, 2012, p. 326, grifo nosso)
- (13) [...] i li Gea qui [.]Sifrodi manda a vosmece| i **o** Senhor **farnani** [...] (FP- 78). (SANTIAGO, 2012, p. 375, grifo nosso)
- (14) [...] Dei [.]Gea **ao** Senhor **farnani**[?] eu mando i mai [...] (FP- 78). (SANTIAGO, 2012, p. 375, grifo nosso)
- (15) Au Codado **do** Senhor| **Dimas** fertas Riação| de Jocuipe (MC- 37). (SANTIAGO, 2012, p. 365, grifo nosso)
- (16) Para ser emtrege| **Ausenh**or **Juão** Carneiro| di Oliveira [...] (GOR- 29). (SANTIAGO, 2012, p. 345, grifo nosso)
- (17) Os cuidados **du** s Senhor | **Sinezio** Zifirrinno da| Silva| (AFS- 18). (SANTIAGO, 2012, p. 322, grifo nosso)

Observa-se que em todos os casos é a palavra *senhor* que ocupa a posição de núcleo do sintagma. O número reduzido de dados não permite que se façam afirmações conclusivas. Esses casos sugerem apenas que há um estímulo à realização do artigo em apostos designativos quando o núcleo do sintagma é um nome que denota maior formalidade.

Por fim, vale destacar alguns casos especiais de ocorrências de antropônimos que também não foram contabilizadas para efeito de análise. Seguem alguns exemplos:

(18) [...] mas nadra de **Ø ceu** Amigro| João dos Santos [...] (JS- 62).  
(SANTIAGO, 2012, p. 326, grifo nosso)

(19) [...] Nada Mais do **seu** Conpade| que E Lazaro (LFO- 32).  
(SANTIAGO, 2012, p. 353, grifo nosso)

(20) [...] Nada mais do| **seu** Irmão que lhe Preza| Manoel Carneiro  
Oliveira (MCO- 34). (SANTIAGO, 2012, p. 357, grifo nosso)

Essas construções se repetiram com regularidade no *corpus*, aparecendo em 43 das 91 missivas, ocorrendo em textos de 18 dos 43 redatores, sempre nas seções de despedida das cartas. Os antropônimos foram realizados 18 vezes nesses contextos, em dois deles precedidos pelo artigo definido, como se observa a seguir:

(21) [...] nada mais du Ceu Derpezado| Conpadi Amigo ffar-  
qinnho que er **u| Antonio** Fortunato da Silva [...] (AFS-7).  
(SANTIAGO, 2012, p. 195, grifo nosso)

(22) [...] nada mais du ceu| C Ciraldos Conpadi que er **u| Antonio**  
Fortunato da Silva| [...] (AFS-25). (SANTIAGO, 2012, p. 334,  
grifo nosso)

A frequência dessas construções nas cartas, sua repetição praticamente igual em missivas de diferentes redatores e épocas são sugestivas de que se trata de tradições discursivas.<sup>7</sup> Em síntese, as realizações de nomes próprios de pessoa não configuram um contexto de variação do artigo definido no *corpus*, sendo a ausência desse determinante categórica com esses nomes. Nos dados em que o antropônimo é aposto designativo, há uma reduzida presença do artigo definido, do que não é possível afirmar se se trata de um contexto variável para a realização desse determinante. Em contextos de fórmula, foram identificados dois dados de antropônimos precedidos pelo artigo definido, exemplos (21) e (22) acima, que provavelmente não representam o vernáculo dos redatores.

7 Sobre tradições discursivas, ver Kabatek (2006), Barbosa (2012) e Longhin (2014).

## **Variação no uso de artigos definidos quando antecedem pronomes possessivos e antropônimos: um único fenômeno ou fenômenos distintos**

Callou e Silva (1997) analisaram o uso do artigo definido diante de possessivos e de antropônimos, com a hipótese inicial de que “[...] o uso variável do artigo nesses contextos estaria relacionado a princípios comuns, reduzindo-se os dois fenômenos, pelo menos, parcialmente, a um só, e podendo explicar-se por fatores de natureza semântica e pragmática”. (CALLOU; SILVA, 1997, p. 13) A partir disso, as pesquisadoras apresentam os resultados das variáveis selecionadas como relevantes para a realização do artigo antes de possessivo e de antropônimo, são elas: presença de preposição, função sintática, tipo do possuído/grau de familiaridade, região de origem e prosódia. Resumidamente, as principais conclusões do trabalho de Callou e Silva (1997), no que concerne à comparação do uso do artigo antes possessivos e antropônimos, foram as seguintes:

- Considerando o comportamento dos grupos função sintática e presença de preposição, não há evidências suficientes para se afirmar se a variação do artigo diante de pronomes possessivos e de antropônimos são fenômenos distintos ou um mesmo fenômeno;
- Relativamente à prosódia, a realização do artigo nos dois contextos exibe um comportamento análogo;
- No que tange a região de origem dos falantes, tanto antes de possessivo quanto antes de antropônimo, o emprego do artigo é maior no Sul/Sudeste do que no Norte/Nordeste.

Se Callou e Silva (1997) não afirmam categoricamente que o uso do artigo antes de pronome possessivo e de antropônimo correspondem a um único aspecto morfossintático, ao menos apresentam nítidos paralelismos para a variação nos dois casos.

Magalhães (2011), por sua vez, analisou 12 textos de autores portugueses nascidos entres os séculos XVI e XIX – textos disponibilizados pelo *Corpus Tycho Brahe* -, a fim de estabelecer os pontos inicial e final da

variação do artigo diante de possessivo. A autora constatou que a presença de preposição influenciou significativamente na demarcação da periodização da variação.

Magalhães (2011) observou que, em contextos onde não há preposição, o uso do determinante diante de possessivo já era variável nos textos do século XVI. Essa variação torna-se bastante rarefeita na metade do século seguinte e desaparece no século XVIII, quando a presença do artigo diante de possessivo torna-se categórica. Nos sintagmas preposicionados (SP), a autora constatou outra cronologia. Nesse contexto, a ausência de artigo era categórica no século XVI. Só na metade do século XVII, os textos exibem um uso variável do artigo diante de possessivo em SP. Até o século XIX, nos SP, o uso do artigo diante de possessivo era variável, enquanto, nos sintagmas sem preposição, a presença do artigo já estava generalizada.

Identificando essa interferência da presença da preposição na demarcação dos momentos da variação, Magalhães (2011) especula que o português europeu (PE) abarca duas histórias para o uso do artigo diante de possessivo: uma para os contextos sem preposição e outra para os SP. A autora postula que isso seja decorrente de uma exigência, no PE, de algum elemento antecedendo o pronome possessivo. Por isso, a variação no uso do artigo em SP foi observada mais tardiamente e se estendeu até o século XIX. Reforça essa hipótese a observação de Magalhães (2011) de que, nos textos em que ainda existia ausência do artigo antes de possessivo, quando o sintagma tinha função de sujeito, o possessivo era sempre precedido por uma partícula – conjunção, pronome indefinido etc. –; ou ocorria em posição de objeto, nesse caso sendo precedido pelo verbo.

Magalhães (2011) faz poucas observações acerca da variação de uso do artigo antes de antropônimos. Esse fenômeno foi referido pela autora somente para verificar em que medida ele está relacionado ao uso do artigo diante de possessivo. Com antropônimos, Magalhães (2011) observou que a variação do artigo já existia no século XVI, vai rareando-se ao longo dos séculos, até tornar-se bastante reduzida no século XIX, quando o uso do determinante se torna praticamente categórico. Até a metade do século XVII, a ausência do determinante era notada em nomes próprios

em posição pré-verbal, na função de sujeito. Nos casos de sujeito invertido e sujeito de encaixadas, a alternância do artigo diante de antropônimo ainda era frequente no século XIX. Assim como se processou com os sintagmas possessivos, quando o antropônimo era precedido por algum elemento – conjunções, preposições, pronomes indefinidos etc. –, a variação no uso do artigo também se fez notar por mais tempo, alcançando o século XIX.

A partir dessa semelhança, Magalhães (2011) postula a existência de uma relação entre a variação no uso do artigo diante de possessivo e de antropônimo. A autora assume que o artigo diante de possessivos e antropônimos é expletivo. A presença do artigo nesses contextos decorre da exigência dos possessivos e dos antropônimos de que algum elemento os anteceda. Daí se explicar a variação do determinante ter-se estendido por mais tempo quando antropônimo ou possessivo eram antecidos por alguma partícula – preposição, conjunção etc.

Fica demonstrado, desse modo, que tanto o estudo de Callou e Silva (1997) quanto a pesquisa de Magalhães (2011) identificaram uma relação entre a variação na realização do artigo definido quando antecede pronome possessivo e nomes próprios de pessoa. No entanto, o comportamento da variação no uso do artigo definido no *corpus* deste estudo contraria a hipótese aventada por essas autoras.

Com pronomes possessivos, o uso do artigo definido é variável no acervo *Cartas em sísal*. Nessa amostra, foram levantas 334 ocorrências de pronomes possessivos em sintagmas em que há possibilidade de alternância da presença do artigo definido. Em 56,60% dessas ocorrências – 189 dados, portanto –, o artigo definido foi realizado. Por outro lado, como visto na seção anterior, os dados de nomes próprios de pessoa, quando são núcleo do sintagma nominal em que ocorrem, não constituem contexto de variação para a presença do artigo definido no *corpus*. Nesse caso, a ausência do artigo é categórica. Diante disso, argumenta-se, no presente trabalho, que, relativamente ao *corpus* examinado, a realização do artigo diante de antropônimo e a combinação desse determinante com pronomes possessivos constituem fenômenos gramaticais distintos.

## Considerações finais

O uso variável dos artigos definidos em contextos específicos é um dos tópicos mais intrigantes do português brasileiro. Apenas mais recentemente esse tema tem ocupado algum espaço na seara dos estudos linguísticos no Brasil, sendo abordado em diversas perspectivas – há trabalhos histórico-descritivos; sociolinguísticos; de orientação gerativista; comparativos; dialetológicos etc. Com isso, muitos ainda são os pontos a serem explorados.

Neste texto, foram apresentadas considerações iniciais sobre esse tema. Destacaram-se estudos pioneiros na análise da variação do artigo antes de antropônimo e comentou-se, brevemente, sobre a ausência do artigo definido nesse contexto, em um *corpus* constituído por cartas pessoais, manuscritas por lavradores baianos pouco escolarizados, uma amostra representativa da vertente popular do português brasileiro. Tendo identificado variação no uso do artigo definido diante de possessivo e a ausência categórica do artigo diante de antropônimo, argumentou-se que, no *corpus* analisado, a variação no uso do artigo definido antes de possessivos e antes de antropônimos configura fenômenos gramaticais diferentes. E essa constatação é um dos resultados originais do presente trabalho.

## Referências

- BARBOSA, A. G. Tradições discursivas e tratamento de corpora históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro. In: LOBO, T. *et al.* (org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012. p. 589-606.
- BRITO, R. C. *Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. da (org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 11-27.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. *In*: LOBO, T. *et al.* (org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: Edufba, 2006. v. 6, t. 2. p. 505-527.

LONGHIN, S. R. *Tradições discursivas: conceito, história e aquisição*. São Paulo: Cortez, 2014.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 347-382, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v33n2/1678-460X-delta-33-02-00347.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

MAGALHÃES, T. V. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. *Leitura*, Maceió, n. 47, p. 123-143, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/viewFile/901/585>. Acesso em: 25 maio 2021.

SANTIAGO, H. da S. Cartas em Sisal. *In*: CARNEIRO, Z. de O. N.; SANTIAGO, H. da S.; OLIVEIRA, K. *Cartas Brasileiras (1809-2000)*: coletâneas de fontes para o estudo do português: 3 (1906-2000). Feira de Santana: UEFS Ed., 2011. p. 19-59.

SANTIAGO, H. da S. *A escrita por mãos inábeis: uma proposta de caracterização*. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTIAGO, H. da S. O estudo do português popular brasileiro: sobre algumas fontes. *Revista Pandora Brasil*, [s. l.], n. 52, p. 1-16, mar. 2013. Disponível em: [http://revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/portugues\\_brasileiro/huda.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/portugues_brasileiro/huda.pdf). Acesso em: 9 jun. 2017.

SANTIAGO, H. da S. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012. 2 v. Disponível em: [http://www5.uefs.br/cedohs/maosinabeis/pdf/dissertacao/maos\\_candidasV1.pdf](http://www5.uefs.br/cedohs/maosinabeis/pdf/dissertacao/maos_candidasV1.pdf). Acesso em: 25 maio 2021.

SANTIAGO, H. da S. Práticas de escrita no sertão baiano: indícios sobre espaços extraescolares de aprendizagem. *In*: ENCONTRO

MARANHENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2016, São Luís. *Anais* [...]. São Luís: EDUFMA, 2016.

SILVA, G. M. O. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. *In*: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 265-281.

SILVA, G. M. O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. *In*: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 120-145.



Capítulo 11

## O LÉXICO DAS LÍNGUAS DE SANTO NOS TOPÔNIMOS DO LOTEAMENTO JARDIM SUCUPIRA (BA)

*Natália Oliveira Nascimento*

*Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz*

### **Introdução**

É através das línguas naturais que os homens têm a capacidade de interferir sobre todos os outros seres, o que só é possível por meio das palavras, inclusive “Todas as culturas nascem de uma palavra criadora, dita em tempos imemoriais por um poder divino”. (BIDERMAN, 1998, p. 84)

Segundo Biderman (1998), em muitas culturas há uma tradição de que o homem possui determinado poder sobre os outros entes, porque os deuses lhes concederam tal poder através da palavra. Como na Bíblia, no primeiro capítulo de Gêneses, a palavra é apresentada como portadora da força criadora, pois através de palavras Deus criou a luz, fez o dia, a noite, o céu, a terra, o mar, as estrelas, os vegetais e os animais. A palavra tem um caráter criador ao longo de todo esse livro. Em muitos trechos bíblicos vemos que Jesus Cristo operava milagres através de comandos utilizando a palavra, como fez ao gritar “Lázaro, vem para fora!”, na ressurreição de Lázaro, relatado no décimo primeiro capítulo do livro de João. Também foi ao dizer *Talita cumi*, “Menina, eu te digo, levanta-te”, que Jesus ressuscitou a filha de Jairo, como relata o quadragésimo capítulo do livro de Marcos. Ainda para esta autora, na visão religiosa é inconcebível separar a história e as culturas humanas da manifestação original e criadora dos deuses na instituição do real.

Saindo da visão do que é místico para o que é real, inferimos que é atividade do homem utilizar as palavras para nomear, categorizar e dominar o que há no universo através do léxico das línguas naturais. Assim sendo, os objetos ou referentes são classificados conforme seus aspectos em comum segundo a capacidade cognitiva de cada indivíduo.

Ressaltamos que o processo para a categorização de determinado objeto precede à semântica de uma língua natural, pois os critérios de classificação adotados para os objetos dependem muito do uso que o homem faz desse objeto ou do seu aspecto. Logo, a facilidade de mudança dos critérios de categorização evidencia seu processo criativo e dinâmico de organização cognitiva, e sua mudança e expansão possibilitam a abrangência de novas realidades antes inexistentes, como acontece nas designações de lugar.

O léxico de uma língua natural, gerado a partir do processo de nomeação, pode ser entendido como um meio de registrar o conhecimento do universo. Nesse sentido, Biderman (1998, p. 92) aponta que “[...] a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos lingüísticos: as palavras”.

Sendo o topônimo integrante do conjunto léxico de uma comunidade, segue os mesmos princípios do léxico, sofre os mesmos fenômenos lexicais, principalmente quando a palavra se transmuta do sistema lexical para o sistema onomástico. Sendo assim, assume os fenômenos postulados por Baldinger (1966), isto é, passa pelo nível onomasiológico, ou pela designação, e se integra no nível semasiológico, ou na significação. Ao passar pelo processo denominativo, a palavra cristaliza o nome, o que torna possível sua transmissão às seguintes gerações.

O processo mental de designação e significação dos nomes são influenciados por fatores externos à linguagem, os quais condicionam o surgimento de novos nomes possibilitando gerar conjuntos léxicos, como o toponímico. Dessa forma, os costumes, as tradições, a cultura, o modo de viver representam os valores de um povo ou grupo de povos, os quais, por sua vez, são refletidos na língua condicionados por fatores como: a intencionalidade da pessoa que nomeia e as características étnicas de seu

grupo; as motivações ambientais, especialmente o olhar da pessoa que nomeia e as expectativas dele sobre a área nomeada, podendo ser esta área um rio, uma montanha, uma cidade; e, por fim, as condições de produção em torno da criação de um nome. (ISQUERDO, 2012)

O conjunto desses fatores influenciam nas características que se fossilizam juntamente com o nome em função de designação, em especial a intencionalidade da pessoa nomeadora de uma localidade, motivada por questões étnicas, revelam o compartilhar da cultura entre os vários povos através de contatos, como o contato linguístico entre povos da Europa, Ásia, África e América, por exemplo, tão latente no período de formação do Brasil. Logo, um léxico toponímico fruto desse fator intencional funciona como portador de marcas sociais no sistema onomástico brasileiro, pois a matriz toponímica do Brasil, em sua maioria, é constituída por três bases: a portuguesa, a indígena e a africana.

A base africana, especialmente as chamadas línguas de santo, forneceu o conjunto léxico toponímico encontrado no Loteamento Jardim Sucupira, situado no Bairro Baraúnas, em Feira de Santana (BA), apresentando aspectos sociais que estão para além da religiosidade africana na Bahia, como o racismo direcionado ao povo negro, o qual recai sobre a língua com o objetivo de apagar essa influência no sistema lexical da variante brasileira do português. Sendo assim, objetivamos apresentar as influências das línguas africanas *iorubá*, *bantas* e *fon*, faladas pelo povo de santo, presente no conjunto léxico de 15 topônimos estudados, a saber: Rua Nanã, Rua Oxóssi Guerreiro, Rua Ogum de Ronda, Rua Omulu, Rua Oxumaré, Rua Xangô, Rua Ifá, Rua Aruanda, Rua Iansã, Rua Iemanjá, Rua Oxóssi Pena Branca, Rua Oxalá, Rua Orixás, Rua Obaluaê e Rua Oxum.

## **As religiões em Feira de Santana: a situação de entroncamento do município e a pluralidade religiosa**

Feira de Santana é um território de entroncamento, onde se cruzam diferentes línguas, povos e religiões, conseqüentemente, há o entroncamento de ideias, de símbolos e de significações. Na cidade, vivencia-se de tudo um pouco e dessa pluralidade nasce a originalidade desse grande interior

do Nordeste, logo, a feira livre, o gado e o forte comércio são aspectos que definem o município de forma singular. Para Senna (2014, p. 20):

compreender Feira de Santana é entender um pouco o nordeste e conhecer o nordeste sem conhecer Feira de Santana é não captar a sua inteireza, visto que essa cidade resume o resultado do encontro e do desencontro das aspirações e ilusões nordestinas. Isso acontece respaldado no fato de ser o maior entroncamento nacional sul/nordeste, além de se encontrar no centro da região responsável pelo deslocamento cultural que faz a Bahia se metamorfosear de um Estado do Leste para uma província do Nordeste.

Os encontros e desencontros proporcionados pela situação de entroncamento do município feirense também resultou em uma junção de religiões. Logo revisando o contexto social de Feira de Santana, envolvendo o movimento da feira, para onde vinham pessoas de diversos lugares, inclusive de outros países, unindo a isto os dados expostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1958, sobre as religiões seguidas pelos habitantes feirenses, em que notamos uma quantidade de cinco israelitas – o que entendemos como a quantidade de seguidores das religiões de Israel –, assim como a presença dos europeus, que trouxeram sua fé baseada no catolicismo, além da presença dos africanos escravizados, os quais eram adeptos do candomblé, inferimos que o município uniu uma grande diversidade de religiões, as quais interferiram nos costumes e tradições sociais, agregando valores ou segregando determinados seguimentos religiosos segundo seu grupo praticante.

Senna (2014) trata dessa situação de entroncamento refletida nas religiões afro-brasileiras, definida por ele como uma situação de bricolagem religiosa, dessa forma, o autor discorre sobre os “casamentos” que as religiões de origem africana fazem,<sup>1</sup> como os agentes do sagrado do catolicismo popular e zeladores de santo do candomblé quando se unem ao

---

1 Prática que alude ao sincretismo religioso feito no tempo da escravidão pelos africanos, pois, “[...] os negros eram obrigados a frequentar os templos católicos e na medida em que assistiam às missas faziam associações entre os santos e as divindades de origem africana.” (SILVA, 2015, p. 22)

padre do catolicismo oficial em seus projetos, mas, o último não o faz com a mesma reciprocidade. Ao tratar das ramificações das religiões afros em Feira de Santana, o autor buscou descrever sobre os segredos vistos e os segredos contados das religiões afro-brasileiras praticadas no município, como o povoá,<sup>2</sup> o candomblé católico<sup>3</sup> e os agentes sem feitura de cabeça.<sup>4</sup>

É importante destacar que o termo afro-brasileiro já nos sugere a heterogeneidade, característica de muito do que se constituiu pelo povo brasileiro. Porém, quando utilizado para referir-se às religiões, esse termo merece mais atenção, pois:

[...] baseia-se no fato de que as religiões e seus respectivos cultos (posturas comportamentais inerentes a seus aspectos, tanto devocionais como rituais) nascidos no Brasil, pelo fato de possuírem diferentes raízes – míticas ou reais, tudo indica que possua procedência o ato de indicar uma *origem* para melhor identificar o segmento da religiosidade popular ao qual se queira referir. (SENNA, 2014, p. 50, grifo do autor)

Ao leque de religiões afro-brasileiras praticadas pelos feirenses, baseado em Senna (2014), podemos denominar religiosidade popular, pois foi feito pelo povo e atendendo às necessidades de manifestação das crenças do povo negro mesclado nesse município múltiplo que é Feira de Santana.

---

2 Segundo Senna (2014), o povoá é um segmento religioso em que se acredita na existência dos Orixás como índios africanos, seus adeptos não batem tambor, não há filhos de santo nos moldes do candomblé, tampouco feitura de cabeça. Por fim, não possuem sacramentos próprios.

3 “São candomblés de caboclo *puros*, em que o caboclo incorporado executa os trabalhos rituais – de festa e de cura – respaldado por obrigações e costumes contraídos com os santos católicos.” (SENNA, 2014, p. 121)

4 Segundo Senna (2014), os líderes e seguidores desse segmento religioso se dizem seguidores do ritual Ketu, mas não pertencem à nação Ketu. Quando manifestado um orixá, este sempre vem caboclicado, como o Ogum de Ronda e o Oxóssi das Mattas. O bem e o mal são mais dicotomizados do que nos centros de candomblés.

### *A opressão direcionada às religiões de matriz africana em Feira de Santana*

É justamente da multiplicidade feirense que vem o maior empecilho para a crença afro-brasileira e seus elementos, pois assim como toda tradição e costumes europeus sempre exerceram um papel dominador sobre os povos dominados e colonizados. O mesmo acontece na religião, pois a crença fundamentada nos ensinamentos cristãos, puros e autênticos, já referidos, buscam sobressair sobre as denominadas encantarias de origem africana em Feira de Santana. Dessa forma, cria-se uma atmosfera de opressão e discriminação sobre as práticas e elementos religiosos originados do “universo” afro, como os provenientes do candomblé católico ou candomblé de caboclo.

Ao observarmos as religiões cristãs, notamos que geralmente há nelas apenas a crença monoteísta, sem muita mistura, por exemplo, no evangelho, classificado como protestante, há a crença em Jesus Cristo como salvador do homem, esse é o filho de Deus e é o próprio Deus, dessa forma, os adeptos do evangelho devem prestar culto apenas a ele, algo semelhante acontece na religião yorubá e nas afrodescendentes, em que o ser supremo é Olódùmarè (AS NOVE ..., 2021), o qual “[...] está acima de todos os seres espirituais, das entidades divinas, dos ancestrais e de tudo que vive.” (SILVA, 2015, p. 34)

Especificamente, no candomblé, católico ou de caboclo, constatamos a presença de orixás e de caboclos, os quais são considerados “[...] entidades com poderes sobrenaturais que representam pontos de força da natureza, não podem ser deuses e sim fragmentos de um grande deus, respeitosamente conhecido por *Elédùmaré*”. (SILVA, 2015, p. 34); com indistinção entre o bem e o mal, ou seja, acreditam apenas na divindade, sendo assim, é uma prática que difere da cristã, a qual baseia sua fé na segregação do que é classificado como diabólico. Dessa forma, estigmatizam o candomblé e “[...] satanizam em bloco os desdobramentos da herança simbólica africana”. (SENNA, 2014, p. 119)

Ainda que uma das maiores características do povo brasileiro seja a miscigenação entre os diversos povos, geralmente há uma resistência em aceitar a mistura com elementos africanos, os quais sofrem

discriminações no âmbito estético, artístico – principalmente na dança e na música –, religioso, linguístico e nas diversas formas de manifestação cultural do negro. Tal resistência gera uma intolerância, que, geralmente, é fruto do racismo direcionado à cultura negra, historicamente discriminada e retaliada no Brasil desde os tempos da colonização. Sendo assim, alguns segmentos cristãos baseados na sua crença, que fazem distinção entre o bem e o mal, entre Deus e Diabo, tratam de descrever a religião do outro de forma que figura o preconceito e segrega seus adeptos e elementos, o que reflete na língua.

Em seu livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?*, escrito em 2006, Edir Macedo pretende denunciar “[...] as manobras satânicas através do kardecismo, da umbanda, do candomblé e outras seitas similares [...]” (MACEDO, 2006, p. 8); além de buscar elucidar “[...] as verdadeiras intenções dos demônios que se fazem passar por orixás, exus e erês [...]”. (MACEDO, 2006, p. 8) Porém, não considera a vertente cultural fundante de tais religiões, consideradas seitas, e assim faz um discurso baseado apenas na sua crença.

Pelo exposto, constatamos que não há uma “caça” apenas aos elementos provenientes da crença africana por parte dos seguidores do evangelho, mas de todos os elementos das outras religiões posicionadas à margem do cristianismo por eles professados, ou seja, rejeitam tudo que diverge da sua crença baseada na *Bíblia sagrada*. Porém, tais atitudes quando saem do plano espiritual para o material ou social não deixam de estimular a intolerância e a discriminação da sociedade, geralmente alienada, sobre a crença e cultura africanas.

Especificamente em Feira de Santana, nos tempos do governo do Intendente Zé Freire, de 1890 até 1903 (GOVERNANTES..., 2016), os praticantes do candomblé eram presos, pois, suas práticas eram consideradas selvagens e bárbaras, atitude que revela a ignorância sobre o tema e a intenção de repressão aos componentes oriundos da religiosidade africana e à descendência afro. Nesse tempo as práticas do candomblé eram mais corriqueiras em bairros periféricos da cidade, como Calumbi, Tomba e Limoeiro (OLIVEIRA, 2000), o que configura uma repressão não só de cunho religioso, mas uma luta entre o atraso e o progresso.

Oliveira (2016) afirma que não só as religiões de matriz africana ou cabocla, mas os lazes e os festejos que envolviam a população pobre eram mal vistos pelo poder dominante e recebiam repressão, por volta de 1920. Tal poder era constituído por delegados de polícia, que silenciavam os afrodescendentes apreendendo seus instrumentos, assim como apreendiam os animais que poderiam ser usados nas liturgias de matriz africana e distribuía-os entre instituições carentes da cidade. Também constituíam esse poder os médicos, inclusive o médico e professor Honorato Bonfim, que em um protesto questionou sobre as garrafadas elaboradas por curandeiros e sobre os serviços das parteiras, que supostamente representavam riscos aos recém-nascidos.

Pelo exposto é notório que as práticas da fé provenientes da classe popular e da religião de matriz africana ou cabocla eram vistas também como uma ameaça à medicina, pois as garrafadas produzidas com a infusão de diversas plantas eram utilizadas pelos curandeiros no intuito de curar os doentes, logo, em seu já referido protesto, Honorato Bonfim, em favor de seus direitos e dos créditos da classe médica, conota que os curandeiros eram criminosos. Sendo assim, consideramos que a fala dos letrados contribuía para a repressão religiosa daquele tempo. Como corrobora Oliveira (2016, p. 92), na seguinte fala:

Imersas no oceano do que era criminalizado, religiosidades populares eram submetidas aos discursos da técnica, tratadas como uma questão de higiene pública e, na maioria dos casos, de polícia. Se as duras intervenções repressoras naturalizavam o segundo caso, as falas dos letrados funcionavam como instrumento da consolidação de uma sensibilidade em torno do candomblé e de seus fiéis.

Oliveira (2016), através de fragmentos de jornais feirenses, como o *Folha do Norte*, apresenta uma análise sobre o que circundava as religiões de cunho africano entre os anos 1920 e 1960. Logo, apresenta-nos que no período mencionado eram elaborados critérios de validação científica e tecnicista, valorizando o que provinha do espaço acadêmico para interditar os valores culturais e saberes populares, especificamente os referentes às religiosidades populares.

Essa atmosfera de opressão aos valores e saberes populares advinha de séculos anteriores. Pois, segundo o historiador Josevaldo Pires de Oliveira em suas pesquisas embasadas em documentos feirenses dos séculos XVIII ao XX, que registram autuações da polícia contra indivíduos acusados de exercer o curandeirismo e práticas correlatas, a perseguição às práticas de cura associadas aos saberes mágicos de cunho afro-religioso pela polícia feirense, respaldado pelo código penal de 1890, não passava de uma desculpa para a repressão ao candomblé. (OLIVEIRA, 2007)

Estudiosos, como Oliveira (2007) e Queiroz (2018), enfatizam que a Justiça condenava a prática de cura sem conhecimentos médicos, porém entendia-se que os rituais das religiões de matrizes africanas eram agravantes, pois eram considerados como legitimadores do curandeirismo. Justifica-se assim a repressão ao candomblé.

O posicionamento da atividade policiadora juntamente com a classe intelectual da época, como os médicos Honorato Bonfim e Sisnando Lima, que se posicionavam contra o candomblé e religiões caboclas, tinha um caráter puramente opressivo, sem uma motivação que justificasse os ataques hostis, expressados em forma de textos em jornais ou em forma de leis que vetavam até um batuque de atabaque em uma reunião entre populares em qualquer lugar da cidade. Ainda hoje contemplamos uma repreensão injustificada na fala dos informantes – moradores do Loteamento Jardim Sucupira – quando questionados sobre a rejeição e substituição dos nomes de rua que são provenientes da língua africana e utilizados nos cultos do candomblé.

Porém o negro tem como característica sua força e resistência, sendo assim:

inverter, subverter ou, simplesmente, modificar os valores impostos pelos segmentos dominantes sempre foi um ato de resistência dos grupos dominados. E não existe uma faixa social mais visivelmente dominada que a dos escravos, logo, quase que fatalmente, teria que transformar, fortemente, o mundo simbólico do dominador, para dar sentido a sua vida traumática, quebrando as crises ideológicas, psicológicas e existenciais, a partir de crenças e rituais, reelaborados em surpreendentes sentidos e desconcertantes direções. (SENNA, 2014, p. 68)

A partir desse fragmento comprovamos como o sincretismo foi uma importante forma de resistência negra, pois ajudou na manutenção da crença nos segmentos religiosos africanos, assim como na conservação de elementos linguísticos afro, como o léxico constituinte do *corpus* por nós estudado.

Atualmente o cenário de intolerância ao negro e toda sua herança tem sido desmontado a passos lentos, mas efetivos, principalmente, amparado por leis, como a Lei nº 12.288/2010, isto é, o Estatuto da Igualdade Racial, sancionada em 20 de julho de 2010 pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a qual faz as seguintes determinações, além de dar outras providências:

Art. 23. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

[...]

Art. 26. O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matriz africana e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de:  
I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham pessoa ou grupo ao ódio ou ao desprezo por motivos fundados na religiosidade de matriz africana [...] (BRASIL, 2010, p. 2)

Leis como esta ainda são insuficientes para resolver um problema cultural e histórico como é a intolerância contra os afrodescendentes no Brasil, mas ajuda consideravelmente a combater toda forma de repressão, opressão, coibição, desrespeito e discriminação de cunho racial latente entre os brasileiros. Especificamente neste trabalho, consideramos que o léxico toponímico de origem africana é um patrimônio cultural vinculado às religiões de matriz afro, portanto é um bem que deve ser protegido e restaurado, sendo assim, esta lei representa um amparo para que seja respeitado e mantido tal léxico das ruas do Loteamento Jardim Sucupira.

## **As línguas de santo nos topônimos do Loteamento Jardim Sucupira**

O *corpus* aqui utilizado compõe o trabalho de pesquisa, o qual resultou na dissertação intitulada *De Oxumaré à Rosa de Sarom: a influência religiosa na substituição dos topônimos do Loteamento Jardim Sucupira em Feira de Santana-Ba*. Sendo assim, apresentamos nesta seção a análise do conjunto léxico toponímico: Rua Nanã, Rua Oxóssi Guerreiro, Rua Ogum de Ronda, Rua Omulu, Rua Oxumaré, Rua Xangô, Rua Ifá, Rua Aruanda, Rua Iansã, Rua Iemanjá, Rua Oxóssi Pena Branca, Rua Oxalá, Rua Orixás, Rua Obaluaê e Rua Oxum, que compõe o *corpus*. A análise apresentada a seguir diz respeito às línguas africanas, especialmente as línguas de santo faladas pelo povo de santo na Bahia, seguindo as orientações propostas por Dick (1992, p. 139), que considera as seguintes coordenadas metodológicas para a elaboração de um estudo da toponímia africana: “[...] análise dos principais componentes étnicos imigrados, a classificação das línguas faladas, o exame linguístico dos designativos onomásticos, a sua natureza semântica, as áreas de ocorrência”.

### ***As línguas de santo e o contexto sociolinguístico no Brasil e na Bahia***

Os dados encontrados na etimologia de cada nome de rua do Loteamento Jardim Sucupira que compõe o referido *corpus*, comprovam que o conjunto léxico toponímico de origem africana é majoritariamente oriundo da língua iorubá, constituindo um elemento específico simples ou composto híbrido, a saber: Rua Ifá, Rua Oxumaré, Rua Xangô, Rua Iemanjá, Rua Iansã, Rua Oxum, Rua Obaluaê, Rua Ogum de Ronda, Rua Oxóssi Pena Branca, Rua Oxóssi Guerreiro, Rua Oxalá, Rua Omulu e Rua Orixás, isto é, 13 dos 15 topônimos africanos por nós estudados são provenientes dessa língua.

Pertencente ao grupo linguístico benue-congo oriental, especificamente do grupo defoide (PETTER, 2015, p. 60), os falares iorubás estão concentrados nos territórios entre a Nigéria ocidental e o Reino Queto, situado no Benim oriental, na África. Logo, esses falares ficaram

conhecidos no Brasil como nagô-queto. (PESSOA DE CASTRO, 2005, p. 41) Já o topônimo Rua Aruanda é oriundo das línguas bantas, pertencentes ao grupo linguístico benue-congo ocidental, estas por sua vez constituem uma subdivisão do grupo bantoide. Ambos os grupos apresentados são subdivisões da família linguística benue-congo, que tem aproximadamente 900 línguas, com mais de 500 milhões de falantes. O remanescente topônimo do conjunto lexical estudado, Rua Nanã, é oriundo da língua fon, da família linguística Kwa, especificamente do subgrupo gbe, à qual também pertencem as línguas eve, gen e aja, todas designadas pelo termo jeje no Brasil. (PETTER, 2015)

Gráfico 1 – identificação numérica dos topônimos em relação às línguas africanas



Fonte: elaborado pelas autoras.

Segundo Petter (2015), essas línguas têm uma característica em comum, pois pertencem ao tronco linguístico nigero-congolês, mas as línguas iorubá e fon foram transplantadas para o Brasil da área oeste-africana, já as línguas do subgrupo banto são provenientes da área austral, limitada entre a costa oeste – atuais repúblicas do Congo, República Democrática do Congo e Angola – e a costa leste – Moçambique –, estas constituem as duas grandes áreas que mais transportaram negros e suas línguas para o território brasileiro.

Em meados do século XIX, os africanos formavam mais do que um terço da população brasileira, isso graças ao tráfico negreiro que ocorreu no Brasil entre os anos de 1502 e 1860, através dos quatro grandes ciclos de importação, a saber: o ciclo da Guiné, no século XVI, trazendo escravos sudaneses; o ciclo do Congo e de Angola, no século XVII, trazendo os

negros bantos; o ciclo da costa de Mina, no século XVIII, trazendo mais sudaneses, este ciclo também deu início ao ciclo da baía do Benim; e por fim, no século XIX, foram trazidos os africanos de todas as regiões, mas principalmente da Angola e de Moçambique. (PESSOA DE CASTRO, 2005; PETTER; CUNHA, 2015)

Desses ciclos foram distribuídos africanos de países como Nigéria, Guiné, Congo e Moçambique para os centros distribuidores da Bahia e de Pernambuco, nos dois primeiros séculos coloniais, depois Minas e Rio de Janeiro. Já no século XIX, chegaram negros africanos para serem escravizados em São Paulo, Maranhão e Pará. Logo, trabalharam nos cultivos de algodão, café e cana-de-açúcar, assim como na exploração de minas de ouro e de diamantes. Sendo assim, africanos desses diversos países, falantes de línguas diferentes, tinham a necessidade de desenvolver algum nível de comunicação já nos navios negreiros, daí a necessidade de adoção de uma língua geral pelos representantes de cada grupo negro com a finalidade de um entendimento geral.

Porém, como já é costume dos negros africanos falarem mais de uma língua, em uma situação com várias etnias reunidas não seria necessário a adoção de apenas uma língua, mas sim de duas. Logo, o quimbundo, proveniente dos bantos, representados pelos congolese e angolanos, presentes no Brasil, em Pernambuco e em outros estados do Nordeste, assim como em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro; e o nagô ou iorubá, proveniente dos sudaneses, falado na Nigéria do Sul, serviram de sistema comunicativo entre africanos no país e deixaram rastros de sua língua no processo de aculturação afro-portuguesa. (DICK, 1992; PETTER; CUNHA, 2015) Os falantes desta última língua se destacavam, entre outras coisas, pelos seus elementos da cultura espiritual, ou mítico-religiosa, o que se comprova em nosso estudo através da expressiva quantidade de topônimos das ruas do Jardim Sucupira pertencerem ao léxico das chamadas “línguas de santo” de etimologia iorubá.

O contato das línguas da área oeste-africana em terras brasileiras ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, atuando em domínios como a música, a dança, a culinária e a religião. Sendo este último domínio o de maior peso na conservação da língua nagô na Bahia, pois os cultos afro-brasileiros

foram os responsáveis pela introdução de uma série de palavras dessa origem não só no vocabulário, mas como na toponímia da região. (DICK, 1992; MONADEOSI, 2015)

Sendo assim, inferimos que o léxico do conjunto toponímico estudado é prova desse contato linguístico, revelando a história da língua e registrando os contatos linguísticos e culturais dos falantes brasileiros, inclusive no que concerne à cultura do candomblé, que é entendido como partes da África transportadas para o Brasil mesclando povos, línguas e culturas, considerado “[...] um dos espaços de manutenção dos valores históricos, culturais e linguísticos de povos africanos oriundos das regiões de antigos reinos [...]”. (MONADEOSI, 2015, p. 251)

O léxico das línguas africanas utilizado nesse segmento religioso configura-se como organizador de suas modalidades, ou seja, das suas nações, tendo cada uma delas a sua língua ritual, ou “língua de santo”, faladas pelo “povo de santo”. As divisões das nações do candomblé indicam a procedência de seus fundadores e o orixá majoritário cultuado por ele. Logo, as nações mais conhecidas são: a de vodum, com étimo fon, está entre as nações jeje; a de orixá, com étimo iorubá, está entre as nações nagô-queto; e a de inquice, com étimo banto, está entre as nações congo-angola. (MONADEOSI, 2015; PESSOA DE CASTRO, 2005) Estas nações estão representadas aqui pelos topônimos que constituem o *corpus* estudado. Sendo a maioria pertencente ao panteon nagô-queto, aproximadamente 86,6% dos nomes de ruas estudados, restando aproximadamente 13% do referido conjunto léxico, dividido entre o léxico pertencente às línguas rituais das nações jeje e congo-angola.

Dessa forma, a expressiva quantidade do léxico do panteon nagô-queto nos topônimos estudados justifica-se pela maciça quantidade de sudaneses da Costa dos Escravos, em especial os iorubás, trazidos para a Bahia no final do tráfico de escravos em meados do século XIX e concentrados em Salvador, restringidos à convivência urbana e sem muitos contatos com outras etnias – diferente do que ocorreu com os negros africanos do início da colonização –, dessa forma, comprovamos que no viés linguístico “[...] conservou-se fiel às suas origens [...]” (PESSOA DE CASTRO, 2005, p. 69), o que contribuiu para a preservação de seus morfemas lexicais.

O contrário aconteceu com outras línguas africanas no Brasil, pois foram incorporadas à estrutura do português com mais antecedência que outras línguas africanas, como o iorubá, o que dificulta sua identificação em meio às variedades do português brasileiro.

As ritualísticas línguas de santo têm aspecto sagrado, além de ter a função de manter a cultura e os valores históricos africanos. Seu repertório específico da liturgia dos candomblés, aceito pela comunidade sócio-religiosa como meio primordial de contatar as suas divindades, favoreceu para a cristalização do seu vocabulário, mantendo-se estranho ao domínio da língua portuguesa, além de ser resistente às inovações desse sistema linguístico.

### **Considerações finais**

O negro no Brasil é negado como importante formador da população brasileira, assim há um racismo direcionado a ele em que todos os elementos relacionados ao negro são discriminados. Nesse sentido, podemos constatar que no município baiano de Feira de Santana as religiões de matriz africana sofreram opressões vindas de várias forças, como a policial, a política e a intelectual, em que tratavam o negro como um abrupto selvagem e denunciavam suas práticas de curandeirismo, associadas ao candomblé, religião afro que era coibida através da força policial, amparada pelo código penal da época. Porém, com sua resistência o negro conseguiu se resguardar, sobreviveu e fez sobreviver elementos da cultura afro, como sua religião e, por consequência, a língua utilizada em seus rituais litúrgicos, permitindo que hoje pudéssemos comprovar por meio de um conjunto léxico de nomes de ruas como o do Loteamento Jardim Sucupira, em uma cidade do interior da Bahia, sua relevante importância na formação da matriz toponímica brasileira.

Ao analisar os elementos específicos toponímicos de origem africana e nos depararmos com um léxico categoricamente utilizado nas línguas de santo, faladas pelo povo de santo, percebemos o quão importante é realizarmos estudos como esse no intuito de demonstrar a influência viva linguística e cultural que o povo afro exerce em um país tão plural como

o Brasil, no entanto, tentam invisibilizar o componente afro presente em todos os aspectos sociais desse país.

Unir estudos linguísticos ao viés extralinguístico e cultural, é inerente à lexicologia, o que resulta em observações mais plenas, como a exposta neste trabalho, pois percebemos que mesmo com a interferência da mistura dos negros de várias etnias ao longo do tráfico negreiro, durante os quatro ciclos de importação, foi possível manter uma organização linguística com a finalidade do uso litúrgico do candomblé, por exemplo, como foi observada a conservação dos morfemas lexicais de línguas africanas como a iorubá. Assim, concluímos que a união dos diferentes seguimentos culturais afro têm um importante papel de se ajudarem na conservação de seus elementos, inclusive o linguístico.

## Referências

AFINAL “Talita Cumi” era uma oração em “código” ou Talita era o nome da menina seguido pela palavra de ordenação? *aBíblia.org*. Londrina, 1 dez. 2016. Disponível em: <http://www.abiblia.org/ver.php?id=9622>. Acesso em: 14 dez. 2018.

BALDINGER, K. Semasiologia e onomasiologia. *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, n. 9, p. 7-36, 1966.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em: [http://dlcv.ffiich.usp.br/sites/dlcv.ffiich.usp.br/files/Biderman1998\\_0.pdf](http://dlcv.ffiich.usp.br/sites/dlcv.ffiich.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf). Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.288, 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 138, p. 1-4, 21 jul. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/07/2010&jornal=1&pagina=1&otalArquivos=144>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e antroponímia do Brasil*: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

GOVERNANTES da Feira de Santana de 1890 a 1929. Santanópolis, 31 dez. 2016. Disponível em: <http://ginasiosantanopolis.blogspot.com/2016/12/governantes-da-feira-de-santana-de-1890.html>. Acesso em: 5 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*: 1958. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjDsu235-jwAhVeCrkGHVNYAWAQFjACegQIERAD&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fvisualizacao%2Fperiodicos%2F20%2Faeb\\_1958.pdf&usq=AOvVawzeCKX9YCxl7UrT\\_nwnc2US](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjDsu235-jwAhVeCrkGHVNYAWAQFjACegQIERAD&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fvisualizacao%2Fperiodicos%2F20%2Faeb_1958.pdf&usq=AOvVawzeCKX9YCxl7UrT_nwnc2US). Acesso em: 26 maio 2021.

ISQUERDO, A. N. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. *Cahiers de Lexicologie: Dynamique de la Recherche en Lexicologie, Lexicographie et Terminologie au Brésil*, Paris, v. 2, n. 101, p. 15-35, 2012.

MACEDO, E. *Orixás, caboclos e guias*: deuses ou demônios? Rio de Janeiro: Unipro, 2006.

MONADEOSI, I. Línguas africanas no candomblé. In: PETER, M. (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 251-280.

NASCIMENTO, N. O. *De Oxumaré à Rosa de Sarom*: a influência religiosa na substituição dos topônimos do Loteamento Jardim Sucupira em Feira de Santana-Ba. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

AS NOVE caídas do jogo de Obi. *Candomblé é para todos!* [S. l.], 7 jan. 2021. Disponível em: [candombles.blogspot.com.br](http://candombles.blogspot.com.br). Acesso em: 3 mar. 2018.

OLIVEIRA, C. F. R. M. “*Canções da cidade amanhecendo*”: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana 1920-1960. Salvador: Edufba, 2016.

OLIVEIRA, C. F. R. M. *De empório a princesa do sertão*: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

- OLIVEIRA, J. P. No rol dos culpados: poder e criminalização do candomblé na Feira de Sant'anna nos primórdios da República. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 2., 2007, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: Quarteto, 2007. p. 283-288.
- PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2005.
- PETTER, M. A classificação das línguas da África. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 49-85.
- PETTER, M.; CUNHA, A. S. Línguas africanas no Brasil. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 221-250.
- QUEIROZ, R. de C. R. de. Curandeira ou feiticeira? variações lexicais em uma queixa crime sobre a prática de curandeirismo no início do século XX. *Web Revista SOCIODIALETO*, Mato Grosso do Sul, v. 8, n. 24, p. 37-52, mar. 2018. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/35/83>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- SENNA, R. S. *Feira dos encantados: uma panorâmica da presença afrobrasileira em Feira de Santana: construções simbólicas e ressignificações*. Feira de Santana: UEFS Ed., 2014.
- SILVA, R. S. *Literatura e cultura: narrar a identidade religiosa em Viva o povo brasileiro de João Ubaldo Ribeiro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015. Disponível em: [http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/476/2/PROGEL\\_DISSERT\\_2015\\_ROSANGELA%20%281%29%20%281%29.pdf](http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/476/2/PROGEL_DISSERT_2015_ROSANGELA%20%281%29%20%281%29.pdf). Acesso em: 12 set. 2018.

# CANTOS E ENCANTOS DE FEIRA DE SANTANA (BA): ESTUDO BILÍNGUE (PORTUGUÊS/LIBRAS) NA TOPONÍMIA FEIRENSE<sup>1</sup>

*Liliane Lemos Santana Barreiros*

*Maria Cândida Trindade Costa de Seabra*

## **Introdução**

Conhecida popularmente como a Princesa do Sertão, a cidade de Feira de Santana (BA), fundada em 1873, teve a sua origem no Alto da Boa Vista da Fazenda Santana dos Olhos D'água. Sua posição geográfica privilegiada, pois está localizada em um dos maiores entroncamentos rodoviários do país, colaborou para seu intenso crescimento, tornando-a o principal centro urbano do interior do estado da Bahia e um dos mais importantes do Norte-Nordeste. Atualmente, vem apresentando grandes avanços na área educacional, tecnológica, econômica, imobiliária, financeira, administrativa e destacando-se, principalmente, no campo industrial e comercial como maiores fontes de emprego e renda.

---

1 Este texto se insere no projeto “Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA; Português-Libras” – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) 044/2018, Diário Oficial do Estado da Bahia 13/04/2018 –, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliane Lemos Santana Barreiros. Foi escrito no ano de 2018, quando tal projeto ainda estava em fase inicial. Nesse arco temporal, outros trabalhos se desenvolveram: comunicações foram apresentadas em eventos nacionais e internacionais da área de linguística; artigos foram enviados a periódicos científicos, tendo alguns já sido publicados, como Ferreira e Barreiros (2018); e as dissertações de Ferreira (2019) e Jesus (2019) foram defendidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UEFS.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados preliminares do projeto de pesquisa “Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras” – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) 044/2018 –, que vem sendo desenvolvido na UEFS, e busca comparar a motivação toponímica em língua portuguesa com a criação dos sinais em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para compreender as influências sociohistóricas e as interfaces entre a língua portuguesa e a língua de sinais nesse processo. Para tanto, pretende-se catalogar, classificar, descrever e analisar os nomes dos acidentes geográficos físicos e humanos do município de Feira de Santana numa perspectiva bilíngue – português/Libras.

Os dados da pesquisa estão sendo coletados nas Folhas Cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (SEDUR), na Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC), no Museu Casa do Sertão, no Centro de Documentação e Pesquisa da UEFS (CEDOC-UEFS), e na comunidade surda de Feira de Santana.

A pesquisa proposta fundamenta-se pelos princípios teórico-metodológicos da lexicologia e da lexicografia (BIDERMAN, 1984, 1998, 2001; HAENSCH, 1982; PORTO DAPENA, 2002; VILELA, 1983, 1995; WERNER, 1982), dos estudos toponímicos (DAUZAT, 1926; DICK, 1980, 1990, 1992a, 1992b, 1998; SEABRA, 2004, 2006; SOUSA, 2017) e dos estudos linguísticos da Libras (FELIPE, 1989, 1997, 2006; FERREIRA, 1995; GESSER, 2006, 2009; SOUZA JÚNIOR, 2012; STROBEL, 2008) entre outros.

O estudo do vocabulário toponímico da cidade de Feira de Santana justifica-se pelo fato de não haver trabalhos sistematizados ainda sobre a temática em língua portuguesa e, principalmente, em Libras. Acredita-se que os resultados desse trabalho contribuirão para o desenvolvimento do léxico dos surdos usuários da língua de sinais, facilitando o processo de localização geográfica e oportunizando o acesso as informações

históricas dos locais estudados, tornando-se um importante legado para as gerações futuras.

## **Feira de Santana e seus cantos e encantos**

Historicamente, o centro comercial de Feira de Santana sempre foi o pilar de sustentação, responsável por grande parte do desenvolvimento econômico e populacional do município. A princípio, era uma feira livre para trocas e vendas de mercadorias, organizada para atender a dinâmica comercial dos viajantes, mas, aos poucos, foram surgindo outras formas de comércio, dentre elas a feira de gado. Esta, por sua vez, impulsionou o crescimento econômico e o surgimento da cidade, visto que, gradualmente, passou a circular um grande número de pessoas e todo tipo de mercadoria. Com o decorrer do tempo, o comércio foi se expandindo. As residências situadas nas ruas e avenidas largas, localizadas na região central da cidade, perderam espaço gradativamente para o centro comercial pujante que ali se instalou. Atrelado a esse crescimento econômico está o populacional. Segundo o IBGE, em pesquisa realizada em 2017, Feira de Santana possui 627.477 habitantes, tornando-a a segunda cidade mais populosa do estado da Bahia. (FERREIRA; BARREIROS, 2018)

Além do comércio, Feira de Santana também se destaca como uma cidade rica no que se refere a quantidade e diversidade de patrimônios materiais, imateriais e naturais. No município, pode-se encontrar diversas construções históricas, datadas do século XVIII e XIX, como, por exemplo, o Mercado de Arte, espaço que se destina a manifestações da cultura popular local e circunvizinha; os templos religiosos, como a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, que foi construída para abrigar os escravos e suas devoções, devido a segregação racial dos tempos coloniais, a Catedral de Santana, a Igreja Senhor dos Passos, a Santa Casa da Misericórdia, o Paço Municipal, os coretos, que marcaram o processo de urbanização das praças, entre outros.

Em contrapartida ao crescimento urbano, as políticas assistencialistas custaram a ter algum sinal de progresso. A população surda, por exemplo, sempre foi desassistida. O primeiro espaço educacional que acolheu

alunos com perda auditiva em Feira de Santana foi a Escola Alberto Alencar, criada em 1977, quase 100 anos após a fundação da cidade. Com a crescente demanda, em 1990, com o apoio de familiares de surdos, foi fundada a Associação Filantrópica de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (AFADA), onde funcionava uma escola especial que atendia surdos do município e cidades circunvizinhas. Por falta de apoio financeiro, a associação decretou falência e fechou.

No Brasil, as análises linguísticas comparativas tiveram início na década de 1980, sustentadas nas pesquisas realizadas com a Língua de Sinais Americana (ASL)<sup>2</sup> e resultaram no reconhecimento da Libras como língua oficial do país, por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Este reconhecimento ajudou na disseminação da Libras pelos estados e municípios brasileiros e fortaleceu o movimento surdo pela busca da garantia dos seus direitos sociolinguísticos.

Em Feira de Santana, até 1992, era proibido o uso da língua de sinais, pois priorizava-se o oralismo,<sup>3</sup> ocasionando um grande retrocesso na formação do sujeito surdo. Somente com a Lei Municipal nº 164, de 1 de fevereiro de 2005, implantou-se a Libras como língua oficial do Município. Com a Lei Municipal nº 2608, de 29 de agosto de 2005, reconheceu-se a profissão do intérprete de língua de sinais e a Lei Municipal nº 3000, de 19 de maio de 2009, garantiu a obrigatoriedade da presença do intérprete de Libras nos espaços públicos de atendimento coletivo dentre outros. Tais regulamentações tornaram-se um marco histórico para a comunidade surda local, uma vez que o reconhecimento nacional e em âmbito municipal abre portas para a garantia de direitos antes negado a esta comunidade.

Com o avanço das militâncias surdas na região, a cidade tornou acessíveis novos espaços que contribuíram e ainda contribuem para o fortalecimento linguístico, educacional e cultural do povo surdo como, por

---

2 Conforme Quadros e Karnopp (2004), os estudos linguísticos da Língua de Sinais Americana (ASL), realizado por William Stokoe, em 1960, demonstrou que a ASL era uma língua e favoreceu a comprovação da existência de diversas línguas de sinais pelo mundo.

3 O oralismo é uma abordagem que visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral do país. (GOLDFELD, 1997)

exemplo, o Centro de Apoio Pedagógico, o Instituto de Educação Gastão Guimarães, a Escola Municipal Joselito Amorim, o Centro Educacional Agostinho Froes da Mota, a Associação Mãos que Sonham, a Pastoral dos Surdos etc.

Apesar do fortalecimento linguístico contínuo, ainda há uma grande defasagem no que diz respeito a escolarização da pessoa surda. Com a criação das políticas governamentais que investem na inclusão, os surdos têm conquistado cada vez mais espaços que priorizam o seu desenvolvimento educacional, visto que, apesar do reconhecimento da língua de sinais como primeira língua (L1) dos surdos, a Libras não substitui a modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua (L2), tornando assim os surdos brasileiros usuários da Libras indivíduos bilíngues e biculturais. Por se tratar de línguas com modalidades distintas – o português é uma língua oral-auditiva e a Libras é uma língua viso-espacial –, a aprendizagem da L2 fica condicionada a aquisição da L1 como língua natural. No entanto, diversos fatores como a aprendizagem tardia da L1, metodologia de ensino inadequada, falta de profissionais qualificados etc., inviabilizam uma assimilação satisfatória da língua portuguesa.

Nestas condições, decorrentes de fatores históricos e da carência na aprendizagem da L2, nota-se que a maioria dos surdos de Feira de Santana enfrentam obstáculos para identificar nomes de ruas, avenidas, praças, lagoas e, principalmente, o patrimônio arquitetônico da cidade. Geralmente, eles utilizam a datilologia – soletração manual – para se situar ou referenciam a partir de estabelecimentos que já possuem um sinal específico. Outro recurso muito usual é o empréstimo linguístico por inicialização.<sup>4</sup>

Diante desse contexto, faz-se necessário um estudo lexicológico da toponímia Português-Libras para a identificação, descrição, classificação e até mesmo propor a comunidade surda, futuramente, a criação dos sinais que ainda não existam a partir dos dados sistematizados. Segundo Aragão (2004, p. 4-5):

4 Para Ferreira (1995), o empréstimo linguístico por inicialização são aqueles sinais em que a configuração de mão é representada pela letra inicial correspondente a palavra em língua portuguesa. Por exemplo, o sinal G V para a Avenida Getúlio Vargas.

Para se apreender, compreender, descrever e explicar a ‘visão de mundo’ de um grupo sócio-linguístico-cultural, ou de um grupo de especialistas ou profissionais, o objeto de estudo principal são as unidades lexicais e suas relações em contextos. / O léxico [...] reflete a ideologia dominante mas, também, as lutas e tendências dessa sociedade. Assim, como vimos, não se pode estudar a língua sem relacioná-la com a sociedade e a cultura nas quais o falante está inserido.

Fato este que comprova a necessidade de se estudar as motivações dos nomes e dos sinais atribuídos aos acidentes geográficos físicos e humanos de Feira de Santana para compreender as influências sociohistóricas e as interfaces entre a língua portuguesa e a Libras nesse processo.

## **Contribuições dos estudos toponomásticos**

As pesquisas voltadas para o estudo do léxico são importantes fontes de conhecimento sobre a formação de uma língua, pois dialogam com a realidade social, histórica e cultural de seus falantes. Além disso, permitem identificar aspectos da renovação lexical e da diversidade linguística, que são inerentes ao processo de atualização da língua. Isto ocorre porque o léxico armazena e acumula as mudanças sociais e culturais representativas de uma sociedade.

Nesse sentido, considera-se os nomes dos espaços físicos e humanos como o *topos* (lugar) passível de uma análise linguística. Como área de conhecimento atrelada à onomástica, a toponímia dedica-se ao registro e descrição da forma linguística que estabelece a relação de significação com um determinado espaço. A onomástica integra a lexicologia, caracterizando-se como a ciência da linguagem que tem como objeto de estudo o ato de nomear pessoas e lugares. Entre as suas áreas de estudo, destacam-se: a toponímia e a antroponímia. A toponímia estuda a motivação dos nomes próprios de lugares, sua origem e transformações e a antroponímia estuda os nomes próprios de pessoas, os sobrenomes e os apelidos. De acordo com Seabra (2006, p. 1954):

À onomástica interessa o nome – distinto da palavra – pois pressupõe um nomeador e um nomeado, uma representação externa à qual ele se une: o nomeador (sujeito, emissor ou enunciador), o objeto nomeado (o espaço e suas subdivisões conceptuais, que incorpora a função referencial, sobre o que recairá a ação de nomear), o receptor (ou o enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação, na qualidade de sujeito passivo). Nessa transmigração a palavra se desloca do sistema lexical para o sistema onomástico, transcodificando-se, ou seja, do plano onomasiológico da língua (da designação) se integra ao plano semasiológico (da significação). Na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o nome e, assim, possibilitando a sua transmissão às gerações seguintes.

Esta necessidade de nomear os seres, os objetos e os lugares é uma prática que está presente na humanidade desde os primórdios, pois “[...] é o nome que dimensiona a pessoa e caracteriza o humano e o animado, polarizando sua atividade sociolinguística”. (DICK, 1998, p. 77) Os nomes não somente designam seres e coisas, mais que isso expressam questões que vão além do dito e do escrito, valores e significados que ultrapassam o próprio nome. Segundo Dick (1990, p. 19):

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais.

Os topônimos são frutos de uma escolha por parte do nomeador, de acordo com seus valores e sua visão de mundo, os quais são histórica e socialmente determinados. Para Dick (1992b, p. 19), a toponímia apresenta-se “[...] como a crônica de uma comunidade, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras”, registrando a mentalidade de uma determinada época. Portanto, a análise dos topônimos evidencia os aspectos linguísticos e históricos da sua origem, considerando o processo político-cultural que envolve a nomeação de uma localidade.

No Brasil, os estudos toponímicos iniciaram com Theodoro Sampaio, com a obra *O Tupi na Geografia Nacional* (1901) e Levy Cardoso, com o livro *Toponímia Brasileira* (1961), no qual destaca a importância dos estudos toponímicos para a compreensão das migrações e das questões étnicas e linguísticas de um determinado espaço geográfico. Outro trabalho de grande relevância foi a *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, realizado por Carlos Drummond e publicado em 1965. Em seguida, subsidiada pelas orientações de Drummond e a teoria de Albert Dauzat (1926), Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), sanou as lacunas encontradas, até então, com a publicação de trabalhos significativos, nos quais propõe uma sistematização metodológica para os estudos toponímicos. Dentre eles, destacam-se: a tese de doutorado, *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos* (1980), os livros, *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos* (1992b), *A motivação toponímica e a realidade brasileira* (1990) e a *Dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897*, publicado em 1992, e diversos artigos publicados em revistas científicas. Além disso, Dick idealizou a elaboração de um Atlas Toponímico do Brasil (ATB).

O projeto ATB serviu de mote para vários projetos que estão em desenvolvimento em algumas universidades brasileiras: i) Projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), na USP; ii) Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso (ATEMT), na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) ; iii) Projeto Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS), na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) ; iv) Projeto Atlas Toponímico do Estado do Paraná (ATEPAR), na Universidade Estadual de Londrina (UEL); v) Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins (ATITO), na Universidade Federal do Tocantins (UFT); vi) Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB), na Universidade Federal do Acre (UFAC); vii) Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e viii) Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAB), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). No âmbito destes projetos, muitas teses, dissertações e artigos científicos já foram desenvolvidos e publicados.

Atrelado ao projeto ATOBAH, o projeto de pesquisa “Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português/Libras” tem buscado aprofundar a discussão teórica e metodológica acerca dos estudos onomásticos, para expandir os estudos toponímicos na região (BARREIROS; BARREIROS, 2016), contribuindo para o resgate linguístico, histórico, político, social e cultural do interior da Bahia, em especial, para a comunidade surda feirense, dando-lhes a oportunidade de conhecer a história da sua própria cidade, pois, como afirma Brandão (2015, p. 50):

Os topônimos refletem a capacidade que o homem possui para nomear o seu entorno, evidenciando os saberes, as experiências e o modo de ser acumulados ao longo dos tempos. Os nomes de lugares documentam a língua e fazem emergir os costumes e os valores que regem as condutas da comunidade nomeada, deixando transparecer as influências culturais propiciadas a partir do contato com outros grupos étnicos que ali se instalaram, além de registrar e perpetuar acontecimentos históricos considerados relevantes para o olhar do denominador.

Deste modo, a motivação toponímica está ligada aos valores sociais, políticos e culturais da memória coletiva e estabelece um vínculo de identidade entre o nome escolhido e o lugar nomeado. Assim, os topônimos podem representar valores e revelar traços culturais da memória e da identidade de um povo. Nesse sentido, o estudo que se propõe oferecerá ao público surdo e ouvinte a oportunidade de conhecer as práticas sociais e os costumes utilizados por um determinado grupo social e as influências linguísticas sofridas ao longo da história. Além disso, os dados obtidos ao longo das análises irão contribuir para a construção do ATOBAH.

## **Percurso metodológico**

O aporte teórico-metodológico que subsidia as análises é o modelo taxionômico proposto por Dick (1992b) e adaptado por Isquerdo (1996), Lima (1997) e Francisquini (1998) para classificar os topônimos e sistematizar os dados coletados referentes à origem, à formação linguística, à

intencionalidade, à motivação, aos aspectos históricos, culturais e sociais que influenciaram na nomeação em língua portuguesa e na criação dos sinais em Libras para identificar os acidentes geográficos físicos e humanos de Feira de Santana.

A partir de fichas lexicográfico-toponímicas já desenvolvidas para registrar as informações em Libras (SOUSA, 2017; SOUZA JÚNIOR, 2012), propõe-se um modelo (Quadro 1) que contemple as necessidades locais e que possibilitem alimentar um banco de dados *on-line* sobre informações toponímicas de Feira de Santana para posteriormente construir um glossário toponímico de Feira de Santana em língua portuguesa e em Libras. No Quadro 1, apresenta-se a ficha lexicográfico-toponímica elaborada e com a descrição dos elementos que a compõe.

Quadro 1 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímica

|  |   |
|--|---|
| <b>FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA</b>  | <b>Número: 01</b>                                       |
| <b>Termo genérico:</b> igreja, praça, rua, avenida etc.  | <b>Topônimo em LP:</b> nome do local                    |
| <b>Tipo de acidente:</b> humano ou físico  | <b>Localização:</b> indica o bairro de Feira de Santana |
| <b>Taxonomia do topônimo em LP:</b> Indica a classificação   |   |
| <b>Origem:</b> indica a procedência do topônimo – portuguesa, africana, indígena, hibridismo, estrangeirismo ou n/e.     |   |
| <b>Histórico:</b> apresenta a evolução do topônimo, quando ocorreu.<br>~ <b>toponímia paralela &gt; evolução do nome</b> |   |
| <b>Imagens:</b> fotos do local.  |   |
| <b>Informações enciclopédicas:</b> informações diversas sobre o topônimo. Documentos oficiais.                           |   |
| <b>Sinal em libras:</b> imagem da realização do sinal.   |   |
| <b>Taxonomia do topônimo em libras:</b> indica a classificação.  |   |
| <b>Estrutura morfológica do sinal toponímico:</b> simples, composto ou híbrido.  |   |
| <b>Contexto do sinal:</b> explica os aspectos motivacionais do sinal.  |   |
| <b>Fontes:</b> ( ) Oral ( ) Documental<br>Específica indicando as referências.   |   |

Fonte: elaborado pelas autoras.

## Resultados preliminares

Como o projeto de pesquisa encontra-se na primeira etapa, foi necessário fazer a delimitação do *corpus* para então iniciar a pesquisa local. Pretende-se trabalhar com os bairros, os distritos, as ruas do centro comercial, o patrimônio tombado, as lagoas, as feiras livres, as instituições públicas, as instituições religiosas, as escolas, as universidades, os pontos turísticos, os cemitérios, os conjuntos residenciais, os museus, os parques e os teatros, para otimizar o acesso do sujeito surdo em espaços de grande circulação.

Após o levantamento dos dados, juntamente à Secretaria de Governo da Prefeitura de Feira de Santana, identificou-se no município 13 regiões administrativas, sendo cinco no distrito sede, e oito correspondendo a cada um dos distritos: Distrito Gov. João Durval Carneiro (Ipuacu); Distrito de Bonfim de Feira; Distrito de Maria Quitéria (São José); Distrito de Humildes; Distrito de Tiquaruçu; Distrito de Jaíba; Distrito Jaguara; e Distrito da Matinha. Cada região administrativa no distrito sede tem um número de bairros correspondentes, totalizando 99 bairros. Esses bairros vêm sendo estudados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UEFS, com o projeto de mestrado “Estudo toponímico Português-Libras dos bairros de Feira de Santana-BA”.

Além dos bairros e distritos, inventariou-se também 55 ruas do centro comercial (FERREIRA; BARREIROS, 2018, p. 449), *corpus* do projeto de mestrado “Estudo toponímico Português-Libras do centro comercial de Feira de Santana-BA” (PPGEL/UEFS), 63 praças públicas e 16 patrimônios materiais feirenses tombados, a saber: Capela de Nossa Senhora dos Remédios; Catedral de Santana; Coreto da Praça Bernadino Bahia; Coreto da Praça da Matriz; Coreto da Praça Fróes da Mota; Filarmônica 25 de Março; Igreja Senhor dos Passos; Matriz de São José de Itaporocas; Paço Municipal; Paineira do Artista Lênio Braga – Terminal Rodoviário –; Escola Maria Quitéria; Santa Casa da Misericórdia – Casa do Menor –; Prédio da Vila Fróes da Motta; Arquivo Público Municipal; Prédio do Grupo Escolar J.J. Seabra – Antiga Escola Normal Rural –; e Mercado Municipal. Estes patrimônios tombados já foram analisados no estágio pós-doutoral.

## Considerações finais

A análise dos topônimos tem evidenciado aspectos linguísticos e históricos relevantes da origem de Feira de Santana, pois traz à tona questões políticas e culturais que envolvem o processo de nomeação de uma localidade, uma vez que, nesse campo, trabalha-se com um léxico que conserva antigos estágios denominativos. Os resultados da pesquisa que vem sendo desenvolvida irão compor um glossário, que, posteriormente, alimentará um banco de dados sobre os acidentes geográficos humanos e físicos de Feira de Santana, e subsidiará a criação de um aplicativo português/Libras.

## Referências

- ARAGÃO, M. S. S. *A linguagem regional - popular no nordeste do Brasil: aspectos léxicos*. [S. l.: s. n.], 2004. Disponível em: <https://profala.ufc.br/wp-content/uploads/2018/04/trabalho2.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- BARREIROS, L. L. S.; BARREIROS, P. N. Estudo toponímico em Bahia Humorística de Eulálio Motta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 2.; CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 20., 2016, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016. p. 235-248. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xx\\_cnlf/cnlf/cnlf\\_02/019.pdf](http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_02/019.pdf). Acesso em: 5 dez. 2018.
- BIDERMAN, M. T. C. A ciência da Lexicografia. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 28, p. 1-26, 1984. Suplemento.
- BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998, v. 1, p. 11-20.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BRANDÃO, A. S. *Guia de ruas (bairros) e mistérios: a toponímia como elemento identitário em Bahia de Todos os Santos*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei n. 10.098 de 19 de setembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 5 dez. 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 29 set. 2017.

CARDOSO, A. L. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux: origine et évolution*. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de P. do A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897*. São Paulo: Annalume, 1992a.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxenômicos*. 1980. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta Semiótica et Lingvistica*, São Paulo, v.7, p. 97-122, 1998.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992b.

DRUMOND, C. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: EdUSP, 1965.

FEIRA DE SANTANA. *Lei municipal nº 164/2005*. Dispõe sobre a implantação e obrigatoriedade da Libras - Língua Brasileira de Sinais - como Língua oficial do município de Feira de Santana e dá outras providências. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 2005.

- FEIRA DE SANTANA. *Lei municipal nº 2608/2005*. Cria cargos de intérpretes de Libras - Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 2005.
- FEIRA DE SANTANA. *Lei municipal nº 3000/2009*. Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do intérprete de Libras em locais de atendimento coletivo em Feira de Santana, e dá outras providências. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 2009.
- FELIPE, T. A. Bilinguismo e surdez. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA*, 1., 1983, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1989. p. 101-112.
- FELIPE, T. A. Introdução à gramática da Libras. *In: FERREIRA-BRITO, L. et al. Língua brasileira de sinais*. Brasília, DF: SEESP, 1997. p. 81-108. (Série Atualidades Pedagógicas, n. 4).
- FELIPE, T. A. Os processos de formação de palavras em Libras. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200-217, 2006. Disponível em: [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10171/ssoar-etd-2006-2-felipe-os\\_processos\\_de\\_formacao\\_de.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-etd-2006-2-felipe-os\\_processos\\_de\\_formacao\\_de.pdf](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10171/ssoar-etd-2006-2-felipe-os_processos_de_formacao_de.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-etd-2006-2-felipe-os_processos_de_formacao_de.pdf). Acesso em: 15 jun. 2018.
- FERREIRA, D. B. dos S. *Estudo toponímico português-libras do centro comercial de Feira de Santana-BA*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- FERREIRA, D. B. dos S.; BARREIROS, L. L. S. Estudo toponímico do centro comercial de Feira de Santana-BA: a motivação dos sinais em libras. *Cadernos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 03, p. 442-456, 2018.
- FERREIRA, L. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FRANCISQUINI, I. de A. *O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba*. 1998. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1998.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? crenças e preconceitos em relação em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, A. *Um olho no professor surdo e o outro na caneta: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

HAENSCH, G. Tipología de las obras lexicográficas. In: HAENSCH, G. *et al. La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982. p. 95-187.

ISQUERDO, A. N. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 1996.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012, v. VI. p. 115-139.

ISQUERDO, A. N.; CASTIGLIONI, A. C. Em busca de um modelo de dicionário onomástico-toponímico. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010. v. IV. p. 291-310.

JESUS, C. M. A. de. *Estudos toponímicos dos bairros de Feira de Santana-BR: línguas orais e Libras*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

LIMA, I. A. A motivação religiosa dos topônimos paranaenses. In: SEMINÁRIO DO GEL, 45., 1997, Campinas. *Anais [...]*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 422-428.

PORTO DAPENA, J-A. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco Libros, 2002.

- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. Salvador : [s. n.], 1901.
- SEABRA, M. C. T. C. de. ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do Atlas Toponímico do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL, 11.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 1., 2006, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1945-1952. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_403.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_403.pdf). Acesso em: 15 jun. 2018.
- SEABRA, M. C. T. C. de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. 2004. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- SOUSA, A. M. Metodologia para a pesquisa toponímica em língua brasileira de sinais. In: SOUSA, A. M; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. (org.). *Perspectivas para o ensino de línguas*. Rio Branco: NEPAN, 2017. v. 2, p. 9-37.
- SOUZA JÚNIOR, J. E. G. de. *Nomeação de lugares na língua de sinais brasileira: uma perspectiva de toponímia por sinais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- VILELA, M. *Definição nos dicionários de português, estrutura de explicação*. Porto: Asa, 1983.
- VILELA, M. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina, 1995.
- WERNER, R. Léxico y teoría general del lenguaje. In: HAENSCH, G. *et al. La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982. p. 21-94.

## A ANTROPOTOPONÍMIA NA NOMEAÇÃO DOS BAIROS DE IRECÊ (BA)

*Safira Novaes Alecrim Oliveira*

*Eliéte Oliveira Santos*

### Introdução

O mundo se constitui a partir do léxico. É por meio da estrutura lexical que se pode entender a realidade de determinada língua ou de determinado grupo de indivíduos, uma vez que a palavra, tomada por um sujeito enunciatador, dentro de uma comunidade linguística, revela os seus valores, crenças, ideologias, que, de certa forma foram veiculadas dentro da sociedade.

Esse entendimento, apoiado evidentemente nas ideias de significante e significado atribuídas a Saussure (2006), remete ainda à questão da arbitrariedade do signo,<sup>1</sup> ou seja, de acordo com o linguista genebrino, o significante é imotivado em relação ao significado, entre ambos não existe uma ligação natural. No entanto, Saussure também afirma que “apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado”. (SAUSSURE, 2006, p. 152)

Nesse ponto, os estudos da onomástica – ramo da lexicologia responsável pela origem e análise dos nomes próprios – têm auxiliado alguns pesquisadores no sentido de entender o ato de nomear e qual a relação

---

1 No mundo ocidental, essa discussão já acontecia desde a Antiguidade, no campo da filosofia, quando os gregos – a exemplo de um dos diálogos de Platão, *Crátilo* – questionavam se os nomes tinham como base a natureza das coisas nomeadas ou seriam denominações convencionadas pelo homem.

existente entre o nome e o elemento designado. No Brasil, muitos projetos vêm sendo executados, tanto na área da toponímia – que diz respeito aos nomes de lugar –, quanto na área da antroponímia – que diz respeito aos nomes próprios de pessoas –, os dois principais campos que integram a ciência da onomástica.

Nos estudos toponímicos, existem vários trabalhos realizados em projetos regionais integrados ao Atlas Toponímico do Brasil (ATB), idealizado por Maria Vicentina do Amaral Dick. Dentro dos estudos antroponímicos, tem-se o projeto de pesquisa “Todos os nomes: análise sócio-histórica, etimológica e mórfica da antroponímia baiana” e o projeto “Dicionário de nomes em uso no Brasil”, ambos vinculados ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Salienta-se a importância dessas pesquisas no âmbito dos estudos linguísticos, uma vez que o sistema onomástico está relacionado a vários fatores condizentes ao sujeito, tais como: a identificação cultural, os estudos relacionados à sócio-história de um grupo, o restabelecimento da descrição física e cultural de um espaço. Além do mais, o ato de nomear as coisas, os lugares, as pessoas, pode ser visto como uma representação do discurso de poder, da necessidade de pertencer à localidade nomeada ou de fazer parte da vida de determinado indivíduo. Nesse sentido, o ato de nomear revela movimentos significativos do homem e sua relação com o outro e com o espaço geográfico. Por isso, os estudos onomásticos não podem ser desprezados pelo pesquisador disposto a conhecer as migrações de povos históricos a partir desses vestígios linguísticos.

No que se refere aos estudos toponímicos no Brasil, observa-se um grande avanço quando Dick (1990) propõe um modelo de classificação taxionômica, a fim de nortear os pesquisadores quanto à análise das motivações das designações geográficas. Esse modelo encontra-se organizado em 27 taxonomias, sendo 16 taxonomias de natureza antropocultural e 11 taxonomias de natureza física. As taxonomias de natureza física estão relacionadas aos aspectos naturais, decorridas do meio ambiente; as taxonomias de natureza antropocultural possuem motivações pertinentes aos aspectos culturais, históricos, nomes próprios, entre outros.

Dentre as taxonomias de natureza antropocultural, este trabalho toma como base a *taxe* dos antropotopônimos, que, conforme Dick (1990), caracteriza-se pelo uso do nome pessoal para designar os acidentes geográficos e são registros importantes para preservação da memória coletiva.

Isso posto, cabe salientar que, a partir da *taxe* dos antropotopônimos, este trabalho investiga os nomes dos bairros de Irecê (BA), na tentativa de resgatar um pouco da memória do povo ireceense e fazer os registros devidos, uma vez que há na cidade uma visível falta de interesse por parte dos gestores públicos no sentido de guardar e preservar documentos relacionados à história sócio-cultural da cidade. Além disso, pretende-se observar quais as motivações dos topônimos, tendo como base o perfil do sujeito homenageado.

### **O léxico toponímico resgatando a memória de Irecê (BA)**

Analisar o processo de nomear lugares, denominado de toponímia, é uma das importantes tarefas dentro dos estudos linguísticos que ajudam a compreender como os movimentos migratórios de diversos povos, desde a proto-história até os nossos dias, contribuíram para as transformações no campo da linguagem após contatos pluriétnicos, a exemplo do que ocorreu na Europa no período das grandes invasões romanas e, na África, que, em tempos remotos, “durante um longo período os antigos grupos étnicos se multiplicaram, migraram e se cruzaram, não mais havendo coincidência entre a evolução linguística e o processo de formação dos tipos ‘raciais’”. (OLDEROGGE, 2010, p. 310)

Através das pesquisas toponímicas, também é possível obter indícios de características do meio ambiente físico de uma determinada região, preservadas em suas nomenclaturas, como as espécies típicas de vegetação, as formas de relevo, os acidentes hidrográficos, as espécies de animais, dentre outros atributos, conforme proposta de Dick (1990). Além de ajudar na investigação acerca de dada história de um povo em proximidade com a sua realidade.

É nesse sentido que a toponímia será utilizada aqui, a partir dos nomes de alguns bairros de Irecê (BA), compreendendo que essas localidades, de modo geral, carregam em si reflexos de ordem cultural e social em suas nomenclaturas, sendo, portanto, válida e oportuna a recuperação de parte da história e da cultura dessa comunidade.

Segundo os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1958, p. 290-293), a cidade de Irecê recebeu este nome por indicação do tupinólogo Teodoro Sampaio. Este topônimo, cujo significado é “superfície da água”, surgiu em substituição aos primeiros nomes: Caraíbas, Lagoa das Caraíbas ou Brejo das Caraíbas. O município de Irecê está localizado a 478 km da capital da Bahia, pertence à bacia do São Francisco e situa-se na zona fisiográfica da Chapada Diamantina. A microrregião de Irecê é composta por 19 municípios e possui cerca de 314 km<sup>2</sup>. Com base em informações colhidas no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a respeito das cidades brasileiras, estima-se que Irecê tenha 73.524 habitantes em 2020.

No que tange ao processo de formação do município, em 1887 houve indícios dos primeiros habitantes, dentre eles encontram-se Hermógenes Santana, Sabino, Antônio Alves de Andrade e Deoclides José de Sena, os quais, fugindo de uma grande seca que, na época, devastava algumas regiões, encontraram pouso em uma região de terreno alagadiço e rodeado por algumas árvores. Esses peregrinos descansaram “sob a fronde de uma grande e multi-secular carnaíba, que originou o nome do arraial que aí veio a se formar”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1958, p. 290) Essa árvore, conhecida como Quixabeira,<sup>2</sup> encontra-se preservada até os dias de hoje.

Segundo Rubem (1997, 1999), em 1926, o município de Irecê foi criado e denominado de Vila de Irecê. Não havendo riqueza o suficiente para ser reconhecida como município, anexou-se ao Morro do Chapéu em 1931 pelo Decreto nº 7.479. Em 31 de julho de 1933, conforme o Decreto nº 8.452, Juracy M. M. Magalhães assinou, no Palácio do Governo, a independência

---

2 O espaço, que atualmente é mantido pela Prefeitura Municipal de Irecê, é aberto para visitas e eventos particulares e está localizado na Av. Tertuliano Cambuí.

política de Irecê, que passou a ser município do estado da Bahia. A partir de então, essa data é usada para comemoração do aniversário da cidade.

Cabe ressaltar que os poucos dados aqui apresentados no que tange à história de Irecê (BA), foram levantados a partir de fontes encontradas no *site* do IBGE e documentos e livros publicados pelo jornalista e escritor Jackson Rubem (1997, 1999, 2004), além de informações extraídas de documentos da Prefeitura Municipal de Irecê. Desse modo, a partir das intenções aqui expostas, busca-se por meio do léxico, analisar os antropotopônimos, “[...] nomes de lugares constituídos a partir dos designativos pessoais” (DICK, 1990, p. 285), utilizando o modelo de taxonomia de natureza antropocultural proposto por Dick (1990), no intuito de contribuir para o conhecimento cultural e preservação da memória coletiva dessa comunidade.

## Metodologia do trabalho

A metodologia utilizada para esta pesquisa implica a seguinte estrutura organizacional:

- Solicitação junto à Prefeitura Municipal de Irecê para o acesso aos materiais do arquivo público da cidade.
- Organização dos dados obtidos na Prefeitura Municipal de Irecê e no *site* do IBGE;
- Levantamento dos antropotopônimos relacionados nos documentos encontrados na Prefeitura Municipal de Irecê;
- Análise toponímica, a partir de uma ficha descritiva, cujo modelo segue a proposta de Dick (1990) e com base na taxonomia de natureza antropocultural, de classificação antropotopônima.
- Análise do *corpus* a partir do perfil dos homenageados.

Segue a lista de localidades cedida pela Prefeitura Municipal de Irecê para seleção e análise dos dados:

Quadro 1 – Relação de bairros da cidade de Irecê (BA) – parte 1

| <b>Relação dos bairros de Irecê</b>  |                   |  |
|--|-------------------|--|
| Obs: os bairros que aparecem tachados irão sair da lista oficial para formarem um outro bairro |                   |  |
| <b>Oficiais</b>  |                   |  |
|  | <b>Bairro</b>     | <b>Loteamentos</b>                                 |
| 1  | Alto do Moura     | Primavera<br>Caraíbas III                          |
| 2  | Arnóbio Batista   | Arnóbio Batista<br>Paulo Freire<br>Licínio Barrêto |
| 3  | Asa Norte         | Asa Norte<br>Nova Conquista                        |
| 4  | Asa Sul           | Sol Nascente                                       |
|  |                   | Asa Sul  |
|  |                   | Lídio de Castro Dourado                            |
|  |                   | Memorial (Neguinho Corretor)                       |
|  |                   | João Rodrigues                                     |
|  |                   | Irecê Residencial Center                           |
|  |                   | Elza Cândida                                       |
|  |                   | Retiro   |
|  |                   | Vila Catherine                                     |
|  |                   | Vila Rica  |
| Vila Iraci   |                   |  |
| Santa Clara  |                   |  |
| Condomínio Residencial Kagydú  |                   |  |
| 5  | Baixão de Sinésia | Baixão De Sinésia                                  |
|  |                   | Franklin   |
|  |                   | Paulinho do Destack                                |
|  |                   | Adolfo Moitinho                                    |
|  |                   | São Mateus   |
|  |                   | B13  |
| 6  | Boa Vista         | Mutirão  |
|  |                   | Washington Luis III                                |
|  |                   | Sonho Meu  |
| 7  | Centro            | Caraíbas I   |
|  |                   | Jardim Dourado                                     |
|  |                   | Pouso Alegre                                       |
|  |                   | Morada do Sol                                      |

| <b>Relação dos bairros de Irecê</b>  |                                       |                                   |
|--|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Obs: os bairros que aparecem tachados irão sair da lista oficial para formarem um outro bairro |                                       |                                   |
| <b>Oficiais</b>  |                                       |                                   |
|  | <b>Bairro</b>                         | <b>Loteamentos</b>                |
| 8  | Copirecê                              | Copirecê                          |
|  |                                       | Washington Luis                   |
|  |                                       | Washington Luis II                |
|  |                                       | Betel                             |
|  |                                       | Betel II                          |
|  |                                       | Cohabi I                          |
|  |                                       | Núcleo Residencial Codevasf       |
| 9  | Félix                                 | Vila Félix                        |
|  |                                       | Santa Fé                          |
|  |                                       | Santa Isabel                      |
| 10   | Fórum                                 | Flor do Prado                     |
|  |                                       | Flor do Prado I                   |
|  |                                       | Caraíbas II                       |
|  |                                       | Vila São Francisco I              |
|  |                                       | Novo Horizonte                    |
| 11   | *Fiesta ou Novo Irecê<br>(Lot. Edgar) | Fiesta                            |
|  |                                       | Condomínio Residencial Novo Irecê |
| 12   | Fundação Bradesco                     | Joelma                            |
|  |                                       | Cambuí I                          |
|  |                                       | Lagoa do Barro                    |
|  |                                       | Costa                             |
|  |                                       | Barreêto                          |

Fonte: elaborado pelas autoras com base em documento da Prefeitura Municipal de Irecê.<sup>3</sup>

3 O documento que pertence à Prefeitura Municipal de Irecê foi fotografado por Safira Novaes Alecrim Oliveira em 2018.

Quadro 2 – Relação de bairros da cidade de Irecê (BA) – parte 2

|          | <b>Bairro</b>       | <b>Loteamentos</b>   |
|----------|---------------------|--|
| 13       | Ginásio de Esportes | Ginásio de Esportes  |
|          |                     | Nova Irecê   |
|          |                     | Primavera II   |
|          |                     | Clovis I   |
|          |                     | Clovis II – Continuação                                    |
|          |                     | São José IV  |
|          |                     | São Marcos   |
|          |                     | Paulo Renato Bastos  |
|          |                     | Galvão Dourado   |
|          |                     | Vila Carabas   |
| 2 Irmãos |                     |  |
| 14       | Lagoa de Tió        | Aurélio José Marques                                       |
|          |                     | Fernandes I  |
|          |                     | Fernandes II   |
|          |                     | Lopes  |
|          |                     | Alta Vitória   |
| 15       | Novo Horizonte      | Vale Das Algarobas   |
|          |                     | Professora Iêda Dourado                                    |
| 16       | Nobelino Dourado    | Vila Nobelino Dourado                                      |
|          |                     | Bom Sucesso  |
| 17       | Paraíso             | Vila Paraíso   |
|          |                     | Flor do Paraíso  |
|          |                     | Edson José Alves   |
|          |                     | Wanderson  |
|          |                     | Neguinho Corretor II                                       |
| 18       | Recanto das Árvores | Recanto das Árvores  |
|          |                     | Mário Cardoso  |
|          |                     | Jardim Tropical  |
|          |                     | Condomínio Residencial Allan Batista                       |
|          |                     | Condomínio Residencial Irecê Residence (Cond. dos Médicos) |
|          |                     | Loteamento Desconhecido Fundos do Irecê Residence          |
| 19       | São Francisco       | Boa Vista  |
|          |                     | Boa Vista II   |
|          |                     | Malvinas   |
|          |                     | Paulinho do Destack  |
|          |                     | Benjamin Rodrigues   |

|    | <b>Bairro</b>  | <b>Loteamentos</b>                      |
|----|----------------|---|
| 20 | São José       | São José I                              |
|    |                | São José II                             |
|    |                | São José II                             |
|    |                | Lorena                                  |
|    |                | Belo Jardim                             |
|    |                | São Tomé                                |
|    |                | Fortaleza                               |
|    |                | Jardim Libório                          |
|    |                | Severina Pereira                        |
|    |                |   |
| 21 | Silva Pereira  | Silva Pereira                           |
|    |                | Novo Mundo                              |
|    |                | Morada Bella                            |
|    |                | Souza                                   |
|    |                | Paulo Renato Bastos                     |
|    |                |   |
| 22 | Vila Esperança | Vila Esperança                          |
|    |                | Pinheiro                                |
|    |                | Vida Bela                               |
|    |                | Universitário                           |
|    |                | Imperial                                |
|    |                | Beto Lelis                              |
|    |                |   |
| 23 | Vivendas       | Vivendas                                |
|    |                | Fabiano é Aqui                          |
|    |                | Condomínio Residencial Brisas Residence |
|    |                | Tropical Center                         |
|    |                | Vista Alegre                            |
|    |                | Alvorada Vile                           |

Fonte: elaborado pelas autoras com base em documento da Prefeitura Municipal de Irecê.

Quadro 3 – Relação de bairros da cidade de Irecê (BA) – parte 3

|                               | <b>Bairro</b>  | <b>Loteamentos</b>                |
|-------------------------------|--|-----------------------------------|
| 24                            | Vitória (Próximo ao Pov. Meia Hora)                        | Vitória                           |
|                               |  | Alta da Bela Vista                |
|                               |  | Jardim Irecê                      |
|                               |  | Adelaide                          |
| 25                            | Parque Industrial (Prox. Posto Paulo)                      | City Park Paulo Freire            |
| 26                            | João Rodrigues (Divisão da Asa Sul na Rua Domicio Dourado) | Memorial (Neguinho Corretor)      |
|                               |  | João Rodrigues                    |
|                               |  | Irecê Residencial Center          |
|                               |  | Elza Cândida                      |
|                               |  | Retiro                            |
|                               |  | Vila Catherine                    |
|                               |  | Vila Rica                         |
|                               |  | Vila Iraci                        |
|                               |  | Santa Clara                       |
|                               |  | Condomínio Residencial Dona Marta |
|                               |  | João Rodrigues (Mirian)           |
|                               |  | Geovana Vitória                   |
| Condomínio Residencial Kagydú |  |                                   |
| 27                            | Morada do Sol (Divisão do Centro)                          | Jardim Dourado                    |
|                               |  | Pouso Alegre                      |
|                               |  | Morada do Sol                     |
| 29                            | Shampoo Sharme (Divisão Ginásio de Esportes)               | Paulo Renato Bastos               |
|                               |  | Galvão Dourado                    |
|                               |  | Vila Caraíbas                     |
|                               |  | 2 Irmãos                          |
|                               | Saudade (Divisão Boa                                       | Sonho Meu                         |
| 31                            | Iêda Dourado (Divisão Novo Horizonte)                      | Professora Iêda Dourado           |
| 32                            | Meia Hora  | Meia Hora                         |
| 33                            | Coção I  | Coção I                           |
| 34                            | Coção II   | Coção II                          |
| 35                            | Recanto Campo Verde  | Recanto Campo Verde               |
|                               |  | Comunidade Recanto II             |
| 36                            | Três Marcos  | Comunidade Fazenda Três Marcos    |
|                               |  | Comunidade Vila Agrícola          |

Fonte: elaborado pelas autoras com base em documento da Prefeitura Municipal de Irecê (2018).

Para a análise dos dados, utilizou-se a ficha toponímica, com base no modelo proposto por Dick (2004, p. 130). Vale ressaltar, no entanto, que, neste trabalho, os tópicos foram ajustados conforme a necessidade de análise.

Quadro 4 – Modelo da Ficha Toponímica

| ANÁLISE TOPONÍMICA      |  |
|-------------------------|--|
| TOPÔNIMO                |  |
| ESTRUTURA MORFOLÓGICA   |  |
| MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA    |  |
| PERFIL DO “HOMENAGEADO” |  |
| SOBRE A LOCALIDADE      |  |

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Dick (2004, p. 130).

A estrutura morfológica tem como base a teoria de Dick (1990), com a análise dos seguintes pontos: adjetivos ou acidente geográfico + prenome/ alcunha/ hipocorístico/ apelido de família (sobrenome). A motivação toponímica, exposta na tabela, será uma breve descrição do que possivelmente motivou o bairro a receber determinada nomeação, conforme a participação direta ou indireta do indivíduo; será observado também se esta motivação surgiu a partir de participações política, econômica, profissional, por autolatria, entre outros; o perfil do “homenageado”, a partir das fontes disponíveis, e as características a respeito do sujeito, cujo nome foi utilizado para nomear a localidade, a partir de fontes disponíveis, o que nem sempre foi possível;<sup>4</sup> e as características da localidade.

### **Análise antropotoponímica dos bairros de Irecê (BA)**

Esta análise compreende aspectos relevantes como história, memória, tempo e identidade cultural. Visto que a nomeação não se dá de forma

4 Nota-se que não foi possível encontrar informações a respeito de alguns “homenageados”, pois os nomes atribuídos às localidades em Irecê são, por muitas vezes, resultados de designações espontâneas que se popularizam.

isolada do contexto em que está inserido, a princípio faz-se necessário considerar aspectos estruturais do nome, bem como sua motivação e seu significado histórico.

Quadro 5 – Ficha toponímica – Alto de Moura

| <b>ANÁLISE TOPONÍMICA</b>      |   |
|--------------------------------|---|
| <b>TOPÔNIMO</b>                | Alto do Moura.  |
| <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>   | Acidente geográfico <i>Alto</i> + Apelido de família (sobrenome) <i>Moura</i> .   |
| <b>MOTIVAÇÃO</b>               | Econômica.  |
| <b>PERFIL DO “HOMENAGEADO”</b> |   |
| <b>SOBRE A LOCALIDADE</b>      | O que motivou o bairro a receber esta nomeação foi em prol de homenagear a família Moura, antiga família residente na cidade. |

Fonte: elaborada pelas autoras.

Quadro 6 – Ficha toponímica – Arnóbio Batista

| <b>ANÁLISE TOPONÍMICA</b>      |  |
|--------------------------------|--|
| <b>TOPÔNIMO</b>                | Arnóbio Batista.   |
| <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>   | Prenome <i>Arnóbio</i> + Apelido de família (sobrenome) <i>Batista</i> .   |
| <b>MOTIVAÇÃO</b>               | Política e econômica.  |
| <b>PERFIL DO “HOMENAGEADO”</b> | Nascido em junho de 1917 e falecido em 1971, Arnóbio Batista casou-se com Elvira Barreto de Souza, com quem teve os filhos Neuracy Batista Barreto de Araújo, Maria Aparecida Barreto de Souza, Deuseni Batista Barreto e João Batista Barreto. Arnóbio Batista foi comerciante, agricultor, vereador de Irecê por quatro mandatos, Juiz de paz e delegado de polícia. (RUBEM, 1999, p. 204) |
| <b>SOBRE A LOCALIDADE</b>      | O bairro era anteriormente conhecido como loteamento Arnóbio Batista.  |

Fonte: elaborada pelas autoras.

Quadro 7 – Ficha toponímica – Baixão de Sinésia

| <b>ANÁLISE TOPONÍMICA</b>      |  |
|--------------------------------|--|
| <b>TOPÔNIMO</b>                | Baixão de Sinésia.   |
| <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>   | Acidente geográfico <i>Baixão</i> + Prenome <i>Sinésia</i> .   |
| <b>MOTIVAÇÃO</b>               | Econômica.   |
| <b>PERFIL DO “HOMENAGEADO”</b> | <p>Sinésia Caldeira Bela nasceu em 1902, no Caldeirão da Onça, atual Ipanema, povoado de América Dourada. Chegou à cidade de Irecê aos dois anos de idade juntamente com seus pais. Sinésia Caldeira procurou organizar a Fazenda Pau D’arco, onde morou com sua família. Demonstrou em vida grande disposição em ajudar o próximo, cedia tarefas de suas terras para que as pessoas tivessem onde morar, promovia festas e comemorações como Fogueira de São João e Reisado para distração do povo. Sinésia Caldeira conseguiu a instalação de um poço artesiano no bairro para melhores condições dos moradores e assim foi crescendo o que hoje é denominado Bairro Baixão de Sinésia, o qual recebeu tal nomenclatura como homenagem aos bem feitos que essa líder proporcionou aos moradores e ao desenvolvimento do bairro. Após o falecimento de Sinésia Caldeira no ano de 1984, os moradores perderam força, pois, tinham-na como uma espécie de chefe no lugar em que residiam. (RUBEM, 1999; SILVA, 2011)</p> |
| <b>SOBRE A LOCALIDADE</b>      | <p>Após a morte de Sinésia Caldeira Bela, os terrenos cedidos aos moradores foram sendo vendidos de forma irregular, uma vez que nenhum dos herdeiros teve acesso ao dinheiro referente aos bens vendidos, bem como acesso aos documentos de venda. Após 30 anos da morte de Sinésia Caldeira, os herdeiros descobriram que havia a alienação dos bens de herança. Atualmente, a escritura da Fazenda Pau D’Arco, bairro Baixão de Sinésia, encontra-se sob cuidados da justiça, a fim de que se resolvam questões relacionadas à regulamentação da documentação dos imóveis que se encontram nos perímetros do bairro Baixão de Sinésia e a retomada das posses em nome dos herdeiros, as quais foram vendidas irregularmente. (SILVA, 2017)</p>  |

Fonte: elaborada pelas autoras.

Quadro 8 – Ficha toponímica – Félix

| <b>ANÁLISE TOPONÍMICA</b>      |  |
|--------------------------------|--|
| <b>TOPÔNIMO</b>                | Félix.   |
| <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>   | Apelido de família (sobrenome) <i>Félix</i> .  |
| <b>MOTIVAÇÃO</b>               | Econômica.   |
| <b>PERFIL DO “HOMENAGEADO”</b> | O bairro foi inicialmente reconhecido como Loteamento Vila Félix, fazendo menção à família Félix, pois alguns terrenos pertenciam a João Félix da Cunha.   |
| <b>SOBRE A LOCALIDADE</b>      | Segundo informações retiradas de documentos da Prefeitura Municipal de Irecê, o bairro Félix, que é popularmente conhecido como Morro do Urubu, ganhou esse nome pelo fato de que há alguns anos, havia no local matadouros de animais. Os couros desses animais eram colocados a céu aberto para que secassem e fossem comercializados. O episódio chamava a atenção de centenas de urubus, o que acabou levando ao apelido de Morro do Urubu. Hoje o bairro não possui mais tais matadouros, entretanto, o nome popular ainda é utilizado. |

Fonte: elaborada pelas autoras.

Quadro 9 – Ficha toponímica – Lagoa de Tió

| <b>ANÁLISE TOPONÍMICA</b>      |  |
|--------------------------------|--|
| <b>TOPÔNIMO</b>                | Lagoa de Tió.  |
| <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>   | Acidente geográfico <i>Lagoa</i> + hipocorístico <i>Tió</i> .  |
| <b>MOTIVAÇÃO</b>               | Econômica.   |
| <b>PERFIL DO “HOMENAGEADO”</b> | Não há informações disponíveis sobre este que era popularmente conhecido como Tió. De acordo com Rubem (1999, p. 155-156), ele foi casado com Filomena Pereira e era proprietário do terreno que hoje leva a designação de Lagoa do Tió. Como proprietário, o referido Tió permitia que moradores usassem a lagoa para lavar roupas ou para outras atividades de recreação, além de terem a água para abastecimento doméstico. (RUBEM, 1999, p. 155-156) |
| <b>SOBRE A LOCALIDADE</b>      | Ainda seguindo as informações de Rubem (1999, p. 155), o local da lagoa do Tió, que mais tarde receberia o status de bairro, cresceu em torno dessa grande faixa d’água com vegetação ao redor.  |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 10 – Ficha toponímica – São José

| <b>ANÁLISE TOPONÍMICA</b>      |  |
|--------------------------------|--|
| <b>TOPÔNIMO</b>                | São José.  |
| <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>   | <i>São</i> (relacionado a santo, usa-se antes de um nome masculino de um santo iniciado com consoante) + Prenome <i>José</i> .   |
| <b>MOTIVAÇÃO</b>               | Econômica e religiosa.   |
| <b>PERFIL DO “HOMENAGEADO”</b> | De acordo com documentos da Prefeitura Municipal de Irecê, o bairro inicialmente levava o nome de Fazenda São José. Essa fazenda pertenceu anteriormente a José Tomé da Silva.   |
| <b>SOBRE A LOCALIDADE</b>      | Ainda segundo os registros da Prefeitura Municipal de Irecê, as terras de José Tomé da Silva foram divididas em lotes para serem vendidos. Cada novo loteamento recebia a mesma designação. Assim, surgem os bairros São José I, São José II e São José III. |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 11 – Ficha toponímica – São Francisco

| <b>ANÁLISE TOPONÍMICA</b>      |  |
|--------------------------------|--|
| <b>TOPÔNIMO</b>                | São Francisco.   |
| <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>   | <i>São</i> (relacionado a santo, usa-se antes de um nome masculino de um santo iniciado com consoante) + Prenome <i>Francisco</i> .  |
| <b>MOTIVAÇÃO</b>               | Econômica e religiosa.   |
| <b>PERFIL DO “HOMENAGEADO”</b> | Devido ao aglomerado de casas de papelão no espaço que hoje é conhecido como bairro São Francisco, Joacy Nunes Dourado, prefeito de Irecê entre 1976 a 1982, promoveu uma habitação popular, onde doou terrenos com a ajuda do padre Pedro e o apoio da Igreja Católica para construções de casas. Entretanto, não houve boa convivência entre os moradores que logo começaram a marcar terras a mais do que tinham por direito, gerando muitos conflitos, desentendimentos e mortes entre os próprios moradores. Acredita-se que um certo Francisco – não se tem informação acerca do seu nome completo em registros públicos – era um antigo proprietário de terras no bairro. |

|                           |   |
|---------------------------|---|
| <b>SOBRE A LOCALIDADE</b> | Relatos confirmados por Rubem (1999) indicam que, ao comemorar a abertura de um poço artesiano, o mencionado Francisco deflagrou vários tiros, o que, provavelmente, pode ter reforçado a visão, por moradores de bairros vizinhos, de uma localidade violenta. Por esse motivo, o bairro São Francisco passou a ser conhecido como “Malvinas”, numa referência à guerra entre a Argentina e o Reino Unido, ocorrida em 1982, pelo território das Ilhas Malvinas. Vale salientar que o nome popular “Malvinas”, bem como a ideia de bairro violento ainda persiste entre os habitantes da cidade, apesar de conflitos dessa natureza serem coisas do passado. |
|---------------------------|---|

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 12 – Ficha toponímica – Silva Pereira

|                                |   |
|--------------------------------|---|
| <b>ANÁLISE TOPONÍMICA</b>      |   |
| <b>TOPÔNIMO</b>                | Silva Pereira.  |
| <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>   | Apelido de família (sobrenome) <i>Silva Pereira</i> .   |
| <b>MOTIVAÇÃO</b>               | Econômica.  |
| <b>PERFIL DO “HOMENAGEADO”</b> | Conforme os registros da Prefeitura Municipal de Irecê, Litercílio da Silva Pereira, fazendeiro, foi o antigo proprietário das terras em que o bairro Silva Pereira se desenvolveu.   |
| <b>SOBRE A LOCALIDADE</b>      | O bairro é também conhecido como bairro do Preá, pois possuía grande número de mamíferos da espécie. Não há registros de que Silva Pereira tenha tido participação ou contribuições significativas para a construção do bairro. (RUBEM, 1999) |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Além dos dados revelados nas fichas toponímicas acima, é mister trazer ainda as seguintes informações: o bairro Arnóbio Batista faz homenagem a este que foi comerciante, agricultor, vereador, juiz de paz e delegado. Acredita-se que, inicialmente, com o nome de Loteamento Arnóbio Batista, o local teria recebido o nome em função de motivação por autolatrina. Ao se tornar bairro com o nome de Arnóbio Batista, não se pode descartar as motivações política e econômica para firmação do topônimo.

No que diz respeito à Sinésia Caldeira Bela, afirma-se que ela procurou organizar a Fazenda Pau D’arco, terras herdadas pelos seus pais, onde

morou com sua família. Sinésia Caldeira cedia tarefas de suas terras para famílias desabrigadas e sem rumo, terrenos dos quais não foram cedidos para comercialização, entretanto, hoje, o bairro encontra-se em grande irregularidade, pois os moradores efetuaram vendas irregularmente. A morte de Sinésia Caldeira deixou os moradores desestabilizados, pois, tinham-na como uma espécie de líder. Sabe-se que Sinésia Caldeira foi homenageada pelo fato de ter contribuído de diversas maneiras para a formação e desenvolvimento do bairro, tendo os moradores como fiéis no que tange ao reconhecimento de seu fundamental papel no desenvolvimento da fazenda. É importante destacar que Sinésia Caldeira foi a única mulher homenageada na nomeação dos bairros ireceenses.

Nessa perspectiva, afirma Nader (2007) que a nomeação se insere como prática universalizada ao nomear logradouros públicos com nomes de pessoas. Em todo caso o que se percebe é a problematização das escolhas dos nomes. Nader (2007, p. 12) explica que

o problema é que a escolha do nome do logradouro não escapa do quadro de discriminação sistemática de gênero que caracteriza a sociedade que adotou e mantém a tradição. De modo geral, é como se a população das cidades aceitasse que suas mulheres não fiquem como credoras do reconhecimento.

Desse modo, compreende-se a inferioridade a respeito das nomeações de lugares com nomes de mulheres atrelados à problemática da “superioridade masculina no que diz respeito ao porte e importância desses perante a população”, como afirma Nader (2007, p. 93), ou seja, uma forma de manutenção do poder patriarcal. Possivelmente, esse quadro ireceense e em outras localidades a respeito das nomeações femininas pode mudar, visto que, atualmente há uma luta pelos direitos das mulheres, as quais têm conquistado espaços na sociedade. É importante pontuar que a cidade de Irecê, no momento, possui alguns loteamentos com nomes de mulheres, os quais poderão fazer parte do grupo de topônimos dos bairros de Irecê futuramente.

Quanto ao bairro Félix, o que se tem são as poucas informações contidas na ficha toponímica apresentada, porém é possível compreender

a motivação econômica como causa para a homenagem ao antigo proprietário dos terrenos na localidade, tendo em vista que anteriormente o bairro teria sido denominado Loteamento Vila Félix. Afirma-se que tal nomeação não se deu por homenagem dos moradores ao proprietário dos terrenos do loteamento, desse modo compreende-se que a princípio a nomeação do loteamento teria sido por autolatria.

Vulgo Tió, assim como Silva Pereira, observa-se grande influência sobre os moradores devido a popularidade entre os residentes das terras vizinhas que desfrutavam de suas propriedades para satisfazer as necessidades dos moradores das terras vizinhas. No que se refere ao fazendeiro Silva Pereira, não há afirmações de que ele tenha contribuído diretamente ou indiretamente para a formação do bairro, a única informação que se tem, é que ele era proprietário dos terrenos que hoje denominam-se Silva Pereira.

Quanto ao bairro São Francisco, popular Malvinas, há uma confusão com relação à sua verdadeira motivação, pois como não há registros documentados pela prefeitura, o que o escritor Rubem (1999) registrou a respeito foram relatos orais de moradores. Entretanto, a partir dos dados apresentados, compreende-se que a nomeação não faz referência a algum santo, mas, observa-se que tal nomeação se dá pela motivação religiosa e à homenagem ao antigo morador do bairro, tornando-a também uma motivação de cunho econômico. Quanto ao bairro São José, por José Tomé da Silva ter vendido os terrenos para a formação do bairro, compreende-se que a nomeação se deu por motivos econômicos. Assim como o bairro São Francisco, a nomeação possui motivação religiosa e econômica.

Embora Dick (1990) não apresente uma taxa que especifique tais nomeações que se estruturam (*São + antropônimo*), Carvalho (2014, p. 127) considera como hagiotopônimo apenas os nomes que se referem aos santos e santas do hagiólogo romano. Sendo assim, Carvalho (2014, p. 127) defende o seu posicionamento:

[...] incluímos nessa subtaxe as invocações de Nossa Senhora, visto que surgem, na Idade Média, a partir do hagiotopônimo Santa Maria. Assim, como não possuem a estrutura linguística dos hagiotopônimos, que é qualificativo (são/santo(a)) + antropônimo,

classificamos os topônimos referentes a essas invocações como mariotopônimo. Em outros termos, o que propomos é uma subdivisão da subtaxe relativa aos nomes de santos.

Salienta-se que, a respeito dos hagiotopônimos, Lima (1997, p. 425) subdivide os hagiotopônimos em “aparentes” e “autênticos”. Nesse sentido, Tavares (2015, p. 172) afirma que

Isso poderia ser útil para ajudar a explicar casos em que os santos e santas não são de fato a motivação primeira e principal; em alguns casos, os ‘santos’ e ‘santas’ não existem no hagiológico católico. O que ocorre é que, na verdade, o denominador utiliza seu próprio nome ou o de alguém de sua família – filho(a), esposa(o), pai/mãe etc. – e, para empregá-lo como nome de uma propriedade rural ou localidade rural, antecede-o com os termos ‘são’, ‘santo’ ou ‘santa’. Como, porém, consideramos complexa essa subdivisão por falta de informações confiáveis que comprovem a santidade, apenas mencionamos a existência dessa proposta de divisão, mas não a adotamos para este trabalho.

Portanto, por ter dados que comprovem que tais nomeações, São José e São Francisco, fazem menção aos proprietários das antigas terras, descarta-se a taxe dos hagiotopônimos nesses dois casos.

## **Considerações finais**

Os topônimos ireceenses não são estranhos à realidade histórica, política e econômica da região. Desde a vinda dos primeiros imigrantes para a cidade de Irecê, no ano de 1877, quando a cidade ainda levava o nome de Caraíbas (RUBEM, 1997, p. 24-25), a procura por boas terras era o alvo dos que buscavam melhorias financeiras e estabilidade, bem como, fator que atraía novos moradores em busca apenas de sobrevivência.

Por isso, observa-se que entre os topônimos descritos acima, a maior parte dos perfis analisados estão envolvidos economicamente com a nomeação do bairro. Grande parte do meio político ou da agricultura. Os bairros no geral mencionam em sua maioria nomes de antigos

proprietários das terras. Políticos, por sua vez, estão em menor destaque para as designações dos bairros, visto que, na época, os políticos da região não usavam seus nomes para marcar locais públicos. Mais tarde, no entanto, os políticos vão ganhando maior visibilidade na nomeação de logradouros, principalmente em ruas de bairros mais centralizados.

Os bairros nomeados por antropotopônimos na maioria dos casos fazem menção aos poderes políticos e aos fazendeiros, excluindo em grande parte as mulheres. Como foi apresentado nas fichas toponímicas, as homenagens são destinadas, na maior parte, aos fazendeiros, comerciantes e aos que possuíam cargo político.

A partir dos dados coletados, afirma-se por hora que, dentre os bairros citados acima, o único que não possui documentos públicos acessíveis ou contato com a família foi o bairro Alto do Moura. As informações registradas na ficha toponímica são resultados de esclarecimentos fornecidos por funcionários públicos. No que tange às participações dos “homenageados”, vale ressaltar que, a partir do material encontrado e entre os topônimos analisados, apenas Sinésia Caldeira Bela teve participação direta sob a formação cultural, histórica e social do bairro em que residiu e fundou geograficamente.

## Referências

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARVALHO, A. P. M. A. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MGSS-9PMR2U>. Acesso em: 29 nov. 2018.

COSTA, A. B. A.; SEABRA, M. C. T. C. Língua, cultura e história na antropotoponímia de Minas Gerais. *Web-Revista Sociodialeto*, Campo Grande, v. 4, n. 12, maio 2014. Disponível em: <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/17/31052014112615.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. das G. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. v. 2, p. 121-130.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil / Bahia / Irecê*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/irece/panorama>. Acesso em: 27 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 20.

LIMA, I. A. A motivação religiosa nos topônimos paranaenses. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 45., 1997, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: GEL/UNESP, 1997, v. 1, p. 422-428.

NADER, P. M. F. *A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_3318\\_Penha\\_Mara\\_Fernandes\\_Nader.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3318_Penha_Mara_Fernandes_Nader.pdf). Acesso em: 26 nov. 2018.

OLDEROGGE, D. Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. In: KI-ZERBO, J. (ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 295-316. (Coleção História Geral da África, v.1).

PLATÃO. *Diálogos: Teeteto / Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. rev. Belém: EDUFPA, 2001.

RUBEM, J. *Irecê: história, casos e lendas*. Salvador: Bureau, 1997.

RUBEM, J. *Irecê: a saga dos imigrantes e histórias de sucesso*. Irecê: Print Fox, 2004.

- RUBEM, J. *Irecê, um pedaço histórico da Bahia*. Salvador: Royal, 1999.
- SAUSSURE, F. de *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA, J. O. *Sinésia Caldeira Bela: as raízes do passado de uma mulher negra que ainda estão presentes no município de Irecê*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia, Irecê, 2011.
- TAVARES, M. A toponímia das localidades rurais do município de Dourados (MS). *Revista do GEL*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 164-191, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/549/439>. Acesso em: 30 nov. 2018.

## Capítulo 14

# A ETNOTOPONÍMIA DOS NOMES DOS DISTRITOS DAS PROVÍNCIAS DE GAZA E MAPUTO: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE ECOLINGUÍSTICA<sup>1</sup>

*Alexandre António Timbane*

## Introdução

Segundo a *Bíblia sagrada* (ALMEIDA, 1993), Deus criou a terra, a luz, o dia, as árvores, água etc., e viu que tudo estava muito perfeito. Após essa maior criação, Deus criou o homem a partir do pó. Tendo o primeiro homem vivo, Deus atribuiu a propriedade/lote: o Jardim do Édem. Para ocupá-lo, Deus deu-lhe uma missão/trabalho: “atribuir nomes a todos os seres existentes”. Por sua vez, o *Alcorão sagrado* (2006) aponta o contrário. Foi Deus quem ensinou os nomes ao Adão: “Ele ensinou a Adão os nomes (de todas as coisas) e depois os apresentou aos anjos e lhes falou: Nomeai-os para Mim se estiverdes certos”. (ALCORÃO..., 2006) Tanto no *Alcorão sagrado* (2006) quanto na *Bíblia sagrada* (1993) se nota a frequência da existência da natureza – do meio ambiente – e do homem. A missão da atribuição ou de tomar conhecimento sobre os nomes se observa ainda nos nossos dias: atribuímos nomes aos filhos – defendido pela Constituição –, aos objetos, lugares, aos animais, às lojas e aos estabelecimentos comerciais (ALVES, 2017), enfim a tudo, além de renomearmos quando nos apercebemos que o nome não está relacionado à nossa identidade ou atualidade.

---

1 Agradecendo às contribuições de Florência P. Nhavenge, Rajabo A. Abdula, Ezra Alberto C. Nhampoca e Hilário F. Nhantumbo pelas dicas.

Esta breve ilustração que partiu da Bíblia e do Alcorão abre caminhos para a discussão sobre a etnolinguística, iniciada em junho de 2018, na comunicação oral apresentada no IV Encontro Brasileiro de Ecolinguística, na Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Segundo Couto (2007, p. 19), a ecolinguística “estuda as relações entre a língua e meio ambiente”. Citando Haugen (1972), Couto (2007) aponta que o verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos. Então se assim for, não se pode descartar que a sociedade está inserida numa cultura. A compreensão de uma sociedade só se dá quando se estuda a cultura do povo. Entende-se que a língua, a sociedade e a cultura estão intrinsecamente interligadas.

Interessa-nos nesta pesquisa analisar como o nome e a natureza – incluindo a cultura obviamente – entrelaçam-se dando significados e efeitos únicos em cada comunidade linguística. Na cultura europeia, as pessoas que se encontram pela primeira vez cumprimentam-se falando cada um (a) o seu nome. Mas há outras culturas – como é dos povos tsonga – em que o nome é o elemento mais importante a ser preservado e que não pode ser conhecido por pessoas que não são próximas. A esse fenômeno Guérios (1956) chama de “tabus linguísticos”. Tabu significa “sagrado-proibido” ou “proibido-sagrado”. Segundo Popescu (2017, p.143, tradução nossa) “do ponto de vista semiótico, o tabu linguístico está intimamente ligado à busca de suas causas e às consequências que gera nos níveis social e cognitivo. É a expressão da necessidade de mudar o mundo, de esconder realidades, de desviar a percepção geral de certos fatos ou certos eventos.” Vejamos a seguir exemplos de tabus linguísticos:

[...] em zulu, uma língua falada na África, a mulher é proibida de dizer o nome do sogro, o nome dos irmãos deste e o nome do genro, quer estejam vivos ou mortos, e também não pode falar uma palavra semelhante ou derivada: uma mulher cujo genro chama-se *Umánzi* com o radical *mánzi* (água), por exemplo, deverá evitar todos os vocábulos em que se apresenta a palavra *mánzi* e os complexos fônicos semelhantes. (CEZARIO; VOTRE, 2009, p. 149, grifo do autor)

Os indígenas australianos guardam seus nomes em segredo, porque, conhecendo-os o inimigo, crêem ter em seu poder algo que pode, mágicamente, prejudicá-los. Abandonam, para sempre, seu nome, quando passam pela primeira das numerosas cerimônias que lhes conferem os direitos de homem feito. Se alguém da tribo quer chamá-lo, dirá ‘irmão’, ‘sobrinho’ ou ‘primo’, conforme o caso, ou o chama pelo nome da classe a que pertence. (GUÉRIOS, 1956, p. 32)

Entre os negros Crus (África ocidental), só os parentes mais próximos conhecem o verdadeiro antropônimo de cada um; os outros o interpelam por meio de pseudônimo. Os Jalofos (Senegâmbia) ficam aborrecidos se alguém os chama em voz alta. Dizem que o espírito mau se lembrará do nome e dele se servirá, de noite, para lhes fazer mal. (GUÉRIOS, 1956, p. 33)

Uma criança brãmene recebe dois nomes, uma para uso corrente, e outro, secreto, conhecido somente pelos pais ou em certas cerimônias (casamentos, etc). (GUÉRIOS, 1956, p. 33)

Estes exemplos mostram como o nome não constitui uma simples nomeação de alguém ou de coisa. Dentro da nomeação há elementos que carregam significação, história e valores da cultura, do meio ambiente e das tradições. O nome em algumas sociedades é muito valioso, carrega identidade e características que algumas pessoas podem interpretar como tabus. Um fenômeno só se torna tabu quando o sujeito não comunga a mesma ideologia ou crença. Ninguém chamará de tabu, uma prática que o identifica ou que reflete a sua identidade sociocultural. Por exemplo, o segredo de um nome só se torna tabu quando o sujeito não acredita nas “consequências” da falta do cumprimento das regras sociais do grupo. Guérios (1956, p. 11) divide os tabus em a) próprios: quando há “proibição de dizer certo nome ou certa palavra, aos quais se atribui poder sobrenatural, para evitar infelicidade ou desgraça” e b) impróprios: quando é “proibição de dizer qualquer expresso a imoral ou grosseira”.

A presente pesquisa investiga quais os processos ecolinguísticos e etnotoponímicos que estariam ligados a atribuição de nomes dos distritos

nas províncias de Maputo e Gaza, da região Sul de Moçambique. Como hipóteses avança-se a ideia de que (i) os nomes dos distritos provêm dos nomes de plantas e animais da região; (ii) os nomes sofreram transformações ou adaptações gráfico-fonéticas e (iii) há relação entre o nome do distrito e os contextos socioculturais da região geográfica.

De forma geral, a pesquisa visa compreender a relação entre o nome e os aspectos ambientais em que a comunidade de fala está inserida sem deixar de incluir a cultura que é um elemento indissociável da língua. Especificamente, a pesquisa visa (i) explicar as influências do grupo étnico tsonga na atribuição dos nomes dos distritos e (ii) discutir a atribuição dos nomes dos distritos e sua relação com a cultura e o meio ambiente. A pesquisa é relevante pelo fato de registrar a história do povo tsonga, assim como resgatar traços de identidade sociocultural e linguístico presentes naquele povo.

Na primeira seção, discute-se questões inerentes à política linguística que influencia na situação sociolinguística de Moçambique. Essa discussão dá um panorama geral sobre como as línguas estão organizadas e quais os valores ou funções atribuídas a cada uma no seu uso real. Seguidamente afina-se os conceitos de etnolinguística e ecolinguística em contexto real moçambicano. Na terceira, procura-se enxergar as relações entre cultura *versus* língua, buscando exemplos concretos; a quarta e última seção debate sobre a organização administrativa de Moçambique e sua relação com a etnotoponímia. Nesta parte apresentam-se os dados e discute-se os resultados antes de concluir e enumerar as referências utilizadas.

## **Política linguística e a situação sociolinguística de Moçambique**

O português é a língua oficial de Moçambique, segundo as Constituições de 1975 e 2004, embora não seja a língua materna da maioria dos moçambicanos, especialmente nas zonas rurais e suburbanas. Os moçambicanos são bantófonos falando cinyanja, cisenga, cinyungwé, cisena, ciwuttee, cimanyika, cindau, cibarwe, kiswahili, kimwani, shimakonde, ciyao, emakhuwa, ekoti, elomwé, echuwabo, citshwa, gitonga, cicopi, xirhonga,

xiChangana, ciswati, xizulu e a língua de sinais. (TIMBANE, 2014) O número exato das línguas faladas em Moçambique ainda é um mistério, porque os estudos sobre a descrição e classificação ainda avançam. O conceito de língua, dialeto e variante ainda é discutível, até porque não faz sentido falar de “norma-padrão” em contexto de línguas bantu moçambicanas. A seguir vou argumentar um pouco mais sobre esta questão para esquentar os debates que aprofundarei mais adiante.

A norma-padrão nunca foi língua materna de ninguém e corresponde a uma língua artificial inexistente na fala real de uma comunidade linguística. Está mais que claro que ninguém fala a norma-padrão a todo momento, incluindo aquelas que a falam como língua materna. Por isso mesmo, pessoas que a falam como língua materna se tornam “aprendizes” da língua quando chegam à escola pela primeira vez, porque precisam ter a disciplina de língua portuguesa como se não soubessem falar. Uma das razões que impulsiona isso é que a língua de casa é diferente da língua da escola.

A norma-padrão é uma lei e constitui uma invenção da política linguística, tal como referiu Timbane e Vicente (2017) no artigo “Políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique”. O termo norma-padrão surgiu da necessidade de dominar camadas sociais e impedi-las ao acesso de certos privilégios considerados “especiais e pertencentes a camadas sociais de grande poder”. Porque rebato esta questão? É que não existe uma norma sem padrão. Não existe uma língua sem gramática. Não existe variante sem regra nem gramática própria. Logo, não faz sentido dizer que existe uma norma que é padrão e outra sem padrão.

O dialeto caipira, por exemplo, tem regras, tem padrão e uma grande literatura publicada – dissertações, teses, livros, monografias, artigos etc. –, sendo assim, é um absurdo e preconceituoso afirmar que o caipira fala desorganizadamente. Se isso acontecesse, eles não poderiam se entender. Infelizmente esta ideia – de padrão e não padrão – ainda é replicada nas academias e está enraizada nas escolas e na sociedade, embora não faça sentido nenhum. Por isso, no contexto das línguas africanas, em especial nas do grupo bantu, não queremos falar sobre isso para não

incorrer o que acontece com línguas europeias mais usadas no nosso espaço, pois todas as línguas e suas respectivas variantes têm sim, um padrão, uma regra que gera a comunicação.

Veja-se que a política linguística pune e oprime quem não conhece a norma-padrão. (TIMBANE; REZENDE, 2016) Quem não conhece a norma-padrão reprova em concursos públicos, perde melhores empregos, fica inibido de usufruir vantagens disponíveis em diversas esferas da sociedade. Quem não conhece a norma-padrão vê os seus sonhos e o futuro ameaçados, porque repete de ano, perde melhores cursos superiores, porque não atingiu mil pontos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). É absurdo e humilhante que o aluno repete de ano na disciplina de língua portuguesa, enquanto fala português desde a sua nascença. Não dá para imaginar como o ser humano maltrata e humilha o outro em favor de privilégios de ascensão econômico e político. Que o diga o deputado brasileiro Tiririca que foi obrigado a fazer exame – no primeiro mandato – para comprovar se conhece a norma-padrão ou não.

A política linguística trata a norma-padrão como uma lei que precisa ser cumprida e que qualquer violador deve sofrer sanções como se a honestidade, a capacidade de produção na empresa fosse calculada pelo número de vezes que usa a norma-padrão no espaço profissional. Cá entre nós, quantos minutos por dia um doutor ou mestre gasta para falar a norma-padrão? Desafio uma observação atenta a este fenômeno e veremos que os candidatos ao emprego, por exemplo, precisam da norma-padrão para o concurso apenas. Curiosamente a escola – que deveria ser o espaço de acolher variações linguísticas sem classificá-las como corretas e erradas – apoia e fomenta essa exclusão, atitude que sempre provocou preconceito linguístico (BAGNO, 1999) e exclusão social, econômica e política.

Deixo clara a ideia segundo a qual a norma-padrão foi inventada para diferenciar pessoas de diferentes classes sociais. Espera-se que a norma-padrão seja dominada por pessoas com *status* de vida melhor, localizadas especialmente nas zonas urbanas e com nível de escolaridade considerada “superior”. Dá-se a impressão de que a norma não padrão não tem norma, mas não é verdade. A norma não padrão tem norma sim, apenas lhe foi imputada o rótulo de “não padrão” para que seus falantes sejam

inferiorizados. No português brasileiro (PB) dizer “Os peixe está no rio” está certíssimo. Segue uma norma, pois ninguém fala (i) “O peixes está no rio” ou (ii) “Os peixes está no rio” ou (iii) “Os peixe estão no rio”. Existe uma regra, uma norma que está sendo utilizada que é respeitada pelos falantes. Muitos estudos (BORTONI-RICARDO, 2010; FARACO, 2004, 2005) provaram a artificialidade da norma-padrão e os problemas de desigualdade social causados na aplicação prática.

Voltando para as línguas bantu moçambicanas não faz sentido falarmos em norma-padrão, isso criaria uma problemática de maior vulto semelhante àquela que acontece com as línguas europeias em que existe uma “norma” para o povão – língua não padrão – e a outra para a elite – norma-padrão – ou para pessoas com formação universitária – norma culta. A língua é uma construção social, disse Saussure (2006), e Labov (2008) acrescentou: é inútil estudá-la fora do seu contexto social. Sendo assim, a língua natural não pode ser inventada pela individualidade ou por um grupo restrito reconhecido como “cientistas da linguagem”. As poucas tentativas de invenção de línguas – línguas artificiais – redundaram num fracasso, porque elas são línguas sem identidade e despidas de cultura.

A norma-padrão deveria ser aquela que é falada pela comunidade. A fala da comunidade está adequada ao tempo, não é estática e se desenvolve em sincronia com a sociedade. Não basta o linguista afirmar que esta fala corresponde a uma língua e a outra é dialeto. É necessário consultar a comunidade. É um absurdo e ainda violação dos “direitos linguísticos” (UNESCO, 1996) quando o linguista chega numa comunidade e afirma “você não estão falando língua, mas sim dialeto”. O linguista não pode forçar nem impor nomes e classificações na língua que as pessoas falam. Caberá ao pesquisador analisar, estudar e mostrar as evidências e características da língua. Esse é um dos problemas que dificulta até hoje a classificação das línguas africanas. Quer dizer, o linguista que estudou – em modelos acadêmicos europeus – teorias linguísticas – algumas eurocentristas – não tem autoridade de informar qual é e qual não é a língua do povo. Essa decisão cabe à comunidade.

Muitas classificações das línguas africanas feitas por diversos pesquisadores europeus e americanos – Joseph Harold Greenberg (1915-2001),

Malcolm Guthrie (1903-1972), Clement Martyn Doke (1893-1980), Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek (1827-1875), Carl Friedrich Michael Meinhof (1857-1944) – caem por terra quando se vai junto ao povo consultar a veracidade dos fatos sobre qual língua e sublíngua. Um dos estudos que revela essa dificuldade foi apresentado num artigo para a *Revista Internacional da Língua Portuguesa* (RILP) por Timbane, Domingos e Afonso (2019), na qual se demonstrou que as línguas africanas em Angola são classificadas em três zonas: H, K e R, segundo Maho (2003), no capítulo “An classification of the bantu languages: an update of Guthries referential”.

Essas classificações intrigam muitos pesquisadores angolanos e os falantes nativos, pois não se veem presentes nas classificações. Aquilo que é chamado de língua para o linguista é um dialeto para a população, e o que é chamado de dialeto é efetivamente uma língua. O mesmo se pode dizer dos estudos de Heine e Nurse (2000) que tentam trazer uma classificação que em muitos momentos choca com a realidade sociolinguística das línguas bantu moçambicanas. A mesma distribuição de Maho (2003) coloca a variedade gwamba como língua e atribui o código S52, dado que é discutível e entra em choque com o que Ngunga (2015), Siteo (1996) Ngunga e Faquir (2011) apresentam como consenso entre moçambicanos.

Das mais de 20 línguas bantu faladas em Moçambique, 17 delas já possuem a ortografia padronizada. (NGUNGA; FAQUIR, 2011) Essa padronização ortográfica em nenhum momento levanta a questão da padronização do sistema linguístico. Se por acaso alguém pensar na padronização das línguas bantu deve valorizar a língua usada pela comunidade, pois não fará sentido inventar uma língua como sistema para impor aos falantes privilegiados. A ortografia se liga à língua escrita e ambos são artificiais. Não existe acordo da fala, apenas da ortografia.

Para além das línguas mencionadas, em Moçambique se fala línguas asiáticas, das quais se pode citar gujarate, memane, hindu, urdo e o árabe, línguas faladas por comunidades de imigrantes asiáticos. A influência da cultura e das línguas indianas está presente em quase todo país. Um estudo de Marta Jardim cujo tema foi “Que nome dar à diferença? Estudando nomes classificados como indianos em Inhambane-Moçambique” mostra

como vários nomes das línguas indianas estão presentes na gastronomia, nos objetos, nomes de lojas e em laços familiares e tradicionais. (JARDIM, 2007) As línguas maternas mais faladas, segundo o Instituto Nacional de Estatística (2007) são: “o eMakhuwa (26,3%), o xiChangana (11,4%), português (10,8%), o ciSena (7,8%)”.

Não existe uma língua superior a outra. Portanto, não é pela língua que se pode classificar um povo como selvagem ou incivilizado. Por essa classificação colonial, as línguas africanas eram consideradas dialetos e até hoje há pessoas desavisadas que as chamam de dialetos. Precisamos ultrapassar esta barreira colocando ao nosso alcance as políticas linguísticas e públicas (TIMBANE; VICENTE, 2017) que satisfaçam a realidade africana e sob o ponto de vista da África. Todo falante de línguas bantu moçambicanas independentemente do credo ou idade tem a mesma capacidade de usá-las e o poder dessas línguas é a mesma. Precisamos desconstruir a ideia de que existem línguas melhores que outras, que as línguas europeias só podem ser oficiais e as nossas inferiores, que as línguas europeias podem ser meios de transmissão do saber e as nossas pobres demais, que existem variantes privilegiadas e outras desprestigiadas, pois a língua surgiu por um mesmo objetivo: estabelecer a comunicação entre a comunidade.

### **Afinando os conceitos de etnotoponímia e ecolinguística para línguas africanas**

Uma vez discutida a questão da política linguística em contexto africano, cabe-nos debater as definições de etnotoponímia. A palavra é formada por etno que significa etnia proveniente do grego *ethnos* (povo), e toponímia que é área de estudos científicos que se interessa pelo estudo e procedência da significação dos nomes dos lugares, levando em consideração aspectos geohistóricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que tenham influenciado sua escolha. (SOUSA, 2008) De forma simples e usando as palavras de Couto (2007, p. 250), a toponímia “é o estudo dos nomes de lugares”.

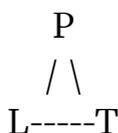
A noção de etnia ainda está presente nos povos africanos e ganha significados bem precisos. Sociedades europeizadas não possuem esse

conceito. No Brasil urbano, por exemplo, o conceito de etnia se torna estranho demais, mas para as populações indígenas no interior das florestas amazônicas sabem muito bem o que é e qual é o significado da etnia nas suas vidas. No contexto urbano a definição de etnia se encontra “contaminada” de tal forma a que o pertencimento se torna globalizado. Para os grupos populacionais africanos localizados nas zonas rurais, afirmar pertença à etnia ndau, por exemplo eleva autoestima e marca uma identidade. As pessoas saberão qual é seu lugar e como deverá ser tratado.

O nome faz com que algo exista. Antes de ter nome não há existência e o ser humano sempre atribui nomes. A significação do nome “exerce uma grande influência sobre aquele que o traz e também sobre os outros [...]”. (CUNHA, 2004, p. 224) Segundo Alves (2017, p. 46), “[...] o nome assume a função de porta-voz, ele comunica e conecta pessoas e empresas, estabelecendo uma relação na qual as missões e os valores da empresa são associados a princípios e ideologias individuais e coletivas.”

A atribuição do nome não é aleatória nas tradições bantu e está ligada ao ambiente, à cultura e aos contextos ambientais em que a “comunidade de fala” (COUTO et al., 2016, p. 231) está inserida. Mufwene (2016) vai mais longe ao afirmar que a mente é um fator ecológico, porque é onde se depositam os traços e os significados sociais, isto é, “é o *locus* da existência e competição entre línguas”. (WEINREICH, 1953 apud MUFWENE, 2016, p. 490) Uma simples saudação envolve um conhecimento dos modos de vida, segundo Timbane (2014). A mente e as crenças comandam e ligam o povo, a língua e o espaço físico ocupado por essa comunidade que em suma constitui o ecossistema integral da língua. Couto esquematiza da seguinte forma:

Figura 1 – Ecossistema Integral da Língua



Fonte: elaborado pelo autor com base em Couto (2007).

Nota: P=Povo (etnia Tsonga) L=Línguas (xichangana, xitswa e xirhonga) T= Território (distritos das províncias da Maputo e Gaza)

O que se observa neste esquema é, sem dúvidas, uma interdependência dos elementos, sendo o povo a parte falante de uma língua que ocorre num determinado lugar (território). A língua como sistema desempenha um papel importante na identificação do povo, assim como a sua localização geográfica. Dizer, *vacopi* se refere a um povo *copi*, localizado geograficamente na região de Zavala, falante da língua *cicopi*. Na língua, o léxico é a parte mais evidente da língua. (TIMBANE, 2014) Segundo Sapir (1969 apud COUTO, 2009, p. 166), o léxico da língua “é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes”. A atribuição do nome não é aleatória nas tradições bantu e está ligado ao ambiente, à cultura e aos contextos ambientais em que a “comunidade de fala” (COUTO, 2007, p. 231) está inserida.

Quando Mufwene afirma que “a mente é um fator ecológico” pretende mostrar que é nela onde se depositam os traços e os significados sociais, isto é, “é o *locus* da existência e competição entre línguas”. (WEINREICH, 1953 apud MUFWENE, 2016, p. 490) Ao apoiar a ideia de Sapir (1969), Couto (2009) afirma que a língua pode, em princípio, sofrer influências do ambiente quanto a seu assunto ou conteúdo, isto é, o léxico; talvez não quanto ao sistema fonético nem quanto à forma gramatical, que compreenderia a morfologia e a sintaxe.

Sendo assim, existe um meio ambiente mental que “[...] é constituído pela infraestrutura cerebral e os processos mentais que entram em ação na aquisição, armazenamento e processamento da linguagem”. (COUTO, 2007, p. 20) Muitos nomes de plantas, de animais, coisas e fenômenos que ocorrem num espaço geográfico dependem muito mais do ambiente em que os falantes estão envolvidos. Por exemplo, Sapir dá exemplo da neve, que em países onde não ocorre esse fenômeno ambiental é designando de neve apenas, mas em zonas onde ocorre a neve existem tipos e formas de neve. Essa diferenciação se funda devido aos contextos socioambientais em que os falantes estão envolvidos. Para Mufwene (2016, p. 494),

a mente é o motor mais importante da evolução, uma vez que filtra todas as influências vindas de fora e de dentro do falante. Isso é evidente até mesmo em pidgins incipientes, que, além de refleti-

rem mudanças drásticas na estrutura da língua lexificadora, continuam sendo línguas humanas mesmo assim.

Para as línguas africanas atribuir nome de um lugar não envolve apenas líderes comunitários, inclui a aprovação dos antepassados. A comunicação com os antepassados se realiza por meio de curandeiros que são considerados intermediadores.

## **Enxergando as relações cultura *versus* língua**

O conceito “cultura” não possui uma única definição. Santos argumenta que “o processo de transmissão cultural depende da relação entre passado e presente manifestada pela atuação do sujeito no meio social, já que o ser humano não sobrevive em comunidade sem se relacionar com o outro”. (SANTOS, 2018, p. 35) Por isso mesmo, a língua não foi inventada para que cada um fale sozinho. É para que haja comunicação entre duas ou mais pessoas. O povo moçambicano se identifica pela partilha de traços comuns que passam desde as crenças, as tradições, as línguas, os ritos, a gastronomia, o conhecimento da natureza entre outros traços. Mas é importante trazer ao debate pesquisadores que aprofundam o conceito “cultura”, pois os debates sempre foram divergentes ao longo dos tempos. No século XVIII, o conceito cultura era empregue no singular, o que refletia o universalismo e o humanismo dos filósofos: a cultura é própria do Homem – com maiúscula –, além de toda distinção de povos ou de classes. A cultura “se inscreve então plenamente na ideologia do Iluminismo: a palavra é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época”. (CUCHE, 1999, p. 21)

Para o antropólogo inglês Edward Taylor, a cultura é um conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos inseridos numa determinada sociedade. A cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Para Sapir (1969), a cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de

grupos no interior de uma sociedade. Mas também, pode ser um conjunto de conhecimentos, de ideias e de crenças, assim como as maneiras como esse conjunto de conhecimento se manifesta na vida social.

Desta forma, “[...] o processo que cada cultura sofre em situação de contato cultural, processo de desestruturação e depois de reestruturação, é em realidade o próprio princípio da evolução de qualquer sistema cultural. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução”. (CUCHE, 1999, p. 137) Se a cultura é instável, como é que a língua como parte integrante permanecerá estática? É claro que a língua vai acompanhar esse processo dinâmico da cultura.

Cuche (1999, p. 140) conclui que “[...] não existem, conseqüentemente, de um lado as culturas ‘puras’ e de outro, as culturas ‘mestiças’. Todas, devido ao fato universal dos contatos culturais, são, em diferentes graus, culturas ‘mistas’, feitas de continuidades e de descontinuidades”. Essa reflexão nos leva a pensar que com língua acontece a mesma coisa. Não existe uma língua pura. Uma língua é uma soma de várias línguas e sempre está sujeita à influência de outras. Por isso mesmo, a norma que é considerada “não padrão” está mais atualizada no tempo e no espaço do que aquela que é designada como “padrão”, pois esta última é conservadora e tende a manter os traços pré-definidos.

Para isso iniciamos com a seguinte problemática: é unanimidade nas línguas e culturas europeias afirmar que “o Sol nasce no Oriente?” Será que o Sol nasce mesmo? Quando se afirma que algo nasce é que se espera que um dia morra. Os seres vivos são assim. Para a visão das culturas e línguas europeias, o Sol nasce. Logicamente, quem afirma que o Sol nasce concorda com a tese de que em algum momento, o Sol irá morrer ou desaparecer para não voltar mais. Uma vez desaparecido ou morto, precisa nascer outro em substituição para que tenhamos o novo dia, o novo clarear. Logo, na visão da referida sociedade nascem 365 \*sols e morrem 365 num ano. Mas o mesmo não vale para a Lua e as estrelas. Porque estas não nascem? É porque o seu “nascimento” e “morte” raramente é notável. Logo, eles aparecem e não nascem. Esta é a forma como se enxerga o fenômeno da língua *versus* cultura.

Essa é a percepção que algumas culturas enxergam o fenômeno Sol. Sabemos – quase todos – que o Sol jamais nasce, apenas a terra é que se move e faz sombra, correspondente à noite – e se vira para o Sol – correspondente ao dia. Não se trata de nenhum nascimento nem da morte, apenas a percepção que os sujeitos têm com relação à cultura. Conclui-se que podemos estar observando um mesmo fenômeno, mas a interpretação variará segundo a cultura que conduz a percepção do mundo. Para a cultura dos povos tsonga de Moçambique e da África do Sul, o Sol não nasce, mas sim clareia – *a vuxa ou kuxa* –, quer dizer, *Djambu ri xile* – tradução literal: o Sol nasceu – e o pôr do Sol corresponde a “entrar” (*kupela*), quer dizer, *Djambu ri pelile* – tradução literal: o Sol se pôs. O Sol nos tsonga não nasce. Avalia-se o efeito da claridade. Os tsonga são prudentes ao afirmar *Djambu ri xile* e *Djambu ripelile*. Isso acontece porque a percepção da natureza – do meio ambiente – conecta-se com a interpretação do mundo e isso se verifica na fala.

Outro exemplo que ilustra as relações entre a língua, a cultura e a percepção do mundo é o nascimento. Para a maioria dos brasileiros, a gestante “ganha” neném. Para os povos tsonga, a gestante *phulukaka* [origina] neném. Enquanto uma gestane “ganha”, a outra “originou” neném. Aqui temos visões diferentes para um mesmo fenômeno – “dar parto”. O nascer do Sol e o nascer do filho não são “nasceres iguais”. Embora sendo o mesmo verbo, as referências culturais marcam a diferença. Santos (2018, p. 129) diz que a “[...] cultura se constitui de conhecimentos que ligam o passado ao presente de modo atualizado. Por isso mesmo, não se pode ver a cultura como pronta e acabada, está sempre sendo moldada, adaptada e renovada, a depender do modo como evoluem suas respectivas comunidades”.

## **A organização administrativa de Moçambique e sua relação com a etnotoponímia**

A divisão administrativa de Moçambique é complexa. O país se divide em províncias, distritos, postos administrativos, localidades, bairros e por fim quarteirões. O país tem dez províncias e uma cidade-capital que é o centro político-econômico que é Maputo. Há, no entanto, 154 distritos.

Essas divisões administrativas são recentes, pois os povos africanos por natureza não tinham essa noção. A primeira divisão dos países surgiu na Conferência de Berlim em 1884/5. Após as independências do colonialismo entre os anos 1950 a 1980, os países africanos mantiveram a divisão territorial feita pelos colonizadores e criaram seus estados. Mas é notável a semelhança das tradições e povos existentes, pois os limites culturais e linguísticos são diferentes dos limites políticos.

A atribuição de nomes de lugares sempre foi polêmica nas sociedades africanas, porque o nome não é apenas algo que identifica um lugar, pois carrega traços culturais, uma identidade e identifica origens históricas de um povo. Portanto, os nomes são uma identidade sociocultural que as culturas tendem a preservar. Antes da chegada dos colonos os lugares tinham nomes que refletiam a identidade das etnias e dos grupos sociais – ex: *KaPfumu*. *KaPfumu* é o espaço geográfico onde ocupa atualmente a Cidade de Maputo uma vez que naquele espaço vivia a etnia *Pfumu*, usualmente designados por *vaka Pfumu* – igual aos da família *Pfumu* –, então o nome do lugar teria o nome *kaPfumu*. Mas os colonos substituíram esse nome tradicional dando o nome de Lourenço Marques, nome de um piloto português que traficou e pilhou vários recursos naturais transportando-as de Moçambique para Portugal. Uma vez que a cidade era habitada majoritariamente por portugueses, as pessoas passaram aquele lugar de *Maputo*, abreviação de *maputukesi* que significa “portugueses” na língua xironga do Sul de Moçambique. Após as independências decidiu-se oficializar nome do lugar substituindo Lourenço Marques por *Maputo* ao invés do nome original *kaPfumu*.

Uma outra versão do surgimento do nome Maputo defende que o nome surgiu devido ao nome de bebida tradicional produzida pelos habitantes das etnias *Pfumo* e *Tembe*. A bebida chama-se *uputsu* que originou o nome aportuguesado Maputo. A requalificação dos nomes ocorreu em quase todo país e este é apenas um exemplo dentre tantos outros que ocorrem ao longo do país.

Esta é uma pesquisa do campo que coletou nomes de distritos – sete para província de Maputo e 14 para a província de Gaza. A escolha das províncias se justifica por: a) pertencer ao mesmo grupo linguístico e

étnico; b) possuir traços histórico-culturais comuns; c) são do sul de Moçambique. Os descendentes dos grupos étnicos desta região são descendentes do grupo de Soshangane que em 1819 aliou-se com os Ndwandwe, um grupo étnico rival, sendo depois derrotado pelas forças de Tchaka-zulu e obrigado a fugir com os seus apoiantes, ocupando as terras que hoje são a região Sul de Moçambique. Pesquisa analisou a formação dos nomes desses lugares que após a independência ascenderam para qualidade de distritos. Buscou-se a bibliografia disponível no Ministério de Administração Estatal sobre os nomes, mas todas as explicações não fazem uma avaliação linguística. Contou-se com fontes orais colhidas a partir de entrevistas. Vejamos a seguir a distribuição dos distritos por províncias.

Quadro 1 – Distribuição dos distritos por províncias

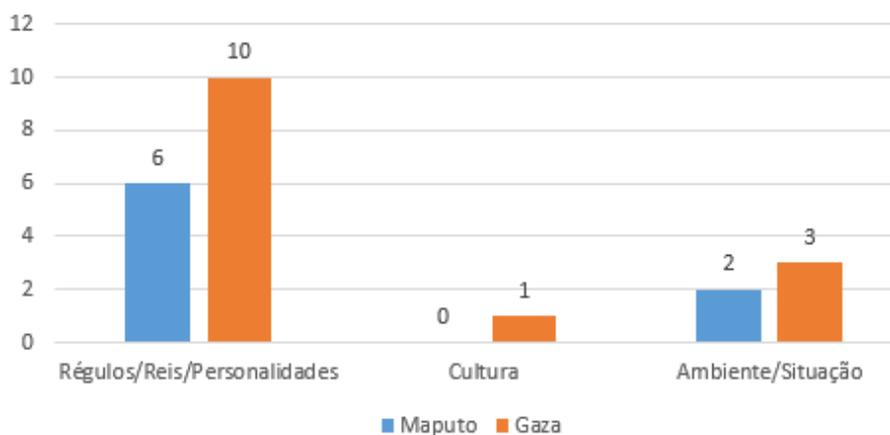
| GAZA          |           | MAPUTO     |
|---------------|-----------|------------|
| Bilene        | Limpopo   | Boane      |
| Chibuto       | Mabalane  | Magude     |
| Chicualacuala | Majacaze  | Manhiça    |
| Chigubo       | Mapai     | Marracuene |
| Chokwe        | Massagena | Matutuine  |
| Chonguene     | Massingir | Moamba     |
| Guijá         | Xai-xai   | Namaacha   |

Fonte: elaborado pelo autor.

A primeira observação que temos com relação aos nomes é a de que cada distrito possui várias etnias. A noção de etnia se une ao conceito de família ou líder comunitário. Os grupos étnicos possuem uma estrutura social e político próprias. A etnia se limita por terras, rios e acidentes geográficos. Os nomes *Bilene*, *Chongoene* significam casa (região) dos Bila e dos Chongo respectivamente. O sufixo *-ene* significa terra da família tal. Corresponde ao *-opolis* do PB que forma os nomes *Florianópolis* – terra ou cidade do(a) Floriano(a) –, *Cristianópolis* – terra ou cidade do(a) Cristiano (a), *Fernandópolis* – terra ou cidade de Fernando(a).

As análises mostram que há nomes de distritos provenientes de línguas de países vizinhos. É o caso de Limpopo e Manjacaze que provém da língua isizulu – língua oficial da África do Sul – e Namaacha ou Lomaacha vindo da língua isiswati, língua oficial do Reino da Suazilândia.

Figura 1 – Distribuição dos nomes dos distritos nas províncias *versus* assuntos relacionados



Fonte: dados de pesquisa.

Do gráfico se observa que o maior número de distritos apresenta nomes de régulos/reis/personalidades que representam a história de um espaço geográfico. O ambiente ocupa o segundo lugar nas duas províncias, dado que prova a relação entre o homem e o meio ambiente. Para quem nasceu e cresceu na zona rural sabe que existem florestas protegidas. É nesses espaços onde realizam os ritos de passagem.

O caso do distrito de Marracuene é atípico e apresenta três versões do surgimento do nome: 1ª versão defende que o nome Muzrakwene teria vindo de um indivíduo que tinha vários barcos que serviam de travessia do Rio Incomati para Macaneta. Esse cidadão era chefe de segurança do Rei Maphunga e sendo famoso, o nome da região ficou conhecido pelo seu nome. A 2ª versão defende que o nome surge devido ao nome do chefe Murraco que era dono de terras nas margens do rio Incomate. Murraco expulsou colonos que ocupavam a terra e ficou instalada a 1ª

administração na região, daí o nome Marracuene. A 3ª versão surgiu do nome de Marhakwene que era um indivíduo gordo que tinha nádegas grandes. Nádegas em xichangana é marháku e assim o nome ficou Marracuene.

A língua escrita tem suas regras baseadas no acordo ortográfico firmado pelos membros da comunidade. A escrita de uma palavra segue regras pré-estabelecidas e não há negociação na sua grafia. Por exemplo, a palavra “casa” escreve-se com as letras c-a-s-a. E apesar da pronúncia ser a mesma, jamais se pode escrever \*caza, \*kasa, \*Kaza nem \*kasa. O alfabeto das línguas românicas não consegue dar conta das línguas do grupo bantu, porque estas têm sonoridades e peculiaridades próprias inexistentes nas línguas europeias. Ngunga e Faquir (2011) apresentaram uma proposta da padronização de grafemas resultante dos debates do III Seminário da Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas realizado em 2008. No estudo se apresentam 27 símbolos dos quais destaco: xj, vh, sw, sv, bz, hl, n', vb, j, bh entre outros inexistentes no português.

Desta forma observou-se adaptação nos nomes dos seguintes distritos: Chibuto que provem do nome ximbutsu; Guijá que vem do nome Guijane; Manjacaze que vem do nome Mandlakaze – do zulu mandlakazi que significa força, autoridade, mão de força –; Moamba que vem do nome Mwamba (caleira); Namaacha que foi adaptado do nome Lomahacha – siswate (senhor dos cavalos) –; Boane que foi adaptado do nome mbo-wene – terra de abóbora –; e Xai-Xai que provem de ntchai-ntchai ou Chai-Chai, nome que “deriva do léxico da língua zulu *shaya*, que significa bater; logo: Xai-Xai (bater-bater) [...]”. (FERNANDES, 2006, p. 19)

Para além dos nomes dos lugares, uma simples saudação como “bom dia” carrega elementos socioculturais: *good morning* (inglês), *buongiorno* (italiano), *guten morgen* (alemão), *buen día* (espanhol) etc. A ideia é qualificar o dia com o adjetivo “bom”. Não há relação entre o nome e o fenómeno natural. É o que Saussure (2006) chama de “arbitrariedade do signo”. Na língua xichangana bom dia se diz *auxeni* que significa “que seja dia” ou “amanheceu”.

Uma simples contagem se relaciona ao ambiente, à cultura e à interpretação do mundo. Por exemplo, em português contamos de 1 a 15.

A partir de 16 somamos, isto é 10+6 (dezesesseis). Em francês, contamos de 1 à 16, porque o 17 é 10+7 (*dix-sept*). Em italiano, contamos de 1 a 10 – isto é: 11=*undici*, 12=*dodici*, 13=*tredici*, *quattordici*... Em quimbundo, os números vão de 1 à 10 – 11=*kuinhi no moxi*; 12=*kuinhi ni ladi*; 13=*kuinhi ni tatu*; 14=*kuinhi ni uana*... Os falantes da língua xichangana contam de 1 a 5, isto é, a partir do 6 somam 5+1 (*thanu ni yinwe*). Entendem que existe uma mão que é a base. E apesar de ser duas mãos a função é a mesma. A ideia é a mesma quando se trata dos olhos. Nós temos uma visão apesar de termos dois olhos. Temos um só olfato apesar de termos duas fossas nasais. Logo, a função é importante do que a quantidade e tem sentido contar apenas uma mão naquela cultura.

## Considerações finais

A riqueza linguística de Moçambique permite que haja multiculturalismo se entendermos a língua como fenômeno cultural. Cidadãos que moram nas áreas rurais tendem a ser conservadores destas tradições. Um nome de lugar não é apenas nome. No nome sempre se inclui aspectos da cultura. Os nomes de lugares carregam traços dos heróis da região, das plantas da região e outras memórias coletivas do povo. Nas tradições dos povos bantu, os nomes próprios ou de uma região são atribuídos em concordância com os antepassados. Não é por acaso que consultam aos curandeiros qual o nome a atribuir. Existe cerimônia própria para atribuição do nome próprio e o nome de uma região.

A colonização portuguesa provocou uma rápida aculturação que fez surgir novos nomes que antes da colonização não existiam. Da pesquisa se conclui que os nomes são uma identidade ecolinguística e carregam traços da cultura e do meio ambiente da comunidade tsonga. Os nomes fazem referência aos fenômenos naturais, ao poder do chefe dominante. Conclui-se que houve adaptação ortográfica dos nomes originais, integrando-se na ortografia do alfabeto de língua românicas.

Houve uma integração fonológica na maior parte dos nomes atitudes que refletiu na grafia dos mesmos e esse fenômeno ocorreu inclusive nos nomes próprios que são identidade ecolinguística do grupo em que

os indivíduos pertencem. A cultura “é a manifestação viva dos costumes tradicionais de um povo. A sua propagação depende da transmissão ou partilha através da língua no interior da comunidade que representa a cultura”. (SANTOS, 2018, p. 135)

Essa é uma marca mais marcante para a maioria dos povos não apenas de Moçambique, mas também dos países vizinhos: Zimbábue, África do Sul, Malawi e Tanzânia. Os nomes tradicionais dos lugares sofreram transformações ou adaptações gráfico-fonéticas, mas não deixam de ser lembrete da presença das tradições africanas naquele lugar. Alguns nomes de lugares são tabus pela sua importância para os cultos e tradições. Esses lugares carregam histórias e por vezes se tornam santuários do culto aos antepassados.

## Referências

ALCORÃO sagrado. Tradução de Samir El Hayek. [S. l.]: Rocket Edition, 2006.

ALMEIDA, J. F. *Bíblia sagrada*. São Paulo: SBB, 1993.

ALVES, M. J. *A formação de nomes comerciais nas cidades de Palmas (TO) e de Catalão (GO): questões de identidade linguística e cultural*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2010.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 141-156.

COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

COUTO, H. H. do. Língua e meio ambiente. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 143-178, jan./jun. 2009.

- COUTO, H. H. do *et al.* *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG, 2016.
- COUTO, H. H. do; COUTO, E. K. N. N. do. Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo guineense. *RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa*, [s. l.], n. 31, p. 177-208, 2017.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- CUNHA, C. *Sob a pele das palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-47.
- FERNANDES, J. L. P. *República [Popular] de Moçambique: as alterações toponímicas e os carimbos do correio*. Lisboa: Edições Húmus, 2006.
- GUÉRIOS, R. F. M. Tabus linguísticos. *Revista Letras*, Curitiva, v. 5-6, p. 7-31, 1956.
- HAUGEN, E. I. The ecology of language. In: HAUGEN, E. I. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972. p. 325-339.
- HEINE, B.; NURSE, D. *Línguas africanas: uma introdução*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral da população e habitação*. Maputo: INE, 2007.
- JARDIM, M. Que nome dar à diferença? Estudando nomes classificados como indianos em Inhambane-Moçambique. In: PINA-CABRAL, J. de; VIEGAS, S. de M. (org.). *Nomes: gênero, etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007. p. 145-172.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAHO, J. A classification of the bantu languages an update of Guthrie's referential system. In: NURSE, D.; PHILIPPSON, G. (ed.). *The bantu languages*. Londres: Routledge, 2003. p. 639-650.

MOÇAMBIQUE. [Constituição (1975)]. *Constituição da República Popular de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 1975.

MOÇAMBIQUE. [Constituição (2004)]. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

MOTTA, F. M. Em nome do pai e em nome da mãe: gênero e significado no estudo de nomes. In: CABRAL, J. de P.; VIEGAS, S. de M. (org.). *Nomes: gênero, etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007. p. 121-144.

MUFWENE, S. Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. In: COUTO, H. H. et al. (org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG, 2016. p. 473-508.

NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2015.

NGUNGA, A.; FAQUIR, O. G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III Seminário*. Maputo: CEA, 2011.

POPESCU, M. Le tabou linguistique: un paradoxe toujours actuel. *Acta Universitatis Lodzianis*, [s. l.], v. 12, p. 135-145, 2017.

SANTOS, I. da S. *A identidade linguística brasileira em contato com o português europeu: a variação léxico-cultural*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/570/o/A\\_identidade\\_lingu%C3%ADstica\\_em\\_contato\\_com\\_o\\_portugu%C3%AAAs\\_europeu\\_2.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/570/o/A_identidade_lingu%C3%ADstica_em_contato_com_o_portugu%C3%AAAs_europeu_2.pdf). Acesso em: 12 nov. 2020.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Rio de Janeiro: Cultrix, 2006.

SITOE, B. *Dicionário changana-português*. [S. l.]: Imprensa Universitária, 1996.

SOUSA, A. M. de. Etnotoponímia acreana: reflexos da cultura nordestina em nomes de seringais. *Recorte - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*, [S. l.], ano 5, n. 8, jan./jun. 2008.

TIMBANE, A. A. Análise sociodiscursiva da “saudação” do grupo étnico-linguístico Tsonga de Moçambique. *Educação, Cultura e Sociedade*, Sinop, v. 4, n. 2, p. 90-105, jul./dez. 2014.

TIMBANE, A. A.; DOMINGOS, Y. F.; AFONSO, E. V. S. O português angolano e a variação lexico-cultural no hip-hop: um exemplo com Yannick Afroman. *RILP - Revista Internacional da língua portuguesa*, [S. l.], n. 36, p. 103-123, 2019.

TIMBANE, A. A.; REZENDE, M. C. M. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Travessias*, Lisboa, v. 10, n. 3, p. 388-408, 2016.

TIMBANE, A. A.; VICENTE, J. G. Políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 114-140, jul./dez. 2017.

UNESCO. *Declaração Universal de Direitos Linguísticos*. Barcelona: Unesco, 1996. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf). Acesso em: 21 nov. 2020.

WEINREICH, U. *Languages in contact: Findings and problems*. Nova York: Linguistic Circle of New York, 1953.



## SOBRE OS AUTORES

- *Alexandre António Timbane*

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 2013. Atualmente, é docente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

- *Antonia Vieira dos Santos*

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2009. Atualmente, é professora adjunta da UFBA e atua como docente permanente no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinC), na mesma instituição.

- *Carlos Alexandre Gonçalves*

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1997. É professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atua como docente permanente no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV) dessa mesma instituição.

- *Eliéte Oliveira Santos*

Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2006. Atualmente, faz doutorado na mesma instituição. Está como professora substituta na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

- *Ivani Coutinho*

Graduanda em Letras - Tradução Francês pela Universidade de Brasília (UnB).

- *Juliana Soledade*

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2004. Atualmente é professora associada da UFBA, em exercício na Universidade de Brasília (UnB). É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da UnB.

- *Letícia Santos Rodrigues*

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (PPG-FLP), da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, faz doutorado neste mesmo programa, recebendo bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – Processo nº 2019/20331-8.

- *Liliane Lemos Santana Barreiros*

Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professora adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde também atua como professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS).

- *Maria Cândida Trindade Costa de Seabra*

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2004. Desde 1996, é professora da UFMG, onde atua como docente permanente no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PosLin).

- *Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda*

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2009. É professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS).

- *Mário Eduardo Viaro*

Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), em 2001. É professor livre-docente da USP e atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (PPG-FLP) na mesma instituição.

- *Matheus Calci Ferreira Gomes*

Graduando em Línguas Estrangeiras aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI) pela Universidade de Brasília (UnB).

- *Natália Oliveira Nascimento*

Mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 2019.

- *Natival Almeida Simões Neto*

Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2020. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Professor Assistente-A da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando nos cursos de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL).

- *Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz*

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo (USP), em 2002. É professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde atua também como professora permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL).

- *Rosana Carvalho Brito*

Mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 2019. Atualmente, é doutoranda nesse mesmo programa.

- *Safira Novaes Alecrim Oliveira*

Graduada em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB, 2018).

- *Victoria Regina Italiano Alves*

Graduanda em Letras – Português e Respectiva literatura pela Universidade de Brasília (UnB).

- *Vitória Benfica da Silva*

Mestra em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2019. Atualmente, é doutoranda nesse mesmo programa.

- *Yasmim Conceição Borges*

Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2018. Atualmente, é mestranda no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinC).

- *Zenaide de Oliveira Novais Carneiro*

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2005. Realizou estágio pós-doutoral na Unicamp. Atualmente, é professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando também como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da mesma instituição.



Este livro foi publicado no formato 17 x 24 cm  
Fontes FreightText e FreightSans  
Impressão Gráfica 3  
Papel Off-Set 75 g/m<sup>2</sup> para o miolo  
Papel Cartão Supremo 300 g/m<sup>2</sup> para a capa  
Tiragem de 200 exemplares

### ***Juliana Soledade***

Doutora em Letras e Linguística (2004) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também fez mestrado (2001) e se graduou em Letras Vernáculas (1999). Atualmente, é Professora Associada da UFBA, em exercício na Universidade de Brasília (UNB). É coordenadora do projeto *Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, que se insere no subgrupo de Morfologia e Lexicologia históricas do PROHPOR (Programa para a história da Língua Portuguesa). Atuou na organização das coletâneas *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos* (2015), *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* (2012) e *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias* (2009), todas lançadas pela EDUFBA. É autora de artigos publicados em livros e periódicos nacionais e internacionais.

### ***Natal Almeida Simões Neto***

Doutor (2020) e mestre (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e graduado em Letras Vernáculas (2014) por essa mesma instituição. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Integra o Programa Para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), realizando pesquisas sobre morfologia, antroponímia e semântica. Atuou na organização das coletâneas *Dez leituras sobre o léxico* (EDUNEB, 2019), *Olhares sobre o léxico: perspectivas de estudos* (EDUNEB, 2018) e *Redes lexicais: descrições, análises e histórias* (Editora Mares, 2016). É autor de artigos publicados em livros e periódicos nacionais e internacionais.

*Nomes próprios: abordagens linguísticas* é uma obra que apresenta a Onomástica, ramo dos estudos linguísticos que estuda os nomes de pessoas e de lugares, de maneira diversificada e representativa. Há, neste livro, 14 capítulos que discutem aspectos de cognição, motivação, história sociocultural, etimologia, morfologia, semântica e sintaxe atinentes aos usos dos nomes próprios em língua portuguesa.

